



**Joana Schroeder**

**ENTRE PIMENTAS E VINAGRES:  
violência, direitos humanos e (des)ordem  
nas manifestações no Brasil**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Roberto Vilchez Yamato

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2017



Joana Schroeder

**ENTRE PIMENTAS E VINAGRES:  
violência, direitos humanos e (des)ordem  
nas manifestações no Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Roberto Vilchez Yamato**

Orientador e Presidente

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Profa. Claudia Francisca Fuentes Julio**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Profa. Bethânia de Albuquerque Assy**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Profa. Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira**

Fundação Getúlio Vargas – FGV

**Profa. Monica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação  
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## **Joana Schroeder**

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é atriz formada pela Escola Estadual de Teatro Martins Pena. Desde 2003 atuou em diferentes projetos de direitos humanos. Já coordenou ações em ONGs e políticas públicas, em especial na área de Educação em Direitos Humanos.

### Ficha Catalográfica

Schroeder, Joana

Entre pimentas e vinagres : violência, direitos humanos e (des)ordem nas manifestações no Brasil / Joana Schroeder ; orientador: Roberto Vilchez Yamato. – 2017.

218 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2017.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Direitos humanos. 3. Protestos. 4. Resistência. 5. Violência. 6. Desconstrução. I. Yamato, Roberto Vilchez. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD:327

A todas as *Marias Bardernas*,  
*vândalos, desobedientes e desordeiros*  
que sofreram e resistiram  
à violência das polícias e das leis.

## Agradecimentos

O longo percurso – cujo ponto de origem é impossível de demarcar – que levou ao desenvolvimento desta pesquisa e escrita não ‘teria sido’ sem os múltiplos atravessamentos das pessoas que estiveram comigo não apenas durante, mas desde muito antes. Apesar de reconhecer a impossibilidade de nomear e traduzir a enorme gratidão (material e imaterial) pelas inúmeras contribuições, trocas, estímulos e conversas, espero, ainda que infiel, ser o mais fiel possível.

Começo agradecendo com um carinho imenso e muito especial ao meu professor e orientador Roberto Yamato. Beto foi mais que um orientador, um grande parceiro e amigo. Sem tudo o que com-partilhamos, sem seu olhar tão atento e rigoroso, ao mesmo tempo sempre de uma infinita generosidade, entusiasmo, sensibilidade, compreensão e dedicação, não tenho dúvidas de que estes escritos teriam tomado rumos muito mais rasos e escorregadios. Foi um enorme privilégio e um verdadeiro encontro ter a oportunidade de aprender e partilhar tanto com você.

Agradeço também a todos os professores e professoras do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, que abriram importantes possibilidades de interlocuções, inquietações e horizontes. Em especial, agradeço às queridas Claudia Fuentes e Marta Fernandez, não apenas por nossas conversas dentro das salas de aula, mas por uma relação de afeto, admiração e aprendizado que ultrapassa as fronteiras do IRI. Obrigada ainda por aceitarem o convite para participar da minha banca. Agradeço também de forma muito especial e com muito carinho ao professor Matt Davies, mais um grande amigo que ganhei nestes anos do mestrado, por todas as nossas conversas, encontros, passeios, cervejas, e-mails e risadas. Não posso deixar de agradecer o acolhimento, os debates e as contribuições que os professores João Nogueira, Jimmy Klausen e Monica Herz trouxeram para este trabalho e para minha formação. Agradeço também a Rob Walker e Michael Shapiro que me receberam como aluna-ouvinte em algumas das suas aulas. A Paulo Esteves e Isabel Siqueira, que debateram uma versão preliminar do que veio a ser o projeto desta pesquisa no Seminário de Metodologia. Muito obrigada ainda a toda a equipe de funcionários e da secretaria do IRI, especialmente à Lia Gonzalez, pela presteza, competência, e

gentileza ao orientar, auxiliar e esclarecer dúvidas sobre os procedimentos acadêmicos.

Às professoras Letícia Ferreira e Bethânia Assy, registro aqui minha enorme gratidão por acompanharem e contribuírem com o desenvolvimento desta pesquisa desde a qualificação e por aceitarem mais uma vez o convite e participarem da banca de avaliação. À Letícia, agradeço além da leitura atenta e extremamente generosa, a disponibilidade e o acolhimento em todas as conversas que tivemos ao longo deste percurso, especialmente durante os encontros no ciclo de debates "Instituições, direitos e formas de fazer justiça: abordagens antropológicas" organizado por ela na Fundação Getúlio Vargas. À Bethânia, agradeço em especial pela gentileza e delicadeza com que recebeu desde o início esta proposta de pesquisa e também pelas sugestões criteriosas e pela oportunidade que me ofereceu de ouvir, conhecer e conversar com o professor Costas Douzinas quando ele esteve no Brasil em setembro de 2014.

Aos professores Ronaldo Oliveira de Castro e Valter Sinder, muito obrigada por todo apoio, confiança e carinho de sempre. Aproveito este espaço para agradecer mais uma vez pelas cartas de recomendação que redigiram durante o processo seletivo para o programa de pós-graduação.

À PUC-Rio, ao CNPq pelo apoio institucional e concessão de bolsas que viabilizaram este trabalho.

A todos os colegas e amigos com quem dividi as aulas, grupos de estudo, angústias, dores e delícias ao longo do mestrado. Com um carinho muito especial, agradeço a Vinícius Santiago pelo amor e por se tornar parte daquela família que escolhemos para nós. A Nathalia Braga, por ser essa pessoa linda que você é e uma amiga incondicional. A Kristina Hinz, a alemã mais carioca que essa cidade já conheceu, a Pedro Barros, pela amizade e por nossa afinidade gratuita, a Camila Santos e Isa Mendes, por me fazerem rir do desespero.

Agradeço especialmente também a Paulo Victor e Silvia Aguião pelo apoio e estímulo durante o processo de seleção, pelas leituras atentas quando tudo não passava de ideias soltas. Ao Paulo Victor agradeço ainda por me ajudar a repensar os rumos e por facilitar o encontro e a conversa com Juliana Farias.

As minhas interlocutoras: Natália Damazio, Juliana Farias, Camila Marques, Julia Lima e ao interlocutor Pedro Teixeira. Esta pesquisa não teria sido possível sem a disponibilidade, a atenção e as trocas que tivemos. Muito obrigada.

A todos os amigos da Cidade Solar, com quem vivi lado a lado as manifestações de 2013, em especial: Raquel Gomes, Mirella Hipólito, Carlos Mourão, Lina Luz, Bia Leitão, Rafael Limaverde, Andy Máwun, Ramon Cavalcante, Dora Moreira, Ruth Aragão, Lucas Macakin, Kerla Alencar, Bob Pessoa e Alexandre Mourão. E ao desconhecido que jogou aquela pedra e impediu que eu fosse atropelada pelos cavalos. Agradeço ainda com enorme saudade especialmente a Stella Maris, por ter me levado de volta, pelas noites viradas em delegacias, por fazer do trabalho no Estado um trabalho para além do Estado e por todo o entusiasmo com essa empreitada desde muito antes do princípio. A todos e todas que resistiram no Cocó. As mulheres exemplares que são Rosa Fonsêca e Maria Luiza Fontenele. Aos amigos da RENAP. Aos Comitês Populares da Copa. Ao Coletivo Nigéria. Ao Comitê de Memória, Verdade e Justiça do Ceará. A todos da Zinco. Ao Plebeu Gabinete de Leitura, em especial, a professora Adelaide Gonçalves. Agradeço também a amizade e os aprendizados regados de vento e de mar junto ao coletivo de pesquisa In(ter)venções, um coletivo de artes e de tantos afetos, vocês são uma fonte de inspiração constante. Registro aqui um agradecimento especial à professora Deisimer Gorczewski, pelos convites, lembranças e pelo *amor à trama*. Agradeço com muito carinho a João Miguel, pela leitura atenta e cuidadosa dos meus primeiros rascunhos e por toda a ajuda quando me preparava para os processos seletivos. A Sabrina Araújo e Marquinhos Abu que faziam a interseção linda entre o Titã e os Aparecidos. Por outros caminhos, mas sempre muito presentes, agradeço à Fernanda Nascimento e à professora Lidia Valesca Pimentel, por tudo o que me ensinaram e que aprendemos juntas. Agradeço ainda a Germano Melo e Bruna Forte, pela visita em janeiro, pelo bem-querer e cuidado que não se perdem. Às amigas lindas do eixo Fortaleza - São Paulo que me receberam, me deram sugestões e me contaram histórias quando fui realizar as entrevistas: Ilana Azeneth e Teresa Guimarães. E também a querida Lidu Lins.

À Fernanda Meireles, pelo amor e pelos mundos de belezas, de poesia e delicadeza que me presenteou e que me presenteia mesmo à distância todos os dias.

Aos amigos de toda a vida, que compreenderam as minhas ausências ao longo deste processo, torcendo tanto por mim, em especial: Lya Ximenez, Mercedes Duarte, Clarissa Bastos, André Zahar, Iris Lucas, Gustavo Rapposo, Monique Rodrigues, Vanessinha Areirom, Aniele Xavier, Carla Gomes, José Luiz Soares, Gustavo Elpes e Ricardo Mollnar. A Cassiano Mecchi, por sempre me fazer sorrir e a Maíra Kneipp, que ocupa um lugar tão grande dentro de mim.

Agradeço ainda com um carinho muito especial aos amigos que estiveram mais próximos das últimas etapas deste processo: a Fabinho Lima, de quem não quero ficar longe, a Julia Leal pelos dias de estudos juntas, escritas e bolos, e a Rodrigo Rosa, pelos banquetes e buracos.

A minha família, os agradecimentos que cabem aqui jamais seriam suficientes. Aos meus pais, Cristina e Fernando, por acreditarem tanto em mim e por 33 anos de amor. A minha mãe, agradeço mais uma vez por me receber de coração aberto, possibilitar, celebrar e se emocionar com cada passo que dou. Ao meu pai Fernando, minha enorme gratidão pelas esperas, pela compreensão, pelo interesse e pela revisão atenta deste trabalho. A minha avó Avane, que torna tudo sempre muito melhor, obrigada pela sua ternura infinita, pela sua leveza, energia, alegria e por todo seu amor. Aos meus avós já falecidos, vovó Nida e vovô Cabral, levo vocês (e a saudade imensa de vocês) sempre no meu coração. Ao meu irmão, Bruno, que foi a maior surpresa de 2mil e 16, me provocando a ser uma pessoa melhor e me ensinando tanto sobre os desafios do amor. Agradeço também por todos os mimos e por todo o apoio de Tais, Lais e Becker, que se tornaram para mim mais uma família.

A Ciro Becker não há palavras que deem conta. Você foi mais que todas elas. Foi o meu respiro, meu repouso, meu porto, minha trégua, o abraço para onde eu corria e onde eu cabia, você foi a minha eufonia, minha euforia, meu movimento, minha pausa, minhas idiossincrasias, meu sopro, meu corpo, minha voz, minha escuta, meu silêncio e as palavras quando as palavras me faltaram. Nosso amor que atravessou tantas páginas, expandindo e implodindo livros e papéis, agora lança voo. E eu mal posso esperar.



## Resumo

Schroeder, Joana; Yamato, Roberto Vilchez. **ENTRE PIMENTAS E VINAGRES: violência, direitos humanos e (des)ordem nas manifestações no Brasil** Rio de Janeiro, 2017. 218 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Neste trabalho, procurei seguir os rastros de pimentas e vinagres das manifestações que tomaram as ruas do Brasil a partir de junho de 2013. Para isso, parti de um dossiê de denúncias redigido por nove organizações da sociedade civil brasileira em razão da realização da primeira audiência temática sobre protestos ocorrida em março de 2014 junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Os rastros do dossiê se inseriam no universo do que chamei de *ruas de papel* que disputavam o ‘papel das ruas’, ou a ‘verdade’ do que as ruas ‘teriam sido’. De modo emblemático, estas disputas evidenciavam o caráter político dos limites entre ‘ordem’ e ‘desordem’, ‘manifestantes’ e ‘vândalos’, cujas inscrições nos papéis apontavam para um labirinto de aporias e dissensos sobre violência, cidadania, direitos humanos e humanidade. Entre pimentas e vinagres, entre ruas e papéis, o reconhecimento de certas violências como violações de direitos humanos se (des)construía, revelando rastros de uma problemática mais profunda referente à contínua (re)fundação violenta do direito e da ordem através de referenciais negativos como a ‘desordem’ e os ‘vândalos’. Diante das possibilidades de se render ou desafiar o labirinto, explorei um posicionamento em defesa da politização das práticas de autorização de autoridades e o engajamento com uma dimensão radical dos direitos humanos enquanto contracondutas críticas, táticas de subversão e estratégias de resistência. Neste percurso, procurei observar os fazeres dos direitos humanos materializados em uma teia complexa de instâncias e papéis em disputa, produzindo sujeitos, narrativas, destinos e verdades.

## Palavras-chave

Direitos Humanos; Protestos; Política; Resistência; Violência; (Des)ordem; Manifestante; Vândalo; Rastro; Desconstrução.

## Abstract

Schroeder, Joana; Yamato, Roberto Vilchez (Advisor). **BETWEEN PEPPERS AND VINEGARS: violence, human rights and (dis)order in mass demonstrations in Brazil** Rio de Janeiro, 2017. 218 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this dissertation, I followed the traces of peppers and vinegars from the demonstrations that took the streets of Brazil since June 2013. With this purpose, I departed from a dossier of denunciation written by nine Brazilian civil society organizations due to the realization of the first thematic audience on protests held in March 2014 at the Inter-American Commission on Human Rights of the Organization of American States. The traces of the dossier were embedded in the universe of what I called 'streets of paper' that disputed the 'role of the streets', or the 'truth' of what the streets 'would have been'. These disputes were emblematic of the political character on the boundaries between 'order' and 'disorder', 'demonstrators' and 'vandals', whose inscriptions on the papers pointed to a labyrinth of aporias and dissents about violence, citizenship, human rights and humanity. Between peppers and vinegars, between streets and papers, the recognition of certain forms of violence as human rights violations was (de)constructed, revealing traces of a deeper problematic concerning the continuous violent (re)foundation of law and order, through negative references such as 'disorder' and 'vandals'. Faced with the possibilities of surrendering or challenging the labyrinth, I explored a position in defense of the politicization of the practices of authorization of authorities and the engagement with a radical dimension of human rights as critical counter-conducts, tactics of subversion and strategies of resistance. In this path, I sought to observe the makings of human rights materialized in a complex web of disputed instances and papers, producing subjects, narratives, destinies and truths.

## Keywords

Human Rights; Protests; Politics; Resistance; Violence; (Dis)order; Demonstrators; Vandals; Trace; Deconstruction.

# Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Prólogo</b>  | <b>16</b> |
| <b>Introdução: Pimentas, (des)ordem e vinagres</b>  | <b>18</b> |
| “o gás é pra dispersar os vândalos”   | 25        |
| A necessária impossibilidade dos direitos humanos   | 27        |
| <i>O tesouro é o mapa</i> : como (des)ler os documentos, ou, seguindo os rastros dos artefatos de papel | 30        |
| <b>1. Ruas de papel e o papel das ruas</b>  | <b>35</b> |
| 1.1. Um dossiê como porta de entrada para o campo   | 39        |
| 1.2. Como os casos são construídos através do dossiê?   | 47        |
| 1.2.1. Imagens da violência   | 48        |
| 1.2.2. Narrativas da violência  | 55        |
| 1.2.3. Episódios emblemáticos   | 68        |
| 1.3. A denúncia internacional ou os casos como causa  | 79        |
| <b>2. Seguindo os rastros de pimentas e vinagres</b>  | <b>84</b> |
| 2.1. Pimentas e vinagres nas leis e práticas da legalidade  | 89        |
| 2.2. Entre a ordem e a desordem   | 103       |
| 2.2.1 “É defender a ordem pública ou a baderna, a depredação”   | 104       |
| 2.2.2 Do crime de desordem e de associação para a prática de desordem                                   | 109       |
| 2.3. Entre o manifestante e o vândalo   | 130       |
| 2.3.1 A deputada, o senador, a juíza e o ministro   | 132       |
| 2.3.2 “Isto é democracia. Isto é vandalismo”  | 139       |
| 2.3.3 Da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas              | 144       |

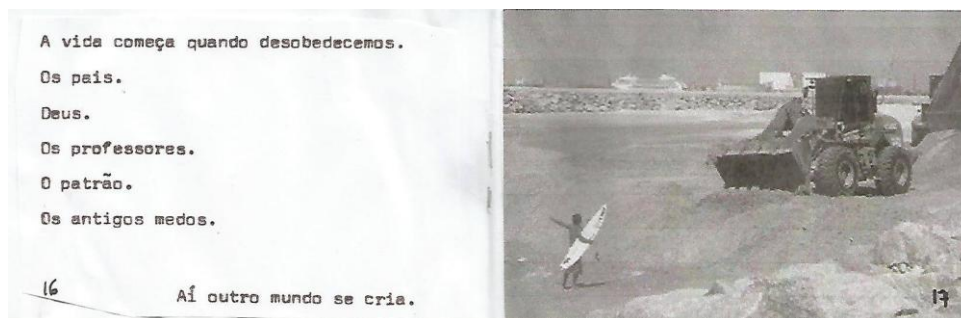
|   |                |
|---|----------------|
| <b>3. A política no entre, desafiando o labirinto</b>   | <b>155</b>     |
| 3.1. Entre ruas e papéis  | 160            |
| 3.2. Entre pimentas e vinagres  | 168            |
| 3.2.1. A força aporética dos direitos humanos   | 170            |
| 3.2.2. A exigência da decisão   | 174            |
| 3.2.3. Entre determinação e responsividade  | 178            |
| 3.2.4 A morte dos direitos humanos  | 182            |
| 3.2.5 “se a gente tentar esticar a corda e pautar para além,<br>você vai perder o todo”   | 184            |
| 3.2.6 Táticas e estratégias de contraconduta  | 186            |
| 3.3. Entre: um espaço-tempo de resistência, política e desconstrução  | 189            |
| <br><b>Considerações finais: <i>Amar a trama mais que o desenlace</i></b>   | <br><b>191</b> |
| <br><b>Referências bibliográficas</b>   | <br><b>196</b> |
| <br><b>Anexos</b>   | <br><b>207</b> |
| Anexo I – Versão original do sumário  | 207            |
| Anexo II – Infográficos: Legislação de Exceção  | 208            |
| Anexo III – Minuta do Projeto de Lei que Tipifica os Crimes de<br>Desordem e o de Associação para Prática de Desordem<br>e dá outras providências | 210            |
| Anexo IV – Decreto Nº 44302 de 19/07/2013   | 213            |
| Anexo V – Decreto Nº 44305 de 24/07/2013  | 215            |
| Anexo VI – Decreto Nº 44409 de 26/09/2013   | 217            |
| Anexo VII – Imagens dos comentários   | 218            |

## Lista de figuras

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 01.</b> Sumário Expandido.  | 41  |
| <b>Figura 02.</b> Manifestante ferida por bala de borracha.                   | 49  |
| <b>Figura 03.</b> Manifestante agredida e derrubada por policiais.            | 49  |
| <b>Figura 04.</b> Manifestante atropelado por viatura da Polícia Militar.     | 50  |
| <b>Figura 05.</b> Eventuais abusos serão investigados.                        | 52  |
| <b>Figura 06.</b> Os ‘vândalos’ ganham as capas.                              | 54  |
| <b>Figura 07.</b> Cartaz de denúncia da morte de Aliélson.                    | 57  |
| <b>Figura 08.</b> <i>Sem saída.</i>   | 74  |
| <b>Figura 09.</b> Isto é democracia. Isto é vandalismo.                       | 139 |
| <b>Figura 10.</b> @PMESP #podeconfiar que vai ter abuso de poder e repressão. | 143 |

## Lista de Siglas

ANCOP - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa  
APAFUNK - Associação dos Profissionais e Amigos do Funk  
CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales  
CEIV - Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas  
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
CPIs - Comissões Parlamentares de Inquérito  
COI - Comitê Olímpico Internacional  
COOPDH - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Estado do Ceará  
CEDH - Corte Europeia de Direitos Humanos  
DCRI - Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática  
DEIC - Departamento de Investigação Criminal de São Paulo  
FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado  
DDH - Instituto de Defensores de Direitos Humanos  
IML - Instituto Médico Legal  
MPL - Movimento Passe Livre  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PR - Partido da República  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PM - Polícia Militar  
PL - Projeto de Lei  
PLS - Projeto de Lei do Senado  
SAJU/UFRS - Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Sindpol - Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais  
SindUte - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas  
UPP - Unidade de Polícia Pacificadora  
URIDH - United Rede Internacional de Direitos Humanos



Páginas de Fernanda Meireles do zine coletivo "O Rato Roerá o Rei" Fortaleza, junho de 2014.

*Aporia significa não passagem.  
Passar por essa experiência da não passagem é isso.  
É essa experiência de dissertar, de escrever uma tese.  
E como você vai passar pela experiência da não passagem?  
É impossível.*

*É a aporia  
e significa todas essas sensações.  
Roberto Yamato  
(em uma de nossas des-orientações)*

*Soyez réalistes, demandez l'impossible.  
Paris, maio de 1968.*

*Parece que a primavera do mundo é um trabalho em progresso  
mas o caminho até lá está sendo todo feito entre as veredas  
e entre os galhos de fogo de um gigante inverno  
No nosso tempo eu acreditava muito nas notícias e na televisão  
Hoje eu acredito tudo nas experiências que me contam os homens  
Ontem éramos os filhos dos netos da revolução  
E explicaram-nos que a tabuada e a paixão alucinante eram tudo  
o que precisávamos e precisaríamos para o exercício da construção  
Hoje somos pais de algumas crianças e pais de nós mesmos  
e já vamos sabendo alguma coisa sobre a palavra desconstrução  
O amor ainda é o estandarte onde penduramos nossas bandeiras  
A coragem ainda é o ferro onde vamos pendurando nossas roupas.  
Matilde Campilho*

## Prólogo

### **Cena 01.** Rio de Janeiro, Manifestação de 27 de agosto de 2013.

Imagem em movimento. Ouvimos a respiração ofegante do cinegrafista. Em justaposição a este som, surge a voz da vítima: “Quando eu fui tentar atravessar a rua”. Imagem se aproxima de um policial que segura uma manifestante contra o chão e de outro que corre com um cassetete em punho, “do nada, um policial que é o Ramos já me agarrou”, vemos o policial batendo com o cassetete na manifestante detida contra o chão pelo outro policial, “me virou no chão, falou que eu tava presa”. Mais dois policiais se aproximam da cena, formando uma roda em volta da manifestante. “E vieram mais quatro policiais”. Jatos de spray de pimenta são disparados contra pessoas que tentam se aproximar. “Que começaram a me dar chutes e um deles me deu uma cacetada”. Um dos policiais caminha em direção ao cinegrafista colocando a mão em frente à câmera e o empurra, desviando o foco da gravação da manifestante. “Eu, quando eu perguntei qual era a acusação”. Mais policiais se aproximam e também outras pessoas que tentam ver o que acontece. “Ele disse que era por tacar pedras”. O cinegrafista volta a ser empurrado. A imagem é novamente obstruída e afastada da cena. “Mas eu não estava com nenhuma pedra na mão, eu não taquei pedra alguma”. Imagem da rua com alguns manifestantes, a câmera gira e vemos mais uma pessoa sendo agredida e afastada sob golpes de um cassetete, “eu estava no manifesto com minha câmera na mão”. Imagem do grupo de policias no meio da rua. Corte.

### **Cena 02.** Rio de Janeiro, Manifestação 28 de setembro de 2013.

Por entre os braços levantados de uma manifestante, vemos a tropa de choque enfileirada, com escudos em punho se aproximar de um grupo de manifestantes. “E o pior de tudo, a gente é agredido”. Quase todos os manifestantes permanecem sentados no chão na rua. Muitos deles com as mãos para cima, “e o pior de tudo”. Uma bomba de gás lacrimogêneo explode próxima aos manifestantes e a fileira do choque, “a gente não pode chamar a polícia, porque foi a polícia que fez isso!”. A nuvem de fumaça se espalha pela rua. Ouvimos gritos. Os manifestantes se levantam e fogem do gás. “E a polícia que é paga pelo imposto de cidadão. Ela é paga pra proteger o cidadão brasileiro”. A tropa de choque segue avançando, “e não pra agredir professor”, sobrando apenas um manifestante, que permanece no chão em meio ao gás, ajoelhado e com os braços para o alto em sinal de rendição. “Que PM é essa?”. Mais uma bomba é disparada, um clarão preenche a tela. Corte.

### **Cena 03.** Rio de Janeiro, Manifestação, 30 de setembro de 2013.

O plano abre com um policial gritando com seu cassetete em punho em meio a um grupo de policiais. A câmera vira e vemos dois policiais avançando, aplicando golpes sucessivos de cassetetes sobre manifestantes. Mais um policial entra no quadro também avançando e agredindo quem está na rua. Ouvimos o som dos golpes dos bastões em meio a gritos em apelo: “Para! Para!”. Os manifestantes correm. Os policiais seguem avançando, com seus cassetetes em punho, um deles grita para o cinegrafista: “Vai, vai, vai! Afasta, afasta, afasta!”. Corte.

### **Cena 04.** Rio de Janeiro, Manifestação, 30 de setembro de 2013.

Um agrupamento de policiais cerca e golpeia alguém sentado no chão. O cinegrafista se aproxima e grita: “Que isso? Que isso?”. Conseguimos ver um rapaz sentado, que apesar de usar um capacete azul, característico de profissionais da imprensa que acompanhavam os protestos, tenta proteger a cabeça dos golpes com os dois braços. Ouvimos o cinegrafista: “É imprensa porra! É imprensa”. Em pé, atrás do rapaz, há um grupo de jovens acuados no interior do cerco policial. Um policial chuta o jovem que permanece sentado no chão protegendo a cabeça. A câmera gira. Vemos mais pessoas ao redor, mais câmeras filmando a ação. Ouvimos gritos: “É imprensa! É imprensa, animal!”. Por entre as costas de policiais, surge um homem com um terno e mochila nas costas. Ele tenta se proteger de consecutivos golpes de cassetetes. O cinegrafista grita: “É advogado, é advogado!”. Corte.



A sequência destas quatro cenas dá início ao vídeo que abriu a audiência temática sobre a abordagem policial aos protestos no Brasil em 10 de março de 2014 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA). O vídeo é composto pela montagem de uma série de imagens das abordagens policiais em diversas partes do país, intercaladas aos barulhos dos golpes, gritos e depoimentos de pessoas que sofreram violência policial.

Apesar da exibição de imagens explícitas da violência e da apresentação de um dossiê que reunia uma série de registros das violações de direitos humanos, a resposta do Estado brasileiro foi de que as manifestações no Brasil significaram o exercício (e não a supressão do exercício) constitucionalmente garantido de livre manifestação do pensamento e de reuniões em locais públicos. Segundo os representantes do Estado presentes na audiência: “o Estado Brasileiro buscou ouvir e compreender a voz das ruas”<sup>1</sup>. Assim, “alegações de que estaria em curso uma política federal de repressão e desmobilização de manifestações, configurando um Estado de exceção no Brasil, não encontram lastros na realidade”. Além disso, para os representantes do Estado, as denúncias dos “possíveis” abusos no uso da força por parte dos agentes do estado durante protestos incitaram “um maior diálogo entre os entes federados e o aprofundamento das discussões sobre o uso de armamentos de baixa letalidade e à formação de protocolos-padrão de segurança pública para a atuação em manifestações públicas”. Eles mencionaram ainda uma série de legislações, portarias, reuniões, fóruns, pactos, acordos, resoluções e grupos de trabalho como argumentos da “solidez” da democracia brasileira e dos seus avanços na “proteção dos indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovam e protejam direitos humanos e liberdades fundamentais”. Neste sentido, conforme argumentou o embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos: “as manifestações públicas e os protestos sociais são um reflexo, sobretudo, da vitalidade da nossa democracia” e “o governo brasileiro está agindo não apenas para ouvir a voz das ruas, como também para prevenir e punir eventuais excessos que possam silenciar essa mesma voz”.

Conforme veremos, no entanto, as ruas excedem os discursos dos governantes que enunciam a necessidade de ouvir “a voz das ruas”, ao mesmo tempo em que as tornam inaudíveis.

---

<sup>1</sup> Esta e todas as falas seguintes da comitiva brasileira foram transcritas do vídeo da audiência, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=93mLQXXN5w0&feature=youtu.be>>. Acesso em 18/01/2017.

## Introdução: Pimentas, (des)ordem e vinagres

O ano de 2013 foi marcado por um conjunto de manifestações que se proliferaram de forma inesperada, com multidões ocupando as ruas de diversas cidades do Brasil em todas as suas regiões. Às vésperas do início da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), uma passeata em São Paulo no dia 06 de junho, organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público, pode ser considerada como o ‘início’<sup>2</sup> de uma onda crescente de protestos quase diários que se espalharam por todo o Brasil. Este fenômeno, que precedeu a realização no ano seguinte da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, já expressava sinais profundos de um amplo descontentamento diante de inúmeras pautas sociais, como transporte, saúde e educação, frente aos gastos exorbitantes em obras públicas realizadas para receber estes ‘megaeventos’. Além disso, alterou significativamente as respostas, cada vez mais punitivas, coordenadas e violentas, orquestradas por diversos aparatos do Estado diante das reclamações e reivindicações da população.

Dada a grande visibilidade e o amplo debate recente em torno das manifestações no Brasil e em outros países<sup>3</sup>, as denúncias de violações de direitos humanos, sobretudo aquelas que se referem às técnicas policiais de abordagem e de dispersão dos protestos, vêm levantando significativas questões sobre os entraves, as contradições e os limites dos discursos e práticas ‘nacionais’ e ‘internacionais’ de direitos humanos. Seja no âmbito institucionalizado das burocracias (inter-)estatais, seja na atuação de

---

<sup>2</sup> Esclareço que quando me refiro a um ‘início’ entendo que o dia 06 de junho de 2013 pode ser considerado como um marco deste processo específico de passeatas sistemáticas, crescentes, quase diárias, cujas expressões já poderiam, talvez, estar em curso há mais tempo. Ao menos, é assim que o próprio MPL-SP (2013) compreende a intensificação das mobilizações. Isto pode ser observado em diferentes publicações do grupo, como através do ensaio: “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, em referência à *Revolta do Buzu*, ocorrida em Salvador 10 anos antes, em 2003.

<sup>3</sup> Estudos recentes como os de Castells (2013), Žižek (2013), Cocco (2013), entre outros, defendem que estes movimentos que levaram milhões de pessoas às ruas, inclusive do Brasil, não constituem um fenômeno isolado, mas se inserem em uma “onda de protestos globais”, com os quais compartilhariam características fundamentais. Em resumo é possível identificar nestas interpretações a expectativa de um caráter emancipatório comum e de denúncia da crise do chamado capitalismo global. À luz dos escritos de Walker (2010), no entanto, é interessante observar o que este imaginário político do “global” – que situa os protestos como “respostas globais” a um “problema global” – mobiliza, uma vez que, tanto a defesa dos procedimentos “adequados” de policiamento de protestos, como a legitimação do uso da força contra manifestantes repousam precisamente na (re)produção da ideia de “padrões internacionais” de contenção de “distúrbios da ordem pública”.

organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Estas violações parecem sinalizar a operacionalização de um biopoder<sup>4</sup> que simultaneamente criminaliza manifestantes, ações públicas de contestação e mobilizações de movimentos sociais, bem como normaliza e normatiza a violência e a repressão ao direito de livre manifestação.

As questões que aqui se colocam resultam de problemáticas que venho encontrando ao longo de toda minha trajetória profissional e acadêmica. Desde a graduação em ciências sociais integrei projetos de pesquisa e intervenção em diferentes ONGs de direitos humanos junto a populações em situação de vulnerabilidade<sup>5</sup>. De 2011 a 2013, atuei na gestão de políticas públicas de direitos humanos: primeiro, coordenando as políticas municipais de educação em direitos humanos da cidade de Fortaleza e, depois, a célula de Relações Interinstitucionais e Articulação Regional da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Estado do Ceará (COOPDH). O trabalho na COOPDH me inseriu na rede de retaguarda e defesa de direitos, e no acompanhamento de casos de violações junto aos movimentos sociais, através do recebimento e encaminhamento de denúncias.

Foi durante este período que eclodiram as manifestações de junho de 2013 em todo o país, intensificando os desafios no trato dos casos de violência policial e perseguições políticas. Enquanto orientadora de célula na COOPDH, e, mais uma vez, gestando políticas de educação em direitos humanos, ao mesmo tempo em que eu conduzia a formação de lideranças em direitos humanos junto a coletivos e organizações da sociedade civil, coordenava a formação em direitos humanos dos Tenentes Coronéis da Polícia Militar do Estado do Ceará. A proximidade por um lado com os movimentos, os manifestantes e as ações nas ruas, e, por outro, com os comandos das ações de repressão da polícia acabaram por tornar insustentável a continuidade do trabalho na própria Coordenadoria, levando ao limite meu papel de mediação diante das contradições entre os discursos e esforços de promoção dos direitos humanos e as contínuas práticas de violação destes direitos pelos profissionais e agentes da segurança pública. Os desdobramentos deste processo despertaram uma série

---

<sup>4</sup> O conceito de *biopoder* se refere ao que Foucault (1998, 2005, 2008a, 2008b) problematiza como um “poder sobre a vida”, ou, as formas de experiência e de racionalidade que vieram a organizar, no Ocidente principalmente a partir do século XVIII, um poder sobre a vida, um governo de uma população. Os escritos de Foucault (2008c) sobre biopoder remetem a uma “história das tecnologias de segurança” e uma “história da governabilidade”, a partir das quais ele analisou os mecanismos de poder que tornaram possível conhecer, organizar e controlar a vida; de como as técnicas de disciplina se articulam aos dispositivos de regulação e de governo em vista à: “(...) segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (2005, p. 297).

<sup>5</sup> Como, por exemplo, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (GAI-RJ).

de questões sobre os limites e possibilidades da afirmação e garantia dos direitos humanos dentro e fora do âmbito do poder público<sup>6</sup>.

Por isso, ao formular esta pesquisa, de imediato, voltei meu olhar para a atuação das ONGs, por reconhecê-las como produtoras-mediadoras privilegiadas do campo dos direitos humanos, tendo em vista observar suas inserções tanto nas lutas travadas nas ruas, quanto nos limites das instituições do Estado brasileiro ou para além deles. Tradicionalmente, muitos dos estudos sobre o papel das ONGs no sistema internacional de proteção as identificam como propulsoras de um 'novo' paradigma, que vêm deslocando o eixo de trabalho do velho debate em torno da promulgação dos direitos, para o campo da efetividade, garantia e transformação das práticas sociais cotidianas (Santos, 2013). Outra visão é a de que as ONGs são os atores que mais se destacam para o desenvolvimento do que vem sendo chamado por "sociedade civil global", visto que indicam e reivindicam "novos caminhos" para a democratização da participação no sistema internacional e na gerência global, iluminando uma possível solução para a crise de legitimidade que ronda a tomada de decisões em todo o sistema internacional, além de terem um efeito positivo de aprofundamento da democracia dentro dos Estados (Reis, 2006). Estas leituras entendem que a atuação das ONGs afeta as práticas da soberania nacional ao multiplicarem os canais de acesso ao sistema internacional, transformando as relações entre os Estados, as redes de defesa de direitos e os próprios cidadãos (Keck; Sikkink, 1998).

Inicialmente, portanto, meu objetivo era interrogar o funcionamento do sistema internacional de direitos humanos, investigando as ações das ONGs que atuam em instâncias internacionais de proteção, denúncia e monitoramento de situações de violações de direitos humanos. De forma mais específica, pretendia desenvolver esta abordagem observando como foi a 'construção', etapa por etapa, da primeira audiência temática específica sobre o tema das violações de direitos humanos em protestos sociais junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), realizada em março de 2014. Para isso, recorri à análise de um documento, identificado como "dossiê", produzido coletivamente pelas organizações que

---

<sup>6</sup> A partir dos escritos de Dauphinee (2010) e Inayatullah (2011), reconheço a importância de situar o lugar de onde falo, assim como os múltiplos atravessamentos de experiências, motivações, inquietações e aflições tão imbricadas em cada questão, em cada problema que esta pesquisa levanta e se propõe (re)pensar. Acredito que este movimento de ruptura com uma suposta 'neutralidade' ou 'objetividade' científica, anuncia não só os limites desta minha narrativa enquanto mais uma história, composta por muitas outras histórias, como também abre espaço para situar seu papel (íntimo-político), neste emaranhado de tantos outros papéis que serão analisados.

solicitaram a audiência, que foram: (1) Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP); (2) Artigo 19; (3) Conectas Direitos Humanos; (4) Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH); (5) Justiça Global; (6) Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRS); (7) Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro; (8) Quilombo Xis – Ação Comunitária Cultural e (9) United Rede Internacional de Direitos Humanos (URIDH).

Cheguei ao dossiê quando, diante das incertezas de como articular uma entrada nas organizações que solicitaram à audiência, conversei com uma amiga dos tempos da graduação em ciências sociais, Juliana Farias, que havia trabalhado na ONG Justiça Global durante o processo de solicitação da audiência. Foi Juliana quem me contou do dossiê como uma peça emblemática de denúncia das violações de direitos humanos no contexto dos protestos. Este documento<sup>7</sup> reúne relatos de muitos casos dos usos excessivos da violência pelas forças policiais, além de descrições de medidas, isoladas ou não, que os poderes legislativos, executivos e judiciários vêm acionando no sentido de regular, criminalizar ou mesmo impedir o direito ao exercício da livre manifestação.

Além disso, realizei três entrevistas semiestruturadas em profundidade<sup>8</sup> com profissionais que participaram do processo de ‘construção’ da denúncia e da audiência: duas com Natália Damazio, da Justiça Global e uma com Camila Marquês e Pedro Teixeira, da Artigo 19. Obtive o contato de Natália Damazio também através da rede de amizade com Juliana Farias. Já Camila Marquês e Pedro Teixeira, conheci no lançamento do relatório “As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015”, realizado no dia 10 de setembro de 2015 no Rio de Janeiro. As entrevistas abordaram desde a negociação, articulação e solicitação da audiência até sua efetiva realização e repercussão, incluindo a confecção do dossiê e as escolhas envolvidas na seleção e apresentação dos casos por ele denunciados. Ao todo registrei cerca de cinco horas de entrevistas, sendo 03h e 44min com Natália e 01h e 41min com Camila e Pedro. Apesar de todo esse tempo de conversa ter sido fundamental para o (re)desenho das questões da pesquisa e ter contribuído enormemente com as reflexões que traço ao longo de todo o trabalho, optei por trazer apenas alguns trechos de citações diretas

<sup>7</sup> O dossiê está disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Dossi%C3%AA%20Vers%C3%A3o%20FINAL%20rev%20final%20-%2028\\_03f.pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Dossi%C3%AA%20Vers%C3%A3o%20FINAL%20rev%20final%20-%2028_03f.pdf)>. Acesso em 17/01/2017.

<sup>8</sup> A razão da escolha por entrevistas semiestruturadas se vincula à expectativa de fazer emergir as informações de forma livre e aberta, garantindo espaço para novidades que possam vir a surgir a partir da interação entre a ‘pesquisadora’ e suas ‘informantes’.

destas interlocuções, todos eles das entrevistas com Natália. No entanto, sobra material para ser abordado com o cuidado merecido em desdobramentos futuros desta dissertação.

Assim, ao longo do percurso de pesquisa, diante das limitações de acesso a dados sobre os procedimentos internos da CIDH e da impossibilidade temporal e financeira de realizar etnografias *in loco* nas organizações ou nos escritórios da CIDH, e ainda, sob influência de perspectivas teóricas que desestabilizavam entendimentos comuns sobre o ‘internacional’ (especialmente nos estudos de R. B. J. Walker) e sobre ‘direitos humanos’ (sobretudo a partir das reflexões de Costas Douzinas, Peter Fitzpatrick e Ben Golder), investi em seguir a trama de rastros que se abria através do dossiê e das entrevistas. Rastros que me levaram a enfatizar, a partir de uma ótica foucaultiana, as vicissitudes e ambiguidades nas relações entre direito, poder e resistência, compreendendo os Estados (Foucault, 2005, 2008b, 2008c) – em sua relação inextricável com o “sistema de Estados”, ou, o “internacional” (Walker, 2010, 2013) – como práticas, tecnologias de poder, que ao mesmo tempo arrogam para si a legitimidade e centralidade da defesa e promoção dos direitos humanos, ao passo que se mantêm como seus principais violadores.

Inspirando-me nos estudos de Foucault, portanto, entendo o Estado não como uma entidade fixa, estática e onipotente que se impõe aos indivíduos por uma “mecânica espontânea”, mas como um conjunto de determinadas práticas dispersas, difusas, contingentes e em constante disputa: “[o] Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (2008c, p. 369).

Seguindo Walker (2010, 2013), por sua vez, reconheço os perigos de se pensar o Estado e o internacional como esferas separadas correspondentes a modos distintos de prática política, ignorando a historicidade e contingência da constituição imbricada de ambos. Para Walker (2013), o “internacional” é também constituído por um conjunto de práticas que não devem ser tomadas como dadas, visto que ativam políticas espaço-temporais de definição de limites e fronteiras – entre o que está dentro e o que está fora. Segundo Walker (2013), a “aparência de permanência é efeito de práticas complexas que afirmam continuidades e marginalizam desordens” (2013, p. 242), autorizando assim, ao mesmo tempo, autoridades e inclusões e exclusões.

Além disso, é importante pontuar logo de início que compreendo os direitos humanos também como algo em constante processo: “como produções,

como artefatos, como instrumentos (...) formas de explicar, interpretar e intervir no mundo” (Flores, 2005, p. 98). Considero ainda, como Rancière (2004), que os direitos humanos não se referem a uma “coletividade definida ou permanente”, mas a predicados políticos abertos, cujos significados estão em constante disputa (Rancière, 2004, p. 303). Assim, entendo que os direitos humanos constroem, definem e dizem quem são os ‘humanos’, produzindo sujeitos ou processos de subjetivação precisamente na tensão entre seus princípios, fundamentos, normas, ou “direitos escritos” (*written rights*), e suas práticas, performances, dissensos: “a verificação do poder de sua inscrição” (Rancière, 2004, p. 302-303, tradução minha).

A partir de tais considerações, passei a problematizar as inserções, estratégias, práticas e discursos das organizações junto ao sistema internacional de proteção e também junto às redes locais, governamentais ou não, sem perder de vista suas contradições e ambivalências. Ou seja, considerei as lutas por direitos humanos como um campo em constante negociação e produção não só de significados, técnicas e condutas, mas também de sujeitos, realidades e destinos. Sob esta perspectiva, compreender a forma como ocorrem os processos de significação, os movimentos de transformação e as lutas por direitos humanos envolveu investigar de que modo se constrói a dinâmica de disputas entre *discursos, fazeres e poderes*<sup>9</sup>, bem como os dispositivos que desencadeiam, deslocam ou alimentam tais processos.

Neste sentido, a leitura do dossiê me moveu mais a rastrear as disputas com e contra os quais ele se posicionava do que a investigar em profundidade a ‘construção’, realização e os possíveis resultados da audiência. De modo que, ao invés de servir como ponto de partida para uma análise de aspectos institucionais do chamado Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o dossiê se tornou a porta de entrada de um labirinto de *ruas de papel*, ou seja, para uma multiplicidade de documentos que compõem e disputam os significados do que as ruas, as manifestações e as violações ‘terão sido’.

A ênfase no embate pelo que ‘terá sido’ deriva, sobretudo, das leituras de Michael J. Shapiro. Segundo Shapiro (2015), este tempo gramatical que “localiza o passado no futuro – o futuro anterior” (2015, p. 176, tradução minha) chama atenção para uma abertura temporal à contestação sobre o significado de

<sup>9</sup> Para trabalhar tais conceitos, mais uma vez, recorro a Foucault (2008a) e reconheço que “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (2008a, p. 179). Sob este olhar, portanto, existe um feixe íntimo de relações entre as práticas sociais, as disputas de poderes e as produções discursivas.

eventos no passado, presente e futuro, envolvendo disputas em torno dos meios de comunicação e do acesso à informação. Mas enquanto Shapiro (2015, p. 157, 176-177) discute a temporalidade crítica do futuro anterior no contexto de atrocidades de guerra analisando textos artísticos como práticas de arquivo contraoficiais, investigo aqui os futuros anteriores dos protestos a partir dos rastros de contestações abertos pela própria intervenção do dossiê, bem como, pela trama de documentos que dele emergem sobre o que ‘terão sido’ tais eventos.

Além disso, ao explorar os *fazeres* do dossiê e de outros documentos que foram incorporados à investigação, procurei traçar uma interlocução com o campo da antropologia das práticas de poder (Castilho; Souza Lima; Teixeira, 2014), aproximando a pesquisa de uma “etnografia de/com documentos” (Vianna, 2014). Entretanto, cabe esclarecer que não me proponho a fazer propriamente uma etnografia de documentos, o que implicaria observar a movimentação, circulação e arquivamento destes documentos, mas apenas procuro cultivar um olhar mais antropológico ao trabalhar com os papéis. Este referencial teórico-metodológico permitiu compreender os documentos como peças etnográficas, ou seja:

[...] tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um ‘processo’ como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam (Vianna, 2014, p. 47).

A interface com os estudos da antropologia das práticas de governo da vida política (Souza Lima, 2002) contribuiu para explorar como as violações de direitos humanos no contexto dos protestos recentes no Brasil, ao serem documentadas e denunciadas pelas ONGs, não só são descritas, mas, principalmente, colocam em disputa a gestão dos protestos feita pelo Estado, por meio tanto de técnicas repressivas como de documentos, práticas institucionais, burocracias, procedimentos jurídico-legais e dos discursos produzidos por seus variados atores/autores. Assim, meu objetivo passou a ser o de investigar de que formas as categorias jurídico-normativas de administração, controle e vigilância destes ‘casos’ constituem, negociam e redefinem sujeitos e relações sociais, ou, como são estabilizados e desestabilizados os significados e as verdades, mais especificamente, sobre a ‘ordem’ e a ‘desordem’, o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’ e o ‘direito’ e o ‘crime’. Estes termos adquiriram grande relevância nesta pesquisa, uma vez que se tornaram importantes referenciais nos debates públicos sobre os



protestos, servindo não apenas para legitimar a repressão policial e leis que restringiam o direito de manifestação, mas também para despolitizar, em grande medida, suas múltiplas reivindicações.

### **“o gás é pra dispersar os vândalos”**

As manifestações nas ruas do Brasil e as violentas reações e abordagens do Estado têm contribuído para evidenciar a precariedade da garantia dos direitos civis e políticos considerados como os mais básicos pela concepção moderna de democracia. Conforme argumentado no resumo da apresentação da audiência de 2014 na CIDH, de acordo com a Corte Interamericana, a liberdade de expressão é “*piedra angular en la existencia misma de una sociedad democrática*”<sup>10</sup>. Entretanto, segundo o dossiê referente à atuação do Estado brasileiro nas manifestações de rua de 2013, além de centenas de pessoas feridas e detidas arbitrariamente, foram registradas ao menos 23 mortes no país em razão direta ou indireta da repressão policial, sendo: treze execuções por armas de fogo disparadas pela polícia, duas decorrentes da inalação de gás lacrimogêneo, cinco atropelamentos, duas quedas de viaduto e uma por parada cardiorrespiratória. Além disso, desde 2013 proliferam ações nos poderes legislativos no sentido de regular e criminalizar o direito ao exercício da livre manifestação<sup>11</sup>. Os episódios arbitrários envolvendo detenções por ‘porte de vinagre’, inclusive, fizeram com que um dos nomes mais populares para as manifestações de junho tenha sido: “Revolta do Vinagre”. O vinagre, utilizado para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo, a partir de então se tornou um símbolo de resistência e de ridicularização das abordagens policiais aos protestos<sup>12</sup>. A partir deste cenário foi possível perceber como os usos dos discursos pela garantia de direitos podem servir tanto para fundamentar críticas à violência perpetrada pelos aparatos do Estado, como para legitimá-la.

<sup>10</sup> Ver em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=132&IID=2>>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>11</sup> Segundo o dossiê da audiência na CIDH de 2014, desde 2013 foram ao menos 23 projetos de lei em tramitação nos Legislativos estaduais e federal que visavam criar um suporte legal para as ações de repressão, como proibição do uso de máscaras, tipificação do delito de terrorismo; além de alterações em crimes já existentes, tais quais: crime de lesão corporal e constrangimento ilegal, crime de dano ao patrimônio e crime de atentado contra o sistema de transporte rodoviário, com agravamento das penas se ocorridos durante um protesto.

<sup>12</sup> Há inúmeros exemplos dessa dimensão simbólica que os vinagres adquiram popularmente no Brasil em especial depois de junho de 2013, um deles é a publicação independente, “*copyleft*”, do livro “*Vinagre: uma antologia de poetas neobarracos*”, uma “obra de organização coletiva, by Os Vândalos” que já está em sua 2ª edição. Disponível em: <[http://www.mediafire.com/file/8xo1155vho004ir/VINAGRE\\_UMA+ANTOLOGIA+DE+POETAS+NEO+BARRACOS\\_junho2013.pdf](http://www.mediafire.com/file/8xo1155vho004ir/VINAGRE_UMA+ANTOLOGIA+DE+POETAS+NEO+BARRACOS_junho2013.pdf)> Acesso em 18/01/2017.

O encontro que reuniu representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da sociedade civil no dia 15 de julho de 2013 para discutir a ação da polícia militar nas manifestações expressa muito bem desta difícil tensão. Neste encontro, estiveram presentes gestores das políticas estaduais de Direitos Humanos, do Comando da Polícia Militar, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Anistia Internacional, que juntos pactuaram novas formas de abordagem dos protestos, em respeito e concordância com os direitos humanos e com os direitos políticos e civis previstos pela Constituição. Apesar disso, os resultados da reunião parecem ter se invertido, contribuindo para legitimar o aumento da violência e da repressão ao direito de manifestação.

Isto pode ser observado principalmente através da entrevista coletiva concedida por representantes da cúpula da segurança, secretários da Casa Civil e do Governo do Estado, já no dia 18 de julho, logo após os protestos do dia 17 que ficaram conhecidos como o “quebra-quebra no Leblon”. Na ocasião, apenas três dias após a reunião que havia redefinido as práticas de policiamento dos protestos, o comandante coronel Erir Ribeiro chegou a citar a OAB e a Anistia Internacional ao dizer: “O que foi pactuado na Secretaria de Direitos Humanos com a OAB, a Anistia Internacional, não deu certo. Então hoje, nós já vamos sentar pra reavaliar (...) O gás é pra dispersar os vândalos, então, as pessoas falaram pra não usar o gás... então... nós tamos [sic]... nessa ação foi prejudicada”<sup>13</sup>.

A fala do comandante coronel Erir Ribeiro é interessante, também, pois demonstra a comum referência nos discursos de chefes de Estado, comandantes e agentes da segurança pública à figura do ‘vândalo’. Esta figura, que foi massivamente respaldada e reproduzida pelos principais veículos da imprensa comercial recentemente no Brasil, contribuiu para a construção de narrativas totalizantes e moralistas de uma ‘verdade’ sobre os protestos baseada na oposição entre ‘protestos pacíficos’ e ‘depredações’, ‘manifestantes’ e ‘vândalos’.

A criação de uma identidade social e de discursos sobre os ‘vândalos’, portanto, é extremamente significativa para pensar os entraves à defesa e garantia dos direitos humanos no caso das manifestações no Brasil. O ‘combate ao vandalismo’, ou a ‘perseguição aos vândalos’, parece ter permitido a legitimação e o avanço da repressão, configurando um elemento fundamental na operacionalização de ações no legislativo, executivo e judiciário de

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=AaOq8U01Wa4>>. Acesso em 03/02/2015.

criminalização prévia de manifestações e de manifestantes. A constituição das categorias de ‘vândalos’, assim como de ‘terroristas’ ou ‘subversivos’ nos remete a “negação do enigma do outro”, tal qual proposto por Connolly (1989, p. 326). Esta negação via associação do outro ao “mal, amoral ou irracional”, autoriza e orienta a eliminação da diferença e da ameaça que ela representa, seja pela neutralização, conversão ou derrota: três atitudes que parecem descrever as respostas dadas pelos poderes públicos às manifestações no Brasil, assim como às reivindicações que tais protestos reclamam e corporificam. Brysk (2007), por sua vez, ao debater políticas antiterror sinaliza precisamente este movimento que, ao diferenciar e distinguir um “Outro” a ser erradicado, não apenas visa controlar o uso da violência “ilegítima”, mas invoca discursos de defesa da “segurança nacional” que legitimam a suspensão de normas e procedimentos legais, abrindo caminho para justificar “estados de exceção”. De acordo com Brysk (2007): “(...) a insegurança nacional se torna uma receita para violações de direitos humanos” (2007, p.5, tradução minha). Portanto, ao examinar a figura do ‘vândalo’, é possível vislumbrar alguns rastros das contradições deste ordenamento político sustentado por tensões entre direito, violência e exceção.

### **A necessária impossibilidade dos direitos humanos**

As difíceis relações entre o direito e a exceção, o Estado e a violência dos aparatos estatais trazem questões sobre as possibilidades de assegurar os direitos humanos dentro deste ordenamento político, jurídico e social. Não podemos perder de vista, afinal, como tais problemas já estão expressos na arquitetura da política moderna que, nos termos de Walker, envolve sistemas de inclusões e exclusões demarcando os limites do sujeito, do Estado e do internacional. Quando pensada a partir destes três elementos simultaneamente, a problemática relação entre soberania e violência se desdobra em um “triplo excepcionalismo”, ou seja, não basta pensar a exceção exclusivamente nos termos da soberania estatal, segundo Walker (2004):

[...] o mundo moderno da política soberana é um mundo de exceções constitutivas, e a mais importante exceção (...) é aquela entre o [internacional/estatal/individual] moderno e seus outros/negações, que permitiu a construção de uma política moderna de Estados e subjetividades soberanas (2004, p. 249, tradução minha).

É em relação a estes limites, sobre os quais se autorizam práticas de violência e exceção, que procuro explorar as contradições e potencialidades dos direitos humanos na contemporaneidade.

Em uma chave mais institucional, muitos são os entraves para a garantia de direitos humanos por parte dos Estados. Através dos estudos de Hafner-Burton (2011), por exemplo, podemos observar que em grande parte a participação dos Estados nos regimes internacionais de direitos humanos consiste em uma simples estratégia para aliviar a pressão por transformações reais. Ao avaliar o mecanismo de “*naming and shaming*”, amplamente utilizado por ONGs, mídias e até pela Organização das Nações Unidas (ONU), Hafner-Burton (2008, p. 689-690) questiona o quão efetiva seria a aplicação desta estratégia na redução das violações de direitos humanos, em especial aquelas cometidas pelos próprios Estados, como prisões ilegais, violência contra manifestantes, torturas, desaparecimentos forçados e outras formas do que chama de “terror político”. Ela acrescenta que apesar do efeito tático de publicidade e de constrangimento dos Estados, na prática ao contrário de mudanças reais pela interrupção das violações, o que se observa são alterações que acabam permitindo a continuidade destas práticas (Hafner-Burton, 2011, p. 15).

No seio destes entroncamentos entre avanços normativos e entraves efetivos, a leitura de Douzinas (2000, p. 94) sobre a dimensão não apenas enunciativa, mas performativa dos direitos humanos traz nova luz ao debate, resgatando e ressignificando seu caráter utópico: “direitos humanos instalam a radical contingência da proclamação linguística no coração de arranjos constitucionais” (2000, p. 95, tradução minha). Douzinas (2000) compreende a necessária impossibilidade dos direitos humanos em seu paradoxal discurso duplo:

Eles permitem a experiência de liberdade e a abertura da linguagem a se tornarem uma estratégia política e operarem sobre o social. Mas ao mesmo tempo, eles institucionalizam a ética de alteridade e o dever de respeitar a existência singular e única do outro. A experiência da ausência de fundamento e liberdade torna impossível definir, descrever ou delimitar uma sociedade de direitos humanos. Tal sociedade busca re-definições e re-conceitualizações, para novas possibilidades e subjetividades. O tempo de tais sociedades é o futuro porque seu princípio é sempre-ainda a ser declarado e alcançado. Mas uma sociedade de direitos humanos opera também uma – não essencial – teoria do bem, e se torna uma comunidade de obrigação ao outro singular e único em suas necessidades concretas (Douzinas, 2000, p. 356, tradução minha).

Em um sentido derridiano<sup>14</sup>, para Douzinas (2000, p. 145) os direitos humanos não são um produto da legislação, mas justamente seu oposto, ou seja, precisamente aquilo que impõe o limite à força, às leis estabelecidas, aos direitos constitucionalizados:

Direitos humanos têm a habilidade de criar novos mundos, continuamente impulsionando e expandindo as fronteiras da sociedade, identidade e direito. Eles continuam transferindo suas reivindicações a novos domínios, campos de atividade e tipos de subjetividade (legal), eles constroem incessantemente novos significados e valores, e eles conferem dignidade e proteção a novos sujeitos, situações e pessoas (Douzinas, 2000, p. 343, tradução minha).

Douzinas (2013, p. 84) enfatiza ainda que as resistências como formas de desobediência, dissidência e protesto desafiam precisamente a violência conservada no (e conservadora do) direito, rompendo com as regulações da ordem pública de modo a acentuar injustiças maiores. Ele destaca o papel da resistência e da contestação na manutenção dos sistemas sociais e das ordens legais vivas, prevenindo suas escleroses e revertendo ossificações. Conforme argumenta: “o que o Estado teme é o desafio fundamental ao seu poder por uma força que pode transformar as relações de direito e apresentar-se como tendo um ‘direito ao direito’” (Douzinas, 2013, p. 87, tradução minha).

Seguindo tal perspectiva, busco observar nas práticas como este caráter questionador, desestabilizador e transformador dos direitos humanos, desafia as fronteiras demarcadas pelo direito positivado (Douzinas, 2000, 344). Ou nos termos de Upendra Baxi (2006, p. XVI, XVII), como em suas lutas cotidianas a “razão” dos direitos humanos pode vir a desacreditar a “desrazão” da soberania estatal e dos seus vários regimes predatórios instalados de “legalidades” dominantes.

Não é por acaso, portanto, que elegi o tema das manifestações para pensar as lutas por direitos humanos na atualidade. Tal como Rancière (2004, p. 305), reconheço que a força dos direitos humanos reside precisamente no seu movimento contínuo, no processo de disputas por seus significados, na ruptura

---

<sup>14</sup> Em especial naquilo que tange seu debate mais específico sobre as leis, o direito e a justiça, conforme reunido na publicação *Força de Lei – “o fundamento místico da autoridade”*. A partir da distinção entre direito e justiça, Derrida (2007) ressalta que: “O direito não é a justiça. O direito é o elemento do cálculo, enquanto a justiça é incalculável, ela exige de nós que se calcule o incalculável: o que seria justo – a decisão justa a partir de uma experiência aporética que é indecidível por princípio -, momento este de extrema angústia pois que a decisão justa nunca será garantida por uma regra, por uma lei” (2007, p.30). Este descolamento fundacional das leis e do direito à justiça permite ao filósofo explorar a desconstrução dos “fazer” das leis e das “fundações” do direito, abrindo caminho para buscar as múltiplas, interpretáveis e instáveis camadas performativas e textuais que os constituem. Voltaremos a este debate no terceiro capítulo.

com a ‘ordem natural’, no dissenso. Assim, esta pesquisa busca nas formas de enfrentamento e nas denúncias corporificadas seja nas ruas ou nos gabinetes; por entre documentos, audiências e burocracias, esta emergência radical dos direitos humanos. Procuro, portanto, responder ao chamado de Baxi (2006) a “ver emergências de direitos humanos em termos de rupturas, descontinuidades, e fissuras nas narrativas canônicas da soberania e legitimidade do Estado” (2006, p. 21, tradução minha).

A partir das pistas ou dos rastros<sup>15</sup> dos artefatos de papel<sup>16</sup>, das tecnologias de poder do direito do Estado brasileiro e das entrevistas procurei vislumbrar parte deste intrincado feixe de relações que negociam os significados e as verdades sobre os direitos humanos no universo dos protestos e das violações a manifestantes. No intuito de problematizar o fazer dos direitos humanos, não enquanto diretrizes, instituições ou marcos regulatórios, mas como gramáticas sociais, práticas e artefatos culturais em constante disputa e construção de si, de nós e do cotidiano.

### **O tesouro é o mapa: como (des)ler os documentos, ou, seguindo os rastros dos artefatos de papel**

*O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantes. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo ou uma formação social (Deleuze; Guattari, 1995, p. 22).*

Para responder aos objetivos e questões que animam esta investigação, em busca do ‘mapa’ (ou tesouro)<sup>17</sup> sempre aberto, como colocam Deleuze e Guattari (1995), passível de ser (re)conectado em todas as suas dimensões, (re)adaptado, rasgado, modificado, desmontado, investi aqui no exercício do que chamei de uma ‘(des)leitura’ dos documentos.

A ideia de uma ‘(des)leitura’, por sua vez, se inspira na filosofia da “desconstrução” de Jacques Derrida (1973, 2001). Este pensamento úmido, diria

<sup>15</sup> Conforme discutirei mais a frente, a ideia de seguir os rastros se inspira por um lado na “sociologia das associações” de Bruno Latour (2005) e por outro no pensamento da “desconstrução” de Jacques Derrida (1973).

<sup>16</sup> Tomo a ideia dos documentos como artefatos de papel emprestado da professora Adriana Vianna. O contato com esta expressão vem de alguns eventos em que tive a oportunidade ouvi-la abordando o tema da etnografia com os documentos, como no debate sobre “Instituições, Profissionais e Práticas de Regulação”, que fez parte do Seminário do Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades Dissidentes - NuSex, realizado em junho de 2015 pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-UFRJ).

<sup>17</sup> A frase “O tesouro é o mapa” é da poeta Fernanda Meireles e tanto sentido faz quando nos perdemos na trama da pesquisa, à procura de um mapa que se só se faz (desfaz e refaz) no pesquisar.

Rafael Haddock-Lobo (2007), que excede e se situa às margens da metafísica oposicional de presenças e ausências, no limite, na impossibilidade e que, portanto, só pode operar por meio de “quase-conceitos”, ou “indecidíveis”. O pensamento da desconstrução será desenvolvido com mais afinco no terceiro capítulo. No entanto, cabe esclarecer de antemão que quando me refiro a uma ‘(des)leitura’ o que proponho é voltar a atenção às tensões, às contradições, ou como colocaria Rancière (1996), aos dissensos. Ou seja, é investir em uma leitura que siga os rastros daquilo que é posto em movimento, deslocado, umidificado, revertido, subvertido, desestabilizado. Daquilo que escapa, que está no ‘entre’ das oposições. Uma leitura que ‘desleia’ o que se tenta fixar.

Assim, o ‘mapa’ que vem sendo desenhado (e redesenhado) através do percurso desta pesquisa, procura ‘seguir os rastros e os rastros dos rastros’ dos artefatos de papel. Esta perspectiva se influencia por um lado pela “sociologia das associações” conforme apresenta Bruno Latour (2005) e por outro na “Gramatologia” de Derrida (1973), enquanto “desconstrução”. Pela via latouriana, considero que uma “ciência do social” só é possível através da captura dos seus rastros, do “rastreamento de associações”. Ou seja, na circulação, no fazer e refazer dos grupos, no ato de compor relatos, nas múltiplas textualidades – já que os textos são assumidos como mediadores, como atores tecendo associações entre outros atores. A partir da “Gramatologia” de Derrida (1973), por sua vez, tomo o “real” como uma cadeia de rastros, uma infinitude de trilhas e pistas, que, não são nem fundamento, nem origem, mas aquilo que escapa, que se esquia sempre. Neste sentido, quando aparecem com uma pretensa unidade narrativa, escondem a ambiguidade constitutiva de evocar a presença na ausência, ocultando tudo aquilo que excluíram, suprimiram e silenciaram ao se fazer presente ou ao enunciar.

Neste sentido, o dossiê se revela tanto como ‘um rastro’ de uma trama ‘maior’ – como enquanto ‘um emaranhado de rastros’, um “labirinto de inscrições” (Haddock-Lobo, 2008) que se abre em outros rastros e documentos, alguns dos quais, incorporei à investigação. Ao mesmo tempo, como já mencionei, ao olhar para os documentos, procurei dialogar ainda com o que Vianna (2014) chama de uma “etnografia de/com documentos”. O que implicou tomá-los ao mesmo tempo como “artefatos e artífices” de realidades sociais (Vianna, 2014, p. 53). Ou seja, levá-los a sério como um “corpus vivo a gestar e gerir” (Souza Lima, 2002) relações sociais e, através deles, buscar o trânsito, a manutenção ou transformação de categorias, concepções e práticas de gestão

que produzem – do encontro entre vários agentes, agências e formas de classificação – destinos, relações e, até mesmo, pessoas (Vianna, 2014, 43).

O caminho percorrido ao seguir esta trama de rastros originou três capítulos que organizam, além desta introdução e de uma breve consideração final, o corpo textual desta dissertação. O primeiro capítulo intercala pistas do contexto e das “condições de fala” (Vianna, 2014) operantes no processo de ‘construção’ do dossiê, obtidas primordialmente por meio das entrevistas, a uma descrição densa dos elementos estético-formais do documento. A imersão no dossiê permitiu identificar uma disputa entre o que chamei de *ruas de papel* sobre o *papel das ruas*, no interior da qual o próprio dossiê se insere. Neste capítulo, observo como a lógica que orienta a ‘construção’ dos casos através do dossiê e as estratégias envolvidas no embate pelo reconhecimento de certas violências como violações de direitos humanos produzia uma ‘contranarrativa’ em oposição às ‘narrativas oficiais’ de que ‘eventuais abusos’ seriam investigados. Chamo atenção especialmente para os elementos que agem como táticas estético-políticas de visibilidade e que fornecem ‘provas’ da ‘sistematicidade’ da repressão. Observo, ainda, como o acúmulo de casos e o entrecruzamento de informações objetivas e apelos a emoções subjetivas, nos relatos das violações de direitos humanos, produzem a ‘denúncia internacional’ enquanto um problema do interesse público, uma causa coletiva que reifica a esfera pública dos direitos humanos.

No segundo capítulo, abordo mais especificamente como o dossiê apresenta o movimento de expansão das pimentas e vinagres das ruas para as leis e práticas da legalidade. Busco explorar os dissensos (Rancière) ou rastrear as controvérsias (Latour, 2005) entre a ‘ordem’ e a ‘desordem’, o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’ tomando-os como predicados abertos e procuro observar *o que acontece na produção destas distinções* (Walker, 2010) ou na demarcação destas linhas, atentando aos processos de politização e despolitização que nelas operam. Para isso, exploro dois outros documentos que são denunciados pelo dossiê como mecanismos ou instrumentos de criminalização: (1) a minuta do projeto de lei que tipifica o Crime de Desordem do então secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, entregue ao ministro José Eduardo Cardozo e ao Senado no dia 12 de fevereiro de 2014 e (2) o Decreto Nº 44302 de 2013, que instaurou a Comissão Especial de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas no Estado do Rio de Janeiro. Analiso, então, as estratégias narrativas mobilizadas por estes documentos na produção das suas versões dos ‘acontecimentos’. Nestes rastros, a ‘desordem’ e o ‘vândalo’,



frequentemente sujeitos à condenação política, moral e jurídica pelos ‘agentes da ordem’ e pelos ‘cidadãos de bem’, vão se tornando expressões mais complexas de disputas que envolvem autorizações de autoridades, legitimações de práticas violentas de exceção (nos papeis e nas ruas), mas também atos de capazes de perturbar as fundações sem fundamento de uma “ordem policial” (Rancière, 1996).

No terceiro capítulo, acompanhando o pensamento da desconstrução, proponho desafiar o labirinto de inscrições entre ruas e papéis e entre pimentas e vinagres. Rastreio, assim, uma política dos direitos humanos situada no espaço-tempo do ‘entre’, da in-distinção, da im-possibilidade, da indecidibilidade, da aporia. Este capítulo se divide em três movimentos. No primeiro movimento, percorro a aporia entre ruas e papeis, que levam a uma problematização das distinções entre linguagem e matéria, no seio das discussões de Shapiro (1989) e Lundborg e Vaughan-Williams (2014) sobre uma intertextualidade que excede as formas escritas e nos permite vislumbrar como as ruas se convertem em textos e os textos em ruas. No segundo movimento, retomo as incursões na aporia entre pimentas e vinagres no contexto das manifestações para pensar o caráter aberto, radical, indecidível dos direitos humanos, percorrendo algumas discussões apresentadas por Costas Douzinas (2000), Peter Fitzpatrick (2001) e Ben Golder (2015) sobre a ambiguidade constitutiva dos direitos humanos e sua necessária abertura, responsividade e rebeldia. Finalmente, no terceiro movimento procuro revelar as imbricações, contaminações e contradições desta trama de materialidades e diferencialidades, adiamentos e suspensões que atravessam a enigmática política que acontece no espaço-tempo do ‘entre’.

Nas considerações finais, retomo as discussões principais desdobradas ao longo da dissertação, avaliando o percurso e as questões suscitadas ao seguir os rastros. Diante das tensões, ambiguidades e disputas, afirmo um posicionamento pela politização de práticas de autorização de autoridades e pelo engajamento com uma dimensão radical dos direitos humanos.

Antes de prosseguir, esclareço a padronização das marcas gráficas empregadas ao longo da escrita. Utilizo o *itálico* entre aspas para os trechos e expressões de citações de entrevista. O *itálico* serve ainda para destacar categorias que dão título a seções, no caso de categorias do dossiê, elas aparecem com as letras iniciais em maiúscula, no caso de categorias de minha autoria em minúscula. Além disso, as aspas duplas foram utilizadas para se referir às citações bibliográficas, enquanto as aspas simples indicam e querem

marcar precisamente o aspecto político e disputado de contornos, demarcações e significados das expressões por elas ressaltadas. Por sua vez, ao abordar os aspectos estético-formais do dossiê, optei pelo uso de uma fonte distinta (*Times New Roman*), mantendo o formato e as marcas gráficas do modo como aparecem no material analisado. Nestes casos, para passar uma imagem da citação mais próxima ao original no dossiê, utilizei as notas de rodapé como recurso para indicar as páginas às quais os trechos citados se referiam.

## Ruas de papel e o papel das ruas

Com a proliferação e massificação dos protestos em todo o país também os contingentes dos aparatos policiais, as técnicas e tecnologias de repressão e a violência se intensificavam enquanto resposta às mobilizações nas ruas. Multiplicavam-se, portanto, não apenas os números de manifestantes, de atos e a diversidade das pautas em reivindicação, mas os contingentes das forças policiais, as bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, as balas de borracha e a potência dos sprays de pimenta. Cresciam os números de pessoas monitoradas, intimidadas e cerceadas antes, durante ou depois dos atos. Aumentavam os números de mortos e de feridos, de prisões e de detenções arbitrárias que chegaram às centenas de manifestantes.

Longe das ruas, nos gabinetes e escritórios, nas delegacias e centros de detenção, nos tribunais, nas Câmaras, Assembleias e até no Senado, acumulavam-se as ocorrências, os processos, os inquéritos, os projetos de lei, as decisões de juízes, que faziam avolumar também as defesas, denúncias e pedidos de *habeas corpus*. Além de inúmeros relatórios, relatos e informes denunciando violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro em suas abordagens aos protestos.

As lutas travadas nas ruas e, a partir delas, os rastros de pimentas e de vinagres, se expandiam por múltiplos papéis, produzindo narrativas e contranarrativas que seguem disputando as versões, verdades e significados do que os protestos ‘terão sido’. Estas disputas se materializam tanto nas máscaras, no vinagre, nas lágrimas, nos gritos e na dor impressa nos corpos dos manifestantes, como por entre as linhas das páginas, dos protocolos, dos boletins, das ocorrências; nos carimbos, nos timbrados e nas assinaturas inscritas em tantos papéis. Neste universo de ruas de papel, o relato dos ‘acontecimentos’ traduz e distorce, (des)estabiliza e produz o papel das ruas. Em um sentido latouriano, estes papéis criam, transformam e deslocam o significado ou os elementos a que estes textos se referem (Latour, 2005, p. 39). O papel das ruas transborda, assim, o tempo-espço dos protestos, constituindo, regulando e conectando sujeitos e seus destinos através da produção de ruas de papel. Assim, o que chamo aqui de ‘ruas de papel’ se refere tanto aos caminhos que nos levam de um papel a outro, quanto as ruas que eles efetivamente ‘criam’ ao

(des)estabilizar, traduzir e distorcer os significados e verdades sobre o que ‘teria acontecido’ nas ruas.

A percepção dos documentos como mediadores, agentes ou produtores de sujeitos e de relações sociais que desenvolvo ao longo deste trabalho se ancora principalmente em estudos contemporâneos que a antropologia vem realizando sobre documentos burocráticos e práticas de poder<sup>18</sup>. Segundo estas literaturas os documentos não são simples instrumentos das organizações burocráticas, mas, principalmente, constituem as práticas burocráticas, o sentido e a verdade destas práticas, dos seus sujeitos e daqueles por elas sujeitados, constituindo assim, até mesmo as próprias organizações (Hull, 2012a, p. 251).

Nos termos de Riles (2009), os documentos são artefatos paradigmáticos das práticas modernas de conhecimento. Não só devido à vasta e rica tradição de estudos de documentos nas ciências humanas e sociais, mas porque em qualquer lugar do mundo, etnógrafos – como também demais cientistas sociais – invariavelmente irão se defrontar com documentos de alguma espécie. As práticas de documentação, conforme aponta Riles (2009, p. 2), são, atributos ubíquos da modernidade tardia, constituindo um solo fértil para experimentar e apreender a modernidade.

Höhn (2013), ao analisar o papel dos documentos na vida cotidiana de ONGs na Namíbia, traz contribuições significativas para pensar a relação entre as ONGs e a produção de documentos de forma mais ampla. Conforme a autora observa, os documentos desempenham um papel central nas práticas de qualquer ONG, não só porque delineiam suas ações, mas porque ativamente moldam o cotidiano de trabalho e as organizações. Para Höhn (2013, p. 99, tradução minha), os documentos se tornaram “eles próprios uma grande forma de ativismo”, uma vez que produzem comportamentos, interações e conexões entre pessoas, demandando respostas e provocando ações sociais, ao invés de serem simplesmente resultado delas. Estas interações, que aproximam sujeitos e mediam relações, constituem uma forma particular e convincente de conceber o mundo (Höhn, 2013, p. 105).

Ferreira e Lowenkron (2014), por sua vez, ao discutirem os potenciais de “seguir o papel” enquanto um artefato etnográfico especialmente rentável em determinados contextos de pesquisa e ao dialogarem suas experiências etnográficas, chamam atenção para como os documentos, por um lado, desempenham um suporte material inescapável para afirmar autoridades e dar

---

<sup>18</sup> Dentre este universo de pesquisas, dialogo principalmente com Hull (2012a; 2012b), Riles (1998; 2009), Höhn (2013), Carrara (1998), Vianna (2014) e Ferreira (2007; 2011).

autorizações e, por outro, podem vir a se tornar os mais importantes objetos da pesquisa, tanto pela forma como são vistos por aqueles que os produzem, quanto pelo papel crucial que podem vir a desempenhar nos contextos estudados. Segundo as autoras:

A crescente atenção à materialidade dos documentos nos trabalhos etnográficos têm, assim, iluminado que papéis e formulários, bem como fotografias, assinaturas, selos, carimbos e outros artefatos gráficos usados regularmente em organizações burocráticas, desempenham um papel tanto controlando e coordenando procedimentos, agentes e ações administrativas como construindo subjetividades, afetos, pessoas e relações que extrapolam universos organizacionais. Assim, as etnografias que prestam atenção a estes artefatos, e não apenas ao que pode ser visto *através* deles, têm deixado claro que a produção, circulação e arquivo de documentos não devem ser vistas como isomórficas às estruturas organizacionais em que ocorrem. Eles também têm iluminado as socialidades e os enredos que esses processos produzem, bem como as fronteiras que eles são capazes, às vezes, de atravessar e, outras, de reafirmar (Ferreira & Lowenkron, 2014, p. 82, 83, tradução minha).

Esta atenção à materialidade, aos entrelaçamentos e sociabilidades que os documentos autorizam, (re)produzem ou desafiam nos conduzem neste percurso de “seguir os papéis” (Hull, 2012b, p. 22). Como também as orientações sugeridas por Vianna (2014) de buscar os rastros das conexões, interações e condições de fala que operam na produção dos papéis que irão compor a “aldeia arquivo”<sup>19</sup> aqui estudada. Isto será feito, sem perder de vista que: “[a]s gramáticas por eles mobilizadas revelam os limites discursivos dados por sua posição e atribuição em cenas específicas, mas também suas margens de agência, escolha e expertise” (Vianna, 2014, p. 48).

Inspirada por estes estudos, busco cultivar uma sensibilidade do olhar antropológico ao analisar os documentos no intuito de estar atenta tanto para os efeitos destas práticas de documentação, quanto para os mundos que eles fazem emergir ou silenciar. Por meio desta estratégia, espero poder observar os direitos humanos enquanto fazeres, práticas em transformação constante, que se corporificam em uma complexidade de instancias e de papéis em disputa, produzindo sujeitos, narrativas, destinos e verdades.

Para dar início a esta jornada, parto como previamente mencionado, do dossiê que foi redigido por nove organizações brasileiras da sociedade civil para a audiência temática sobre os protestos realizada em março de 2014 na

<sup>19</sup> Termo cunhado por Carrara (1998) para enfatizar o conjunto de possibilidades e desafios que a pesquisa antropológica voltada a registros documentais de fatos ou relatos oferece. Carrara (1998) criou este termo ao produzir uma genealogia do “louco-criminoso” a partir da reunião de inúmeros registros documentais, sua “aldeia-arquivo”, que remontam o nascimento do Manicômio Judiciário no Brasil.

CIDH/OEA. Este capítulo pretende discutir as *ruas de papel e o papel das ruas* a partir de uma imersão neste documento, seguindo os rastros das disputas em que ele se insere e os efeitos que vem a produzir. Com base em uma descrição densa dos aspetos estético-formais do dossiê procurei compreender: Como as violações foram através dele descritas, distinguidas e tipificadas? O que estas escolhas sinalizam? Que estratégias elas acionam e o que produzem? Qual o papel deste documento? Com quem ou com o quê ele dialoga? Quais são seus efeitos possíveis?

Para isso, dividi o capítulo em três partes. Na primeira seção: (1.1) *um dossiê como porta de entrada para o ‘campo’<sup>20</sup>*, busco, especialmente a partir das entrevistas realizadas, traçar algumas considerações sobre o contexto e as “condições de fala” operantes no processo de ‘construção’ do dossiê. O objetivo desta seção é voltar o olhar para as “gramáticas” por ele mobilizadas a fim de problematizar “suas margens de agência, escolha e expertise” (Vianna, 2014, p. 48).

Na segunda seção, analiso: (1.2) *como os casos são ‘construídos’ no dossiê*. A estratégia que criei para englobar os tantos e tão variados casos de violações de direitos humanos reportados no dossiê foi pensá-los em três contornos distintos que ganham destaque através do documento e que aqui originaram três subseções, quais sejam: (1.2.1) *imagens da violência*, (1.2.2) *narrativas da violência* e (1.2.3) *episódios emblemáticos*. Longe de pretender com isso homogeneizar, generalizar ou fixar as ‘formas’ com que os casos são trabalhados, meu intuito com esse exercício analítico foi de facilitar a descrição do documento. Além de tornar mais acessível sua visualização e a comparação dos diferentes usos de variados recursos gráficos, visuais e narrativos por mim identificados. O objetivo desta seção é rastrear, a partir da ‘construção’ dos casos no dossiê, a lógica e as estratégias envolvidas na disputa pelo reconhecimento de certas violências como violações de direitos humanos. Entre elas, chamo atenção especialmente para os elementos que agem como táticas estético-políticas de visibilidade, resistência e produção de uma ‘contranarrativa’ que forneça ‘provas’ da ‘sistematicidade’ da repressão, em oposição às ‘narrativas oficiais’ de que ‘eventuais abusos’ serão investigados.

Por fim, a última seção, resgata os principais pontos debatidos nas duas seções anteriores e procura observar como os efeitos da ‘construção’ dos casos

<sup>20</sup> Importante esclarecer que aqui me refiro a um ‘campo’ enquanto categoria antropológica desta que estou chamando de minha “aldeia-arquivo” (Carrara, 1998).

no dossiê agem produzindo uma ‘denúncia internacional’ enquanto um problema do interesse público, uma causa coletiva que reifica a esfera pública dos direitos humanos. De modo que o objetivo desta seção é observar como, por um lado, através do investimento na força do acúmulo de casos e, por outro, do entrecruzamento de informações objetivas e apelos a emoções subjetivas, os relatos das violações de direitos humanos produzem: (1.3) *a denúncia internacional ou os casos como ‘causa’*.

## 1.1

### Um dossiê como porta de entrada para o ‘campo’

Desde o início da onda de protestos que marcou o ano de 2013 no Brasil, diversas organizações não governamentais de direitos humanos encaminharam sucessivas denúncias de violações sob a forma de informes, relatórios, dossiês e notas públicas buscando interfaces tanto com representantes das estruturas administrativas do Estado brasileiro, como com mecanismos regionais e internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial instâncias como os comitês de monitoramento e as relatorias da ONU e da OEA. Foram inúmeros os pedidos de audiência enviados, por exemplo, à CIDH/OEA para tratar das violações e da identificada predisposição do governo brasileiro em reprimir e criminalizar os protestos sociais no Brasil.

Apesar de uma dificuldade inicial de pautar o tema, em 28 de março de 2014, atendendo ao pedido da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Justiça Global, Quilombo Xis, Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRS), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e United Rede Internacional de Direitos Humanos (URIDH), realizou-se a primeira audiência pública que abordou especificamente a temática dos protestos na CIDH.

Para a ocasião foi produzido e entregue um dossiê de 155 páginas detalhando a conjuntura dos protestos e das violações que tomavam corpo neste contexto. Considero este dossiê uma peça notável não apenas por se tratar de um documento de mais fôlego, que reuniu uma coalizão de organizações bastante diversas e de diferentes regiões do país, mas também por ser este o documento que inaugurou os balizamentos para o estabelecimento das

violações nos protestos como um “*tema em si*” no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

O dossiê é dividido em quatro partes: (1) *Contexto*, (2) *Violência Institucional*, (3) *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais* e (4) *Recomendações*. Esta divisão é extremamente significativa, pois já aponta para a forma como a denúncia foi ‘construída’ através do documento. Ela indica uma ‘tipificação’ das violações ou duas formas centrais que a violência assumiria no âmbito dos protestos: a *Violência Institucional* e a *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*. Esclareço que escolhi guardar a análise desta ‘divisão nuclear’, e talvez a mais significativa do dossiê, para o terceiro capítulo, entendendo que aproximar estes balizamentos da estrutura da pesquisa ou da dissertação poderia dificultar o estranhamento destas categorias, do que elas produzem e de como se relacionam uma com a outra. É importante dizer também que as seções de *Contexto* e *Recomendações*, conforme as entrevistas apontaram, são consideradas “*elementos necessários*” em todos os informes ou documentos “*deste tipo*” apresentados à CIDH.

Ao final do dossiê são apresentadas 23 recomendações para o Estado brasileiro que tangem não só o trato aos protestos sociais, mas questões relacionadas ao enfrentamento de violações mais estruturais e sistemáticas. Como, por exemplo, a demanda pelo posicionamento do Brasil em relação a uma nova arquitetura do sistema de segurança pública, baseado nos direitos humanos e a responsabilização de agentes estatais por abusos cometidos a partir da criação de órgãos independentes e autônomos de fiscalização e monitoramento da segurança pública.

Além disso, há uma série de outras subdivisões e de figuras, que sinalizam estratégias e escolhas importantes relacionadas às tensões e efeitos que o documento responde e produz. Para facilitar a visualização destas subdivisões elaborei uma espécie de sumário expandido, que segue abaixo. Esclareço que o sumário original é composto apenas pelos tópicos que estão em negrito nesta versão expandida, ou seja, os subtópicos que incluí para facilitar a visualização constam no corpo textual do dossiê embora não apareçam na versão original do sumário do documento. Para uma imagem da versão original do sumário, ver Anexo I:



| <b>Sumário Expandido</b>  |            |
|---|------------|
| <b>1. Contexto</b>  | <b>01</b>  |
| <b>2. Violência Institucional</b>   | <b>14</b>  |
| <b>2.1 Protocolos de Segurança e Uso de Armamento Menos Letal</b>   | <b>14</b>  |
| a.1) Mortes provocadas pelo excesso do uso da força no contexto das manifestações                             | 22         |
| a.2) Sistemática da repressão a todo tipo de manifestação   | 30         |
| a.3) Casos de pessoas feridas por disparo de armas de fogo  | 40         |
| a.4) Casos de pessoas feridas por bala de borracha  | 44         |
| a.5) Pessoas atingidas com spray de pimenta   | 54         |
| a.6) Casos de Manifestantes que foram agredidos/espancados por policiais                                      | 55         |
| a.7) Casos de pessoas feridas por bombas ou estilhaços de bombas  | 65         |
| a.8) Episódio emblemático da repressão policial: o dia 13 de junho em São Paulo – SP                          | 71         |
| a.9) Violência policial nas manifestações dos profissionais da rede pública de educação – Rio de Janeiro – RJ | 81         |
| a.9.1- Desocupação à força da Câmara de Vereadores  | 82         |
| a.9.2- Ameaças aos professores acampados na Cinelândia  | 83         |
| a.9.3- Falso flagrante da PM  | 84         |
| a.9.4- Agressão física ao estagiário de direito que acompanhava a atuação da PM                               | 84         |
| a.9.5- PM exhibe na internet cassete quebrado nas redes sociais com a mensagem “foi mal, fessor”              | 85         |
| a.9.6- Policial Militar joga pedras do telhado da Câmara  | 85         |
| a.9.7- Varredura violenta nas ruas do entorno da Cinelândia no dia 01/10                                      | 85         |
| a.9.8- Bomba de gás jogada dentro da Estação da Cinelândia  | 86         |
| a.9.9- Utilização de “kettling” ou “Panela de Hamburgo” em São Paulo  | 86         |
| <b>2.2 Violência Contra Jornalistas</b>   | <b>88</b>  |
| <b>3. Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais</b>  | <b>99</b>  |
| <b>3.1) Legislação de Exceção</b>   | <b>99</b>  |
| <b>3.2) Prisões e Detenções Arbitrárias</b>   | <b>120</b> |
| <b>3.3) Direito a Defesa e Acesso à Justiça</b>   | <b>148</b> |
| <b>4. Recomendações</b>   | <b>153</b> |

**Figura 1. Sumário Expandido.**

Conforme aponta Hull (2012a), o formato e as divisões de um documento não devem ser tratados como fornecedores neutros de discursos, pois, como outros elementos estéticos e formais, eles são: “Mediadores que moldam a significação dos signos inscritos neles e suas relações com os objetos a que se referem” (Hull, 2012a, p. 253, tradução minha). A observação das distinções, de como são feitas as classificações e das categorias que são utilizadas, portanto, configuram rastros para pensar o quê o documento significa e provoca. Logo, podem fornecer pistas significativas para compreender a lógica que gere a

definição de determinados tipos de violências enquanto violações de direitos humanos no contexto estudado.

As questões sobre o porquê de cada categoria, como foram escolhidas e os parâmetros que orientaram a escolha foram oportunamente exploradas nas entrevistas realizadas. Seguindo Hull (2012a) os ‘nomes’ atribuídos a essas categorias, assim como cada uma das suas marcações estéticas e das divisões que produzem através do documento são mediadoras dos ‘temas’ nelas inscritas e dos ‘tipos’ de violações a que se referem. Em um trecho da segunda entrevista com a advogada Natália Damazio da ONG Justiça Global, ela esclareceu alguns elementos bastante significativos sobre o formato do documento. Segundo Natália:

*Foi meio erro e acerto. A gente já tinha feito alguns... na verdade foi um formato... esses tópicos que eu te falei, tipo jornalistas, etc., foi meio que a gente pegando como é que a Comissão ia... porque não tinha nada. Basicamente não tinha nada de protestos, nada era feito como um sistema de protestos então a gente não tinha norte. Quando a gente tá lidando com situação prisional você sabe que é tortura, (...), que você tem que abordar. E a gente viu que não tava pegando o que a gente tava fazendo. E a gente reestruturou. Falou, bom, a relatoria de liberdade de expressão trabalha especificamente voltada, né? Porque a Catalina Botero<sup>21</sup> era muito claro que ela era voltada pra jornalista. Então, vamos fazer um ponto de jornalista. Tem progressão de uso da força? É. Então vamos fazer. Criminalização de defensores? Então foi um jeito da gente ir adaptando o que a gente tinha também ao que a gente sabia que eles iam cobrar. (...) e dar destaque, porque também fica muito assim, a gente acaba que trabalha numa lógica de... a gente chegou a conclusão que valia mais pegar por coisa violada, entendeu? Por temática violada ao invés de fazer um grande bloco de direito a protestos por estado. Aí, até o momento que acertou na metodologia (Entrevista 02/ 1:03:38-1:05:05).*

Este momento da entrevista é interessante, pois conta uma parte desta história da criação de um “sistema” que não existia, o “sistema de protestos”. A afirmação deste tema no sistema interamericano de direitos humanos fornece uma história sobre as disputas pelo reconhecimento destas violências enquanto violações que merecem ser discutidas não só como algo periférico, mas como um “tema em si”. A falta de um norte ao qual ela se refere; de parâmetros prévios ou mesmo do reconhecimento deste tema como um assunto do interesse da Comissão é significativa porque nos diz muito sobre os nortes, os modelos e os sistemas já estabelecidos<sup>22</sup>. A tentativa de adaptar as denúncias não só às expectativas e a uma linguagem bastante específica e comum à CIDH, mas, até mesmo ao perfil dos relatores especiais que acompanhavam a solicitação da

<sup>21</sup> Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH/OEA. Catalina Botelo é uma advogada colombiana que foi eleita em 21 de julho de 2008 para o cargo.

<sup>22</sup> Como explorado por Das & Poole (2004), as margens ou aquilo que é tratado como “periférico” está necessariamente implicado na constituição do “estabelecido”.

audiência também. Este exemplo evidencia a relação previamente destacada através de Vianna (2014, p. 48) de que as gramáticas mobilizadas na escrita dos documentos revelam os limites discursivos, marcados pelos contextos, posições ou cenas específicas em questão. Ao adaptar às denúncias às expectativas, à linguagem e ao perfil dos relatores, portanto, as organizações que pleiteavam a audiência revelavam suas margens de agência, escolha e expertise possíveis diante do funcionamento, das pautas e de determinados interesses da CIDH, ou dos seus relatores. Ao mesmo tempo em que exploravam as gramáticas 'já estabelecidas' para pautar por entre suas brechas a centralidade de um tema antes tratado como periférico.

Esta história do reconhecimento de certas violências nos contextos de protestos como violações graves de direitos humanos é também uma história da tensão pela definição das fronteiras entre aquilo que é ou não tido como violação de direitos humanos, através do que será definido também o significado dos direitos humanos em si e até da própria ideia de humanidade.

Isto, sem dúvida, ajuda a desvendar porque o processo de pedido da audiência pública para tratar o tema dos protestos no Brasil foi penoso e cheio de entraves. Ambas as entrevistadas ressaltaram que os pedidos de audiências para abordar o tema foram diversos e provenientes de diferentes organizações da sociedade civil, todos, em princípio, sem sucesso. Outro fator relevante apontado foi que os vários pedidos indeferidos costumavam apresentar o contexto das violações nos protestos de forma mais ampla, integrando-os a outras violações que ocorriam na conjuntura do recebimento da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 no Brasil<sup>23</sup>. Segundo Natália:

*Inicialmente a gente batia muito na tecla na hora do pedido (...) muito na questão da FIFA. A gente, depois de tentar duas vezes e a audiência ser negada, a gente decidiu suprimir a FIFA do pedido, mas durante a audiência isso ser uma temática central, porque a gente começou a perceber que existia algum nível de*

<sup>23</sup> As violações relacionadas ao recebimento destes megaeventos, bem como das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, foram monitorada por diversos grupos da sociedade civil organizada. Em 2013 foi criada uma instância de articulação e facilitação nacional através dos Comitês Populares da Copa, nas 12 cidades sedes: Fortaleza, Recife, Natal, Salvador, Manaus, Cuiabá, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O monitoramento se deu principalmente em torno de sete eixos centrais que foram: (1) Moradia; (2) Trabalho; (3) Informação, (4) Participação e Representação Popular; (5) Meio Ambiente; (6) Acesso a serviços e bens públicos e (7) Mobilidade e Segurança Pública. Para além dos relatórios locais produzidos pelo Comitê Popular de cada cidade sede, foi publicado um dossiê assinado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa sobre "Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil", que pode ser consultado em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/megaeventos/dossie\\_violacoes](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/megaeventos/dossie_violacoes)>. Acesso em 02/12/2015.

*resistência política a partir do momento em que você tava citando uma empresa*  
(Entrevista 01 / 22:13-22:38).

A relação entre o sistema interamericano e as empresas ou corporações transnacionais expõe um tema crítico sobre os limites e desafios à efetividade dos sistemas internacionais de direitos humanos. Este debate diz respeito a uma das problemáticas mais difíceis e que menos tem avançado ao longo da história do reconhecimento dos direitos humanos e dos seus organismos internacionais. Pensar os entraves nas lutas pela condenação de violações de direitos humanos perpetradas por corporações comerciais e pessoas jurídicas é fundamental para a interrupção de processos sistemáticos e massivos de violações graves de direitos humanos que, tantas vezes, se perpetuam não só com a conivência, mas de forma absolutamente integrada às estruturas, poderes e práticas estatais<sup>24</sup>.

Apesar disso, essa temática vem sendo evitada e marginalizada inclusive no interior do sistema interamericano de direitos humanos e da ONU, conforme observado minuciosamente por Cantú Rivera (2013)<sup>25</sup>. Outros autores, como Zerk (2006), Grear & Weston (2015), Kaleck & Saage-MaaB (2010); Kyriakakis (2007) também vem se dedicando a problematizar esta questão que é identificada como um dos maiores desafios para a defesa e efetividade dos direitos humanos na contemporaneidade. Segundo Grear & Weston (2015, p. 21, tradução minha):

A busca por responsabilização (*accountability*) obrigatória no direito internacional dos direitos humanos às corporações transnacionais tem sido uma das lutas mais desafiadoras enfrentadas tanto por defensores de direitos humanos como pelas vítimas de poderosos atores corporativos violadores de direitos.

O projeto *Commerce, Crime, and Human Rights: Closing the Prosecution Gaps* reuniu entre 2014 e 2015 uma coalizão de grupos da sociedade civil com o

<sup>24</sup> Vide o próprio exemplo em questão da operacionalização da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, mediante às exigências da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI) respectivamente.

<sup>25</sup> Cantú Rivera (2013) redigiu um volume do Anuário Mexicano de Direito Internacional sobre a responsabilidade empresarial em matérias de direitos humanos, elaborando um histórico do desenvolvimento deste debate no âmbito do direito internacional e elencando as possibilidades atuais e futuras de exigir a responsabilidade jurídico-corporativa sobre violações de direitos humanos. Segundo o autor: “Mucho se ha discutido en los foros internacionales sobre los motivos, la pertinencia y la justificación de atribuir responsabilidad a las empresas en el área de los derechos humanos; sin embargo, el debate se ha diluído por diversas salidas, desviándose en muchas ocasiones de su objetivo original, que es la determinación de las obligaciones, y en su caso, de las vías jurídicas por las que tal responsabilidad podría atribuirse o determinarse. Por lo anterior, consideramos que las empresas, sean éstas transnacionales o nacionales, tienen una responsabilidad de cumplir con las prerrogativas humanas reconocidas internacionalmente, a fin de evitar lesionar los derechos de los individuos —en sus acepciones tanto personal, como colectiva y social— en los lugares en donde éstas ejercen sus operaciones” (2013, p. 4).

objetivo de produzir um mapeamento e um plano de aprimoramento dos processos contra crimes corporativos, justamente por reconhecer que:

Quando as empresas se envolvem em condutas ilegais que resultam em sérios abusos de direitos humanos, elas raramente, ou nunca, são responsabilizadas. Este problema é particularmente agudo no contexto de negócios envolvendo múltiplas jurisdições. Os Estados de origem raramente tomam medidas para investigar ou processar suas empresas por seu envolvimento em violações de direitos humanos, mesmo se o quadro jurídico do Estado de origem parecer permitir tais recursos. As vítimas de abuso corporativo continuam a exigir justiça sem sucesso<sup>26</sup>.

A exclusão no pedido de audiência na OEA da relação entre a FIFA e as violações que ocorriam nas ruas, ou que muitas vezes motivaram as ações nas ruas<sup>27</sup>, portanto, serve de sintoma da dificuldade de se pautar no sistema interamericano a relação entre capital e Estado ou, entre os interesses das corporações comerciais, violações de direitos humanos e a ação das forças policiais. A escolha por suprimir a FIFA do pedido de audiência, logo, consistiu em uma estratégia política das organizações da sociedade civil para garantir, mesmo que indiretamente, o debate sobre o tema. Este episódio evidencia o poder que opera na distinção entre Estado e capital ou entre Estado e mercado. Distinção esta que, quando reproduzida pelas instituições, sejam elas governamentais ou não, tem efeitos e consequências. A exclusão da FIFA do pedido de audiência é um exemplo, a luta por normas específicas e distintas para abordar a responsabilidade das corporações e seu dever de respeitar os direitos humanos é outro<sup>28</sup>. É importante ressaltar que apesar do tema ter sido excluído do pedido de audiência, Natália também apontou que sua relação com os protestos nas ruas não deixou de aparecer nem no dossiê, nem durante a audiência. Conforme o primeiro parágrafo do dossiê já salienta:

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://icar.ngo/wp-content/uploads/2014/06/CCHR\\_Concept-Note-Commerce-Crime-and-Human-Rights.pdf](http://icar.ngo/wp-content/uploads/2014/06/CCHR_Concept-Note-Commerce-Crime-and-Human-Rights.pdf)>. Acesso em 04/02/2016 (tradução minha).

<sup>27</sup> Apesar do estopim para as grandes manifestações que tomaram as ruas em junho de 2013 ter sido o aumento da passagem, não é possível isolar esse processo da sua culminância com o evento da Copa das Confederações. Se o aumento das passagens mobilizou ações generalizadas de revolta, também a denúncia dos gastos excessivos com as obras de infra-estrutura para receber os jogos, que desabrigaram centenas de famílias; as construções ou reformas faraônicas de estádios de futebol já sob inúmeras denúncias de corrupção e superfaturamento; e, a própria “lei especial da copa”, que feria princípios estabelecidos pela Constituição, autorizando e favorecendo o lucro e dos interesses da FIFA e das empresas patrocinadoras do evento em detrimento de economias e empreendimentos locais, da segurança e da liberdade individual e coletiva, só para citar alguns, alimentavam a indignação e o coro dos protestos. Não à toa o jargão “Não vai ter Copa!” foi um dos que mais ecoou nas ruas de todas as partes do país.

<sup>28</sup> Sobre isso, ver os trabalhos de Zerk (2006), Cantú Rivera (2013), Grear & Weston (2015) e Kyriakakis (2007).

O contexto em que as manifestações se inserem é o de uma alteração urbana que foi acelerada pela realização da Copa do Mundo FIFA, marcada pelo alto índice de remoções forçadas, recolhimento compulsório de moradores de rua, militarização de territórios pobres, encarecimento do custo de vida e sucateamento dos serviços básicos (Dossiê sobre Atuação do Brasil nas Manifestações de Rua – Audiência Temática CIDH/OEA<sup>29</sup>, 2014, p. 1).

Ainda sobre a solicitação, aceitação e realização da audiência temática sobre os protestos na CIDH é importante situar o lugar que o dossiê ocupa neste processo. Conforme descrito na entrevista com Natália Damazio, a solicitação de audiência é feita através do preenchimento e envio por e-mail de um questionário padrão “*bastante restrito*” – demarcado inclusive por limites de palavras em campos determinados a serem preenchidos. Mesmo sendo possível incluir um pouco mais de informação por meio de documentos anexos, como informes para “*contextualizar melhor*” as situações descritas, o objetivo destes anexos seria, conforme dito por Natália na primeira entrevista: “*elencar as principais violações em relação aos tratados internacionais que a CIDH é vinculada (...) que o Brasil é vinculado na CIDH*”. Assim, o esperado é uma descrição sucinta, não sendo possível apresentar fotos, vídeos, áudios ou quaisquer documentos mais extensos. De modo que o questionário de solicitação das audiências serve para descrever de forma genérica o tema que se pretende abordar na audiência.

Uma vez deferido o pedido, até 10 dias antes da audiência é preciso enviar um esboço das falas das organizações que vão participar da audiência e os nomes das pessoas que integrarão a delegação. O dossiê é um documento de “*caráter opcional*” que só é entregue no dia da audiência. Mais uma vez, de acordo com Natália, por formalidade os comissionados solicitam ao final da audiência um documento escrito:

*O dossiê é uma compilação de mais fôlego e com mais prova sobre todas as violações. Ele não abre caso. É uma audiência pública então ele funciona, o dossiê funciona como um informe. (...) ele dá uma aprofundada no que você aborda de forma mais superficial na audiência. Então ele trabalha mais profundamente os processos, mais profundamente as falhas processuais, etc. Quando é caso de criminalização, de responsabilização, enfim (...) o conteúdo do dossiê, como qualquer outro informe, ele pode entrar no informe anual, mas... e é um instrumento de advocacy. É uma forma de estar falando para os comissionados quais os principais problemas da América Latina. E aí nos relatórios temáticos deles isto pode, estas informações podem ser utilizadas. E normalmente são (Entrevista 01 / 3:20-4:28).*

<sup>29</sup> Doravante mencionado simplesmente por ‘Dossiê’.

Logo, o objetivo do dossiê seria o de aprofundar a descrição da problemática abordada, fornecendo dados que funcionem como “*prova*” das denúncias feitas na audiência. Além disso, ele serviria de fonte para produção de outros informes e relatórios da CIDH, como o informe anual, os relatórios temáticos ou o resumo da audiência que é elaborado e publicado no final do período de sessões. O fato de o dossiê não abrir caso, mas operar como um instrumento de *advocacy* e como estratégia para reforçar a veracidade e gravidade dos fatos relatados é outro elemento importante, que orienta também aspectos estético-formais do documento. Na próxima seção examinaremos estes aspectos com mais atenção ao rastrear o que está envolvido e o que é disputado através da ‘construção’ dos casos no dossiê.

## 1.2

### Como os casos são ‘construídos’ no dossiê?

É notória a grande quantidade de casos compilados no dossiê e o tratamento que eles recebem. Ao contrário da riqueza de detalhes com que são comumente descritas violações de direitos humanos em processos perante cortes locais e internacionais ou até mesmo em ocorrências e inquéritos policiais, no dossiê os casos são de modo geral mencionados de forma muito sucinta. Se nos processos judiciais e nos inquéritos investigativos, além de uma descrição densa da ocorrência, constam dados sobre as vítimas e, muitas vezes, também sobre os agressores como: nomes completos, números de documentos, estado civil, idade, profissão, local onde mora e onde trabalha, entre outros. No dossiê, os casos são em sua maioria narrados de forma sintética, assim como as citações de depoimentos das vítimas.

Ao analisar as formas pelas quais os casos são apresentados, rastreando os efeitos dos artifícios discursivos e das estratégias estéticas e formais mobilizadas pelos autores, pude tatear os contornos de diferenciações que chamo aqui de: (1.2.1) *imagens da violência*, (1.2.2) *narrativas da violência* e (1.2.3) *episódios emblemáticos*. É importante sinalizar, no entanto, que não pretendo com este movimento dar conta nem da totalidade dos casos presentes no dossiê, muito menos de abordá-los de forma totalizante. Há, inclusive, inúmeros outros casos que compõem a tessitura dos parágrafos do dossiê que não se encaixam nestas diferenciações por mim identificadas. A separação nestes três ‘tipos’ ou contornos dos casos, logo, consiste apenas em uma estratégia analítica que tem por intuito facilitar seguir os rastros narrativos e

visuais do documento, bem como os efeitos que eles sugerem ou produzem. Assim, as distinções a seguir têm em vista compreender o quê estes elementos de destaque, seja na cisão com o texto corrido, seja nos realces através dos usos de itálico ou negrito, imagens e demais recursos visuais, indicam também enquanto estratégias narrativas. O intuito, portanto, foi de acompanhar cada diferenciação, destaque, relevo, ruptura, negrito, como curvas em uma rede de relacionais e diferenças que em seus movimentos de diferenciação foram construindo diferentes significados. De modo a seguir esta trama de rastros e de rastros de rastros sem qualquer pretensão de esgotá-los.

### 1.2.1

#### Imagens da violência

A maioria dos casos relatados no dossiê consiste em descrições que não passam de poucas frases, estas, porém, aparecem muitas vezes acompanhadas de uma fotografia da vítima com as lesões, do momento preciso em que ocorreu a violência ou de um link para um vídeo que mostra a ocorrência. Estes casos podem ser identificados por uma estrutura simples que se repete muito ao longo do dossiê: padronizada em itálico, ela indica primeiro a data, em seguida o nome ou as iniciais do nome da vítima, a idade e por fim, entre parênteses, a cidade e o Estado. Abaixo dessa estrutura de ‘nomeação’ (ou diferenciação) do caso, seguem as poucas frases de descrição, que se encerram quase sempre com uma nota de rodapé fornecendo um link para uma matéria ou um vídeo online que serve de referência (e prova) da ocorrência relatada<sup>30</sup>.

Elenquei abaixo três exemplos disto que estou chamando de *imagens da violência*. No primeiro vemos a exposição da fotografia de uma vítima ferida, instantes após ter sido atingida na cabeça por uma bala de borracha. No segundo a foto mostra o momento exato em que ocorreu a violação, retratando a cena de um policial com o cassetete em punho agredindo uma manifestante que, por não apresentar nenhuma resistência ao golpe, é derrubada por ele no chão. Já no terceiro exemplo, a identificação inicial faz referência a um “manifestante desconhecido” que foi atropelado por uma viatura da polícia ao tentar pedir socorro para outro manifestante que havia sido, minutos antes, também atropelado. Neste caso, a imagem é disponibilizada apenas através do link em nota de rodapé para um vídeo que mostra a cena do atropelamento.

<sup>30</sup> Assim, o dossiê não se contém ou se resume a si próprio, mas se abre em uma trama de rastros e de rastros de rastros.



- 27 de Agosto, 2013 - *Thais Justen Gomes, 24 anos (Rio de Janeiro - RJ)*

Em Ato contra o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, estudante de Direito é atingida por bala de borracha. "Fui atingida por uma bala de borracha com acrílico, frise-se que eu não estava abaixada, mas em pé, o que significa que a Polícia estava atirando acima da cintura, o que lhe é proibido"<sup>31</sup>.



**Figura 2. Manifestante ferida por bala de borracha.**

- 14 de Junho, 2013 - *Gabriela Lacerda, 24 anos (São Paulo - SP)*

Manifestante é agredida e derrubada por policial após ser abordada e retirada de dentro de um bar: "Me bateram e me jogaram no chão. Foram extremamente violentos"<sup>32</sup>.



**Figura 3. Manifestante agredida e derrubada por policiais.**

<sup>31</sup> No dossiê esta nota corresponderia a nota 154, que traz um link para matéria do O Globo online: <<http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-termina-em-confronto-perto-da-5-dp-na-lapa-9717149>. Ibid., p. 51-52.

<sup>32</sup> No dossiê esta nota corresponderia a de número 160, também para um link de matéria do G1: "Vide: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-protesto-na-av-paulista-pms-agridem-jovens-em-bar.html>". Ibid., p. 56-57.

- 7 de Setembro, 2013 - Manifestante desconhecido (São Paulo - SP)

Manifestante atropelado por viatura da polícia: "Viatura da PM atropela manifestante. Pessoas pedem socorro a uma segunda viatura, que atropela outro manifestante propositamente" <sup>33</sup>.



Figura 4. Manifestante atropelado por viatura da Polícia Militar<sup>34</sup>.

Conforme podemos observar, nos dois primeiros exemplos, além da estrutura de identificação em itálico, seguida da frase de descrição da ocorrência, temos um sucinto depoimento das vítimas entre aspas e, por fim, a nota de rodapé com a referência de uma matéria online sobre o caso, onde consta o depoimento citado. No terceiro exemplo, apesar do manifestante ferido ser “desconhecido”, a mesma estrutura se repete. A descrição entre aspas, no entanto, não consta no vídeo disponibilizado pelo link e o dossiê não indica sua referência.

Esta forma de apresentar os casos aparece principalmente na segunda parte do dossiê, que trata das denúncias de *Violência Institucional*, caracterizando em especial os seguintes subitens: (a.1) *Mortes provocadas pelo excesso do uso da força no contexto das manifestações*; (a.3) *Casos de pessoas feridas por disparo de arma de fogo*; (a.4) *Casos de pessoas feridas por bala de borracha*; (a.5) *Pessoas atingidas por spray de pimenta*; (a.6) *Casos de manifestantes que foram agredidos/espantados por policiais* e (a.7) *Casos de pessoas feridas por bombas ou estilhaços de bombas*.

As dezenas de casos que seguem este perfil sugerem um potencial cumulativo e não particularista no tratamento que é dado à grande maioria dos

<sup>33</sup> Esta corresponderia à nota 191 do dossiê que apresenta como referência um link para um vídeo da cena: “Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=379ju6-cwIA>”. Dossiê, p. 71.

<sup>34</sup> Esta imagem do atropelamento não consta no dossiê, neste caso, como em outros que chamei de ‘imagens da violência’, as imagens constam apenas em referências apresentadas em notas a links de vídeos online que registraram as violações. Optei aqui por trazer uma imagem do vídeo para facilitar nossa análise do apelo às cenas de violência que aparecem em tantas notas do documento.

casos abordados no dossiê. Este efeito ressalta a sistematicidade da violência, da inadequação do uso dos armamentos menos letais e da desproporcionalidade do uso da força pelos agentes da segurança pública na abordagem aos protestos. As imagens nestes casos não só funcionam como “*provas*” dos atentados à integridade física ou até a vida de manifestantes, conforme mencionado por Natália, mas indicam que estes episódios vêm acontecendo de forma generalizada e não isolada.

Se, seguindo a proposta analítica de Vianna (2014), atentarmos para os rastros das conexões, interações e condições de fala do contexto particular de elaboração e enunciação das denúncias do dossiê, observamos que a força da acumulação dos casos serve, mais do que de prova dos casos ‘em si’, como ‘prova’ justamente da *Sistematicidade da repressão*. Esta forma de dispor os casos, percebida em relação aos demais discursos que disputavam o que as abordagens policiais aos protestos ‘teriam sido’, apresenta uma narrativa que questiona e confronta as ‘respostas oficiais’ sobre a violência policial nos protestos. São inúmeras as declarações pronunciadas por representantes do Estado que isolam a responsabilidade da corporação e dos comandantes das operações, individualizando as condutas dos agentes ao afirmar repetidamente que: os “eventuais abusos” cometidos pela Polícia Militar “serão apurados” pela Corregedoria da corporação e punidos. Para citar apenas alguns exemplos<sup>35</sup>:

<sup>35</sup> O conteúdo das matérias que compõe a Figura 5 está disponível em: <<http://g1.globo.com/saopaulo/noticia/2013/06/alckmin-cita-rastro-de-destruicao-e-diz-que-abusos-serao-apurados.html>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298996-beltrame-admite-possiveis-abusos-da-policia-durante-protesto-no-rio.shtml>>; <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/01/governo-de-sao-paulo-elogia-conduta-policial-antes-de-apurar-abusos-9567.html>>; <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=127108>>. Acesso em 22/01/2016.

14/06/2013 11h55 - Atualizado em 14/06/2013 15h45

## Alckmin cita 'rastro de destruição' e diz que abusos serão apurados

Manifestação contra tarifas terminou em confronto na quinta-feira (13).  
'Atuação da polícia foi correta', disse secretário da Segurança Pública.

DEMOCRACIA

### Em São Paulo, governo do estado elogia conduta policial antes de apurar abusos

Governador, secretário e comandante absolvem agentes perante a opinião pública sem investigar denúncias. Depois, anunciam abertura de inquérito. Roteiro já se repetiu três vezes em janeiro

por Tadeu Breda, da RBA | publicado 28/01/2014 16:39, última modificação 28/01/2014 16:59

### Beltrame admite possíveis abusos da polícia durante protesto no Rio

DO RIO

21/06/2013 @ 14h09 - Atualizado às 17h08

[f](#) [Compartilhar](#) [t](#) [g](#) [in](#) [e](#) 47 [OUVR O TEXTO](#) [+ Mais opções](#)

O secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, admitiu possíveis abusos da polícia durante o protesto de ontem e disse que eles vão ser investigados. Para ele, porém, é necessário o uso da força diante de atos de vandalismo.

**PROTESTOS** Notícia da edição impressa de 19/06/2013

## Governo garante que vai investigar abusos da Brigada Militar

Cláudia Rodrigues Barbosa

"A Brigada Militar (BM) agiu de forma correta, exitosa e técnica durante o protesto de segunda-feira em Porto Alegre". A frase do comandante-geral da corporação, coronel Fábio Duarte Fernandes, resumiu a avaliação da cúpula da Segurança do Estado em relação à atuação da polícia na manifestação na Capital. A análise foi divulgada durante entrevista coletiva concedida na tarde de ontem. Com inúmeros vídeos, relatos e fotos de possíveis abusos de policiais contra manifestantes que não estavam envolvidos nos atos de vandalismo sendo divulgados no Facebook, a BM informou que todas as denúncias serão investigadas.

**Figura 5. Eventuais abusos serão investigados.**

As fotografias e vídeos das vítimas lesionadas ou dos instantes precisos em que ocorrem as violações sinalizam, portanto, que a mobilização desses recursos é parte de uma estratégia estético-política que produz uma contranarrativa do que as ruas 'terão sido'. Podemos aqui lembrar as reflexões de Jacques Rancière, especificamente na obra *A Partilha do Sensível* (2009), sobre o que ele chama de política da estética. A compreensão de estética não se refere meramente à mobilização de representações visuais, como fotografias e vídeos, mas a um "recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência" (Rancière, 2009, p. 16). Neste sentido, a política já estaria relacionada à estética em princípio, pois "ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo" (Rancière, 2009, p. 17). Portanto, o dossiê, ao mobilizar recursos visuais, perturba os modos de ver afirmados e naturalizados pelas 'narrativas oficiais'<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> Mais adiante, abordaremos como estes 'modos de ver' se articulam ao que Rancière chama de "ordem policial", referindo-se a algo que excede as forças policiais, *stricto sensu*, e diz respeito a

Além disso, a aposta na força das imagens que se multiplicam ao longo do dossiê, mais do que apenas ‘provar’ as ocorrências, demonstra que não se tratam de casos excepcionais, que devem ser apurados e punidos isoladamente. Ao contrário, apontam para um *modus operandi* de táticas de repressão padronizadas, treinadas e coordenadas para afetar quem quer que esteja na rua durante a ação da polícia. A enorme quantidade de fotografias e vídeos de vítimas presentes no dossiê traduz através de imagens a contradição destas ‘respostas oficiais’ que tão uniformemente justificam a violência da abordagem policial aos protestos enquanto resposta a atos de ‘vandalismo’.

A partir da análise de Campbell (2003), podemos pensar nas políticas da fotografia que estão em jogo e em como o documento aciona através delas “resistências pictóricas”. Ao refletir sobre representações da guerra em filmes e fotografias documentais, Campbell (2003) toma o Estado enquanto um artefato de um contínuo processo de reprodução que performativamente constitui sua identidade, de tal modo que: “A inscrição de fronteiras, a articulação de coerência e a identificação de ameaças ao seu sentido de si podem ser localizadas nos e dirigidas pelos discursos oficiais do governo” (2003, p. 57, tradução minha). O autor observa como fotografias documentais e fotojornalismos de guerras tradicionalmente se esforçam por constituir através dos instantes retratados potentes resistências pictóricas à governança cultural da representação da guerra. As fotografias se tornam nestes contextos práticas de resistência, pois contestam de imediato as “versões bem-estabelecidas” sobre os conflitos, tornando públicas as atrocidades que as ‘narrativas oficiais’ obscurecem. Como “fotografias do sofrimento”, elas seriam capazes de tornar aqueles que as veem testemunhas do horror, provocando um sentimento de empatia e um efeito de desespero e indignação.

Se considerarmos a disputa visual que se configura em torno do que os protestos ‘terão sido’, perceberemos como as imagens do dossiê enfrentam ‘versões oficiais’ que se reproduzem e se legitimam também através das imagens que ganham destaque na grande mídia. Uma observação breve dos principais jornais do país apenas no ano de 2013 já aponta que, em relação aos protestos, quem ganha a capa é (quase) sempre o ‘vandalismo’<sup>37</sup>.

---

uma “distribuição de lugares e funções” que “depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções de Estado” (Rancière, 1996, p. 42).

<sup>37</sup> As capas que compõem a Figura 6, da esquerda para a direita, de cima para baixo, são respectivamente: Correio - o que a Bahia quer saber, 21 de junho de 2013; Jornal de Brasília, 21 de junho de 2013; Diário do Nordeste, 21 de junho de 2013; Jornal Extra, 08 de outubro de 2013; O Globo, 08 de outubro de 2013 e Folha de São Paulo, 12 de junho de 2013.





Figura 6. Os 'vândalos' ganham as capas.

O dossiê, portanto, dá voz a uma série de estórias e histórias que tendem a ser obscurecidas nos 'discursos oficiais' ou nas 'versões institucionais'. As imagens da violência policial e dos resultados dessa violência constroem uma contranarrativa visual em relação às cenas de 'vandalismo' tão valorizadas e perpetuadas em manchetes, no conteúdo e nas imagens que compõem grande parte da cobertura jornalística dos protestos, em especial das grandes empresas de mídia do Brasil. As fotografias de ônibus incendiados, jovens encapuzados, barricadas e vitrines quebradas, fazem ecoar o coro das declarações dos representantes do Estado e das forças de segurança pública de que "a violência é para conter os vândalos". Retomando as considerações de Rancière sobre uma política da estética, podemos observar o contraste entre as imagens e relatos apresentados pelo dossiê, de um lado, e as cenas de 'vandalismo' que

estabelecem uma articulação entre os “golpes de cassetete” (Rancière, 1996, p. 41) e uma ordem policial mais geral:

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (Rancière, 1996, p. 42)

Ao contrário das cenas que nomeiam os ‘vândalos’ e definem aqueles corpos estritamente como violentos e ‘sem controle’, estabelecendo o ‘vandalismo’ como uma potencialidade de qualquer manifestante, as imagens dos hematomas, das feridas, do sangue, do desespero ou até mesmo das mortes, direta ou indiretamente provocadas pela violência policial, resistem pictoricamente e revelam outras histórias, testemunhos, personagens e vozes do que ‘teria acontecido’ nas ruas, intervindo nas ordens do visível e do dizível. Assim, a força da construção das denúncias por meio do dossiê parece repousar em um efeito cumulativo que aposta na empatia frente à exposição das vítimas feridas, ou seja, no poder da mobilização de imagens do sofrimento e da violência que surgem como um elemento central do dossiê. A este elemento, como veremos, se somará a estratégia também de descrição dos casos, o que chamei de *narrativas da violência*.

### 1.2.2 Narrativas da Violência

Outro modo de apresentar os casos que pude identificar, ainda que em número bem inferior em relação ao de *imagens da violência*, consiste em descrições mais aprofundadas e situadas de uma ocorrência em especial. Nestes casos, rompendo o formato anterior, praticamente não vemos as imagens das ocorrências ou fotografias das vítimas. Este tipo de ‘construção’ pode ser observado em apenas sete dos casos abordados no dossiê. Dois surgem no segundo tópico da parte de *Violência Institucional*, que trata da *Sistematicidade da repressão a todo tipo de manifestação*, quando são designados por data e local, com destaque em negrito: “**Abril de 2013 – Caso Jacarezinho**” e “**Janeiro de 2014 – Caso Mangueira**”<sup>38</sup>. Os outros cinco casos aparecem no segundo tópico da parte de *Criminalização de Manifestantes e*

<sup>38</sup> Estes dois casos estão dispostos nesta ordem sucessivamente entre as páginas 37 e 40 do dossiê.

*Movimentos Sociais*, que se refere às *Prisões e detenções arbitrárias*, quando voltam a ser chamados pelos nomes ou pelas iniciais dos nomes das vítimas, igualmente destacados em negrito: “**Caso Rafael Braga Vieira**”, “**Caso Caio Brasil e Juliana Ismeria**”, “**Caso I.G.**”, “**Caso L.G.D**” e “**Caso Bruno Ferreira Teles**”<sup>39</sup>.

As fotografias ou imagens das vítimas são encontradas somente em dois destes seis casos: o “Caso Jacarezinho”, com uma imagem compondo a denúncia, mais dois links para vídeos em nota de rodapé e o “Caso L.G.D”, apenas com o link para um vídeo da cena em rodapé. Seguem dois exemplos do que estou chamando de *narrativas da violência*:

#### Abril de 2013 – Caso Jacarezinho

Na noite do dia 04 de abril de 2013, moradores do Jacarezinho realizavam uma manifestação após uma moradora de 10 anos de idade ter sido atingida por uma bomba de efeito moral no rosto e após a detenção arbitrária de dois moradores que foram enquadrados por “desacato à autoridade” pelos policiais militares que atuam na Unidade de Polícia Pacificadora local<sup>40</sup>. A repressão à manifestação dos moradores foi marcada por agressão física e utilização de arma de fogo, deixando três moradores baleados. Um deles foi Aliélson Nogueira, que comia um cachorro quente na região conhecida como Pontilhão. Aliélson foi atingido na cabeça e morreu no local. Os moradores cercaram o corpo do rapaz, para impedir que a polícia o retirasse dali argumentando ter prestado socorro à vítima e no intuito de garantir que a perícia fosse realizada de forma adequada<sup>41</sup>.

Aliélson morava no Jacarezinho há 5 anos, tinha 21 anos, trabalhava num galpão de reciclagem e sua namorada estava grávida de três meses<sup>42</sup>. Após a morte de Aliélson, a manifestação que havia começado mais cedo se ampliou e foi reprimida através da utilização de bombas de efeito moral, também havendo relatos e registros em vídeo de que foram realizados novos disparos de arma de fogo<sup>43</sup>. O Batalhão de Choque da Polícia Militar também foi acionado para conter a manifestação dos moradores. O caso foi registrado na 25ª Delegacia de Polícia, no Engenho Novo e o delegado afirmou que as versões da polícia e dos moradores não coincidiram, além de explicitar o fato de que policiais teriam registrado uma primeira ocorrência a partir dos protestos em Manguinhos sem incluírem no registro que havia ocorrido troca de tiros<sup>44</sup>. Segundo a Polícia Militar, policiais teriam reagido aos disparos efetuados por alguém que saía de um beco portando um fuzil, versão negada por testemunhas do homicídio. A Unidade de Polícia Pacificadora que abrange a área do Jacarezinho foi instalada no dia 16 de janeiro de 2013.

<sup>39</sup> Estes outros quatro casos também aparecem juntos nesta ordem entre as páginas 121 e 123 do dossiê.

<sup>40</sup> Esta nota consta como a de número 123 no dossiê, cujo texto é: “Vide <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/um-morador-morre-outros-dois-ficam-feridos-apos-confronto-com-policia-na-upp-do-jacarezinho-8033173.html>>” (Ibid., p. 37, 38).

<sup>41</sup> Esta é a nota 124 no dossiê: “Vide: <[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=PAAvYFG7Hjc](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PAAvYFG7Hjc)>” (Dossiê, p. 38).

<sup>42</sup> Nota 125 no dossiê: “Vide < <http://extra.globo.com/casos-de-policia/rapaz-morto-em-confronto-envolvendo-policiais-da-upp-do-jacarezinho-deixa-namorada-gravida-8034465.html>>”.

<sup>43</sup> Nota 126 no dossiê: “Vide <[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=PAAvYFG7Hjc](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PAAvYFG7Hjc)> e < <https://www.youtube.com/watch?v=RslNfiReGGU> >”.

<sup>44</sup> Nota 127 no dossiê: “Vide < <http://extra.globo.com/casos-de-policia/um-morador-morre-outros-dois-ficam-feridos-apos-confronto-com-policia-na-upp-do-jacarezinho-8033173.html>>”.





Figura 7. Cartaz de denúncia da morte de Aliélson.

**Caso Bruno Ferreira Teles:** Bruno Ferreira Teles, de 27 anos, foi preso em flagrante por supostamente jogar um coquetel molotov contra a polícia. Em 22 de junho de 2013, o estudante Bruno Ferreira Teles participava de um protesto nas proximidades do Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, quando foi detido por policiais militares sob a acusação de portar e arremessar explosivos contra os agentes policiais. Bruno já estava preso quando os manifestantes se mobilizaram nas redes sociais em busca de imagens do momento de sua detenção, dada a denúncia de que o explosivo que teria justificado sua detenção havia sido forjado pelos próprios policiais militares. Por derradeiro, essas imagens, veiculadas também na grande imprensa, esclareceram que Bruno não portava nenhum explosivo, nem mesmo a mochila levada pelos policiais militares à sede policial onde alegavam que ele guardava tais explosivos, pertencia a ele. O flagrante, portanto, havia sido forjado pelos policiais que o prenderam. Não bastasse esse fato, é oportuno aqui ressaltar a violência com que Bruno foi detido. Ele foi perseguido nas ruas por agentes da polícia militar e, quando alcançado, uma arma menos letal conhecida como *taser* lhe foi aplicada, impondo-lhe choques elétricos que resultaram em desmaio. Bruno já estava desacordado e a violência não cessou até que outros manifestantes intervissem em sua defesa. Bruno chegou a ser levado para o presídio Bandeira Stampa, em Bangu, tendo seu primeiro pedido de liberdade negado, sendo solto por intermédio de um pedido de *habeas corpus* no dia seguinte. Importante destacar que Bruno tinha presença assídua nos protestos que haviam ocorrido até então<sup>45</sup>.

O cartaz exibido ao final da descrição do “Caso Jacarezinho” se sobressai como a única fotografia de vítima que integra o que estou chamando por *narrativas da violência* e exerce um papel extremamente significativo para a construção deste caso. A imagem do cartaz foge à chave anterior de servir como ‘prova’ da ocorrência. Na foto vemos o chão, com o braço de Aliélson Nogueira estendido sobre uma poça de sangue, próximo a um guardanapo de papel. No alto a palavra “REVOLTA!”, escrita como um grito, em caixa alta e pontuada com exclamação é seguida da frase: “Aliélson Nogueira, 21 anos foi assassinado por policial da UPP do Jacarezinho enquanto comia um cachorro quente”. Neste

<sup>45</sup> No dossiê esta nota seria a 316, que faz referência ao “Auto de Prisão em Flagrante n. 009-047-45/2013, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro” (Dossiê, p.124).

caso podemos observar que a imagem desempenha um papel bastante diferente das analisadas anteriormente também por combinar a sobreposição da fotografia ao texto escrito. A composição traz a denúncia na forma de um cartaz que resume o crime. A indignação diante do ocorrido é gerada não só pelo fato do homicídio ter vitimado um jovem de apenas 21 anos e por este ter sido cometido por um “policial da UPP do Jacarezinho”, mas, e talvez principalmente, pela própria reprodução da cena do homicídio: do chão com o sangue, o braço e o guardanapo. A imagem funciona como um apelo à “revolta” diante do absurdo, da ilegalidade e da irresponsabilidade dos disparos na dada situação.

O cartaz surge, portanto, como um recurso ou uma técnica narrativa que por um lado mobiliza o sentimento do espectador, que se torna (ainda que à distância) testemunha da cena do crime, e por outro, dispõe informações ‘objetivas’ sobre o homicídio, que traduzem e tornam o episódio ainda mais dramático pelo fato da vítima ter sido alvejada enquanto comia um sanduíche.

Boltanski (2004) relaciona a eficácia da produção de um discurso de denúncia ao entrecruzamento de ‘emoções subjetivas e causas objetivas’. Uma dupla tensão que ao mesmo tempo move o sentimento e a indignação do espectador e fornece as provas da acusação: “O discurso de denúncia, então, aparece, ao mesmo tempo, como indignado e meticuloso, emocional e factual”. (2004, p. 66, tradução minha). Conforme analisado anteriormente, nas *imagens da violência*, as ‘provas’ tendiam a se fundamentar nas próprias fotografias e vídeos que exibiam as marcas físicas das violências, ou nos registros dos momentos precisos em que elas ocorriam. Já nas *narrativas da violência*, como observaremos ao longo desta seção, esta dupla tensão se ancora especialmente nas próprias descrições, nos maiores detalhes sobre as vítimas, os agressores e os contextos das violências.

No exemplo do “Caso Jacarezinho”, é possível observar que a narrativa investe em uma espécie de “limpeza moral” da vítima <sup>46</sup>. A informação de que “Aliélson morava no Jacarezinho há 5 anos, tinha 21 anos, trabalhava num galpão de reciclagem e sua namorada estava grávida de três meses” fornece uma descrição bastante específica de ‘quem era a vítima’. Estes elementos,

<sup>46</sup> Machado da Silva e Leite (2008) e também Vianna e Farias (2011) trabalham a ideia de “limpeza moral” quando estudam as estratégias de enfrentamento aos estigmas e de distanciamento moral dos moradores de favelas em relação aos traficantes que atuam nestes territórios. A necessidade deste tipo de enfrentamento, conforme analisam Vianna e Farias (2011), produz uma inversão completa nos julgamentos de vítimas de chacinas em favelas, em que “a equipe responsável pela acusação dos policiais é obrigada a usar a maior parte do tempo das audiências de instrução e julgamento ‘limpando moralmente’ as vítimas e, por extensão, seus familiares” (2011, p. 100). Isto faz com que o promotor e o assistente de acusação tenham que se esforçar para defender as próprias vítimas de acusações da defesa.

somados ao fato dele ter sido alvejado sem que sequer estivesse participando dos protestos, afastam Aliélson de qualquer associação a um perfil que pudesse servir para ‘justificar’ o homicídio. Como o que aparece na versão registrada pela Polícia Militar, negada por testemunhas, de que os “policiais teriam reagido aos disparos efetuados por alguém que saía de um beco portando um fuzil”. O fato de Aliélson ser ‘trabalhador’ produz um afastamento, portanto, da imagem de um ‘bandido’, ‘traficante’ ou de alguém que pudesse ameaçar os policiais ou a sociedade.

Além disso, quando o dossiê informa que sua namorada estava grávida de três meses, há mais um apelo ao sentimento do espectador. Este detalhe potencializa os efeitos do crime para além da própria vítima, revelando que o assassinato não atingiu só um jovem, inocente e trabalhador, mas um ‘futuro pai’, ou seja, que o crime esfacelou uma família inteira que se formava, deixando uma mãe desamparada e uma criança órfã.

O “Caso Jacarezinho” enquanto um caso de abordagem policial a protestos em territórios de favela é pungente para pensar sobre a operacionalização das práticas de segurança pública no contexto brasileiro de modo mais amplo. Como ressaltado anteriormente, os primeiros dois casos de *narrativas da violência*, que exemplificam a “*sistematicidade da repressão a todo tipo de manifestação*”, registram um vínculo entre o local e a violação. Essa relação entre o lugar e as violações é parte da construção de um argumento que ganha força ao longo do documento e explicita como as formas de agir das forças policiais são distintas a depender dos espaços em que atuam. Na quarta página do dossiê, ainda sobre o “*Contexto*” das manifestações, este debate já começa a tomar corpo com o seguinte enunciado: “(...) faz-se necessário apontar que estas arbitrariedades tornam-se ainda mais duras no caso dos protestos em áreas de favela” (Dossiê, p. 4).

A primeira ênfase nesta diferença de abordagens aos protestos “na avenida” e “na favela”<sup>47</sup> é colocada com o caso da manifestação do dia 24 de junho de 2013, que terminou com a morte de pelo menos 10 pessoas, em um episódio que ficou conhecido como “Chacina da Maré”<sup>48</sup>. Não à toa, os dois

<sup>47</sup> Reproduzo estas categorias de um banner criado pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência que apareceu em diversas manifestações nas ruas do Rio de Janeiro denunciando essa diferença e a relação entre as abordagens policiais na “avenida” e na “favela”. Com fundo preto e as letras em branco, essa grande faixa denuncia em caixa alta: “A POLÍCIA QUE REPRIME NA AVENIDA É A MESMA QUE MATA NA FAVELA”. Há uma imagem deste banner na página 16 do dossiê.

<sup>48</sup> Como expõe o dossiê: “De forma exemplificativa, (...) apresentamos o caso da manifestação ocorrida em Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho. Após o fim do protesto, o Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar iniciaram uma

casos de *narrativas da violência* nomeados por lugares se referem a territórios de favelas.

As relações entre as violações de direitos humanos, a violência policial e as formas de governo ou as práticas do Estado brasileiro em áreas de favelas ou periferias urbanas nos conduz a um debate extenso que remonta às bases de manutenção e (re)produção das múltiplas forças ou relações de poder que constituem isto que chamamos por Estado<sup>49</sup>. A diferenciação entre casos individualizados ‘avenida’ e casos generalizados ‘favela’, portanto, fornece um importante rastro de uma violência fundacional da própria ‘ordem’. Se por um lado, o dossiê estabelece distinções da abordagem policial aos protestos ‘na avenida’ e ‘na favela’, por outro, há um significativo esforço por enfatizar que as violações ‘na favela’ são muito mais “duras” do que as violações ‘na avenida’.

Cabe pontuar que quando o dossiê adverte a maior gravidade das “arbitrariedades” policiais em áreas de favelas, trazendo o contexto da implementação das “Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs” no Rio de Janeiro, percebo uma estratégia das organizações de denúncia daquilo que, nos termos de Rancière (1996, p. 42), chamamos de “ordem policial”, e que envolve um modelo de segurança pública para além das abordagens aos protestos sociais. Por um lado, a experiência destas ocupações militares no Rio de Janeiro é revestida de um grande entusiasmo<sup>50</sup>, em especial nos discursos de chefes de Estado (repetidos por grande parte da mídia corporativa brasileira e estrangeira),

---

operação de 24 horas que gerou terror no Complexo da Maré. Moradores foram impedidos de entrar e sair da comunidade, foram jogadas bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e de fuzil, além do relato de que várias residências teriam sido invadidas pelos policiais. Os números oficiais afirmam que o número de mortos totalizou-se em 10 (dez)” (Ibid., p. 4).

<sup>49</sup> Essa é uma questão que ressoa com o pensamento de Foucault (2008b; 2008c) sobre as economias e técnicas de distribuição e controle das populações nos espaços, embora introduza uma problemática ampla demais para o escopo do que a discussão sobre o caso acima pretende englobar. Ressoa também com a ponte que existe entre nosso passado e presente de barbáries históricas, como das violências de uma sociedade colonial e escravista e de todos os regimes ditatoriais brasileiros do século XX. Um legado “de uma cultura oligárquica que tem por base o pacto colonial, o autoritarismo, o escravismo, o privilégio, a discriminação e desvalorização humana de amplos segmentos sociais marginalizados” (Dornelles, 2012, p. 436). Para mais sobre estes debates que conectam nosso passado e ao presente ver, por exemplo, Rosa (2012) e Dornelles (2012).

<sup>50</sup> Como exemplo, cito um trecho do depoimento de dezembro de 2012 do então subsecretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Sá, que foi registrado e transcrito por Menezes (2015): “Começamos a realizar o projeto, e os resultados eram tão bons, que aí partimos para o planejamento, ouvimos as inteligências da Secretaria de Segurança, da polícia militar e da polícia civil, e idealizamos um cenário. (...) Deus nos ajudou quando a gente resolveu cumprir o eixo (...) tudo passa pela Zona Sul, Centro e Zona Norte... Se a gente começa fazendo o caminho contrário, eu não teria o Eike Batista dizendo: “vamos dar vinte milhões por ano pra vocês adotarem essas estratégias”. Eu não teria as Organizações Globo, o Dia, Extra, dizendo: “é um projeto que veio pra ficar”. Lamentavelmente se a opção de início tivesse sido as outras áreas mais carentes. Gente, vou ser muito sincero, a gente não estaria discutindo UPP, não teria tido o apoio de Eike, das Organizações e a visibilidade do mundo inteiro que teve. O apoio da união, do governo do presidente Lula, da presidente Dilma, se não tivéssemos indo por essa estratégia. E eu falo: temos um programa pra chegar em todas elas. Mas se a gente não tivesse optado, não teria dado certo. Agora, deu certo. Mostramos que é possível” (Sá *apud* Menezes, 2015, p. 65, 66).

aparecendo como uma “marca” de sucesso, uma “solução” para “o problema” das favelas – então percebidas enquanto territórios “dominados” pela violência, criminalidade e pelo tráfico de drogas (Menezes, 2015). Por outro lado, ressoam vozes de diversos moradores das comunidades afetadas, como as das mães que tiveram seus filhos assassinados ou violentados pela polícia, de ativistas e de organizações de direitos humanos, de pesquisadores e de outras instâncias que monitoram as intervenções policiais em favelas, denunciando as UPPs como apenas uma “nova roupagem” para as ações e ocupações policiais nas favelas. De acordo com estas vozes, as UPPs estariam servindo muito mais para aprofundar os contextos de violações de direitos humanos nestas comunidades, do que para “remediá-las”<sup>51</sup>.

O próprio dossiê indica que a implementação deste tipo de política de segurança pública somente “intensificou a lógica de controle do território a partir de uma agudização de ações no campo do controle social, sedimentando um processo de militarização como suposta forma de resolução dos conflitos urbanos” (Dossiê p. 7). Para as ONGs que assinam o documento, a “expressão maior” deste modelo de segurança pública são as “operações policiais com aparatos de guerra em favelas e periferias de todo o Brasil”, como também as “ocupações militarizadas” denominadas UPPs. Estas incursões e ocupações significam na prática a paulatina supressão dos direitos e garantias fundamentais de setores da sociedade historicamente marginalizados e excluídos social e economicamente. Como denúncia das interfaces entre a instalação das UPPs e as técnicas de repressão às manifestações recentes no Brasil, destaco também o seguinte trecho do dossiê:

Durante o ano de 2013 foram atualizadas diferentes técnicas de repressão de manifestações, em especial aquelas realizadas em territórios de favelas e periferias dos grandes centros urbanos. Registramos que este quadro de repressão militarizada dos protestos protagonizados pelos moradores das áreas nas quais foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é marcado pela conjugação da utilização de armamento letal e armamento dito não letal ou menos letal. Há denúncias de moradores dessas áreas sobre situações nas quais o spray de pimenta utilizado pelos policiais atingiu inclusive crianças, intoxicando-as e provocando reações alérgicas. A utilização do armamento dito “não letal” também marca os territórios

<sup>51</sup> Criadas no Rio de Janeiro e “testadas” a partir de 2008, as UPPs se apresentaram como um “projeto-piloto” de policiamento comunitário que chegaria junto de projetos sociais nas favelas cariocas tendo em vista transformá-las “de áreas dominadas pelo tráfico em bairros populares ordeiros”. Para um resgate histórico preciso e uma análise cuidadosa destas experiências em favelas cariocas, ver a etnografia do processo de “pacificação” das favelas cariocas realizada por Menezes (2015). Entre outros estudos recentes que vem analisando a implementação das UPPs no Rio de Janeiro, destaco também: Barbosa (2012), Cano (2012), Farias (2014), Leite (2012), Machado da Silva (2010a, 2010b), Mendonça (2014), Miagusko (2013), Passos e Franco (2013), Rocha (2011), Rodrigues et al. (2012) e Silva (2012).

ocupados por forças militares com ações que produzem vítimas fatais, como a morte de Mateus Oliveira Casé, de 17 anos, provocada por uma arma de eletrochoque. Durante manifestação dos moradores após a notícia da morte de Mateus, policiais utilizaram pistolas calibre ponto 40, de uso particular, efetuando disparos em direção à população – ação registrada em vídeo por cinegrafista de telejornal carioca. A ação também foi marcada pela utilização de bombas de efeito moral e spray de pimenta, além de agressão física (Dossiê, p. 31).

A relação entre as UPPs e as violações de direitos humanos, logo, se estendem muito além da problemática do direito à manifestação, e remetem a um tipo de violência vinculado à (re)fundação da 'ordem'. Mais do que terem seu "direito à liberdade de expressão e reunião vetado pelo poder público" (Dossiê, p. 4) essas populações vêm sendo submetidas a uma "leitura particularista da cidadania" e uma "dimensão de segregação socioespacial" ancorada, segundo Leite (2000, 2008, 2012), pela construção de uma representação do Rio de Janeiro como "uma cidade em guerra"<sup>52</sup>, especialmente dos anos 90 em diante.

Esta "metáfora da guerra", de acordo com a socióloga, forneceu bases discursivas e morais para uma "forte demanda por ordem pública, simultaneamente exigindo garantias do direito à vida e à segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão de sua condição de prerrogativas fundamentais para os *favelados*" (Leite, 2012, p. 379, grifo da autora)<sup>53</sup>. Esta conjuntura intensificou o desenvolvimento de mecanismos e práticas de gestão governamental de mortes em favelas, ou um "governo de mortes" (Farias, 2014), que vem possibilitando o enquadramento dos moradores desses territórios em um grupo populacional merecedor de "tratamentos

<sup>52</sup> Segundo Leite (2000): "Presumindo que se vivia de fato uma guerra que opunha *morro* e *asfalto*, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas" (2000, p. 75).

<sup>53</sup> Diante do caráter profundamente problemático do conceito da guerra na disciplina de relações internacionais é preciso ponderar o contexto das favelas ao qual a socióloga se refere, ainda que os conflitos urbanos possuam um caráter militarizado e fortemente armado. Nas relações internacionais a concepção moderna de guerra costuma estar associada ao dualismo amigo/inimigo, conforme emblematicamente elaborado por Schmitt (2007). Esta concepção pressupõe o reconhecimento de uma simetria entre o eu e o outro, ou entre comunidades políticas distintas regidas pelo mesmo princípio de soberania estatal, o que é bastante diferente da "dimensão de segregação socioespacial" e da "leitura particularista da cidadania" a que Leite (2000, 2008, 2012) se refere. É possível afirmar, portanto, que, estes casos se aproximariam mais das distinções temporais entre civilizados e bárbaros, ou seja, de uma analogia às guerras coloniais em que não se aplicavam as mínimas convenções humanitárias, do que a noções convencionais de guerra. Levando em consideração o conceito de Agamben (1998) sobre o *bare life*, caberia inclusive questionar se uma "metáfora da aniquilação" não se aplicaria melhor nestes contextos do que uma "metáfora da guerra", já que nos conflitos e mortes em favelas não imperam sequer os ordenamentos jurídicos de proteção que tradicionalmente regem o contexto das guerras, como o direito humanitário ou como as distinções entre combatentes e civis. Os moradores das favelas como analiso adiante, se encontram nas margens do Estado (Das e Poole, 2004), ao mesmo tempo dentro e fora das normativas do direito institucionalizado. Negados à presunção de inocência, eles nascem, vivem e morrem 'condenados' pela pobreza e pela cor a serem 'tipos marginais' até que provem o contrário. Suas mortes, assim, são costumeiramente 'legitimadas' pelo 'bem' e pela 'segurança' da sociedade.

especiais””. Segundo Farias (2007; 2014) este processo pode ser entendido como uma “engrenagem” que articula biopoder a um complexo de micro-poderes capilares que veio a transformar, ao longo do tempo, o “conjunto dos favelados em uma população ‘matável’” (2007, p.140). Uma “versão bem resumida” deste processo é habilmente descrita por Farias (2007) da seguinte forma:

[...] um processo que vem sendo desempenhado por alguns, legitimado por outros, deixado de lado por muitos e denunciado por poucos. Enquanto alguns policiais realizam incursões violentas nas favelas, outros já estão na delegacia registrando mais um “auto de resistência”<sup>54</sup>. Enquanto alguns policiais estão na delegacia registrando mais um “auto de resistência”, outros policiais estão sendo absolvidos dentro do Fórum do Rio de Janeiro por júri popular. Enquanto alguns representantes da “sociedade civil” absolvem os policiais responsáveis pelas chacinas no Fórum do Rio de Janeiro, outros representantes da “sociedade civil” estão em suas casas escrevendo mensagens virtuais como: *“Cada povo tem a polícia que merece, ou seja, povo abusado, polícia abusada. Não é isso?”* [...] Às vezes, a participação no processo se dá através da acumulação de funções: o mesmo policial que realiza a incursão violenta acessa um computador, cria um “grupo de discussão” ou uma “comunidade virtual” e anuncia: *“Olá pessoal, para a alegria de vocês, posso dizer que só ontem lá no Alemão eu contei 28 defuntos. Tá bom ou querem mais? Não foi o número que a mídia está apresentando, eu contei 28! Acho até que tiveram mais uns dois que tentaram socorrer mas que já estão sentados no colo do capeta!”*. E uma representante da “sociedade civil” responde: *“Eu como cidadã brasileira e agora mais do que nunca fã, sinto-me muito orgulhosa e segura... espero que continuem guerreiros e que deus ilumine sempre o caminho de vocês... e que continuem sempre tendo vitória sobre a morte... isso prova que vocês não estão de bobeira e que defendem por puro amor... ISSO QUE É LIMPEZA [...] Afinal de contas, morreram quantos??? [...] Pra cima deles, Larga o Aço!!!”*. Esta mesma representante da sociedade civil pode um dia fazer parte do júri popular e votar contra a condenação de um policial que assassinou um morador de favela (2007, p. 165-166, grifos da autora)<sup>55</sup>.

Partes da operacionalização desta engrenagem podem ser observadas também através das denúncias do dossiê. O “Caso Jacarezinho”, por exemplo, chega a citar um episódio em que: “Os moradores cercaram o corpo do rapaz,

<sup>54</sup> É extensa a literatura recente que debate os “autos de resistência” seja no campo do direito, da sociologia ou em outras ciências humanas. Este recurso é uma das heranças hediondas da ditadura civil-militar brasileira que serve grosso modo como a “nomenclatura oficial que a polícia usa para definir as mortes e os ferimentos ocorridos em confronto, decorrentes da resistência à autoridade policial” (Cano, 1997). Na prática, esta categoria vem garantindo a inimizabilidade de agentes policiais envolvidos em homicídios, ou mesmo em chacinas, em nome de uma suposta “legítima defesa em exercício do dever legal pelo agente policial” (Leite, 2013). Seu primeiro registro é de 1969, pouco após ter sido “regulamentado” por uma Ordem de Serviço da Superintendência da Polícia Judiciária do Rio de Janeiro (Farias, 2007). Apesar de sequer constar no ordenamento jurídico brasileiro, este artifício é utilizado pelas polícias como assim o fosse. Há anos vários movimentos e organizações de direitos humanos denunciam e exigem o fim dos “autos de resistência” por ferirem direitos estabelecidos pela Constituição e dificultarem a responsabilização de agentes do Estado por crimes contra a vida. Segundo Farias (2007, p. 127) “o registro do ‘auto de resistência’ (...) – produz a vítima, já morta, enquanto autora de um crime, visto que traz embutido em sua própria possibilidade de oficialização da descrição dos fatos a versão de que a pessoa que morreu estava atirando contra aquele agente de Estado que a matou”.

<sup>55</sup> Os trechos que destaco em itálico, conforme explica a autora, “foram retirados de comunidades virtuais do Orkut. Este levantamento foi realizado por Larissa Accioly e Gabriela Macedo, no âmbito do projeto de pesquisa ‘Cidadania e Imagem’ (Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais, Núcleo de Antropologia e Imagem – NAI/UERJ)” (Farias, 2007, p. 165, nota de rodapé).

para impedir que a polícia o retirasse dali argumentando ter prestado socorro à vítima e no intuito de garantir que a perícia fosse realizada de forma adequada”. Este trecho do dossiê é acompanhado da referência em rodapé para um vídeo que registrou o incidente. No vídeo podemos ver os moradores se aglomerando em torno de Aliélson em protesto, reclamando que o corpo não sairia dali sem a chegada da perícia. Ao evitarem a retirada do corpo do local eles denunciavam a possibilidade de adulteração da cena do crime ou de incriminação da vítima<sup>56</sup>.

O “Caso Jacarezinho” é muito significativo no dossiê, pois revela um contínuo de violações que descrevem o cotidiano de violência e repressão característico de territórios de favelas. A narrativa se inicia com a descrição de uma manifestação que já teria sido provocada pela revolta diante do uso indiscriminado de armamento menos letal dentro da comunidade, com uma bomba de efeito moral ferindo o rosto de uma criança de 10 anos, e pela “detenção arbitrária” de dois moradores por “desacato à autoridade”. Esta mesma manifestação que denunciava a atuação da polícia na comunidade torna a ser “marcada pela agressão física e utilização de arma de fogo”, culminando com a morte de Aliélson Nogueira de 21 anos, atingido na cabeça por um projétil de fogo enquanto “comia um cachorro quente”. A morte de Aliélson reacende “a manifestação que havia começado mais cedo”, voltando mais uma vez a ser reprimida com bombas de efeito moral e novos disparos de arma de fogo, desta vez com a presença também da Tropa de Choque na favela. A descrição do caso se encerra enfatizando que: “A Unidade de Polícia Pacificadora que abrange a área do Jacarezinho foi instalada no dia 16 de janeiro de 2013”, ou seja, que o caso relatado (referente ao dia 04 de abril de 2013), envolvendo esse tipo de conduta e violência por parte dos policiais da UPP na região ocorreu menos de três meses após a instalação da unidade.

No “Caso Jacarezinho”, podemos notar a combinação de uma série das violências que haviam sido tratadas em separado nos subitens que constituem

<sup>56</sup> Tal como o registro dos “autos de resistência”, as práticas de adulteração das cenas dos crimes por policiais envolvidos em homicídios em áreas de favelas são tão corriqueiras quanto alarmantes. Estes artifícios ilegais, conhecidos como “kit flagrante” e “kit bandido” consistem em forjar uma troca de tiros com ‘bandidos’, que permitisse o registro de um “auto de resistência” ou uma “resistência seguida de morte”. Isto é feito implantando armas não registradas, além de pequenas quantidades de drogas junto aos corpos das vítimas, de modo a ‘livrar’ os policiais envolvidos da responsabilização pela execução. Uma matéria do EL PAÍS de 08 de fevereiro de 2015 denuncia estas práticas: “A fraude é feita da seguinte maneira: um ou mais policiais atiram em uma pessoa e, antes da chegada do socorro ou da perícia, simulam um tiroteio com uma arma não registrada e a deixam ao lado do cadáver. Em algumas ocasiões jogam amostras das drogas para dizer que a vítima da suposta troca de tiros era um traficante que reagiu a uma abordagem policial”, disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/07/politica/1423331657\\_253402.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/07/politica/1423331657_253402.html)>. Acesso em 25/02/2016.



as ‘tipificações’ de *Violência Institucional*<sup>57</sup>, como também, em alguns dos subitens de *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*. Tais como: uso arbitrário e abusivo de armamentos menos letais, casos de pessoas ou manifestantes que sofreram agressões físicas de policiais; utilização de armamento letal contra a população; detenção arbitrária de moradores por “desacato à autoridade” e o embate entre as versões dos policiais e de outras testemunhas do homicídio. A narrativa do caso no dossiê frisa que a Polícia Militar afirmou ter “reagido” a disparos, apesar do primeiro registro da ocorrência dos protestos na região, realizado pelos próprios policiais militares, não mencionar “troca de tiros”, o que indica uma mudança entre a primeira e a segunda versão registrada pela polícia.

A espacialização na nomeação dos casos, portanto, gera um efeito discursivo bastante diferente dos demais, que trazem o nome próprio ou as iniciais do nome da vítima em questão. Ao ser chamado pelo nome do lugar da ocorrência, se transmite a mensagem de que o caso é sobre violações e/ou violências que afetam não só ‘uma vítima individualmente’, mas toda a comunidade que ali vive. A atribuição dos nomes das favelas aos casos produz, então, uma denúncia de que toda a parcela da população que vive naquele espaço foi alvo ou é um alvo potencial de violações de direitos humanos.

Já no “Caso Bruno Ferreira Teles”, do mesmo modo que nos outros quatro casos de *narrativas da violência* que recebem os nomes ou as iniciais dos nomes das vítimas, as ocorrências se referem a “flagrantes forjados”. É possível observar uma ênfase especial do documento na denúncia destes tipos de práticas ilegais, de fraudes e de incriminação de inocentes, práticas estas que comumente compõem os repertórios da atuação policial no Brasil, sobretudo diante de pessoas menos favorecidas economicamente e/ou populações mais vulneráveis, em especial crianças, adolescentes e jovens negros e negras.

Ao abordarem os casos de *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*, os “flagrantes forjados” aparecem como um dos principais artifícios utilizados pelos agentes da segurança pública para justificar *Prisões e detenções arbitrárias*. No “Caso Bruno Ferreira Teles” a vítima é descrita apenas como um estudante, de 27 anos, “preso em flagrante” no dia 22 de junho de 2013 por “supostamente jogar um coquetel molotov contra a polícia” quando participava de um protesto nas proximidades do Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. A narrativa, neste exemplo, é centrada por

---

<sup>57</sup> E que caracterizam em grande medida a estratégia visual que chamei de *imagens da violência*.

um lado em argumentar e apresentar as ‘provas’ do “flagrante forjado” e, por outro, em denunciar a violência excessiva que caracterizou a detenção de Bruno, problematizando mais uma vez o uso irresponsável e desproporcional dos armamentos menos letais. Neste caso, fazendo uso de *tasers*, policiais militares perseguiram e aplicaram sucessivos choques elétricos no manifestante, que o levaram a desmaiar. A aplicação dos choques, segundo a descrição do dossiê, não cessou “até que outros manifestantes intervissem em sua defesa”, ou seja, mesmo depois de Bruno já estar desacordado no chão.

As imagens, registradas em vídeos e veiculadas inclusive na “grande imprensa”, conforme ressaltado, “esclareceram que Bruno não portava nenhum explosivo, nem mesmo a mochila levada pelos policiais militares à sede policial onde alegavam que ele guardava tais explosivos, pertencia a ele”. Apesar de se referirem às imagens, neste caso não são disponibilizadas as referências para os vídeos, mas a numeração do Auto de Prisão em Flagrante registrado na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. O argumento da criminalização dos manifestantes ganha força também na última frase da narrativa quando frisa: “Importante destacar que Bruno tinha presença assídua nos protestos que haviam ocorrido até então”. A identificação e perseguição dos manifestantes mais presentes aos atos são ressaltadas também nos inquéritos investigativos, conforme observaremos no próximo capítulo.

Os diversos exemplos de fraudes, arbitrariedades e abusos perpetrados pela polícia militar nas abordagens aos protestos, denunciadas ao longo do dossiê, portanto, colocam um tema significativo para pensar como também estas práticas de governo constituem e legitimam um regime específico de poder e violência. Há um caráter grotesco nos excessos e na violência das práticas policiais, que nos convida a recorrer à análise de Achille Mbembe (1992) sobre a banalidade do poder e a estética da vulgaridade nas sociedades pós-coloniais<sup>58</sup>.

A partir de um estudo de caso em Camarões, Mbembe (1992) demonstra que o grotesco e o obsceno, muito além de categorias morais, são características essenciais dos regimes pós-coloniais de dominação, constituindo meios de erguer, ratificar, ou desconstruir regimes particulares de violência e dominação (Mbembe, 1992, p. 6). De modo tal que as “malfeitorias” (*wrongdoing* ou *délinquance*) das fraudes policiais e processuais – como as que vimos nos “flagrantes forjados”, na alteração de cenas de crimes e na incriminação de

---

<sup>58</sup> O autor se refere a sociedades pós-coloniais enquanto uma identidade específica dada pela trajetória histórica: “(...) sociedades que emergiram recentemente da experiência de colonização” (Mbembe, 1992, p. 2, tradução minha).

vítimas – fazem do grotesco um modo fundamental de operacionalização de uma “tirania íntima”<sup>59</sup>, que transborda as instituições, as posições formais de poder e as regras institucionalizadas (Mbembe, 1992, p. 30), entremeando o extraoficial ao oficial, o ilegal ao legal, o ilegítimo ao legítimo.

A observação deste tipo de práticas fornece fontes privilegiadas para perceber o Estado nos moldes propostos por Das e Poole (2004, p.13), ou seja, em suas instabilidades e não nos termos da lei ou da sua transgressão, mas no contínuo (re)fazer de arranjos que se encontram simultaneamente dentro e fora da lei. Estas práticas “nas margens do Estado”, segundo as autoras, revelam a constante (re)fundação da lei através de formas de violência e autoridade que podem ser construídas ao mesmo tempo como extrajudiciais e fora do Estado, ou anteriores a ele (Das e Poole, 2004, p. 15).

Através das *narrativas da violência*, podemos verificar alguns exemplos concretos de práticas como estas, que se situam ao mesmo tempo dentro e fora do Estado; ou dentro e fora da legalidade. Como vimos, nos casos acima, os agentes da segurança pública corporificam em suas práticas cotidianas de violência e tirania, o grotesco do fazer das leis em si e nas suas ações. Segundo argumentam Das e Poole (2004), enquanto representantes supostamente impessoais e neutros da autoridade do Estado, eles trazem à tona a “origem da lei”, não como um “mito do Estado”, mas:

[...] na forma de homens cujas habilidades para representar o Estado ou para fazer cumprir sua lei são eles próprios pressupostos na habilidade reconhecida dos homens de se mover com impunidade entre apelos à forma da lei e formas de prática extrajudicial que são claramente construídas estando fora, ou anteriores, ao Estado (2004, p. 14, tradução minha).

Os dois casos analisados nesta seção possibilitam observar a expressão de determinados dispositivos de poder e dominação que (re)fundam a lei. Seja,

<sup>59</sup> Faço aqui uma ressalva em relação a “tirania íntima”. Em Mbembe (1992, p. 2-3), este conceito se articula a discussões que ultrapassam as operacionalizações do poder pelas instituições do Estado e seus representantes, se inserindo no ordenamento e estruturando o próprio cotidiano, seus significados, imaginários, instituições, normas e práticas nos mínimos detalhes. O autor, portanto, compreende as relações pós-coloniais de poder para além de interpretações convencionais e dualistas de oposições entre resistência e passividade, subjetivação e autonomia, Estado e sociedade civil, hegemonia e contra-hegemonia. Para Mbembe (1992, p. 14) a lógica de convívio e as dinâmicas de domesticidade e familiaridade inscrevem “dominantes” e “dominados” em um mesmo campo epistemológico. A modalidade autoritária do poder pós-colonial se institucionalizaria, assim, na forma de um “fetiche” (ibid., p. 15), produzindo uma “tirania íntima” que conectaria “governantes” e “governados” (ibid., p. 21) através da internalização da epistemologia autoritária e sua reprodução tanto na vida cotidiana, como no corpo político e econômico (ibid., p. 22). Porém, ao usar este termo aqui procuro chamar a atenção especificamente aos modos pelos quais esta “tirania íntima” se inscreve nos corpos dos manifestantes, produzindo inseguranças, indefinições, violências e medos que projetam uma sombra do poder autoritário no íntimo dos sujeitos.

conforme indicado por Das e Poole (2004, p. 13), ao produzirem ‘corpos matáveis’, como no “Caso Jacarezinho”, ou ao assegurar certa ‘imunidade à lei’, como no “Caso Jacarezinho” e no “Caso Bruno Ferreira Teles”. Em ambos, os policiais e suas práticas representam concomitantemente: “o desvanecimento da jurisdição do Estado e sua contínua refundação através da sua (não tão mítica) apropriação da justiça e da violência privada” (Das e Poole, 2004, p. 14, tradução minha). Continuaremos esta discussão sobre a contínua (re)fundação do Estado e do direito nos capítulos seguintes.

### 1.2.3 Episódios emblemáticos

A terceira e última forma de apresentar os casos que pude identificar no dossiê aparece nos dois últimos subitens da seção sobre *Violência Institucional*. Igual às *narrativas da violência*, os *episódios emblemáticos* aparecem com destaque em negrito e são: **(a.8) Episódio emblemático da repressão policial: o dia 13 de junho em São Paulo – SP** e **(a.9) Violência policial nas manifestações dos profissionais da rede pública de educação – Rio de Janeiro – RJ**. Dada a extensão das descrições, a multiplicidade de elementos que compõem estes casos e de modo a facilitar a análise aqui proposta, os *episódios emblemáticos* são explorados em especial através do exemplo do *Episódio emblemático da repressão policial: o dia 13 de junho em São Paulo – SP*.

Em comum, os dois trabalham diversas ocorrências, envolvendo violações, atores, espaços e tempos distintos como parte de ‘um mesmo caso’. Neles podemos encontrar conjugadas as ocorrências de todos ou, pelo menos, de grande parte dos ‘tipos de violência’ que compõe a categoria de *Violência Institucional*, ou seja: uso excessivo da força; disparo de arma de fogo; uso abusivo e desproporcional de armamentos menos letais; agressões /espancamentos por policiais, etc. – além de muitas das estratégias narrativas e visuais que foram analisadas nas duas formas anteriores de construção dos casos<sup>60</sup>.

Desta vez, no entanto, por vermos reunidos diversos casos na composição de ‘um grande caso’, são muitas páginas e recursos utilizados em

<sup>60</sup> É interessante destacar que parte dos casos presentes em outras seções do documento, como os chamei de *imagens da violência* e *narrativas da violência*, poderiam fazer, e por vezes fazem, parte também destas duas seções de *episódios emblemáticos*, pois tratavam tanto de casos ocorridos no dia 13 de junho em São Paulo, como durante as manifestações dos profissionais da rede pública de educação no Rio de Janeiro.

suas descrições. Por conta disso, ao contrário do que vinha sendo feito, ao invés de citá-los integralmente, abordarei apenas os elementos que introduzem novidades ou reforçam efeitos que já discutidos a partir dos formatos identificados anteriormente fosse através das *imagens da violência*, fosse das *narrativas da violência*. De modo especial dois recursos chamam atenção e servirão de balizamento para a análise a seguir: a mobilização dos *relatos das vítimas*<sup>61</sup> e a identificação de *técnicas policiais fora dos protocolos* de ação da polícia como as “varreduras”, o “encurralamento” e o “*Kettling*” ou “Panela de Hamburgo”<sup>62</sup>.

Mais uma vez, seguindo os efeitos que os termos escolhidos para denominar os casos por si só já produzem, notamos que tanto o título **“Episódio emblemático da repressão policial: o dia 13 de junho em São Paulo – SP”**, quanto **“Violência policial nas manifestações dos profissionais da rede pública de educação – Rio de Janeiro – RJ”** se referem a violências generalizadas e não pontuais. Da mesma forma que observamos em relação aos casos que levavam o nome do lugar onde ocorriam, designar a data ou um conjunto de manifestações como o nome para um caso gera um efeito generalizante. Este efeito indica uma repressão coordenada, treinada e comandada a agir ao longo de todo aquele dia ou de todo aquele conjunto de manifestações. Esta estratégia de nomeação dos casos, portanto, soma força à desconstrução dos argumentos ‘oficiais’ de comandantes e representantes do Estado de que as violações poderiam (ou deveriam) ser individualizadas e tratadas como ‘abusos isolados’. Isto se torna evidente logo nos primeiros parágrafos que descrevem o “Episódio emblemático da repressão policial: o dia 13 de junho em São Paulo – SP”, reproduzidos abaixo:

São numerosos os relatos e evidências de violência física contra os manifestantes em 13 de junho de 2013, inclusive em desfavor de pessoas rendidas, deitadas, desarmadas e desprovidas de qualquer ânimo de resistência. Muitas destas pessoas foram espancadas e atingidas por disparos de balas de borracha.

<sup>61</sup> Este recurso que já aparecia com frequência nas *imagens da violência*, ainda que de forma mais pontual, ganha força na construção do episódio emblemático do dia 13 de junho. Este foi inclusive um dos fatores que contribuiu para a seleção deste caso como exemplo para análise e não da greve dos professores do Rio de Janeiro, que ao contrário do caso do dia 13 não traz sequer um destes relatos e mais se assemelha a uma grande *narrativa da violência*.

<sup>62</sup> As *varreduras* consistem na perseguição policial de manifestantes, muitas vezes feita com uso de motos e viaturas da polícia, por várias ruas durante a dispersão do protesto, ou, até depois do protesto já ter sido dispersado. O *encurralamento*, ou *envelopamento* consiste no cercamento da manifestação como um todo por cordões policiais no perímetro de quarteirões inteiros do início ao fim da manifestação, é comum ocorrerem *varreduras* no interior do *encurralamento* durante a dispersão. O *Caldeirão de Hamburgo*, ou *Kettling*, se refere à ação de policiais que cria um cerco em torno de um grupo de manifestantes com o objetivo de isolá-los do restante da manifestação e impossibilitar a visão do que acontece dentro do cerco.

Foram relatados ainda atos de violência contra pessoas que não estavam participando dos protestos, inclusive idosos e crianças. Foram registradas cenas onde a Polícia invadiu até mesmo hospitais a fim de localizar pessoas que teriam participado dos protestos. Além disso, após o grande número de manifestantes já ter sido dispersado, foram registradas cenas onde a Polícia invadiu estabelecimentos comerciais supostamente em busca dos manifestantes e agrediu pessoas. Segundo relatos dos organizadores do evento, mais de 100 pessoas ficaram feridas em decorrência da ação truculenta da Polícia naquele dia.

Dentre as pessoas vítimas da violência policial, dez prestaram relatos sobre o que ocorreu naquela noite em São Paulo. De acordo com as informações obtidas pelos testemunhos, a Polícia Militar perseguiu, prendeu, agrediu e feriu indiscriminadamente não apenas manifestantes, mas também jornalistas e moradores dos bairros por onde a marcha passou. Mesmo muitas horas após o fim do evento, patrulhas policiais ainda percorriam ruas distantes do epicentro do acontecimento, vasculhando ruas e bares em busca de jovens que tivessem saído da marcha<sup>63</sup>.

A forma como este episódio é descrito sugere que a violência não foi de forma alguma pontual, muito pelo contrário, ela teria ocorrido de modo absolutamente indiscriminado ferindo mais de 100 pessoas, atingindo idosos, crianças e, mais uma vez, pessoas que sequer participavam do protesto, como moradores dos bairros por onde a marcha passou e jornalistas. Além disso, os registros que são apresentados, por meio das notas de rodapé, de policiais invadindo hospitais ou estabelecimentos comerciais na perseguição de manifestantes, denunciam o uso das forças de segurança com propósitos radicalmente diferentes dos previstos em procedimentos de contenção ou dispersão de protestos. Este tipo de prática remonta a perseguições políticas que fogem completamente das normativas legais de regimes que se declaram 'democráticos', rompendo com os procedimentos padrões de execução de prisões em flagrantes ou com o cumprimento de mandatos judiciais de busca e apreensão<sup>64</sup>.

Também é bastante significativa a ênfase que os *relatos das vítimas* recebem no episódio do dia 13 de junho em São Paulo. Como podemos verificar no trecho sinalizado acima, o dossiê se vale neste caso de dez relatos de pessoas que foram vítimas da violência policial naquela noite. Esta informação é acompanhada da nota de rodapé de número 196, nela é esclarecido que os dez testemunhos, então citados ao longo da descrição do caso, foram colhidos pela organização Conectas Direitos Humanos e disponibilizados na íntegra em um documento anexo ao dossiê. Neste caso, um dos poucos em que o documento faz uso de fontes primárias obtidas por uma das ONGs que o assinam, há um

<sup>63</sup> Dossiê, p. 71 e 72.

<sup>64</sup> Sobre prisões em flagrante, ver artigos 301 a 310 do Código de Processo Penal brasileiro e sobre mandados de busca e apreensão, ver artigos 240 a 250 do mesmo código. Disponível em: < <http://www.soleis.com.br/ebooks/1-criminal0.htm>>. Acesso em 14/03/2016.

cuidado maior com o sigilo em relação às identidades das vítimas, que são, em sua maioria, identificadas apenas pelas letras iniciais dos seus nomes. Conforme observaremos a seguir, no episódio do dia 13, as narrativas e as imagens da violência saem de cena, dando voz aos relatos pessoais das vítimas. São estas vozes que passam a apresentar os temas e trazer os detalhes das ocorrências em descrições marcadas pelo medo, pelo trauma e pela dor de quem sofreu a violência.

Os dois primeiros relatos se referem a pessoas atingidas por balas de borracha, sendo uma delas o fotógrafo Sérgio Andrade Silva que teve por consequência do ferimento da bala a perda da visão do olho esquerdo, afetando assim um sentido imprescindível ao seu trabalho. Este caso é um dos que mais recebe destaque no dossiê, voltando a ser abordado no tópico seguinte sobre *Violência Institucional* na parte de *Violência contra jornalistas*. Seguem abaixo, como exemplos, estes dois relatos:

Sérgio Andrade da Silva, de 31 anos, é um fotógrafo, casado e pai de duas crianças. Na noite do protesto, ele saiu para trabalhar. Faria fotos da marcha para uma agência de notícias, mas acabou, horas depois, internado no “Hospital H. Olhos”, depois de ter passado pelo “Hospital 9 de Julho”, onde recebeu doses de morfina para controlar a dor de duas fraturas na órbita ocular, resultante de ação da Polícia Militar. Sergio levou cinco pontos dentro do olho esquerdo, do qual ficaria definitivamente cego.

“Fui atingido por uma bala de borracha. Tenho quase 1,80m e a bala me atingiu exatamente no olho. Existe uma recomendação da Polícia Militar de utilizar essa bala da cintura para baixo. O policial foi contra o próprio regulamento da corporação. Ele atirou na altura da minha cabeça”, relembra.

Experiência semelhante com bala de borracha foi vivenciada por J.M., estudante de Direito de 22 anos, que participava do protesto:

“Senti uma bala de borracha bem nas minhas costas. Olhei para trás, para ver o que acontecia. Vi uma viatura e um policial com uma arma. Nisso, senti outro tiro de bala de borracha atingindo a região da curva do pescoço com o ombro. Pode isso? Eu não estava fazendo nada, estava passando mal com o gás, fiquei para trás entre os que estavam fugindo, e foi bem no meu pescoço. Fiquei chocada por causa disso”, conta.

Estes casos revelam o potencial de causar danos irreversíveis que as “munições menos letais” possuem quando utilizadas contra órgãos vitais e a curta distância. Sergio relata todo o pânico que sentiu no momento da agressão recebida pela Polícia Militar:

“A dor foi instantânea, profunda, terrível. Todos os piores adjetivos com que você puder qualificar a dor, eu senti naquele momento. Meu olho inchou

rapidamente, coloquei a mão e minha pálpebra já havia se fechado. Muito sangue começava a cair naquele instante e pensei: ‘fiquei cego. Não vou mais conseguir fotografar’. Foi a sensação que eu tive”<sup>65</sup>.

Nota-se neste episódio que o recuo de parágrafo aparece como um novo artifício visual para destacar as vozes das vítimas. Estes dois casos, segundo o próprio dossiê, “revelam o potencial de causar danos irreversíveis que as ‘munições menos letais’ possuem quando utilizadas contra órgãos vitais e a curta distância”. O testemunho de Sérgio chama atenção para o caráter ilegítimo desta forma de utilizar os armamentos menos letais ao se referir ao regulamento da polícia: “Tenho quase 1,80m e a bala me atingiu exatamente no olho. Existe uma recomendação da Polícia Militar de utilizar essa bala da cintura para baixo. O policial foi contra o próprio regulamento da corporação. Ele atirou na altura da minha cabeça”. O questionamento da estudante de direito J.M., após ser atingida sucessivamente nas costas e no pescoço aponta nesta mesma direção: “Pode isso? Eu não estava fazendo nada, estava passando mal com o gás”.

No relato de Sérgio vemos mais uma vez a mistura de “causas objetivas”, a inadequação do disparo ao regulamento da PM, com “emoções subjetivas”, o que ele sentiu no momento em que foi atingido, um relato do “pânico” segundo o dossiê. A construção da denúncia se ancora na mobilização do sentimento, como um recurso para gerar empatia e produzir um efeito de aproximação do leitor da denúncia com a vítima, aliada a uma narrativa que busca provar a violação (Boltanski, 2004). A eficácia da denuncia é potencializada se colocados em perspectiva o final do relato de Sérgio – “Muito sangue começava a cair naquele instante e pensei: ‘fiquei cego. Não vou mais conseguir fotografar’” – com o início da descrição do caso: “Sérgio Andrade da Silva, de 31 anos, é um fotógrafo, casado e pai de duas crianças”. Ou seja, para além da violência, da dor “instantânea, profunda, terrível”, do abuso do policial que disparou “contra o próprio regulamento da corporação”, o tiro tornou um fotógrafo, pai de duas crianças, cego de um olho. Algo que poderia ter vindo (ou vir) a impossibilitá-lo de seguir seu ofício. No “fotógrafo, casado, pai de duas crianças”, vemos, novamente, a disposição de uma narrativa de construção moral da vítima.

Estes casos de disparo indiscriminado de balas de borracha, contudo, não ocorreram de forma isolada. Ao contrário, o agravante das violações perpetradas nesta noite, que tornou efetivamente a repressão policial do dia 13 de junho “emblemática”, de acordo com o dossiê, foi o fato de ter sido a primeira

---

<sup>65</sup> Dossiê, p. 75.



vez em que – ao menos de forma tão evidente – se identificou a utilização de uma tática específica, nitidamente orquestrada e em desacordo aos protocolos de abordagem a protestos: o “encurralamento”.

Os relatos daqueles que participaram da manifestação sugerem que, em vez de direcionar a marcha num suposto sentido de dispersão, os policiais encurralaram milhares de pessoas num circuito de tiro com balas de borracha, saturado com bombas de gás e granadas de luz e som, ao longo de várias ruas da região central<sup>66</sup>.

(...)

Ainda que pessoas como os manifestantes tentassem evitar entrar em contato direto com a polícia naquela noite, não teriam conseguido. De acordo com todos os relatos, não houve nenhuma ordem clara sobre que atitude adotar ou para onde ir para fugir do tumulto. Não havia lugar seguro e a polícia perseguia as pessoas mesmo em regiões distantes do ocorrido, horas depois.

A massa passou horas encurralada em ruas estreitas, sob o efeito de bombas de gás, balas de borracha e granadas [...]. De acordo com os relatos, era como se a polícia tivesse prendido todos numa grande armadilha de gás, explosões e violência:

“Percebi uma tropa da Polícia descendo a Consolação no sentido Centro, na direção dos manifestantes, enquanto outra tropa vinha da Rua Maria Antônia. Tive a sensação de uma emboscada porque eles saíram de ambos os lados, armados, disparando na direção das pessoas”. (Sergio Andrade da Silva)

“Estávamos numa situação de cativeiro criado num quarteirão gigante, um cativeiro organizado pela polícia. Você era obrigado a ficar ali, era obrigada a ver pessoas sendo agredidas, correndo o risco de ser agredida [...] Tinha muita polícia, muita cavalaria, caminhão da Tropa de Choque, e os policiais lançavam bomba por nada, para todos os lados.” (C.C.)<sup>67</sup>.

Além de estarem em desacordo com as normativas nacionais e internacionais de contenção de protestos<sup>68</sup>, a tática de “encurralamento” provocou conforme descrito no trecho supracitado, um pânico generalizado, traduzido por C.C. como uma “grande armadilha de gás, explosões e violência”. Este “cativeiro criado num quarteirão gigante” deixou por horas manifestantes e pessoas que passavam por aquelas ruas ou que moravam naquelas proximidades “sem saída”.

<sup>66</sup> Dossiê, p. 72.

<sup>67</sup> Ibid., p. 76.

<sup>68</sup> É feito um extenso mapeamento destas normas, protocolos e recomendações no dossiê. As referências sobre isto são citadas principalmente através de notas de rodapé, especialmente entre as páginas 8 e 14 do dossiê.

## SEM SAÍDA

RELATOS SUGEREM TENTATIVA DA POLÍCIA  
DE ENCURRALAR MANIFESTANTES



- 1 "Uma tropa da polícia desceu a Consolação na direção dos manifestantes enquanto outra tropa vinha da Rua Maria Antônia. Tive a sensação de uma emboscada."

S.A.S., fotógrafo



- 2 "Estávamos em um cativeiro criado num quarteirão gigante. Ficamos presas entre a Consolação e a Augusta."

C.L.C., produtora cultural

- 3 "Eles começaram a tacar bombas em quem estava dentro da Praça. Eles estavam cercando a gente."

R.B.F., estudante

- 4 "Saí correndo e me protegi num posto de gasolina na frente da Praça Roosevelt. Eu e um monte de gente."

C.L.C., produtora cultural



- 5 "Em frente ao bar Atenas, na Augusta, foi bem angustiante. a gente achou que ia morrer."

T.R.C., estudante

Figura 8. *Sem saída*<sup>69</sup>.

No *episódio emblemático* do dia 13, conforme podemos observar, o papel das vítimas na construção do caso assume um lugar bastante diferente do que vínhamos observando até então. A centralidade que debatemos anteriormente,

<sup>69</sup> Infográfico da tática de encurralamento produzido pela Conectas (Dossiê, p. 74). As imagens que aparecem nesta imagem evidenciam também outro papel que as fotografias passam a assumir no episódio emblemático do dia 13. De forma bastante distinta das fotografias que compõem os casos que chamei de *imagens da violência*, as fotografias do *episódio emblemático* mostram os manifestantes envolvidos em nuvens de fumaça de pimenta e de gás lacrimogêneo, correndo por entre ruas fechadas ou no meio de fileiras de carros engarrafados, protegendo o rosto da fumaça com as mãos ou com as roupas, são cenas de fuga e de desespero.

forjada ora na designação dos casos pelo nome ou as iniciais dos nomes das vítimas, ora por meio das imagens que expunham os corpos marcados pela violência, ou pelas narrativas que descreviam as violações e seus contextos, se transforma no caso do dia 13. Neste *episódio emblemático* são as vozes das vítimas que passam a narrar e descrever os casos. Os pequenos depoimentos, ou relatos testemunhais, que já apareciam nas *imagens da violência*, quase como legendas de imagens que, por si sós, contavam as violações, no episódio do dia 13, crescem e produzem efeitos não só de “empatia” (Boltanski, 2004), como de alicerce para uma “ética do reconhecimento” (Jimeno, 2010).

Jimeno (2010) ao examinar a construção cultural da categoria da vítima contribui significativamente para reflexões sobre as relações entre as emoções e a política. A partir de uma análise do cenário das lutas da comunidade indígena colombiana frente aos sucessivos massacres e violências de que esta comunidade é alvo historicamente, ela debate o surgimento nos anos 2000 do que identifica como um “movimento das vítimas”. Guardada a distância entre os contextos, o caráter e a dimensão dos crimes, da luta, dos atores e do envolvimento dos atores, as perspectivas apresentadas pela autora trazem elementos interessantes para pensarmos sobre a mobilização das vítimas, em especial através dos relatos testemunhais, na elaboração do dossiê.

Segundo a antropóloga, esta forma de linguagem que narra experiências pessoais de sofrimento na forma de testemunhos pessoais tem efeitos políticos na medida em que constrói uma “versão compartilhada dos acontecimentos de violência”, funcionando como “um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e a generalização social” (Jimeno, 2010, p. 99). A natureza emocional da categoria da vítima, conforme argumenta Jimeno (2010), torna possível “tecer vínculos de identidade e reconhecimento entre aqueles que experimentaram a violência e o conjunto da população civil” (2010, p. 99). Esta categoria permite, assim, reunir aquilo que seria “o subjetivo e de ordem privada, a experiência do sofrimento, com a ação pública, política” (Jimeno, 2010, p. 111, 112). O mais interessante, segundo ela é que este processo diferentemente de procedimentos legais ou institucionais “não se dá por meio da invocação de princípios abstratos de direitos violentados”, ou de uma “verdade jurídica”, mas da convocação de uma “comunidade emocional” (2010, p. 113,114).

A expressão dos “fatos” ou da “verdade” da violência sob a ótica daqueles que a sofreram possibilita “ventilar sentimentos de dor, raiva e compaixão”, produzindo a identificação emocional entre pessoas que foram vítimas e pessoas que não foram. Estes relatos do sofrimento, ao serem

compartilhados publicamente, portanto, propiciam o surgimento de “comunidades morais sustentadas por uma ética do reconhecimento que alimenta a ação política” (Jimeno, 2010, p. 115, 116).

O uso dos relatos das vítimas, em especial no caso do dia 13, parece evocar também uma “ética do reconhecimento”, mesmo que de forma mais frágil, fragmentada ou temporária. A exposição do pânico das pessoas que viveram a situação de *encurralamento*, por meio de declarações como as citadas acima produz um efeito de “reconhecimento” do leitor na situação e no desespero sentido por aqueles que foram vítimas. Isto pode ser visto em falas como: “Tive a sensação de uma emboscada porque eles saíram de ambos os lados, armados, disparando na direção das pessoas” (Sergio Andrade da Silva); “Você era obrigado a ficar ali, era obrigada a ver pessoas sendo agredidas, correndo o risco de ser agredida” (C.C.) e, talvez ainda mais paradigmaticamente, em: “a gente achou que ia morrer” (T.R.C.). Vale destacar também, o “pior momento” segundo C.C.:

“[...] as pessoas não sabiam para aonde ir. As pessoas se dispersavam e se acumulavam em outro lugar. O metrô estava fechado. [...] Ficamos presas entre a Rua da Consolação e a Rua Augusta” [...] o pior momento foi “[...] quando um grupo de 10 pessoas pedia para entrar na estação do metrô, para deixar o local. No meio do grupo havia uma senhora de 60 ou 70 anos. Eram pessoas que tinham saído do trabalho. Quando estávamos falando com o funcionário do metrô, chegaram quatro motos da polícia, em alta velocidade, uma delas quase me atropelando. Os policiais diziam: ‘Hoje não tem metrô, ninguém vai voltar para casa’, batendo com o cassetete nas pessoas. Cada um correu para um lado, mas não tinha para onde ir. As pessoas que estavam na calçada recebiam ordem de ir para a rua e as pessoas que estavam na rua eram mandadas para a calçada. Ninguém conseguia sair de lá”<sup>70</sup>.

O dossiê também carrega uma dimensão estético-política, nos termos de Rancière (2009, ver pg.), que se expressa no esforço por reconfigurar a experiência do leitor, ou seja, em mobilizar uma repartilha do sensível. Segundo Rancière (2009, p. 63), a partilha do sensível implica “um mundo ‘comum’ [que] não é nunca simplesmente o *ethos*, a estadia comum (...). É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das ‘ocupações’ num espaço de possíveis”. A repartilha do sensível, neste caso, poderia ser lida através desta intervenção, feita pelo dossiê, sobre as separações entre o visível e o invisível, o audível e o inaudível no contexto dos protestos. Nestes relatos a incorporação da categoria da vítima à composição do caso assume um caráter político, visto que o testemunho funciona não só como fonte de informação ou como ‘prova’

<sup>70</sup> Dossiê, p. 77.

das violações, mas provoca a empatia, a identificação e o reconhecimento do leitor na situação denunciada. Além do sofrimento individual, estes relatos testemunham o caráter irrestrito da violência que atingia quem quer que estivesse na rua, além de assegurar, mais uma vez, uma “limpeza moral das vítimas”: “Eram pessoas que tinham saído do trabalho” (Dossiê, p. 77).

A tática do “encurralamento”, como o dossiê aponta através dos relatos, não consistiu apenas no cerceamento das pessoas no interior de um determinado perímetro de contenção policial. Caracterizando-se por uma série de outras violações que se somavam a esta e ocorriam tanto em seu interior, quanto de forma subsequente ao cerco policial. O documento destaca casos de agressão física e verbal por parte dos policiais, ausência de identificação nos agentes da segurança pública e até dificuldades que os manifestantes tiveram para conseguir atendimento médico em hospitais públicos, além de tratamento inadequado em delegacias ou mesmo no Instituto Médico Legal (IML). Para citar somente alguns exemplos que aparecem entre as páginas 79 e 81 do dossiê:

“Deram chutes e socos no meu rosto e barriga. Fiquei deitada no chão de um ônibus da polícia, com a cabeça debaixo de um banco enquanto um policial mantinha o pé em cima de mim. ‘Quer protestar? Protesta agora, sua patricinha vagabunda’, ele me dizia”, (M.C., estudante de Artes Visuais, presa por volta das 20 horas do dia 13/6, na Avenida Paulista)<sup>71</sup>.

“Quando fui detida, um fotógrafo tirou todas as fotos nas quais aparecem os policiais que me agrediram, mas acredito que todos os que estavam na Avenida Paulista estavam sem identificação. As fotos mostram que o espaço onde deveriam estar as identificações estava vazio [...]”. (M.C.)<sup>72</sup>.

“Fomos ao IML das Clínicas. Quando eu cheguei, havia umas 20 pessoas. A primeira pergunta que me fizeram foi ‘você é manifestante? Aguarde ali e aguarde direitinho’. Deixavam que todas as outras pessoas passassem na frente. O médico me olhou e perguntou também: ‘você estava na manifestação?’. Eu disse sim e ele respondeu: ‘Ah, tá bom’, antes de bater uma foto do meu menor machucado. ‘Mas é só isso mesmo?’, eu perguntei. Ele só me olhou. Não sei como funciona esse tipo de exame, mas achei ele preconceituoso”. (A.L.)<sup>73</sup>.

“Vários policiais chegaram na Santa Casa, no Pronto Socorro, e foram atendidos antes de todo mundo. Nem sei se se trata de alguma lei municipal, estadual, enfim, nem sei se isso existe, mas foi algo que me revoltou. Meu braço estava com um corte profundo, havia muita gente ensanguentada com cortes na cabeça, com o corpo todo cheio de

<sup>71</sup> Dossiê, p. 79.

<sup>72</sup> Ibid., p. 80.

<sup>73</sup> Idem.

sangue, e os policiais com ferimentos, com luxações, algo assim, foram atendidos primeiro”, (M.L.)<sup>74</sup>.

Estes exemplos remontam novamente o caráter grotesco e obsceno (Mbembe, 1992) das práticas policiais na abordagem aos protestos. Neles, no entanto, vemos a reprodução deste regime de violência e poder em outras instituições e fazeres do Estado, como é o caso relatado por A.L. sobre o IML das Clínicas e de M.L. sobre o atendimento na Santa Casa. A “tirania íntima” (Mbembe, 1992) que discutimos previamente ao abordar fraudes policiais, como as de alterações de cenas de crimes e as de incriminação de vítimas, assume outros contornos nestes relatos. É possível verificar por meio das ofensas e do tratamento denunciados seja no interior do ônibus que detinha os manifestantes – “Quer protestar? Protesta agora, sua patricinha vagabunda”; quanto no atendimento do IML – “você é manifestante? Aguarde ali e aguarde direitinho”, um transbordamento da ‘narrativa oficial’, enunciada por representantes do Estado e disseminada pelas principais empresas de comunicação do país, que vem responsabilizando os próprios manifestantes pela violência e repressão sofrida.

Assim, no *episódio emblemático* do dia 13 de junho notamos mais uma vez, por meio da tática do “encurralamento” e das demais violações que a acompanham, uma operacionalização de práticas do fazer do Estado em suas margens (Das e Poole, 2004). Estas práticas se situam ao mesmo tempo dentro e fora da ‘normatividade’, da ‘legitimidade’ e da ‘legalidade’, (re)afirmando os limites, (re)definindo as fronteiras e as linhas que circunscrevem o direito, a (des)ordem e a cidadania.

Por fim, como vínhamos apontando desde as *imagens da violência*, no dossiê os casos parecem informar mais por seu potencial acumulativo do que por suas singularidades. Até nos *episódios emblemáticos*, seja o do dia 13 de junho, seja o da greve municipal dos professores no Rio de Janeiro, dois “casos” mais extensos, compostos por muitos casos, este potencial se sobressai em relação aos detalhes e problemáticas que cada ocorrência poderia trazer de forma particular. Para além da já mencionada construção de uma ‘contranarrativa’ em relação às ‘versões oficiais’ de representantes do Estado, das forças de segurança pública e de grande parte da mídia corporativa, o acúmulo de casos serve para anunciar o problema das abordagens do Estado brasileiro aos protestos recentes enquanto um problema coletivo. A *denúncia*

---

<sup>74</sup> Ibid., p. 81.

*internacional* sobre as violações de direitos humanos no contexto dos protestos, conforme seguiremos analisando na próxima seção, reifica a esfera pública dos direitos humanos através do apelo a um problema coletivo ou a uma causa.

### 1.3

#### **A denúncia internacional ou os casos como causa**

Nas duas últimas seções, explorei o dossiê como um ponto de partida para adentrar a trama de rastros e de disputas que envolvem as violações de direitos humanos nos protestos recentes no Brasil. Através da observação das técnicas discursivas e das estratégias estético-formais que são por ele mobilizadas, distingi três formas de apresentar os casos ao longo do dossiê. Este exercício consistiu em uma tentativa de “seguir o papel” a partir da sua materialidade, compreendendo o documento enquanto um artefato etnográfico (Ferreira e Lowenkron, 2014). Ou seja, como um papel que não apenas relata ou registra os “acontecimentos” aos quais se refere, mas media interações e conexões (Vianna, 2014), agindo, ao mesmo tempo, como produto e produtor das relações sociais que disputam a “verdade” do que os protestos “teriam sido”.

Neste sentido, considerei o dossiê em si uma importante forma de ativismo (Höhn, 2013), já que, uma vez redigido pelas organizações e entregue na ocasião da audiência temática na CIDH, ele tanto demanda respostas como produz ações. As seções anteriores investigaram os possíveis efeitos que os recursos gráficos e discursivos, como as fotografias das vítimas, os relatos testemunhais, os vídeos, entre outros, provocam no leitor. A partir da atenção a *como os casos são construídos no dossiê*, procurei demonstrar a potencialidade que surge do conjunto dos casos relatados. Um efeito de acúmulo gerado pela multiplicidade e abundância, que, além de prover “provas” das violações, coloca uma contranarrativa às “versões oficiais”. Em um movimento contrário ao destas “versões oficiais”, que individualizam os abusos e arbitrariedades policiais para neutralizar suas implicações, sob o jargão de que os “eventuais abusos serão investigados”, o dossiê ao acumular e ao demonstrar o caráter geral e sistemático das violações, transforma ocorrências particulares em uma causa coletiva que visa ao “bem comum”.

Esta percepção segue especialmente as propostas analíticas que Boltanski (1984, 2004) empreende acerca dos processos de emergência e escuta de uma denúncia pública, bem como, das implicações morais e políticas

de um espectador diante de representações do sofrimento de outros à distância. Partindo deste horizonte reflexivo, portanto, explorarei a seguir como determinada economia moral e política do sofrimento mobilizada pelo dossiê se relaciona com a produção de uma denúncia internacional “bem sucedida”.

Em “*La dénonciation*”, Boltanski (1984) investiga as competências críticas presentes na elaboração de uma série de cartas de denúncia enviadas à redação do jornal francês *Le Monde*. Em sua análise, ele destaca que o potencial da repercussão das denúncias e seu impacto se vinculam às possibilidades de generalização que determinada ofensa ou reclamação, ainda que singular, estabelece em relação a “causas reconhecidas e reconhecidas como coletivas” (1984, p. 4). Ou seja, é na passagem do problema individual, particular para uma causa geral ou “social”, que, por um lado, a esfera do público se reifica, e, por outro, o público se constitui em torno de determinadas causas.

No dossiê, a grande quantidade de casos compilados, aliada a pluralidade das formas, estratégias e recursos mobilizados, assim como a desigualdade de informações e detalhes fornecidos na construção de cada caso em particular apontam para a força que reside no conjunto, no agrupamento dos casos. Parece-me, assim, que a potência da denúncia internacional produzida no dossiê repousa nesta qualidade de apresentar uma causa coletiva, um problema do interesse público, uma matéria de violações de direitos humanos, por mais específicos, diversos e multifacetados que sejam os ‘tipos’ de violências e suas circunstâncias.

Na composição desta narrativa, ou melhor, desta contranarrativa, a mobilização da figura da vítima e a da sua dor, conforme eu vinha destacando através das *imagens da violência*, das *narrativas da violência* e dos *episódios emblemáticos*, assume um papel crucial. A presença à distância das pessoas que sofreram às violações coloca o leitor em uma experiência de espectador do sofrimento à distância. Isto acontece seja em experiências visuais, por meio das fotografias e dos vídeos que exibem as marcas da violência nos seus corpos ou que reproduzem as cenas precisas das violações; seja em experiências narrativas, no detalhamento dos contextos das ocorrências e na “construção moral” das suas inocências e inocuidades; seja em experiências discursivas, no regate das suas vozes, por meio dos relatos testemunhais que falam da violência e do horror.

Em “*Distant Suffering*”, percorrendo uma variedade de referências de debates teórico-filosóficos, políticos e literários, Boltanski (2004) desenvolve uma reflexão contundente sobre os aspectos morais e políticos envolvidos nas



expressões das respostas possíveis de espectadores do sofrimento de outros à distância. Apesar da interlocução desta obra ser direcionada mais especificamente à “espetacularização do sofrimento” (*spectacles of suffering*) projetada por veículos da mídia contemporânea, o autor apresenta uma série de questões perspicazes para pensar sobre os efeitos das representações de situações de sofrimento à distância.

Trago algumas das suas ponderações que considerei mais relevantes para iluminar as dimensões morais e políticas implicadas na construção dos casos no decorrer do dossiê, e, através delas, na produção da denúncia internacional à CIDH. No “Sofrimento à Distância” Boltanski (2004) retoma o debate sobre a relação entre as causas e a constituição da esfera pública, destacando o papel da “espetacularização do sofrimento” para a emergência e difusão de uma causa:

A esfera pública não é constituída apenas em torno de tais matérias enquanto chamado à deliberação, mas também em torno de *causas*. Agora nada promove a formação de uma causa mais do que o espetáculo do sofrimento. É em primeiro lugar em torno do sofrimento dos infelizes que o *precipitado* é levado a lançar pessoas que eram anteriormente indiferentes em uma causa. É através da causa que a esfera pública e uma política da pena [*politics of pity*] são conectadas uma a outra. (...) A consideração do sofrimento modifica as condições de debate especialmente ao impor sobre ele uma *urgência* que demanda um *compromisso* das pessoas por uma *causa*. Nesta configuração, o momento crítico do giro ao compromisso é, precisamente, o *grande momento por excelência* (2004, p. 30, grifos do autor, tradução minha).

Boltanski (2004) parte da oposição arendtiana que associa a “compaixão” ao âmbito da presença, da proximidade e a “pena” à distância, à generalização e compreende que o acionamento, por artifícios diversos, de uma “política da pena” possibilita o engajamento de atores, antes indiferentes, à determinada causa. Estes efeitos, segundo argumenta, são resultado da tensão entre dois requisitos contraditórios e necessários: por um lado a imparcialidade e o distanciamento, que asseguraria a possibilidade de generalização; e, por outro, o investimento afetivo e sentimental nas emoções, considerado necessário para a produção do engajamento à causa (Boltanski, 2004, p. 33). É neste sentido que ele entende que a causa articula as emoções à esfera pública, mas é a mobilização da representação do sofrimento que impõe um caráter de urgência e propicia a “tomada de uma posição”, e, por meio dela, o engajamento e comprometimento com uma determinada causa. O momento da “tomada da posição” é, portanto, para Boltanski (2004) o momento político por excelência, capaz de transformar um estado de espectador, de mero observador, receptor

de informações ou leitor, como é o caso no dossiê, em um ator, interventor ou ativista de uma dada causa.

O entrecruzamento de informações objetivas e emoções subjetivas, conforme colocado anteriormente (especialmente nas *narrativas da violência* e no caso *emblemático* do dia 13 de junho em São Paulo) ativaria o potencial de uma “política da pena”, tensionando o envolvimento, o engajamento e a mobilização dos espectadores/leitores do dossiê. Já que, também o caráter informativo do documento tem, de acordo com Boltanski (2004), uma função fundamental para a produção do engajamento e do comprometimento:

Porque o *compromisso* [*commitment*] só é autêntico nesta figura política quando marca o momento em que indivíduos incertos tomam uma posição. Mas a realização deste momento exige que, no início, todos os indivíduos dentro de uma rede, entre os quais em princípio toda conexão seja possível, tenham a mesma informação a sua disposição e estejam conscientes das mesmas causas. O que constitui a rede é precisamente o caráter compartilhado da informação (Boltanski, 2004, p. 31, grifo do autor, tradução minha).

Além disso, e talvez ainda mais significativo, sejam os efeitos morais e políticos que exposição a representações do sofrimento à distancia produz no espectador/leitor. As imagens, narrativas ou discursos da violência, no caso do dossiê, geram “demandas morais” ou respostas moralmente aceitáveis nos espectadores. O encontro com as cenas de violência, com suas sequelas físicas e emocionais ou com suas consequências trágicas, portanto, provoca o espectador a (re)agir e esta (re)ação deve ser “moralmente apropriada”. Segundo Boltanski (2004): “Com efeito, quando confrontadas com o sofrimento, todas as demandas morais convergem no único imperativo de ação. Compromisso é o compromisso com a ação, a intenção de agir e a orientação em direção a um horizonte de ação” (2004, p. xv, tradução minha).

O “imperativo à ação” no caso estudado pode ser compreendido ao mesmo tempo como motivador e motivo da construção da denúncia das violações de direitos humanos pelas organizações que solicitaram à audiência e redigiram o dossiê. A economia moral e política do sofrimento mobilizada pelo dossiê, logo, cumpre um papel fundamental na produção da denúncia internacional, bem como, na garantia de que ela seja “ouvida”, engajando atores/leitores à causa e motivando novas ações que fortaleçam a disputa pela “verdade” sobre os protestos.

A denúncia internacional desenvolvida no dossiê, portanto, reifica a esfera pública dos direitos humanos, não por pleitear Justiça<sup>75</sup> ou reparação às vítimas, mas por apelar a uma causa. As muitas, diversas e desiguais *ruas de papel* traduzidas e produzidas ao longo do dossiê, movem a disputa em torno do *papel das ruas*, disputando significados exponenciais como os que demarcam as fronteiras entre a ordem e a desordem, o manifestante e o vândalo, o direito e o crime. No próximo capítulo, *seguindo os rastros de pimenta e de vinagre*, explorarei as contradições constitutivas da produção destas fronteiras e suas políticas de inclusão por exclusão, para isso, abrirei outros documentos, percorrendo então as “narrativas oficiais” por entre suas *ruas de papel*.

---

<sup>75</sup> Importante pontuar aqui que a justiça é pensada por Boltanski (2004) justamente neste sentido de “reparação às vítimas” ou de um apelo a um “instituição jurídico-burocrática” da Justiça. Esta concepção é bastante distinta daquela debatida por Derrida (2007), que será abordada no terceiro capítulo.

## 2

## Seguindo os rastros de pimentas e vinagres

Para seguir os rastros de pimentas e vinagres, procurarei investigar os ‘mundos’<sup>76</sup> que motivam, perpassam e repercutem, por um lado, nos disparos de pimentas nas e para além das ruas, e por outro, em tudo aquilo que, embebido em vinagre, resiste às nuvens de pimenta (ou aos demais artefatos apimentados de repressão e criminalização). Pretendo ao longo deste capítulo explorar algumas das contradições, aporias ou dissensos que (re)produzem no dossiê uma série de embates que já se acirravam de forma marcante tanto nas ruas, como nos papéis. Dentre os rastros da complexa trama que emerge entre pimentas e vinagres, enfatizarei a tensão em torno da definição de determinadas linhas de distinção, em especial as que contrapõem e servem de condição de (im)possibilidade para a definição de ‘ordem’ e ‘desordem’, ‘manifestante’ e ‘vândalo’ e ‘direito’ e ‘crime’. Esta tensão evidencia que tais linhas não são tão naturais, fixas ou estáveis como parecem. Longe disso, seu tracejar se revela enquanto efeito, resultado de práticas políticas, de forças e violências em disputa constante.

Ao longo do dossiê e dos documentos com os quais ele dialoga, a disputa pela demarcação ou estabilização destas linhas chama especialmente atenção, pois suas distinções, categorizações e definições agem efetivamente na autorização e legitimação de certas práticas políticas, violências, mas também, resistências. Assim, observar a heterogeneidade dos usos e significados destas categorias, que se proliferam nos discursos seja de policiais, delegados, promotores, procuradores e outros representantes do Estado; seja de jornalistas, midiativistas, advogados de defesa, defensores de direitos humanos ou simplesmente de ‘cidadãos’, nos permite vislumbrar parte do que está implicado na disputa contínua em torno de uma gramática dos significados sobre a ordem, o direito e os sujeitos políticos na contemporaneidade. Encontramos nestes discursos e práticas tanto do cotidiano como de autoridade, a operação de um

---

<sup>76</sup> É importante pontuar que quando me refiro aqui a ‘mundos’ não pretendo ou mesmo pressuponho a possibilidade de acessar e conhecer – completa e exhaustivamente – tais ‘mundos’, ao contrário, minha postura analítica, procura justamente deslocar um certo imaginário ontológico da possibilidade de acesso e conhecimento de uma ‘verdade’ ou de uma ‘totalidade’. A referência aos ‘mundos’, portanto, serve como uma forma de ressaltar a extraordinária multiplicidade, intangibilidade, e, impossibilidade inclusive, de rastrear enquanto ‘totalidade’ as motivações, imbricações e repercussões implicadas entre pimentas e vinagres, nas e para além das ruas.

léxico, nos termos de Derrida<sup>77</sup> (1995, p. 85), sobre ordem e cidadania, girando em torno de um conceito que não se pode encontrar em lugar algum.

Em vista disto, a proposta deste capítulo é seguir rastreando dois documentos com os quais o dossiê dialoga e cujos antagonismos expressam embates de posições e incertezas em torno destes conceitos e da autorização do desenho das linhas que tentam circunscrevê-los. Busco examinar, assim, o dissenso que surge entre o discurso das ONGs e dos movimentos sociais que assinam as denúncias das violações de direitos humanos e estes outros textos a partir das suas versões dos acontecimentos. De modo emblemático, as disputas pelas demarcações *entre* a ‘ordem’ e a ‘desordem’ e o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’ que se materializam na produção e através destes documentos, servirão para observar como estas narrativas, ao tentarem fixar o significado do que as ruas “teriam sido”, materializam também diferentes concepções de violência, cidadania, direitos humanos e humanidade.

A preocupação com a autorização e naturalização das práticas de distinção e discriminação é extensamente abordada por Walker (2006, 2009, 2010, 2013, 2016). Segundo Walker (2010, p. 32), a constituição da modernidade, enquanto um modo de ser no mundo, à parte de qualquer outro mundo, e os limites da sua imaginação política estão fundados em práticas de distinções ou de produções de fronteiras tanto no tempo quanto no espaço. Em suas obras, Walker (2006, 2009, 2010, 2013, 2016) procura desestabilizar premissas fundacionais da vida política moderna, que tornaram possível a articulação e delimitação das possibilidades (e necessidades) políticas em torno daquilo que concebemos como sujeito moderno, Estado soberano moderno e sistema moderno de Estados soberanos. A partir da sua leitura, a modernidade pode ser compreendida enquanto uma constituição histórica específica de estruturas complexas de ‘dentros’ e ‘foras’ e suas correspondentes práticas de inclusões e exclusões (Walker, 2010, p. 86). De acordo com Walker (idem, p.55), esta lógica afiada ou cortante de afirmações e negações estabelece os

---

<sup>77</sup> Ainda que seja outro contexto, a discussão de Derrida a que me refiro aqui sobre a questão da responsabilidade colocada diante da aporia entre o ético e o religioso não deixa de ressoar com o debate em torno da relação conflituosa entre ordem, direito e direitos humanos, uma vez que este também expressa uma falta de coerência e um esforço por preencher sua ausência de fundação – ou fundação arbitrária e, portanto, violenta (Derrida, 2007). O trecho específico no qual me baseio é: “O que é então encontrado em operação no discurso cotidiano, no exercício da justiça, e em primeiro lugar na axiomática do direito privado, público ou internacional, na conduta da política interna, diplomacia e guerra, é um léxico relativo à responsabilidade que, pode-se dizer, paira vagamente em torno de um conceito que não é encontrável em lugar algum, mesmo que não possamos ir tão longe a ponto de dizer que não corresponde a absolutamente nenhum conceito” (Derrida, 1995, p. 85, tradução minha).

parâmetros que distinguem “nós” dos “outros”, possibilitando exceções e legitimando violências:

Afinal, demarcações distinguem aqui de lá, e nós deles, às vezes afiadamente [*very sharply*]: quando a coisa fica feia; quando segurança supera [*trumps*] liberdade; quando liberdade supera igualdade; quando amigo define inimigo; quando cidadania vem antes de humanidade; quando uma exceção prova a regra; quando autoridade se dissolve diante de força bruta; quando violência deve ser usada novamente. A afiada lógica [*sharp logic*] de afirmação e negação que veio a ser associada com nossos relatos mais exemplares do que demarcações políticas modernas fazem, ao menos sob condições extremas, ou marginais, ou excepcionais, também pode ser encontrada nos nossos mais populares relatos sobre o que tais demarcações são, e se elas continuarão a operar como se supõe que elas devem operar (Walker, 2010, p. 31, tradução minha).

Para Walker (2010), portanto, os limites do Estado não coincidem meramente com as fronteiras territoriais expressas nas linhas cartográficas dos mapas que vieram a representar o que entendemos por mundo, como presumem análises políticas convencionais e até mesmo grande parte das análises críticas. Ao contrário, a equação do Estado com seu território, sob a pretensão de falar em nome de um único povo ali presente, é fruto mais de ambições normativas e práticas políticas do que de realidades empíricas.

Walker (2010, p. 58) defende levar a sério o que se passa no desenho das linhas, prestando atenção às operações que afirmam a realidade dos ideais reguladores nelas expressos. Neste sentido, para ele, pensar politicamente as linhas demanda compreendê-las como momentos e práticas ativas de engajamento político, e não como meras fronteiras de isolamento onde quase nada sucede além da separação de uma comunidade política, ou de uma determinada condição, de outra. As fronteiras, sob esta perspectiva, não são simples resultados de relações sociais, mas práticas em atividade “(...) que operam para produzir possibilidades políticas muito específicas de necessidade e possibilidade em qualquer um dos seus lados” (Walker, 2010, p. 32, tradução minha).

Deste modo, a capacidade de distinguir entre “o legal e o ilegal”, ou o direito e o crime; entre “a norma e a exceção”, ou a ordem e a desordem, entre “a liberdade madura e o despotismo imaturo”, ou o manifestante e o vândalo, funda-se em ambições, regulações e necessidades constitutivas da vida política moderna (Walker, 2010, p. 35). Os princípios e práticas de distinção seriam, assim, basilares, pois é através deles que a vida política contemporânea se organiza e se legitima. A atenção às politizações e despolitizações que operam nestas linhas de discriminação é, segundo Walker (2010, p. 33), fundamental

para perceber seu caráter complexo e produtor não só de espacialidades e temporalidades, mas de imaginários, autoridades e subjetividades políticas.

Também no pensamento de Rancière (2004), a ideia do desenho das linhas ocupa um lugar central. Para Rancière (2004), a política está precisamente na produção das distinções, que, ao incluir, excluem, e, ao politizar, despolitizam. A política está no traçar das linhas que distinguem uma forma de vida de outra, como também, e principalmente, nos atos que desestabilizam essas linhas, ou seja, no dissenso, no tensionamento que pode vir a juntar os dois mundos por elas apartados. Neste sentido, segundo Rancière (2004, p. 303, tradução minha): “A política é sobre esta fronteira. É a atividade que a coloca de volta em questão”. A afirmação ou negação é o modo pelo qual se autoriza quem será considerado sujeito político ‘próprio’ (ou ‘impróprio’) na modernidade, quem será ou não incluído, quem conta como “Homem”, como “cidadão” ou não, o que não significa que estas autorizações sejam definitivas. De acordo com Rancière (2004), predicados políticos como os de igualdade e liberdade, não podem pertencer, nem se vincular plenamente a determinados sujeitos, ao contrário, eles são abertos e estão em constante disputa: “Os predicados políticos são predicados abertos: eles abrem uma disputa sobre o quê exatamente eles engendram e a quem eles concernem em que casos” (Rancière, 2004, p. 303, tradução minha).

Explorar as controvérsias ao invés de buscar conexões aparentemente estáveis é o caminho proposto ainda por Latour (2005) em sua nova arquitetura da forma de pensar e fazer a sociologia, ou o que chama de sociologia das associações. Para Latour (2005, p. 27, 28), mais interessante do que observar as linhas e o que elas distinguem ou separam, é observar quem traça essas linhas e por meio de que instrumentos. Ele enfatiza o aspecto performático das associações, exprimindo a instabilidade e multiplicidade que move os processos associativos e as ações. Conforme coloca, é na circulação, é no fazer e refazer dos grupos e dos significados que se podem capturar seus rastros (Latour, 2005, p. 35). A perspectiva latouriana, portanto, desestabiliza as narrativas modernas que concebem o social como algo tangível ou mensurável, passando a considerar os fenômenos sociais ou o mundo social como um processo contínuo, multifacetado e controverso de movimentos associativos. Neste sentido, são os deslocamentos, as translações, os movimentos que fornecem os rastros desta rede de associações. Por isso, afirmar as fontes de incertezas, rastreando as controvérsias, seria o caminho para capturar os desenhos das associações,

como também, os veículos, mediadores, ferramentas e materiais que promovem estabilidades (Latour, 2005, p. 64, 65).

Orientada por estas abordagens, seguirei os rastros de pimentas e vinagres buscando explorar os *dissensos* (Rancière, 2004) ou rastreando as *controvérsias* (Latour, 2005) que emergem das ruas e que se expandem em disputas por entre ruas de papel. O objetivo deste capítulo é, justamente, tomando a 'ordem' e a 'desordem', o 'manifestante' e o 'vândalo' e o 'direito' e o 'crime' como predicados abertos, observar *o que acontece na produção destas distinções* (Walker, 2010) ou na demarcação destas linhas, bem como atentar aos processos de politização e despolitização que nelas operam.

Dentre os rastros inscritos no dossiê enfatizo dois documentos em especial: a minuta de um projeto de lei e um decreto executivo. Estes documentos aparecem e são debatidos principalmente (embora não apenas) na terceira parte do dossiê, que trata das denúncias de *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*. Por conta disso, na primeira parte deste capítulo (2.1) *Pimentas e vinagres nas leis e práticas da legalidade*, elaboro uma descrição um pouco mais precisa também da trama de rastros e de rastros de rastros que permeiam esta parte do dossiê. Esta descrição pretende contextualizar e expor as tensões que surgem entre as narrativas do dossiê e as narrativas dos artefatos jurídicos e legislativos que são pelo dossiê expostas enquanto mecanismos ou instrumentos de criminalização. Nesta parte, procuro revelar como o dossiê apresenta o movimento de expansão das pimentas e vinagres das ruas para as leis e práticas da legalidade.

Em seguida, percorro alguns rastros das controvérsias em torno das demarcações dos limites (2.2) *Entre a ordem e a desordem*, explorando a textualidade de um documento emblemático das 'versões oficiais' sobre a 'ordem' e os dissensos que surgem das reações do dossiê a estas versões. Para isso, investi no exercício de uma (des)leitura da *minuta do projeto de lei que tipifica o Crime de Desordem e o de Associação para Prática de Desordem e dá outras providências* enquanto um artefato de governo da 'ordem'. Proposta pelo então secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e entregue no dia 12 de fevereiro de 2014 ao ministro José Eduardo Cardozo e ao Senado, a minuta é interessante por sintetizar uma série de expectativas e iniciativas que já se encontravam em curso através de diversos outros projetos de lei.

Na terceira parte, exploro algumas das tensões que irrompem em torno das categorias e das oposições (3.3) *Entre o manifestante e o vândalo*. Como



um exemplar categórico deste debate, observo o *decreto Nº 44302/2013* que criou no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, no dia 22 de junho de 2013, a *Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas*. O ‘vândalo’, por um lado, aparece como um personagem condenado pelos discursos dos representantes das forças de segurança pública, pelos chefes de estado e por grande parte da mídia comercial. Julgamento este que se prolifera por diversas instituições e se propaga através dos discursos de ‘cidadãos comuns’, os ‘cidadãos de bem’, que passam a se reconhecer e a se identificar em oposição aos ‘vândalos’. Esta categoria foi ainda apropriada por diversos movimentos culturais e políticos, sendo subvertida como um ícone de lutas sociais e símbolo de resistência. Apesar disso, vem sendo também nitidamente evitada (ou até recusada) nos discursos de movimentos de defesa dos direitos humanos, como é o caso inclusive das organizações que assinam o dossiê. O ‘manifestante’, por outro lado, surge como uma categoria intensamente disputada em meio a um campo de forças travado entre policiais, promotores, delegados, advogados, legisladores, juízes e defensores de direitos humanos.

Ambas as partes deste capítulo procuram identificar algumas das estratégias narrativas mobilizadas pelas versões que buscam legitimar a repressão, os abusos de poder e a violência na contenção dos ‘vândalos’, em relação aos recursos que o dossiê mobiliza para desconstruir ou contrapor estas versões dos acontecimentos. Nestes rastros, a ‘desordem’ e o ‘vândalo’, frequentemente sujeitos à condenação política, moral e jurídica pelos ‘agentes da ordem’ e os ‘cidadãos de bem’, vão se tornando expressões mais complexas de disputas que envolvem autorizações de autoridades, legitimações de práticas violentas de exceção (nos papeis e nas ruas), mas também atos de capazes de perturbar as fundações sem fundamento de uma ordem policial que “distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos do ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convêm a cada um” (Rancière, 1996, p. 40-41).

## 2.1

### **Pimentas e vinagres nas leis e práticas da legalidade**

Conforme o sumário do dossiê aponta (rever Figura 1), as três partes que organizam o eixo de denúncias de Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais são: (3.1) *Legislação de Exceção*, (3.2) *Prisões e Detenções*

*Arbitrárias e (3.3) Direito a Defesa e Acesso à Justiça.* Indicarei a seguir os temas, as imagens e os eventos que apresentam este debate, localizando em que momentos e como aparecem os dois outros documentos que serão observados a seguir.

A *Legislação de Exceção* trata de diversos projetos de lei que na ocasião tramitavam nos Legislativos estaduais e federal. É neste subitem que surge a discussão sobre a *minuta do projeto de lei que tipifica os crimes de desordem e o de associação para a prática de desordem*. Conforme as organizações que assinam o documento advertem logo no primeiro parágrafo desta seção, estes projetos de lei visavam “criar um suporte legal, ainda que não legítimo”, para as ações de repressão que vinham sendo desempenhadas pelos agentes do Estado e “permitir sua intensificação” (Dossiê, p.99). É este “suporte legal”, portanto, que passa a ser denunciado enquanto “não legítimo”, ao ser contraposto a uma série de outros “suportes legais”, como decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, informes especiais e diretrizes de organismos internacionais de Direitos Humanos<sup>78</sup>. Diferente do eixo sobre *Violência Institucional*, cujo debate orbitava mais em torno de uma determinada medida da violência e da sistematicidade da violação dos direitos humanos nas ruas, a *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais* passa a desafiar a legitimidade destas práticas, ainda que elas venham a ser amparadas e autorizadas por instrumentos (e práticas) jurídicas e legais.

O questionamento à legitimidade da autoridade do Estado, ou à soberania do Estado, mediante sua confrontação com recomendações e decisões internacionais evidencia a tensão entre os Estados Soberanos e o Sistema de Estados Soberanos. Esta tensão é problematizada ao longo de diversas obras do pensamento político de Walker (2004, 2006, 2010, 2013, 2016). Seguindo Walker (2006), é possível notar o dossiê como um artefato que expressa um desafio à relação entre universalidade e particularidade. O internacional moderno, segundo Walker (2006), se constitui deste desafio, ao opor as reivindicações particularistas de autoridade legítima do Estado soberano sobre seus cidadãos à reivindicação universalista (ou pelo menos, universalizante) de humanidade, que autoriza a autoridade do sistema moderno de Estados (Walker, 2006, p. 63). Esta contestação massiva se configura enquanto uma “aporia” no coração da política moderna: “(...) uma indecidibilidade, e, portanto, uma negociação sobre como precisamente

<sup>78</sup> Organismos como a própria CIDH e a ONU, ver notas 238, 241, 243, 251, 256 a 260, 283 a 292, 295 a 298 e 306 do dossiê (Dossiê, p. 103-119).

afirmações concorrentes de soberania estatal e necessidade sistêmica devem ser resolvidas” (Walker, 2006, p. 63, tradução minha), ou ainda, “lida em termos de limites legais, especialmente, a relação entre direito estatal e direito internacional é necessariamente aporética” (Walker, 2016, p. 18).

Por um lado, a denúncia de operações envolvidas na construção de um ‘suporte legal’ estatal para a repressão policial às manifestações remete ao que Walker (2010, p. 145) chama de uma “zona de fratura da política moderna (...) entre o indivíduo moderno e o Estado moderno”, que dá lugar a afirmações sobre Estado e sociedade, entre os extremos de um “pluralismo radical” – uma desordem que ameaça a ‘Paz Pública’ – ou um “autoritarismo radical” – uma decisão que declara a exceção em nome da ordem pública ou segurança nacional. Por outro lado, o recurso a ‘suportes legais’ de um arcabouço jurídico internacional remete a uma “segunda zona de fratura (...) entre o Estado moderno e o sistema moderno de Estados” (Walker, 2010, p. 145), que expõe a aporia entre direito estatal e direito internacional, entre afirmações de cidadania e afirmações de humanidade e ‘direitos humanos’. Entretanto, em meio aos debates a propósito das leis e práticas de legalidade nos quais o dossiê, a minuta e outros projetos de lei se inserem, podemos vislumbrar – como veremos mais a frente – os contornos da figura do ‘vândalo’, que, embora relacionado às outras zonas de fratura, aproxima-se mais ainda de uma “terceira zona de fratura (...) entre aqueles que estão incluídos na modernidade e/ou no sistema moderno de Estados, e aqueles que não estão” (Walker, 2010, p. 145). Nas distinções e conexões entre essas zonas de fratura, podemos investigar, portanto, alguns aspectos do que ocorre entre a violência efetiva nas ruas e os esforços discursivos, morais, institucionais e jurídicos para legitimar ou questionar estas práticas de violência.

A partir de Rancière (1996) poderíamos pensar, também, em como operam os consensos e as disputas sobre as práticas e legitimações do direito, bem como questionar o que se pratica e se diz quando se mobiliza o nome direito do cidadão ou direitos humanos, ou ainda: “(...) o que se exalta sob o nome de humanidade sem fronteiras e se deplora sob o nome de reino do desumano” (Rancière, 1996, p.14). No que tange ao dossiê, é interessante atentar para o que se pratica, se diz e se produz quando se questiona a legitimidade destes projetos de lei mobilizados em nome dos cidadãos, ao confrontá-los com recomendações e decisões de organismos internacionais que movem um discurso em nome dos direitos humanos. É preciso fazer isso sem perder de vista não só *o que acontece ao politizar* os projetos de lei, que se

tornam o alvo do debate, como também *o que acontece ao despolitizar*, ou seja, o que se produz quando a narrativa do dossiê toma estas recomendações e decisões dos organismos internacionais como um regime normativo de verdade.

No subitem do dossiê sobre *Legislação de Exceção* são analisados em torno de 26 projetos de lei e 02 anteprojetos de lei. Este mapeamento dos projetos de lei que na época tramitavam nos legislativos federal, estaduais e municipais é ilustrado por três infográficos assinados pela ONG Artigo 19<sup>79</sup>. Dentre estas iniciativas, recebem destaque: 06 projetos de tipificação do delito de terrorismo<sup>80</sup>; outros 06 que visavam à proibição do uso de máscaras<sup>81</sup>, pinturas ou qualquer outro recurso que possibilitasse a proteção dos manifestantes, dificultando sua identificação; 03 projetos de agravamento de penas<sup>82</sup>, sendo dois referentes ao crime de dano ao patrimônio público e privado caso cometido durante protestos e um que aumentaria pela metade as penas dos crimes de lesão corporal caso “praticado em tumulto ocorrido em manifestação pública coletiva, contra agentes de segurança pública no exercício da função”, além de tipificar como constrangimento ilegal “condutas que, em manifestações públicas coletivas, impeçam, de forma deliberada, o trânsito de veículos e pessoas em vias públicas, rodovias ou estradas” (Dossiê, p.111-112); 01 projeto de criação do crime de atentado contra a segurança do transporte rodoviário<sup>83</sup>; 01 de alteração do artigo do Código de Posturas que trata de passeatas e manifestações populares; e 01 de alteração do Estatuto do Torcedor, propondo estender sua aplicação de torcidas organizadas a manifestações públicas<sup>84</sup>. Além desses, dá-se destaque aos dois anteprojetos de lei: 01 de *tipificação do crime de desordem e associação para a prática de desordem*, proposto pelo Secretário de Segurança Pública do RJ; e 01 de regulamentação da vedação ao anonimato e criminalização de armas e objetos que possam causar ferimentos em protestos, proposto pelo Ministério da Justiça.

<sup>79</sup> O primeiro infográfico compara os projetos de lei em termos quantitativos de acordo com o assunto (“regula de forma geral os protestos”, “altera ou cria novos crimes”, “proíbe máscaras” e “proíbem o uso de armas de baixa letalidade”); com a esfera (federal, estadual, municipal) e com a casa legislativa (Câmara dos Deputados, Senado). O segundo apresenta pontualmente o conteúdo de nove dentre os 26 projetos de lei, a maioria deles de 2013, enfatizando o rigor das penas no caso de novos crimes e o agravamento das penas aos crimes cometidos durante manifestações. O terceiro destaca quatro iniciativas de alterações legais, dois projetos de lei e dois anteprojetos de lei, propostos já em 2014, lembrando que o dossiê foi entregue em março de 2014. As imagens aparecem nas páginas 101 e 102 do dossiê. Ver Anexo II.

<sup>80</sup> Referentes aos projetos de lei: PLS 499/2013; PLS 762/2011; PLS 728/2011 (que cria diversos novos tipos penais especificamente para o período da Copa do Mundo); PL 5.773/2013; PL 236/2012 (uma proposta de reforma global do código penal) e PLS 44/2014.

<sup>81</sup> O PL 6461/2013 (SP), PL 6614/2013 (MA), PL 6198/2013 (SP), PLS 404/2013, PL6532/2013 e o PL5964/2013.

<sup>82</sup> Respectivamente o PL 6307/2013, o PL 6347/2013 (SP), e PL 451/2013.

<sup>83</sup> O PL 5531/2013.

<sup>84</sup> O PL 717/2013 (BH) e o PL 5531/2013 respectivamente.

A extensa sobreposição de exemplos, que caracteriza o mapeamento dos projetos de lei em tramitação, aliada ao pouco detalhamento das particularidades de cada um deles, mais uma vez indica que a força da denúncia ‘internacional’ movida pelo dossiê se ancora em um potencial cumulativo e generalizante do apelo a uma “causa coletiva” (Boltanski, 1984). Da mesma forma que observei no capítulo anterior em relação à construção dos casos no dossiê, o tratamento das denúncias de criminalização parece seguir, e isto se tornará mais evidente ao longo desta seção, uma lógica de acúmulo, repetição e generalização.

Ainda neste subitem, o dossiê discute um episódio específico e seus desdobramentos: o encontro do dia 31 de outubro de 2013, que reuniu o Ministro da Justiça e os Secretários de Segurança do RJ e de SP. Nesta ocasião teriam sido determinadas diretrizes de unificação dos protocolos de atuação operacional das polícias e a criação de grupos operacionais de promotores e delegados que atuam na investigação das manifestações, a integração dos serviços de inteligência da Polícia Federal, da Secretaria Extraordinária para Segurança em Grandes Eventos, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública. Este episódio, na leitura do dossiê, demonstra “com clareza o estado de exceção que vem sendo instaurado, além do constante e cada vez mais arbitrário processo de criminalização dos que participam dos protestos” (Dossiê, p. 118).

Entre seus desdobramentos, é ressaltada a posterior identificação em um relatório da Polícia Federal de 130 pessoas, a partir do monitoramento, rastreamento e espionagem em redes sociais, que foi distribuído para os setores de inteligência da polícia de São Paulo e Rio de Janeiro. Também é identificado como relevante o anúncio, no final de 2013, da intenção do governo federal de criar uma espécie de “tribunal relâmpago” ou um pronto-atendimento judicial itinerante para as manifestações, o que consistiria, segundo o dossiê, “inegavelmente, em um tribunal de exceção” (Dossiê, p. 119). Estas medidas são denunciadas como iniciativas de criminalização, cerceamento do direito à liberdade de expressão e de reunião, violação do devido processo legal e independência judicial (Dossiê, p. 119).

Por fim, o subitem *Legislação de Exceção* discute a proposta de criação de um Comitê Executivo para Atos de Vandalismo, composto pelo Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e das Secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e São Paulo. A união dos três poderes a nível federal e estadual para investigar, reprimir e

punir os controversos “atos de vandalismo” caracterizaria, nos termos do dossiê, “um quadro preocupante de fragilidade democrática” (Dossiê, p. 119).

Conforme podemos observar, os argumentos de “fragilidade democrática”, “estado de exceção” ou mesmo a ideia de *Legislação de Exceção* vão se tornando marcantes nesta parte do dossiê. A tentativa de legitimar a excepcionalidade por meio da aprovação de novas leis, da unificação dos protocolos de atuação operacional das polícias, da criação de grupos operacionais de promotores e delegados ou mesmo da criação de novas instâncias jurídicas, como o pronto-atendimento judicial itinerante para as manifestações ou o Comitê Executivo para Atos de Vandalismo, novamente sinalizam o fazer do Estado em suas margens. Estas iniciativas que trazem práticas de “fora” do Estado para “dentro” parecem materializar exemplos dos arranjos contínuos da legalidade e da constante (re)fundação da lei através de formas de violência e autoridade como discutido por Das e Poole (2004, p. 15).

O segundo subitem do eixo de *Criminalização de Manifestantes e de Movimentos Sociais* versa sobre as *Prisões e Detenções Arbitrárias* e procura examinar as tratativas penais que os manifestantes têm recebido no Brasil, em especial desde junho de 2013. Frente ao grande número de detidos durante os protestos, enquadrados nas delegacias em artigos do Código Penal e outras leis penais, este subitem do dossiê traça um panorama dos principais tipos penais aplicados em todo país contra os manifestantes, apontando alguns casos emblemáticos de prisões e detenções arbitrárias. É interessante observar que, a partir de então, a arguição dos autores do documento passa a mobilizar os textos das próprias legislações brasileiras para expressar a suposta incongruência entre seus artigos e as ocorrências aos quais eles estão sendo aplicados. A contestação à aplicabilidade “correta” das leis desafia seus significados, a quem se referem e em que casos, servindo de expressão do dissenso que disputa o tracejar das distinções entre o direito e o crime (Rancière, 2004, p. 303).

Os principais tipos de enquadramento penal administrados contra os manifestantes, de acordo com o dossiê, são: formação de quadrilha (associação criminosa e organização criminosa), incitação ao crime, dano ao patrimônio público ou privado, dano ambiental, desacato<sup>85</sup>, ato obsceno, incêndio, posse ou

<sup>85</sup> O crime de desacato recebe uma atenção especial no documento. Ao contextualizar sua aplicação, as organizações que assinam a denúncia debatem outros tipos penais que são a ele cumulados, como os de ameaça, resistência e desobediência (Dossiê, p. 137-138). É ressaltado também seu histórico de aplicações abusivas e ilícitas, principalmente quando adotado a segmentos menos favorecidos ou mais vulneráveis da sociedade. Para um debate mais recente

porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, além dos casos em que foi aplicada a Lei 7.170 de 1983, conhecida como Lei de Segurança Nacional<sup>86</sup>.

Neste subitem, juntamente aos tipos penais, também são alvo de confrontação com a legislação e jurisprudência brasileiras, bem como com recomendações e legislações internacionais de direitos humanos, práticas cometidas principalmente por delegados, que vem sendo endossadas por decisões do judiciário. Entre elas: irregularidades nas prisões em flagrante ou nos flagrantes presumidos<sup>87</sup> e nas prisões preventivas<sup>88</sup>, detenções em massa de manifestantes<sup>89</sup> e prisões para averiguação<sup>90</sup>. Tais prisões têm sido acompanhadas, segundo o dossiê (em alusão a falas de advogados que acompanharam os manifestantes nas delegacias), por outras práticas controversas como: indiciamentos aleatórios, ou seja, sem a apresentação de provas ou indícios suficientes para fundamentar a suspeita ou o flagrante; seleção das oitivas pelos delegados, que não ouviam outras testemunhas além dos policiais; e ausência de individualização das condutas, ou condutas sem atribuição de um fato individualizado aos acusados.

---

sobre este tema ver, por exemplo: Lemos (2014), Silva (2014), Araújo (2012) e Oliveira e Soares de Oliveira (2010).

<sup>86</sup> A aplicação da Lei de Segurança Nacional é alvo de denúncias pelo fato de ser uma legislação que data do período da ditadura civil-militar brasileira, ou seja, por ser anterior e não estar de acordo com os princípios da Constituição Democrática de 1988. O uso da lei é desqualificado não só pelas organizações signatárias do pedido de audiência pública sobre os protestos junto à CIDH, mas por diversos juristas e outras organizações da sociedade civil, como, por exemplo, o grupo Advogados Ativistas. A norma prevê punições para quem lesar ou ameaçar a integridade territorial, a soberania nacional, o regime vigente ou os chefes dos Poderes da União. Na leitura do dossiê, esta legislação “possui uma ambiguidade derivada da sua excepcionalidade, gestando um paralelo entre segurança nacional e segurança pública, na medida em que considera um ataque à soberania nacional as mobilizações reivindicatórias no campo social” (Dossiê, p. 12). Para mais, ver: < <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100705888/lei-da-ditadura-para-enquadrar-black-blocs>>; <[https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/manifestantes-sao-presos-em-sp-por-infringir-lei-criada-na-ditadura,3d3b2c154b9914\\_10VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html](https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/manifestantes-sao-presos-em-sp-por-infringir-lei-criada-na-ditadura,3d3b2c154b9914_10VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html)>. Acesso em: 16/08/2016.

<sup>87</sup> As arbitrariedades nas prisões em flagrante ou nos flagrantes presumidos são exemplificadas no dossiê através dos casos de Rafael Braga, Caio Brasil e Juliana Ismeria, I.G., L.G.D., Bruno Ferreira Teles e caso Jair. Estes casos foram abordados no capítulo anterior caracterizando o que chamei de *narrativas da violência* (Dossiê, p.121-124).

<sup>88</sup> É apresentado como um exemplo emblemático deste do uso irrazoável e desproporcional de prisões preventivas a medida anunciada pelo Secretário Extraordinário da Copa do Mundo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Coronel Antônio Bettoni. O Coronel pretendia decretar preventivamente a prisão de 176 pessoas supostamente envolvidas em delitos durante os protestos de junho de 2013, quase um ano após os acontecimentos. Segundo o dossiê, no intuito claro de impedi-los de se manifestar durante a Copa de 2014 (Dossiê, p. 127).

<sup>89</sup> São citados no dossiê alguns exemplos emblemáticos destes casos, como o das manifestações do dia 7 de setembro de 2013, que contabilizou a detenção de aproximadamente 335 manifestantes em todo país, e também da manifestação do dia 22 de fevereiro de 2014, quando mais de 200 manifestantes foram detidos em São Paulo (Dossiê, p.125).

<sup>90</sup> Em relação às prisões para averiguação, o dossiê cita o episódio da noite do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo, quando 235 pessoas foram detidas para averiguação e o acesso dos Defensores Públicos de plantão aos detidos foi impedido pela Polícia Militar. Cabe esclarecer que a figura “prisão para averiguação” é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro desde o fim da Ditadura Civil-Militar (Dossiê, p.127-128).

A arbitrariedade e aleatoriedade dos tipos penais atribuídos aos manifestantes, juntamente às irregularidades apontadas nos flagrantes, nas detenções e nos indiciamentos trazem mais exemplos do caráter grotesco e da banalidade do poder (Mbembe, 1992) em operação no contexto dos protestos. Conforme discutido no capítulo anterior, a ideia de “banalidade do poder” associa-se em Mbembe (1992) a uma estética da vulgaridade e da obscenidade entendida enquanto uma das modalidades do poder “pós-colonial”, que tem nas “malfeitorias” (*délinquance*) seu principal modo de existência (Mbembe, 1992, p. 29-30). Seguindo Mbembe (1992), as irregularidades em tipos penais, flagrantes, detenções e indiciamentos, funcionariam não como operações aparte, ao contrário, estariam entremeadas e seriam constitutivas das principais formas de exercício desta modalidade de poder. Assim, a “tirania íntima”<sup>91</sup> (Mbembe, 1992, p. 22) enquanto um transbordamento das instituições, das regras e posições formais de poder sobre as dinâmicas de domesticidade e de punição, analisada no capítulo anterior em relação à sistematicidade da violência e aos abusos cometidos por policiais nas ruas, se projetaria também através das leis e práticas da legalidade, como vimos acima, fosse em delegacias de polícia, em procuradorias ou, até mesmo, em decisões de tribunais.

Aliás, é significativo como decisões do poder judiciário também são alvos de denúncias do dossiê, especialmente no subitem sobre *Direito a Defesa e Acesso à Justiça*. Estas decisões, segundo o dossiê, contribuíram com o agravamento do processo de repressão política, arbitrariedade do poder público e criminalização de manifestantes. São citados exemplos como: uma decisão que reconhecia não ser possível individualizar as condutas<sup>92</sup>; uma negativa de pedido de liberdade e de endossamento da acusação de crime de associação criminosa por um Procurador Geral da Justiça<sup>93</sup>; decisões de concedentes de liberdade que impediam a livre manifestação<sup>94</sup>; o uso da Teoria do Domínio do

<sup>91</sup> O uso que faço deste conceito de Mbembe (1992) é debatido na nota 42 do capítulo anterior, página 39.

<sup>92</sup> O exemplo de referência é a decisão que consta no Processo nº 0360194-31.2013.8.19.0001 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conforme citado pelo dossiê: “(...) o fato de agirem em grupo não pode servir de empecilho para o prosseguimento do feito, sendo certo que todos foram apreendidos quando praticavam o ato descrito na representação e, como bem ressaltou o Ministério Público seria impossível neste momento processual a individualização das condutas, por se tratar de ato infracional praticado em grupo em meio a um movimento social de grande repercussão ocorrido nesta cidade” (Dossiê, p. 141).

<sup>93</sup> O caso citado como referência é o de Matheus e Douglas Silva Pontes que tiveram o pedido de liberdade e de relaxamento feito pelo próprio Ministério Público negado em primeira instância, tendo sido encaminhado para o Procurador Geral de Justiça, que optou por denunciar os dois acusados e não realizar o pedido de liberdade (Ibid., p. 141).

<sup>94</sup> São citados alguns casos, como o de Bruno, Omar e Wanessa detidos na 12ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, no dia 15 de outubro de 2013, também capitulados por associação



Fato<sup>95</sup> (responsabilizando pessoas identificadas como “líderes” por qualquer ação perpetrada durante uma manifestação); e a aplicação da Lei de Segurança Nacional<sup>96</sup>.

Estes exemplos de denúncias de decisões do judiciário podem ser lidos mais uma vez considerando o caráter grotesco das práticas de poder enfatizado por Mbembe (1992). Seja quando são aplicadas legislações não receptadas pela Constituição vigente, como no caso da Lei de Segurança Nacional. Seja quando um juiz declara não ser possível individualizar as condutas na aplicação penal, ou quando delibera condicionantes de liberdade que impedem o exercício de outros direitos, observarmos, mais uma vez, a operação de uma modalidade de poder que (re)afirma sua autoridade através de práticas que entremeiam o extraoficial ao oficial, o ilegal ao legal, o ilegítimo ao legítimo. Estas práticas, e isto será um dos principais temas deste capítulo, contribuem para (re)fundar o próprio direito.

Do extenso debate que poderia ser feito sobre a questão da jurisprudência, ainda que este não seja o foco deste trabalho, recorro de Deleuze (1992) quando diz que: “É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não devia ser confiada aos juízes” (1992, p. 209). Para Deleuze, a lei é uma noção vazia que só ganha efetivamente significado na prática, ou seja, no que é feito dela. Ele defende que: “Não é de um comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários. É aí que se passa do direito à política” (Deleuze, 1992, p. 210)<sup>97</sup>. Como “noções vazias” os predicados da lei movem em torno de si uma série de

---

criminosa conforme o Processo nº 0361296-88.2013.9.18.0001, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Ibid., p. 142).

<sup>95</sup> A Teoria do Domínio do Fato em resumo modifica o conceito de autor, podendo imputar condenação se configurada a liderança deste sobre outros agentes. Para uma discussão mais ampla sobre a Teoria do Domínio do Fato, suas recentes e controversas aplicações em casos no Brasil, ver Alflen (2014) e Proença (2015). O caso citado no dossiê é de Lucas Maróstica e Matheus Gomes, ambos estudantes identificados como lideranças de movimentos que estiveram nas ruas em junho de 2013, denunciados por estarem praticando crimes contra o patrimônio, no mesmo momento em que foram recebidos pelo então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (Ibid., p. 142-143).

<sup>96</sup> Como o caso no Rio Grande do Sul em 2007 contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O caso no Rio de Janeiro em 2011 na manifestação em frente ao consulado americano. E o caso em São Paulo em 2013, do casal Humberto Caporalli e Luana Bernardo Lopes, acusados de terem danificado uma viatura policial (Ibid., p. 143-144).

<sup>97</sup> Sobre a questão da jurisprudência no pensamento de Deleuze ver Mussawir (2011). Para oferecer apenas mais um rastro deste debate, segundo Mussawir, em Deleuze: “A jurisprudência não é uma crítica puramente intelectual ou abstrata do direito, mas uma prática-especializada (*trade-practice*), uma atividade técnica e uma arte da inovação jurídica co-extensiva à prática de viver. A jurisprudência transforma a lei e os direitos na questão da sua invenção e expressão: substituindo o julgamento por uma casuística de afetos, a legislação por um empirismo de relações e a subjetividade por um método de ‘dramatização’. Ela gerencia nossos modos de ser com a lei e nossos recursos criativos para lidar dentro do seu meio”. (Mussawir, 2011, p. 2, tradução minha).

disputas cujos significados só podem ser rastreados nos usos, nas práticas, no que é feito deles.

Voltando ao dossiê, é interessante observar ainda o destaque dado a uma iniciativa da Defensoria Pública de São Paulo que surge entre as denúncias da grande incidência de prisões para averiguação durante os protestos. Esta iniciativa caminha na contramão das perspectivas punitivas e repressoras que vinham sendo denunciadas. Trata-se de uma Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública de São Paulo através do seu Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, que visava obter uma decisão que assegurasse a proibição da Polícia Militar de seguir realizando prisões por averiguação nas manifestações no Estado de São Paulo. Além dela há dois projetos de lei, apresentados na parte anterior do dossiê, no subitem sobre *sistematicidade da repressão a todo tipo de manifestação* da seção de *Violência Institucional*, que seguem esta mesma orientação.

Estes projetos são o PLS 300/2013, de autoria do senador federal Lindbergh Farias (PT), e o PL 6500/2013, de autoria do deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), que tramitavam no Senado e na Câmara na mesma época de grande parte dos projetos apresentados anteriormente. Muito embora, fugissem completamente ao escopo das iniciativas de criminalização e repressão dos protestos. O PLS 300/2013, por exemplo, propunha proibir o uso de balas de borracha, regular e limitar o uso da força, e de outros armamentos de letalidade reduzida na abordagem policial às manifestações sociais. Já o PL 6500/2013 dispunha sobre a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse.

As três iniciativas ressaltadas acima, como podemos notar, propõem uma interpretação e um posicionamento bastante diferente em relação ao significado e ao tratamento que deveriam ser dados às mobilizações (e até mesmo a violência) nas ruas. Estas iniciativas exprimem a polifonia de forças em disputa no interior do próprio arcabouço de atores, burocracias e instituições estatais, configurando exemplos de enfrentamentos internos entre representantes do Estado e/ou órgãos estatais. O envolvimento de organizações governamentais, ou seja, do próprio Estado, através de Núcleos Especializados de Direitos Humanos como os das Defensorias Públicas e as Comissões de Direitos Humanos de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas Estaduais, neste tipo de ações representou (e segue representando) vozes dissidentes em

relação às abordagens policiais, legislativas e jurídicas aos protestos no Brasil <sup>98</sup>. Estas vozes apontam para o caráter profundamente complexo e ambivalente da relação entre o Estado e o cidadão, ou seja, aquela primeira zona de fratura identificada por Walker (2010, p. 145) como um aspecto constitutivo da arquitetura político-normativa (internacional) moderna. O mesmo Estado que por um lado exclui, reprime, bate e mata, por outras frentes, denuncia as violações, oferece assistência às vítimas e propõe outra conduta para as forças policiais. Esta pluralidade de vozes frequentemente conflitantes dentro do aparelho burocrático do Estado indica um significativo embate moral (além de político e jurídico). A disputa é também dos valores que orientam diferentes concepções de segurança e liberdade, de ordem e direito, de norma e exceção, que já fazem parte da relação mutuamente constitutiva entre o sujeito, o Estado e o internacional. Afinal,

[...] o Estado moderno e o internacional moderno afirmam um entendimento particular do homem moderno como tanto universal e particular, tanto ser humano e cidadão estatal, e portanto como capaz de assegurar tanto liberdade e igualdade; mas simultaneamente afirmam um arranjo que é estruturado por tipos particulares de demarcações, por fronteiras, e pelos antagônicos, porém, mutuamente produtivos limites do direito estatal e direito internacional, nenhum dos quais se rende a algum outro direito que transcende seus limites (Walker, 2016, p. 21, tradução minha).

Ao navegar por entre enfrentamentos e recomendações ao Estado brasileiro, o dossiê revela esse caráter ambíguo da forma como viemos a enxergar nossas possibilidades diante das violências fundadoras e reprodutoras do Estado. Ou, como poderíamos considerar à luz dos problemas colocados por Walker (2010, 2016), quando o dossiê denuncia o Estado brasileiro à CIDH, ele ao mesmo tempo tensiona a legitimidade do uso da força pelo Estado brasileiro e reafirma o monopólio legítimo do uso da força ao Estado brasileiro. Assim, as denúncias, mesmo que recorrendo a instrumentos internacionais, ambicionam soluções para o Estado no interior do próprio Estado, traçando um movimento ambíguo entre questionamento e reafirmação, que não foge às ambições normativas e reguladoras típicas do internacional moderno.

O terceiro e último subitem da seção de *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*, sobre *Direito a Defesa e Acesso à Justiça*, demonstra como as restrições, proibições e punições relativas aos protestos estimadas por representantes do legislativo, aparecem refletidas também em decisões do judiciário. Assim como há dissenso entre projetos de lei movidos por

<sup>98</sup> Lembrando que o próprio dossiê é assinado também por uma instituição pública, o SAJU/UFRS.

representantes do legislativo, também o judiciário brasileiro não age de forma padronizada nos casos envolvendo os protestos. São apontadas pelo documento, por um lado, decisões que asseguram o direito de manifestação, ou ainda, que impedem a aplicação de leis penais “incabíveis” para o caso dos protestos sociais e, por outro, decisões retratadas como “extremamente nocivas”, que configurariam verdadeiros atos de “censura judicial”<sup>99</sup>.

O documento assinala também práticas que se tornaram comuns no contexto das prisões e detenções que violavam o direito a defesa e ao acesso à justiça, tais como: a restrição da comunicação e do acompanhamento dos manifestantes por advogados; a ocultação da informação ou informação equivocada da delegacia para onde os presos estavam sendo levados e a condução dos manifestantes a delegacias distintas e distantes uma das outras, sem qualquer critério, demandando que os advogados realizassem buscas por diversas delegacias para localizar os detidos. Além da identificação do uso extensivo de tipos penais inafiançáveis, enquanto estratégia para dificultar a liberdade dos detidos e a imposição de internação forçada para adolescentes envolvidos nos protestos.

Estas denúncias transparecem o arranjo de outras formas de violências para além da violência física. Como vimos no capítulo anterior, em relação às táticas de encurralamento, varreduras ou envelopamento, as estratégias movidas por delegados, policiais civis e juízes também parecem investir na construção de uma atmosfera de medo, coação e intimidação. Afinal, ao restringir a comunicação, o acompanhamento e até a localização dos manifestantes detidos por seus advogados há não só uma violação do direito de defesa e acesso à justiça, mas a instauração de um ambiente aterrorizante de incerteza e vulnerabilidade, que, conforme vimos anteriormente, poderia ser lido como uma “tirania íntima” nos termos de Mbembe (1992).

Por fim, o documento denuncia que a mesma exceção identificada nas abordagens dos policiais militares, no tratamento dos policiais civis e dos delegados aos detidos, nos projetos de leis em tramitação e nas decisões do legislativo, marca também os inquéritos que investigam manifestantes. É neste contexto que surge o segundo documento que será analisado neste capítulo: o

---

<sup>99</sup> Um exemplo desta conjuntura que por vezes resultou em batalhas entre liminares, medidas cautelares e outras decisões judiciais foi a decisão expedida no Tribunal de Justiça de Minas Gerais pelo desembargador Barros Levenhagen. Esta decisão que proibia manifestações de grevistas do Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais (Sindpol) e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas (SindUte) durante a Copa das Confederações sob pena de multa de R\$ 500 mil por dia caso descumprissem a determinação. A liminar proferida pelo desembargador Levenhagen, no entanto, veio a ser caçada no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Luiz Fux que criticou a decisão do desembargador (Dossiê, p. 149).

*Decreto 44.302, publicado em 22 de julho de 2013, que criou no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV)*<sup>100</sup>. Composta por integrantes do Ministério Público (MP), da Secretaria de Segurança do governo estadual do Rio de Janeiro e das polícias Civil e Militar, a comissão foi criada com poderes investigativos, considerados pelas ONGs e movimentos sociais que assinam o dossiê, “exorbitantes”. Entre tais poderes são destacados os que o Governador, extrapolando suas competências, se ‘autoatribui’ o poder de impor a quebra de sigilo telefônico, a primazia de investigação e o caráter de urgência.

É interessante ressaltar que o decreto que criou a CEIV foi alvo de tantas críticas, advindas de diversos segmentos sociais<sup>101</sup>, que chegou a ser revogado apenas dois dias após sua publicação. Ele foi substituído pelo Decreto 44.305 de 24 de julho de 2013<sup>102</sup>, após sofrer alterações ao seu conteúdo. Além disso, sua formação foi completamente extinta dois meses após sua criação, pelo Decreto 44.409 de 26 de setembro do mesmo ano<sup>103</sup>. Apesar disso, uma série de inquéritos sobre manifestantes foram por ela abertos e permanecem em curso. O aspecto grotesco destes inquéritos é alvo de denúncias não só do dossiê, como de uma série de outros atores da sociedade civil<sup>104</sup>.

Entre as denúncias das ações movidas por este tipo de inquéritos que passam a surgir a partir de junho de 2013, em associação à operacionalização da Lei 12.850/2013<sup>105</sup>, é citado no dossiê o inquérito N° 01/2013 realizado pelo

<sup>100</sup> Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256720> >. Acesso em 18/01/2017. Ver Anexo IV.

<sup>101</sup> No dia 31 de julho, por exemplo, uma manifestação percorreu as ruas do centro do Rio em direção ao prédio Ministério Público do Rio de Janeiro para denunciar o caráter extralegal da CEIV e pedir a anulação do decreto. O próprio Conselho Seccional do Rio de Janeiro da OAB/RJ que chegou a publicar no dia 24/07/2013 um parecer técnico apontando as inconstitucionalidades do decreto. Ver: <<http://www.tribunadodireito.com.br/noticias-detelhes.php?codNoticia=7979&q=Decreto+do+governador+do+RJ+n%E3o+far%E1+quebra+de+sigilo+mas+continua+inconstitucional>>. Ver também: <<http://www.jornalriocarioca.com/manifestacao-contracomissao-que-vai-investigar-atos-de-vandalismo/>>; <[http://www.portalguaratiba.com.br/2013/noticias/270701\\_serjio\\_cabral\\_com\\_atitude\\_totalitaria\\_violenta\\_constituicao\\_ao\\_assinar\\_decreto\\_44302\\_apelidado\\_doi\\_codi\\_carioca.html](http://www.portalguaratiba.com.br/2013/noticias/270701_serjio_cabral_com_atitude_totalitaria_violenta_constituicao_ao_assinar_decreto_44302_apelidado_doi_codi_carioca.html)>; <<http://www.gamalivre.com.br/2013/07/cabral-e-seu-doi-codiparticular-o-ceiv.html>>. Acessos em 24/08/2013.

<sup>102</sup> Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256823> >. Acesso em 18/01/2017. Ver Anexo V.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258841>>. Acesso em 18/01/2017. Ver Anexo VI.

<sup>104</sup> Merece destaque a campanha “#eu apoio os 23”, que mobilizou diversos setores da sociedade a condenar um destes inquéritos, cuja denúncia (aceita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro) foi responsável pela emissão de cerca de 60 mandados de busca e apreensão, além de decretar a prisão preventiva de 26 ativistas sob a acusação de formação de quadrilha armada. Ver: < <http://www.apoieos23.org/> >. Acesso em 24/08/2016.

<sup>105</sup> Aprovada em agosto de 2013, a Lei 12.850 regulamentou o delito de organização criminosa, bem como seus meios investigativos e auxiliares. Esta lei é objeto de denúncias do dossiê por ter sido usada contra manifestantes acusados de promoverem atos de violência durante os protestos, por mais que os acusados muitas vezes sequer se conhecessem e claramente não apresentassem

Departamento de Investigação Criminal de São Paulo (DEIC). Iniciado em 09 de outubro de 2013, este inquérito reuniu todos os demais inquéritos e registros de ocorrência a respeito de manifestantes em São Paulo em um só procedimento que intimou centenas de pessoas a prestarem depoimento.

No Rio de Janeiro, um dos resultados mais emblemáticos do contexto da criação e do funcionamento da CEIV foi a Ação Penal movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra 23 ativistas, no dia 12 de junho de 2014, às vésperas da final da Copa do Mundo. Apesar de a ação ter sido movida posteriormente à redação das denúncias do dossiê, este processo, aberto pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DCRI), foi resultado de um dos inquéritos gerados pela CEIV. Através dele, foram investigados, sob a justificativa de buscar responsáveis por crimes cometidos em manifestações desde junho de 2013, mais de 70 organizações sociais, políticas e culturais, entre elas diversos coletivos de favelas, movimentos estudantis, feministas, indígenas, ONGs e até grupos de teatro<sup>106</sup>.

A CEIV e os inquéritos resultantes, bem como a minuta e o próprio dossiê, aparecem como instâncias dos modos pelos quais as pimentas e vinagres transbordam para as leis e práticas da legalidade, e nos permitem explorar alguns dos efeitos das disputas que produzem as linhas entre a ‘ordem’ e a ‘desordem’, entre o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’. Diante da multiplicidade de casos, acontecimentos e papeis, podemos começar a observar como os termos ‘desordem’ e ‘vândalo’ são frequentemente mobilizados e articulados para afirmar uma determinada concepção de ‘ordem’ e da conduta apropriada do ‘manifestante’, ou do ‘cidadão’ de modo geral, e até mesmo para autorizar práticas de violência que, no limite, (re)fundam o direito e demarcam quem conta ou não como propriamente ‘humano’. Nas duas próximas seções deste capítulo, especialmente a partir da abertura da minuta do projeto de lei de tipificação do crime de desordem e do decreto de criação da CEIV espero trazer à tona parte

---

os requisitos de conduta estabelecidos pela lei em seu parágrafo primeiro: “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional” (BRASIL, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm#art24)>. Acesso em 10/08/2016). Voltaremos a ela na discussão de ordem e desordem.

<sup>106</sup> Entre as organizações investigadas estão coletivos e ONGs como: o Observatório das Favelas, o Observatório de Conflitos Urbanos, o Jornal Voz das Comunidades, o Fórum Social de Manguinhos, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, o Comitê de apoio ao jornal A Nova Democracia, a Marcha Mundial das Mulheres, o Grupo Teatro da Laje e a Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK). Sobre isso, ver: <<http://apublica.org/2015/05/um-presos-politico-no-brasil-democratico/>>. Acesso em 24/08/2016.

deste intrincado processo do qual o dossiê é apenas um fragmento, apenas mais um rastro.

## 2.2

### Entre a ordem e a desordem

O direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas **às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública**, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Parte III, ARTIGO 21, grifos meus) <sup>107</sup>.

**En varios países conceptos como ‘orden público’ y ‘seguridad nacional’ contenidos en los tipos penales que restringen el ejercicio de la protesta social no son definidos con precisión y adolecen de una vaguedad y ambigüedad que permiten una absoluta discrecionalidad en su interpretación y aplicación por parte de las autoridades competentes** (CIDH *apud* Dossiê, p. 10-11, grifos meus).

O trecho supracitado referente ao informe da CIDH sobre a situação de defensoras e defensores de DH nas Américas, em contraposição ao artigo 21 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, expressa o caráter problemático e contraditório do conceito de ordem pública. Ao mesmo tempo, fundamento e condicionalidade do regime de direitos no Estado moderno. Apesar de estes termos aparecerem de forma extremamente convencional no âmbito de leis, pactos e convenções internacionais, a imprecisão, vagueza e ambiguidade em suas definições é absolutamente usual. Não à toa, questionar o que significam, ou melhor, “o que vem a significar e em que casos” (Rancière, 2004) é tão urgente quanto desafiador. Se, por um lado, esta generalidade aponta para uma dimensão de ‘obviedade’, de algo que seria tão ‘dado’ que não demandaria justificações, por outro, a ausência de especificidade deixa aberto o caminho para os mais variados conteúdos, aplicações e interpretações. Afinal o quê, ou quem define o “interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública”? A quem serve esta ‘ordem’? Quem autoriza a autoridade que a define? Em que circunstâncias é possível questioná-la?

Reconheço que não há como responder a estas questões de forma simples ou definitiva. Justamente por isso, acredito que elas contribuem muito para pensar sobre as linhas ou os limites entre a ordem e a desordem, enquanto práticas ativas inseridas em um processo complexo, contínuo e instável de ordenação (Latour, 2005). Logo, compreendendo as noções de ‘ordem’ e de

<sup>107</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em 21/03/2016.

‘desordem’ como categorias em disputa e (inter)ação permanentes, a intenção aqui é seguir alguns dos rastros deste processo multifacetado e controverso que emerge das tentativas de fixar seu conteúdo ou de definir seus limites.

Nas duas próximas partes desta seção, procuro contrastar os significados e ‘limites’ da ‘ordem’ e da ‘desordem’ que podem ser lidos através do dossiê em relação a duas versões que se propõe ‘oficiais’. Primeiro, a partir de trechos da entrevista com um Comandante Geral da PM sobre o episódio da repressão do dia de 25 de janeiro de 2014 na cidade de São Paulo. Depois, seguindo os rastros sobre a construção da ‘desordem’ como termo constitutivo da própria ‘ordem’, que podem ser capturados através da proposta do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro sobre de tipificação da desordem como crime, entregue ao Ministro da Justiça também em fevereiro de 2014.

### 2.2.1

#### “É defender a ordem pública ou a baderna, a depredação”

Estamos prontos para garantir a livre manifestação. (...). Estamos para defender a sociedade. **O problema é que vez em quando os vândalos se infiltram e passam a dominar a situação (...). O que a sociedade quer? O que é democracia? É defender a ordem pública ou a baderna, a depredação. Eu defendo a democracia. Mas ela tem regras, tem direito e deveres. É isso que as pessoas não entendem. Na Itália, na Espanha, na França, tem manifestações, mas há regras, há limites. Se passar do limite, a punição é exemplar. Ela acontece, para todos os envolvidos**<sup>108</sup>.

Esta resposta do comandante-geral da PM de São Paulo, coronel Benedito Meira em entrevista ao *El País*, se refere à repressão policial a manifestação do dia 25 de janeiro de 2014 na cidade de São Paulo. Neste episódio, além do uso excessivo de armamentos menos letais e da realização de varreduras pelas ruas do centro de São Paulo, a tropa de choque da PM chegou a cercar e disparar balas de borracha no interior de um hotel na Rua Augusta, onde um grupo de manifestantes se abrigava da repressão policial. Ao menos 135 pessoas foram detidas, sendo todas liberadas na manhã seguinte após prestarem depoimentos. Nesta noite, Fabrício Proteus Mendonça Chaves, um jovem de 22 anos, foi alvejado com armamento letal na clavícula e nos testículos. O coronel Benedito Meira, responsável pela operação, afirmou que “[a] polícia agiu de maneira legítima no protesto”<sup>109</sup>. Em relação aos disparos contra Fabrício em específico, ele também assegurou que “a ação policial foi

<sup>108</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/26/politica/1390768544\\_802083.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/26/politica/1390768544_802083.html)>. Acesso em: 31/08/2015. Grifos meus.

<sup>109</sup> Idem.



legítima”<sup>110</sup>. Segundo Meira, o caso de Fabrício: “Foi um fato isolado. Não sabemos nem se ele participou do protesto. Estava em uma área completamente distante dos demais”<sup>111</sup>.

No dossiê, o caso de Fabrício aparece em dois momentos. Primeiro no segundo item da parte de *Violência Institucional*, que discute a *Sistematicidade da repressão a todo tipo de manifestação*, e, depois, no terceiro item desta mesma parte, como denúncia de um dos *Casos de pessoas feridas por disparo de arma de fogo*. Seguem abaixo as duas passagens:

[...] A ação policial vem sendo marcada, quando dos protestos, tanto pelo *uso abusivo* destes armamentos menos letais, como pela presença constante de armamentos letais, que por vezes são utilizados contra manifestantes. Neste sentido, apenas de forma ilustrativa, apontamos o caso de Fabrício Proteus Nunes Fonseca Mendonça Chaves, de 22 anos, que foi alvejado com armamento letal em manifestação do dia 26 de fevereiro na cidade de São Paulo, em uma manifestação contra a Copa e o caso de outro manifestante, atingido no braço durante a manifestação do dia 17 de junho no Rio de Janeiro (Dossiê, p. 31, 32, grifos meus).

Fabrício foi perseguido por policiais militares após a manifestação de 25 de janeiro, iniciada no MASP, sendo atingido por dois disparos – um no tórax e outro na região pélvica. Neste dia, mais de cem manifestantes foram detidos em São Paulo. *A versão da PM para o ocorrido reproduz as versões da instituição para violações do mesmo tipo cometidas em favelas e periferias: os policiais que atiraram no manifestante agiram em legítima defesa, pois estavam sendo alvo de ataques* (Dossiê, p. 43, grifos meus).

Na primeira menção, o caso de Fabrício é usado como exemplo da desproporcionalidade dos parâmetros do uso da força. Este caso serve ao dossiê para demonstrar a extensão de um modelo militarizado de atuação das forças de segurança pública do contexto de policiamento em favelas para as manifestações públicas de forma mais ampla. Segundo o dossiê:

No que se refere aos parâmetros de uso da força, este deve ser proporcional à gravidade da ofensa e capaz de atingir um fim objetivo. Qualquer uso de armamento menos letal deve ser cuidadosamente avaliado e monitorado. Os policiais devem respeitar estes princípios a todo momento. *Mesmo quando manifestantes violam a lei, a resposta do Estado deve ainda ser proporcional e calculada, o que se distingue por absoluto do agir estatal brasileiro*, que como se perceberá pelos relatos a seguir, não vem se baseando em absoluto nos padrões estabelecidos para utilização de armamento menos letal (Dossiê, p. 32, grifos meus).

Estes “parâmetros” defendidos pelas organizações de direitos humanos que assinam o dossiê são referendados por quatro documentos citados em notas de rodapé: (1) os “Princípios Básicos para a Utilização da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei” (1990), par. 2-

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem.

3 e 5(a); (2) o “*Code of Conduct for Law Enforcement Officials*” (1979), par. 3; (3) o “1º Informe sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias” (2011), par. 72-3, do Relator Especial para Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias da ONU; e (4) o “Julgamento (Mérito e Reparação) do caso Gulec v. Turkey”, App. No. 54/1997/838/1044 par. 73 (27 de Jul. de 1998) da Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH).

Os parâmetros de uso da força policial em protestos, baseados em princípios estabelecidos por organismos internacionais de direitos humanos e defendidos pelas organizações que assinam o dossiê, conforme podemos observar acima, não correspondem ao entendimento do então comandante-geral da PM de São Paulo, coronel Benedito Meira. O caso do dia 25 de janeiro de 2014 na cidade de São Paulo deixa claro o descompasso entre as ideias de “proporcionalidade, monitoramento e avaliação cuidadosa”, defendidos pelos discursos das ONGs, movimentos sociais e organismos internacionais de direitos humanos, e a ideia de “punição exemplar” que “atinge todos os envolvidos”, colocada pelo coronel Meira.

O caso de Fabrício nos oferece interessantes rastros das controvérsias sobre a legitimidade do uso da força policial e, através deles, dos limites entre a ordem e a desordem. Na entrevista o coronel diz que a força policial está pronta para “defender a sociedade”, mas ele não se refere a uma sociedade qualquer. Quando o coronel questiona “O que a sociedade quer? O que é democracia?”, ele mobiliza uma determinada ontologia do Estado ancorada em uma concepção bastante específica de democracia. A pergunta “o que é?”, como Deleuze (2004, p. 95) chama a atenção, assume a existência de uma essência, de uma verdade. O discurso do coronel, neste sentido, essencializa “o que a sociedade quer” (e o que a sociedade ‘é’) e, ao fazê-lo, despolitiza os conceitos de democracia (e de sociedade). A ‘democracia’ e a ‘ordem pública’ são regimes de verdades estáveis e fixos na percepção do coronel, definidos por ‘regras, direitos e deveres’ cujos limites, supostamente naturais, apolíticos e incontestáveis, autorizam e legitimam a “punição exemplar”. Ou seja, a violência é naturalizada por Meira enquanto “punição exemplar” pelo rompimento da ordem. Considerando a natureza ontológica, e, portanto, (supostamente) apolítica e inquestionável da “sociedade” e da “democracia” tal como pressuposta ou imaginada por ele, a desordem, referida como “baderna ou depredação”, legitima a ação policial que “atinge todos os envolvidos”. É interessante notar como este discurso da “punição exemplar” ilustra a reprodução de uma “lógica cortante de afirmação e negação” (Walker, 2010, p. 31) que se manifesta também no

momento preciso da abordagem policial nos protestos e, por meio da qual, a ‘desordem’ aparece como “o fora constitutivo” da ‘ordem’: a “ausência que possibilita uma estruturação interna de presenças e ausências” (Walker, 2010, p. 225), possibilitando assim, “formas de vida política organizadas a partir de uma estrutura espacial de dentro e foras” (Walker, 2010, p. 23) da ‘ordem’.

De outro modo, bem distante de uma concepção de “punição exemplar”, na perspectiva do dossiê, “mesmo quando manifestantes violam a lei, a resposta do Estado deve ainda ser proporcional e calculada”<sup>112</sup>. Para o dossiê, a legitimidade do uso da força está amparada em parâmetros que visam garantir o direito de manifestação. Neste sentido, “deve ser proporcional à gravidade da ofensa e capaz de atingir um fim objetivo”, sendo que este fim não é (nem deve ser) a supressão ou dispersão por completo da manifestação.

Apesar de distintos, os dois argumentos subentendem que existe um limite a partir do qual o uso da força se torna legítimo. O dossiê, no entanto, ressalta também uma medida a partir da qual o uso da força policial perde sua legitimidade. A discordância então se refere a um duplo limite, qual seja, o limite que determina a medida da conduta dos cidadãos e o limite que determina a medida da conduta das forças do Estado. A referência em diversas partes do dossiê a uma ideia do “uso abusivo” da força e de armamentos menos letais é significativa, pois demonstra que o dossiê não desqualifica o uso da força de forma absoluta. Ambos os discursos, logo, aceitam a formulação weberiana clássica da legitimidade do monopólio da violência pelo Estado.

A medida da conduta das forças do Estado, porém, pressupõe uma concepção diferente do ‘que é a democracia’, e, conseqüentemente, ‘Estado democrático’. Os ‘parâmetros internacionais’ nos quais as ONGs e movimentos que assinam o documento se baseiam também estão fundados e reproduzem uma determinada ideia do que é (ou do que deveria ser) a ordem política democrática envolvendo a idealização da legitimidade de uma economia da violência. Em contrapartida, se pensarmos a partir de uma perspectiva foucaultiana, o estabelecimento destes parâmetros ganha outros contornos. A economia da violência compreendida enquanto forma de governo de uma população pode ser lida como um princípio da governamentalidade. Uma regulação interna da racionalidade governamental que serve precisamente para

---

<sup>112</sup> Em relação a esta afirmação em específico o documento de referência citado na nota de rodapé 105 é o julgamento (Mérito e reparação) do caso *Gulec v. Turkey*, da CEDH de 1998 (Dossiê, p. 32).

assegurar a autorreprodução e a continuidade dos próprios Estados enquanto tecnologias de poder (Foucault, 2008b, p. 14-15).

A distância, mas também aquilo que aproxima, estas diferentes concepções de democracia e cidadania, ou da medida das condutas dos cidadãos e da medida da violência do Estado, movimenta uma série de efeitos de politização e despolitização. Estes efeitos surgem não só no clamor pela ordem e segurança pública, como alegoricamente representado através da fala do coronel Meira, mas quando são evocados princípios de direitos humanos, como vimos no dossiê. De modo que, se, por um lado, os autores do dossiê não questionam o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, por outro, eles desafiam a medida do uso da violência.

Assim, os enfrentamentos movidos pelas denúncias do dossiê podem ser lidos nos termos do que Foucault (2008c) compreende como *contracondutas*. Ou seja, “movimentos que tem como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo” (Foucault, 2008c, p. 256-257). Não se trata, portanto, de uma rejeição total do governo, mas da rejeição de certa forma de governo. Neste caso, especificamente, poderíamos dizer que não se trata da rejeição do governo da violência pelo Estado, mas da rejeição desta forma de governo da violência pelo Estado. Observamos uma experiência de resistência ou de atitude crítica que não propõe a rejeição total: “não queremos ser governados e não queremos ser governados *em absoluto*”, mas que retoma a indagação crucial sobre “como não ser governado?” (Foucault, 1995, p. 6, ênfases no original, tradução minha). Ou ainda: “como não ser governado *desta forma*, por isto, em nome destes princípios, em vista destes objetivos e por meio de tais procedimentos, não desta forma, não para isto, não por eles” (Foucault, 1995, p. 7, ênfases no original, tradução minha).

Iniciada a jornada pelo emaranhado dos rastros das controvérsias entre as concepções e limites da ordem e da desordem, passo agora propriamente à análise de um documento emblemático desta disputa. A seguir, buscarei exercitar uma (des)leitura da minuta do projeto de lei que tipifica o crime de desordem enquanto um artefato de governo da ordem.

### 2.2.2

#### Do crime de desordem e de associação para a prática de desordem

*no fundo, no fundo, bem lá no fundo,  
a gente gostaria de ver nossos problemas resolvidos  
por decreto*  
Paulo Leminski

A minuta do anteprojeto de lei que tipifica o crime de desordem e o de associação para a prática de desordem foi elaborada por uma comissão de juristas a pedido do então Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Em 12 de fevereiro de 2014, poucos meses depois das intensas manifestações de junho de 2013 e poucos meses antes do início da Copa do Mundo de Futebol da FIFA no Brasil, o Secretário entregou esta minuta ao Senado e ao então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sugerindo, como ele próprio justificou em entrevista, “leis mais rígidas para conter violência em protestos”<sup>113</sup>. Afinal, segundo Beltrame, “o policial precisa ter garantia de que, quando apresenta alguém [na delegacia], aquilo efetivamente terminará em ação penal”<sup>114</sup>.

Antes de iniciar a descrição deste documento, esclareço que não tenho a pretensão de esgotar o debate que poderia ser feito não só em relação ao seu conteúdo, como também aos seus aspectos formais. Entendo que sequer o documento é um documento ‘acabado’, muito pelo contrário, o fato de se tratar de uma ‘minuta’ para um ‘projeto’ evidencia seu caráter aberto e materializa a atmosfera do debate em vigor. Outro elemento significativo é que esta proposta não foi levada adiante pelo Ministro da Justiça, como era pretendido pelo Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Apesar disto, ela condensava muitas iniciativas, expectativas e interesses que estavam em curso na época da sua redação e entrega. Algumas das quais vieram a se tornar efetivamente leis em esferas locais e federais<sup>115</sup>.

<sup>113</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-sugere-leis-mais-rigidas-para-conter-violencia-em-protestos-11567972>>. Acesso em 07/04/2016.

<sup>114</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-10-31/policias-do-rio-e-de-sao-paulo-vao-ter-protocolo-unico-para-acao-em-protestos>>. Acesso em 07/04/2016.

<sup>115</sup> Dentre os quais destaco a provação do PL 2405/2013, que originou a Lei 6.528/13 aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em setembro de 2013. Esta legislação, que ficou conhecida como Lei das Máscaras, foi precursora de legislações similares em outros estados e municípios que permitiram que manifestantes mascarados pudessem ser identificados criminalmente, mesmo inexistindo fundada suspeita de prática de infração penal. Destaco também o PL 2016/15 que tipificou o crime terrorismo, sancionado pela presidente Dilma Rousseff como Lei Nº 13.260 em 16 de março de 2016.

A minuta do projeto de lei<sup>116</sup> é caracterizada por uma estrutura padronizada própria de documentos jurídicos do legislativo e executivo brasileiros. Esta estrutura se divide em duas partes centrais: o texto da lei propriamente dito e a justificativa para a lei. O conteúdo do texto da lei segue igualmente um modelo de redação padrão composto por: cabeçalho, artigos (com seus respectivos parágrafos e incisos), local, data e assinatura do representante da instância federativa competente e uma seção de justificativa ao final.

O cabeçalho informa em caixa alta e em negrito o número da lei, a data de promulgação e seu título. No caso da minuta com exceção do título e do ano, que mencionava o ano anterior ao da entrega do documento, as demais informações apareciam como lacunas necessárias, espaços vazios a serem preenchidos da seguinte forma: **“LEI Nº , DE DE 2013”**. Logo abaixo, o título dispõe uma frase que resume o assunto ou o quê a nova lei está criando: **“TIPIFICA OS CRIMES DE DESORDEM E O DE ASSOCIAÇÃO PARA A PRÁTICA DE DESORDEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**. Na sequência, é identificado, em caixa alta, o representante da instância federativa responsável por autorizar a lei: **“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA”**. Seguido de uma sentença afirmativa e imperativa: **“Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei”**, que introduz a disposição dos artigos da lei.

Antes de prosseguirmos aos dois artigos que efetivamente ‘fabricam’ a definição de “desordem” e de “associação para a prática da desordem”, consideremos alguns elementos desta padronização. Parece-me interessante observar como este tipo de documento se revela de forma bastante nítida como um artefato que de fato ‘faz’ algo. As lacunas em branco fornecem os primeiros rastros deste ‘fazer’. Ao serem preenchidas com uma determinada numeração e data, elas marcam uma dupla inscrição do ato de criação: uma no tempo medido numérica e cronologicamente e outra na contabilização do registro burocrático. A numeração e a data, assim como a impressão de carimbos e assinaturas, ‘fazem’ o documento ‘existir’ daquele dia ‘em diante’ enquanto criação e criador de um corpo jurídico-institucional burocrático do Estado, mas também de subjetividades, pessoas e relações que “extrapolam universos organizacionais” (Ferreira & Lowenkron, 2014, p. 82, tradução minha).

<sup>116</sup> Ver Anexo III. O documento a que tive acesso foi publicado em uma reportagem do site Viomundo. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/pedro-serrano-qualquer-lei-que-tipifique-ou-agrave-crimes-cometidos-em-manifestacoes-e-antidemocratica.html>>. Último acesso em 29/08/2016.

A norma imperativa dos tempos verbais também oferece pistas marcantes do ‘fazer’ da minuta. A primeira palavra do próprio título já é uma ação: a minuta do projeto de lei “tipifica”, ou seja, cria uma tipificação, uma classificação em tipos<sup>117</sup>. Do mesmo modo, se atentarmos para a sentença do “Presidente da República”, ele “faz saber” que o congresso “decretou” e então “sanciona” a lei.

Estas estruturas e ações evidenciam um encadeamento de autorizações que autorizam autoridades, culminando com o investimento nos próprios papéis de uma autoridade que eles antes não tinham. O decreto do Congresso, ao autorizar a lei, autoriza a autoridade do representante que apresentou a proposta da lei. O presidente, ao “fazer saber” o decreto e ao “sancionar” a lei, reautoriza a autoridade do Congresso e reafirma sua própria autoridade de autorizar a lei. Os projetos de lei, suas modificações e ‘etapas’ até se tornarem efetivamente leis, portanto, revelam as entranhas de um processo de criação e afirmação da autorização de autoridades.

Este jogo de autorizações nos remete à questão da autoria, outro elemento significativo dos textos jurídicos. A estrutura textual padronizada das leis produz um efeito de ocultação dos autores enquanto sujeitos e dos seus interesses por detrás da letra da lei. Afinal, uma vez redigida seguindo um formato positivado, supostamente distanciado, impessoal e neutro, decretada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente, a autoria da lei deixa de ser entendida como um processo e passa a ser fixada às autoridades que a autorizam. Por fim, é a própria lei que se eleva enquanto autoridade, reafirmando através dela a autoridade do direito e do Estado de direito, transformando e reproduzindo os limites da legalidade.

A minuta proposta pelo então Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro para o então Ministro da Justiça, no entanto, conta uma história diferente da ‘origem’ das leis. A minuta revela que não são apenas os legisladores enquanto ‘representantes do povo’ que operam na institucionalização da lei. A entrega deste documento mostra a tentativa de um Secretário de Segurança Pública (e de um Ministro da Justiça) de instrumentalizar o direito como forma de operacionalização do seu poder através de uma proposta que legalizaria práticas ‘extrajudiciais’.

---

<sup>117</sup> Segundo a definição do dicionário Proberam, o verbo “tipificar” significa: “(1) Classificação em tipos; reduzir a tipos. (2) Tornar ou ficar típico”. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/tipifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 29/08/2016.

Entrando, propriamente no texto da minuta, a proposta de lei é descrita em dois artigos. O primeiro artigo propõe alterações à redação dos artigos 287 e 288 do Código Penal brasileiro que dispõe originalmente sobre os crimes contra a paz pública<sup>118</sup>. O segundo artigo decreta que a lei entra em vigor na data de sua publicação. Os artigos 287-A e 288-B, respectivamente, estabelecem a tipificação do “*crime de desordem e o de associação para prática de desordem*” nos seguintes termos:

Art. 287-A – *Praticar ato que possa causar desordem em lugar público ou acessível ao público, agredindo ou cometendo qualquer ato de violência física ou grave ameaça à pessoa; destruindo, danificando, deteriorando ou inutilizando bem público ou particular; invadindo ou tentando invadir prédios ou locais não abertos ao público; obstruindo vias públicas de forma a causar perigo aos usuários e transeuntes; a qualquer título ou pretexto ou com o intuito de protestar ou manifestar desaprovação ou descontentamento com relação a fatos, atos ou situações com os quais não concorde.*

Pena – reclusão de 2 a 6 anos e multa, além e sem prejuízo das penas correspondentes à violência.

Art. 288-B – *Associarem-se três ou mais pessoas, em caráter eventual ou permanente, para a incitação ou a prática de atos de desordem, vandalismo ou qualquer forma de violência, a serem cometidos durante a realização de concentrações populares, seja a título de manifestações ou de eventos de qualquer natureza, onde tais concentrações sejam previamente agendadas ou estiverem ocorrendo.*

Pena – reclusão de 3 a 6 anos e multa <sup>119</sup>.

Dos dois artigos, apenas o 287-A tem parágrafos e incisos complementares. O seu parágrafo primeiro acrescenta que: “Nas mesmas penas incorre quem incitar, publicamente, às práticas descritas no caput”. Já os três parágrafos seguintes tratam das “formas qualificadas”, que se relacionam ao “modo de execução do delito” <sup>120</sup> e aos seus “resultados” <sup>121</sup>. Cabe destacar,

<sup>118</sup> A redação original dos crimes contra a paz pública dispunha: “*Incitação ao Crime* Art. 286. - Incitar, publicamente, a prática de crime: Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa. *Apologia de crime ou criminoso* Art. 287. - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa. *Quadrilha ou bando* Art. 288. - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado”. Sendo que o artigo 288 foi alterado pela Lei nº 12.850, de 2013 para: “*Associação Criminosa* Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes. Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente” (BRASIL, 1940).

<sup>119</sup> Grifos meus. Ver Anexo III.

<sup>120</sup> “§ 2º – Se o crime é cometido: I – Por ocasião de reuniões ou manifestações públicas; II – com emprego de substância inflamável ou explosiva, além e sem prejuízo das penas aplicáveis por crimes mais graves que a posse e o uso de tais substâncias possam caracterizar. III – ocorrendo saques, subtração ou apropriação de bens, públicos ou privados, sem prejuízo das penas aplicáveis aos autores de tais atos, quando identificados. IV – Se a incitação é praticada utilizando meios eletroeletrônicos que facilitem a divulgação da incitação, tais como rádio difusão, televisão, internet, sistema de alto-falantes ou congêneres. V – atingindo bens de interesse histórico, artístico ou paisagístico. Pena – reclusão de 3 a 8 anos e multa, além e sem prejuízo das penas correspondentes à violência e ao mencionado nos incisos II e III acima”. Ver Anexo III.



como faz o dossiê, entre as “formas qualificadas” o aumento da pena mínima se o crime ocorrer “por ocasião de reuniões ou manifestações públicas” <sup>122</sup>.

O objeto da criminalização da minuta, portanto, não é a prática da “desordem” especificamente, mas, de forma bem mais genérica, qualquer ato que “possa causar desordem”, ou que “incite” práticas que “possam causar” desordem. É interessante notar que não há uma descrição minuciosa do que efetivamente caracteriza a desordem. Ao invés disso, a tipificação do crime de desordem traz no seu escopo crimes já previstos pelo Código Penal Brasileiro. As penas, no entanto, são significativamente agravadas caso tais crimes sejam vinculados “a qualquer título ou pretexto ou com o intuito de protestar ou manifestar desaprovação ou descontentamento com relação a fatos, atos ou situações com os quais não concorde”. Além disso, os crimes se tornam qualificados “por ocasião de reuniões ou manifestações públicas” e ainda mais penalizados (de 3 a 8 anos de reclusão).

Dos atos que “possam causar” desordem “agredindo ou cometendo qualquer ato de violência física ou grave ameaça à pessoa; destruindo, danificando, deteriorando ou inutilizando bem público ou particular” podemos identificar os seguintes crimes já previstos no Código Penal: o crime de lesão corporal (Art. 129), cuja pena é detenção, de 3 meses a 1 ano; o crime de dano (Art. 163), cuja pena é detenção, de 1 a 6 meses, ou multa; e o crime de dano qualificado<sup>123</sup>, cuja pena é detenção, de 6 meses a 3 anos, e multa, além da pena correspondente à violência. É considerável o aumento das penalidades proposto pela minuta. Penalidades que antes poderiam variar entre 1 a 6 meses de reclusão, como no caso de dano simples, ou, entre 6 meses a 3 anos, como no caso de dano qualificado, passariam para reclusão mínima de 2 a 6 anos e multa, além e sem prejuízo das penas já correspondentes à violência. Ou seja, tanto as penas mínimas quanto máximas para cada um destes crimes aumentariam exponencialmente, se eles fossem entendidos por agentes da segurança pública ou da justiça como “atos que possam causar desordem”.

<sup>121</sup> “§ 3º – Se resulta lesão corporal de natureza grave. Pena – reclusão de 4 a 10 anos e multa, pela simples participação nos atos de desordem, sem prejuízo das penas cabíveis aos autores dos atos que tenham causado as lesões, quando possível identificá-los. § 4º – Se resulta morte. Pena – reclusão de 6 a 12 anos e multa, pela simples participação nos atos de desordem, sem prejuízo das penas cabíveis aos autores dos atos que tenham causado a morte, quando possível identificá-los”. Ver Anexo III.

<sup>122</sup> Ibid., p. 116.

<sup>123</sup> O crime de dano é considerado qualificado segundo o Código Penal Brasileiro quando cometido: com violência à pessoa ou grave ameaça; com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave; se é praticado contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista; e se por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima.

Igualmente importante é considerar a relação entre a tipificação para o “crime de desordem” e os diversos projetos de lei que já tramitavam no sentido de regular o direito de reunião, de manifestação e de livre expressão do pensamento, conforme debatido na parte anterior desde capítulo. Sob esta perspectiva, a minuta apresentada por Beltrame reúne em um só projeto propostas de regulação que já vinham aparecendo em diversas iniciativas, de diferentes autores, de várias instâncias e partes do país. Basta lembrarmos que grande parte dos projetos de lei identificados como iniciativas de *Legislação de Exceção* pleiteava o agravamento das penas de crimes já existentes, se praticados durante protestos ou manifestações públicas. Não só isso, como também grande parte dos crimes que vinham sendo alvos destes endurecimentos penais são precisamente os mesmos. Podemos considerar que a ideia de tipificar um crime já previsto em tipos penais existentes remete ao modo como, a cada repetição, o direito se altera, se reatualiza e se refunda, o que por outro lado expõe sua contingência, seu caráter processual e a arbitrariedade (violenta) de sua fundação. Este ponto será retomado no próximo capítulo a partir das reflexões de Fitzpatrick (2001) e Derrida (2007).

Em relação ao crime de dano ao patrimônio, por exemplo, já tramitavam em âmbito federal: o PL 6307/2013, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que previa a alteração do Código Penal para acrescentar a pena de reclusão de 8 a 12 anos, além de multa, para quem danificasse patrimônio público ou privado pela “influência de multidão em tumulto” (Dossiê, p. 107-108); e o PL 6347/2013, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que aumentaria a pena de um sexto a um terço para “aqueles que se aproveitam do anonimato proporcionado pelas manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado” (Dossiê, p. 111, 112).

No caso do crime de lesão corporal, tramitava o PLS 451/2013, apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que alterava diversos dispositivos do Código Penal. Entre eles, o Art. 129 que trata do crime de lesão corporal, sugerindo incluir um parágrafo que aumentava a pena pela metade caso a lesão fosse “praticada em tumulto ocorrido em manifestação pública coletiva, contra agentes de segurança pública no exercício da função” (Dossiê, p. 112). Além de incluir um 4º parágrafo ao Art. 146 do Código Penal, sobre o crime de constrangimento ilegal para criminalizar “condutas que, em manifestações públicas coletivas, impeçam, de forma deliberada, o trânsito de veículos e pessoas em vias públicas, rodovias ou estradas” (Dossiê, p. 113), aumentando a pena para constrangimento ilegal pela metade.

De forma semelhante, a concepção de que a desordem pode ser causada “obstruindo vias públicas de forma a causar perigo aos usuários e transeuntes” era alvo de criminalização também pelo PL 5531/2013, de autoria do deputado federal Wellington Fagundes (PR-MT). O PL 5531/2013 ambicionava criar o crime de “atentado contra a segurança do transporte rodoviário”, compreendido como “Impedir ou perturbar, mesmo que no intuito de manifestar pensamento, opinião ou protesto, o trânsito de veículos automotores em rodovia terrestre” (Dossiê, p. 108).

De acordo com o dossiê, no entanto, estes entendimentos de que o exercício do direito de manifestação não pode prejudicar a liberdade de locomoção pelo fato deste ser outro direito também constitucionalmente garantido segue na contramão do que vem sendo defendido por organismos internacionais a respeito do uso do espaço público. Em citações a informes da CIDH e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, as organizações que assinam o documento argumentam que a dimensão positiva dos direitos de liberdade de expressão e reunião se sobrepõe na garantia do direito ao protesto: “afinal o direito de liberdade de expressão inclui procurar, receber e fornecer informações através de todos os meios disponíveis” (Dossiê, p. 108).

Além destes debates em curso, a associação de que a “desordem” possa ser causada “invadindo ou tentando invadir prédios ou locais não abertos ao público” merece uma atenção particular. Tanto pelo fato de “invasões” não serem mencionadas em outros projetos de lei mapeados na época pelo dossiê, como se considerarmos o que o Código Penal dispõe sobre o crime de invasão. No Código Penal brasileiro, o crime de invasão surge, na parte dos crimes contra a organização do trabalho, atrelado à ideia de sabotagem: “Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola”<sup>124</sup>. Além disso, é comumente entendido como “invasão” o crime de violação de domicílio, previsto no Art. 150 do Código Penal<sup>125</sup>. Segundo este artigo, o conceito de casa, ou de domicílio, significa “qualquer compartimento habitado” ou “compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade”<sup>126</sup>.

<sup>124</sup> O crime de invasão é descrito pelo Art. 202 da seguinte forma: “Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor”. A pena estipulada é de um a três anos de reclusão e multa (BRASIL, 1940). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em 02/08/2016.

<sup>125</sup> “Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências” (Idem). A penalidade estipulada para este tipo de crime é de 1 a 3 meses de detenção ou multa.

<sup>126</sup> Vide os incisos do quarto parágrafo do Art. 150 do Código Penal.

Entretanto, quando a minuta tipifica a invasão ou tentativa de invasão de “prédios ou locais não abertos ao público” como “ato que possa causar desordem”, arrisco dizer que estamos diante de uma das poucas situações não previstas pelo Código Penal. Já que a própria redação do artigo 287-A correlaciona os atos de “invasão” com “pretexto ou com o intuito de protestar ou manifestar desaprovação ou descontentamento”, considero pertinente retomar o contexto dos protestos e acontecimentos em curso durante a elaboração e entrega deste documento. Através de uma busca rápida por “invasões” associadas a “manifestações” no ano de 2013, utilizando a ferramenta de pesquisa do site Google<sup>127</sup>, encontramos uma série de reportagens em sites de notícias. Nenhuma delas, no entanto, se refere à invasão de estabelecimentos industriais, comerciais ou agrícolas, nem, do mesmo modo, à invasão de domicílios ou de estabelecimentos privados de qualquer ordem. Ao contrário, as “invasões” ou “tentativas de invasões” aparentemente na totalidade dos casos surgem relacionadas a estabelecimentos públicos.

A menção a “prédios ou locais não abertos ao público” no texto da minuta, provavelmente objetivava criar um dispositivo penal que possibilitasse criminalizar a entrada ou da tentativa de entrada dos manifestantes nestes locais. Esta parte da tipificação das condutas parece servir como uma resposta punitiva aos inúmeros episódios em que manifestantes tentaram entrar, entraram e, em alguns casos, até ocuparam<sup>128</sup> prédios públicos. Como, por exemplo, ocorreu no Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, na prefeitura de Campinas, no Congresso Nacional e no Itamaraty, prédio do Ministério das Relações Exteriores em Brasília; no Palácio da Abolição, sede do governo do Ceará em Fortaleza, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na Câmara Municipal de Porto Alegre<sup>129</sup>, entre outros.

<sup>127</sup> Conforme busca realizada no dia 02/08/2016, obtido o seguinte resultado: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=manifesta%C3%A7%C3%B5es+2013+invas%C3%B5es>>.

<sup>128</sup> Destaco que entre os casos a seguir, apenas em 2013, foram ocupadas as Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Porto Alegre.

<sup>129</sup> Para algumas referências destes episódios respectivamente, ver: sobre o dia 31/07/2013: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/apos-invasao-da-camara-do-rio-pm-e-manifestantes-entram-em-confronto.html>>; sobre o dia 17/07/2013: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-06-17/manifestantes-tentam-invadir-a-alerj-e-policia-reage-com-bombas.html>>; sobre o dia 08/08/2013: <<http://oglobo.globo.com/rio/protestos-confusao-na-alerj-nova-ocupacao-da-camara-do-rio-9427539>> e também: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/manifestantes-decidem-manter-ocupacao-da-camara-municipal-do-rio.html>; sobre o dia 20/06/2013: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-manifestacoes-pelo-brasil-em-20-de-junho-4066.html>> e < [PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412449/CA](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

Embora levante uma série de questões que não cabem neste trabalho, é interessante notar que as respostas na forma de projetos de lei registram uma disputa material e simbólica constitutiva da produção do espaço urbano, como nos alerta o filósofo Henri Lefebvre<sup>130</sup>. A associação da ideia de desordem seja à obstrução de vias públicas, seja à invasão de prédios públicos ou de “locais não abertos ao público”, materializa uma forma de reapropriação do espaço. Esta reapropriação provoca quebras ou interrupções, ainda que momentâneas, nos ritmos colonizadores da vida cotidiana (Lefebvre, 1991, p. 55, 56), que os projetos de lei procuram justamente evitar e/ou criminalizar.

A proposta de alteração referente ao artigo 288-B, por outro lado, traz a tona o debate sobre a aplicação, que já vinham sendo feita, do crime de organização criminosa a manifestantes e movimentos sociais. Aprovada em agosto e em vigor desde setembro de 2013, a nova lei de organização criminosa Nº 12.850 foi promulgada alterando uma versão anterior do mesmo delito, conforme estabelecia a Lei 12.694 de 2012<sup>131</sup>. A alteração ocorreu após inúmeras críticas à Lei 12.694/2012, entre as quais o fato de não trazer tipificação das condutas<sup>132</sup>. No entanto, se a Lei 12.850/2013 supria a demanda por maior detalhamento das condutas que caracterizam o crime de organização criminosa, além de elevar o número mínimo de pessoas envolvidas na caracterização da “associação” de três (como previa na Lei 12.694/2012) para quatro, a redação do Art. 288-B, proposta na minuta se orienta mais uma vez no sentido contrário. No Art. 288-B, que prevê regulamentar o crime de associação para a prática de desordem, voltamos a observar uma tipificação pobre das condutas. Como é o caso também do Art. 287-A que, como observamos, age mais no sentido de intensificar penas de crimes já previstos no Código Penal do que efetivamente estabelecer novas tipificações. Além disso, o Art. 288-B reduz

---

noticias/2013/06/20/manifestacao-no-rio-de-janeiro-ja-reune-100-mil-pessoas-diz-pm.htm>; sobre o dia 16/04/2013:<[http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=%CDndios\\_inva-dem\\_Congresso\\_Nacional\\_e\\_exigem\\_fim\\_da\\_tramitacao\\_da\\_PEC\\_215&id=5712](http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=%CDndios_inva-dem_Congresso_Nacional_e_exigem_fim_da_tramitacao_da_PEC_215&id=5712)>; sobre o dia 29/06/2013: <<http://www.ebc.com.br/noticias/colaborativo/2013/06/camara-municipal-de-belo-horizonte-esta-ocupada-por-manifestantes>>; sobre o dia 10/06/2013: <<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>>. Acessos em 03/08/2016.

<sup>130</sup> Importantes obras de Henri Lefebvre (1991, 2003), como *A Produção do Espaço* e *A Revolução Urbana*, procuram elaborar um pensamento que coloca em questão a ideia do espaço como um meio homogêneo e vazio a ser meramente ocupado, e afirma sua dinamicidade a partir da tese da produção do espaço, ou seja, do espaço como produto e produtor das relações sociais. No caso em questão, as ocupações não apenas ‘acontecem’ no espaço, mas fazem parte de um processo de sua contínua produção, apontando o espaço urbano como lugar e objeto de múltiplas estratégias e objetivos políticos que afetam a vida e a organização social (Lefebvre, 2003, p. 43-44).

<sup>131</sup> A Lei 12.850 alterou o Art. 288 do Código Penal Brasileiro requalificando o crime de formação de quadrilha para crime de organização criminosa.

<sup>132</sup> Sobre isso ver, por exemplo: <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-25/lei-organizacao-criminosa-trouxe-ferramentas-crime>> Acesso em 08/08/2016.

novamente o número mínimo de pessoas para a atribuição de uma “associação” de quatro para três.

Apesar de nem o crime de desordem, nem o de associação para a prática de desordem terem sido até então regularizados pela legislação brasileira, a tipificação de organização criminosa desde sua recente edição vem sendo usada contra manifestantes. Como mencionado na seção anterior deste capítulo, o dossiê chama atenção ao inquérito N° 01/2013 realizado pelo DEIC que reuniu na cidade de São Paulo todos os inquéritos e registros de ocorrência a respeito de manifestantes em um só procedimento. Até a entrega do documento à CIDH, o inquérito já havia intimado mais de 300 pessoas a prestar depoimento: “visando à criminalização dos manifestantes sob a égide do tipo Organização Criminosa” (Dossiê, p. 152). Além deste episódio, é ressaltado o uso deste dispositivo legal também no Rio de Janeiro durante um ato no dia 15 de outubro de 2013. A ocasião se tornou emblemática devido à detenção de cerca de 190 pessoas, além de 84 casos de prisão provisória em decorrência de suposto flagrante. Segundo o dossiê: “(...) o que qualifica especialmente esse dia é o uso do tipo penal de associação criminosa contra os manifestantes” (Dossiê, p. 139). Em referência a uma reportagem citada em nota de rodapé<sup>133</sup>, é acrescentado ainda “que o Estado brasileiro anunciou, antes mesmo das detenções, que se valeria dessa lei em face dos manifestantes, mostrando uma intenção de criminalizar independentemente da conduta individual do manifestante detido” (Dossiê, p. 139).

Cabe pontuar que crime de organização criminosa permitiu e regularizou como meios de investigação e obtenção de provas, em qualquer fase da persecução penal: a infiltração por policiais; a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas; a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, a cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal, entre outros. Estas práticas policiais ao serem usadas contra manifestantes e ativistas políticos exprimem o tratamento das reivindicações sociais como ‘casos de polícia’. O investimento do Estado brasileiro no controle, na vigilância e na repressão de movimentos sociais revela uma mobilização dos direitos para infringir outros direitos. Esta lei, por exemplo,

---

<sup>133</sup> Nota 362, que se referia a seguinte reportagem: <[http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-policia-usara-lei-de-organizacao-criminosa-contra-detidos-por-vandalismo,8e9b11028b991410VgnCLD20\\_00000ec6eb0aRCRD.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-policia-usara-lei-de-organizacao-criminosa-contra-detidos-por-vandalismo,8e9b11028b991410VgnCLD20_00000ec6eb0aRCRD.html)>. Acesso em 12/08/2016.

vêm permitindo a violação da intimidade, da privacidade e da imagem sem que haja necessariamente materialidade na alegação ou suspeita criminal<sup>134</sup>.

Neste sentido, a descrição do dossiê a respeito do inquérito N° 01/2013 do DEIC é exemplar. O documento acusa que entre as indagações realizadas nas oitivas dos manifestantes, era perguntado: se a pessoa era filiada a algum partido, se participava de algum movimento social, qual ideologia política possuía, em qual candidato havia votado na eleição passada, evidenciando um “conteúdo de criminalização política dos manifestantes” (Dossiê, p. 152, p.153).

Além disso, sobretudo a imprecisão que caracteriza a tipificação do crime de desordem e de associação para a prática de desordem é denunciada no dossiê. Na leitura das organizações o ‘delito de desordem’ proposto pelo Secretário Beltrame muito se assemelha às redações que vem tipificando os ‘delitos de terrorismo’ ao redor do mundo. Conforme argumentam:

No caso do crime de desordem a expressão “[p]raticar ato que possa causar desordem em lugar público ou acessível ao público” presente no tipo penal claramente não está de acordo com as recomendações emitidas pela CIDH em seu Informe sobre Terrorismo e Direitos Humanos, em especial em seu ponto 10, sobre o devido processo, que exige que “la tipificación de los delitos relacionados con el terrorismo sea precisa y sin ambigüedades, consignada en un lenguaje que defina estrictamente las acciones punibles” (Dossiê, p. 11).

A citação do Informe sobre Terrorismo e Direitos Humanos da CIDH, portanto, serve como um recurso para embasar a condenação da vagueza e da ambiguidade conceitual que caracterizam a minuta. Diversos organismos internacionais de proteção de direitos humanos têm denunciado imprecisões características da tipificação do terrorismo em muitos outros Estados<sup>135</sup> por abrirem margem para arbitrariedades policiais e judiciais ou, mesmo, para usos políticos e discriminatórios. Se, como sugere o dossiê, atentarmos para a

<sup>134</sup> Como foi o caso na denúncia que envolveu o caso dos 23 ativistas no Rio de Janeiro. A decisão do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, referente a este caso baseou as prisões preventivas em uma espécie de “suspeita de crime futuro”, ao afirmar: “Há sérios indícios de que está sendo planejada a realização de atos de extrema violência para os próximos dias, a fim de aproveitar a visibilidade em decorrência da cobertura da copa do mundo de futebol, sendo necessária a atuação policial para impedir a consumação desse objetivo e também para identificar os demais integrantes da associação”. Sobre este debate, ver: <<http://www.conjur.com.br/2014-jul-17/prisao-ativistas-rio-foi-futurologia-dizem-especialistas>>. Acesso em 24/08/2016.

<sup>135</sup> Como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, Reino Unido, Israel, Hungria, Turquia, Índia, Etiópia, Bahrein, entre outros, conforme emblematicamente denunciado pela “*Human Rights Watch*” na publicação “*In the Name of Security: Counterterrorism Laws since September 11*” de 2012. Segundo o relatório: “Mais de 140 governos já haviam aprovado legislações antiterrorista depois dos ataques de pós-11 de setembro de 2001. Juntas essas leis representam uma perigosa expansão de poderes governamentais para investigar, prender, deter e processar indivíduos em detrimento do devido processo e de um julgamento justo. Muitas dessas leis não só violam os direitos dos suspeitos, como também têm sido usadas para reprimir dissidências políticas pacíficas, mídias independentes e determinados grupos religiosos, étnicos ou sociais” (tradução minha). Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/global0612ForUploadFinal.pdf>>. Acesso em 10/12/2016.

ambiguidade da tipificação do crime de desordem e de associação para a prática de desordem, torna-se notável a sucessão de construções imprecisas. Tais como: “possa causar”; “lugar público ou acessível ao público”; “caráter eventual ou permanente”, “a incitação ou a prática”; “desordem, vandalismo ou qualquer forma de violência”, “realização de concentrações populares”, “a título de manifestações ou de eventos de qualquer natureza”, “previamente agendadas ou estiverem ocorrendo”.

É interessante considerar, ainda, que os efeitos desta falta de precisão operam muito além da abertura de margens para arbitrariedades policiais e judiciais. Inclusive porque arbitrariedades, bem como outras práticas às margens do Estado, já vinham sendo sistematicamente perpetradas por agentes e instituições estatais, embaralhando as fronteiras entre legalidade e ilegalidade (Das e Poole, 2004, p. 17). O anteprojeto de tipificação do crime de desordem, entre tantas outras iniciativas de alterações legais de regulação dos protestos, materializam as disputas sobre o papel das ruas, e, através delas, sobre os significados “do que é”, como colocou o coronel Meira, democracia e Estado (democrático), cidadania e direito.

Os projetos de lei designados pelo dossiê por “legislações de exceção” pleiteavam conforme sugeriu o próprio Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro “leis mais rígidas para conter violência em protestos”, mas não só. A “garantia”, ambicionada por Beltrame, de que, quando o policial “apresenta alguém [na delegacia], aquilo efetivamente terminará em ação penal” denota uma preocupação também em respaldar as ações dos agentes da segurança pública. Um anseio por legitimar, através de alterações nas leis, certas práticas extrajudiciais, como as detenções em massa e as prisões para averiguação, que já vinham sendo desempenhadas pelas forças policiais nas ruas. Novamente, podemos vislumbrar como aquilo que acontece nas margens do Estado operacionaliza a refundação das leis e, com elas, da autoridade do próprio Estado de direito (Das e Poole, 2004, p. 11-19).

Outro aspecto reiterado através do dossiê é a lógica contínua de agravamentos penais, que nos faz pensar como os papéis dos projetos de lei ressoam com a fala ou o discurso do coronel Meira sobre a “punição exemplar”. A intensificação das penas impera não apenas nos projetos de lei que visam alterações aos crimes já estabelecidos pela legislação brasileira, como também nas penalidades sugeridas às novas tipificações criminais. É unânime a tentativa de elevar as penas de delitos de qualquer natureza, se cometidos durante manifestações, para punições iguais ou superiores aquelas estimadas para



crimes graves. Um exemplo bastante enfatizado é o projeto de lei PL 6307/2013, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Este projeto previa um novo tipo penal para o dano ao patrimônio durante protestos que elevaria a pena mínima atualmente aplicável em 16 vezes, tornando a penalidade mínima proposta maior do que a pena prevista para o crime de homicídio simples (Dossiê, p. 107, 108).

As iniciativas de *Legislação de Exceção*, portanto, por um lado incitam a expansão do arcabouço jurídico punitivo e por outro a intensificação penal, evidenciando a operacionalização de uma ordem policial, nos termos de Rancière, amparada por uma cultura punitiva. Segundo Rancière (1996), a ordem policial é definida pela distribuição dos lugares e das funções, é “uma configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (1996, p. 42. Grifos do autor). Os projetos de regulação dos protestos e, de modo emblemático, a minuta de tipificação do crime de desordem, pensados por esta perspectiva, corporificam uma ordem policial ao (re)afirmarem certos arranjos, propriedades e funções em relação ao exercício do direito de manifestação e expressão, aos sujeitos políticos legítimos, às ocupações dos espaços públicos e, em suma, ao funcionamento do próprio Estado democrático de direito. Estes projetos de lei estabelecem de forma violenta uma ordem do visível e do dizível, definindo “as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer” (Rancière, 1996, p. 42) e delimitando o que será reconhecido como discurso, como direito, ou como ‘ordem’ e o que será tido como ruído, crime, ‘desordem’. A cultura punitiva que se desenha nos termos dos projetos de lei expressa um esforço de aumentar os custos pela interrupção da distribuição dos lugares e das funções dos corpos definidas como ‘apropriadas’ em uma ordem policial.

A intensificação penal, por sua vez, pode ser problematizada seguindo a chave analítica de Foucault (2001) sobre a emergência das técnicas de normalização e sua relação com o novo princípio da economia do poder de punir. Nestes escritos, Foucault (2001, p. 108, 109) usa a penalidade e a organização do poder de punir como exemplo do aparecimento, a partir do século XVIII, de um novo conjunto tecnológico do poder. Estas novas tecnologias permitiram que o poder passasse a ser exercido de modo contínuo ao invés da maneira ritual, cerimonial e atroz próprias do mundo feudal e das monarquias absolutistas. Segundo Foucault (2001, p. 108), o poder “não se exerceu mais através do rito, mas através dos mecanismos permanentes de vigilância e controle”. A teoria penal e a nova legislação do século XVIII passaram a definir a “razão do crime”, ou o “interesse do crime como razão do

crime”, enquanto elemento comum ao crime e à punição (Foucault, 2001, p. 110). Este elemento, portanto, que pode ser considerado “a razão de ser do crime, o princípio do seu aparecimento, da sua repetição, da sua imitação pelos outros, da sua maior frequência” servirá de unidade de medida da economia da punição (Foucault, 2001, p. 110, 111).

No caso da minuta, a própria redação do artigo 287-A oferece pistas interessantes deste princípio ou desta “razão de ser” do crime de desordem. O texto alicerça a prática da desordem e a tipificação das suas condutas “a qualquer título ou pretexto ou com o intuito de protestar ou manifestar desaprovação ou descontentamento com relação a fatos, atos ou situações com os quais não concorde”. Neste sentido, a medida da punição, o princípio do seu aparecimento e da sua repetição pelos outros, não trata apenas de uma condenação penal, mas de uma condenação moral de determinadas formas de protesto, de expressão da desaprovação ou do descontentamento.

A relação entre o princípio ou a “razão de ser do crime”, a condenação penal e a condenação moral, ganha mais nuances e densidade se adicionarmos a esta reflexão algumas considerações de Michel Misse (2015, p. 77-80) sobre o conceito de “sujeição criminal”. Como aponta Misse (2015) a racionalização (criticada por Foucault) do crime e da punição, pelos princípios de generalidade, igualdade e proporcionalidade da pena, é frequentemente preterida por um “fetichismo penal” (Misse, 2015, p. 85), que exige uma resposta sempre em excesso da medida racional da punição<sup>136</sup>. Neste sentido, a sujeição criminal se refere a um “certo tipo de *sujeição* que se afasta radicalmente dos pressupostos iluministas da prisão moderna e da concepção moderna do criminoso como ente livre, racional e responsável por seus atos” (Misse, 2015, p. 80, grifo do autor). Segundo o autor, a “sujeição criminal” se trata de um processo social particular por meio do qual se efetua uma nítida discriminação entre o ‘criminoso comum’ e o ‘criminoso’ ou ‘bandido’ que personifica o crime violento:

<sup>136</sup> Não pretendo aqui, de modo algum, equipar a figura do ‘vândalo’ ao ‘criminoso monstro’ a que se refere o conceito de “sujeição criminal” de Misse (2015). Em muitos aspectos, inclusive empiricamente, o que Misse chama de “sujeição criminal” envolve práticas de excepcionalismo mais brutais do que o que se passa em torno do ‘vândalo’. Por exemplo, o autor ressalta “o resultado de todo esse processo histórico [que] pode ser contabilizado nas centenas de milhares de mortos direta ou indiretamente vinculados ao que estamos designando aqui pelo conceito de ‘sujeição criminal’” (Misse, 2015, p. 90). O que de longe ultrapassa, em termos de atrocidade, a violência frequentemente autorizada através de certas construções discursivas dos ‘vândalos’. Entretanto, o que procuro explorar é uma certa proximidade na lógica de punição que parece estar envolvida, dadas as especificidades de cada contexto, tanto na “sujeição criminal” de Misse, como na figura do ‘vândalo’ aqui investigada, e que parece separar e distanciar ambos de uma certa concepção utilitarista do ‘criminoso comum’ como um ‘ator racional’ empenhado no cálculos de custos e benefícios relativos da pena e do crime (Misse, 2015, p. 77-78).

[...] cujo fantasma social está associado à ideia do criminoso como inimigo, que, pela sua periculosidade, é tomado como sujeito irrecuperável para a sociedade. A expectativa de que esses indivíduos estão prontos a fazer mal intencionalmente a cidadãos ‘de bem’ separa-os do tipo geral do desviante” (Misse, 2015, p. 83).

Esta “sujeição criminal”, portanto, “não se trata e nunca se tratou de um processo moderno de incriminação, pelo Estado, de pessoas que cometeram crimes e foram processadas de acordo com a lei” (Misse, 2015, p. 90), mas ao contrário, estaria associada ao que Misse chama de um “processo de fetishização penal”, ou seja, de uma “medida moral da punição” que sempre já ultrapassa “as penas definidas nos códigos” (Misse, 2015, p. 85). No caso da minuta, como nas demais tentativas aqui mapeadas de alterar o Código Penal e intensificar as penas para condutas relacionadas às manifestações, podemos notar uma negociação entre a racionalidade ou “razão de ser” do crime e o “fetichismo penal” no próprio processo legislativo. E, no entanto, mesmo quando o “fetichismo penal” resulta na intensificação das penas definidas nos códigos, a medida moral faz clamar por uma sempre maior punição, até o limite da “morte física” (Misse, 2015, p. 80).

Vemos aqui um aspecto de uma relação complexa entre a normatização de uma conduta e a autorização de uma violência, ou ainda, de uma “punição exemplar” no limite da ‘ordem’, precisamente onde a ameaça da ‘desordem’, muitas vezes, legitima “a decisão soberana de matar, torturar, encarcerar, invadir” (Walker, 2010, p. 125, tradução minha). Não por acaso, a vigilância e o controle de movimentos sociais será tão central para o combate ao ‘vandalismo’ a ponto de produzir novos tipos e dispositivos de criminalização, como é o caso da CEIV que será observada mais a frente.

Por último, a segunda parte da minuta referente à justificativa merece alguns apontamentos. A “Exposição dos Motivos” do anteprojeto é composta por seis parágrafos. Cada qual se refere a um “motivo” ou “consideração” de natureza diferente. Reproduzo abaixo esta parte do documento mantendo seus elementos de destaque formais, conforme constam no original:

## Exposição de Motivos

**Considerando** que dentre os princípios que regem e garantem o funcionamento do Estado Democrático de Direito ganha especial destaque a liberdade de expressão e de reunião e que, em consequência, são de vital importância as medidas assecuratórias ao exercício pleno de tal liberdade.

**Considerando** que tais direitos, para que possam contribuir na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária, só podem ser exercidos com integral obediência aos cânones da Paz Pública, insculpidos na Carta Constitucional, com destaque, entre outros, para os incisos IX, XV e XVI do seu art. 5º, ou seja, na forma da lei, de forma pacífica e sem armas.

**Considerando** o amplo noticiário recente, evidenciando a prática reiterada de atos de vandalismo, com consideráveis danos a bens públicos e particulares, bem como ameaças graves e ofensas diretas à integridade física de pessoas inocentes, civis e policiais, aproveitando-se tais pessoas, para a prática dessas ações, de manifestações legítimas e pacíficas, acabando por causar graves temores aos manifestantes ordeiros e assim prejudicando o direito da maioria de exercer plena e livremente seus direitos de expressão e reunião pacíficas.

**Considerando** que tais condutas ofendem, simultaneamente, vários bens jurídicos relevantes, tais como a paz e a incolumidade públicas, o patrimônio público e particular, o livre exercício pelos cidadãos de bem dos seus direitos de expressão e reunião, como destacado acima, dentre outros.

**Considerando**, por fim, que tais ações vêm sendo promovidas por grupos de pessoas que se organizam previamente, ainda que eventualmente ou em caráter permanente, o que torna maior a ameaça de tais condutas à paz e à ordem desejadas.

**Toma-se a iniciativa** de apresentar o presente projeto de Lei, propondo a alteração do Código Penal, para nele introduzir a tipificação de **DESORDEM** e atividades correlatas, ressaltando que tal iniciativa já encontra similar no direito comparado, inclusive na codificação europeia<sup>137</sup>.

As “considerações” que fundamentam o argumento para a criação destes novos tipos penais, portanto, se ancoram em seis motivos, que se referem: (1) ao funcionamento do Estado Democrático de Direito; (2) à integral obediência; (3) ao noticiário recente; (4) às condutas que ofendem; (5) à ameaça de tais condutas e (6) à codificação similar.

As duas primeiras “considerações” mobilizam um discurso acerca da garantia do “funcionamento do Estado Democrático de Direito” e da “construção de uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária” para reafirmar o princípio de “integral obediência aos cânones da Paz Pública”. A justificativa parte do reconhecimento do “especial destaque” e da “vital importância” do “exercício pleno da liberdade de expressão e de reunião”, para enaltecer igualmente aquilo que considera como seus “limites” de liberdade dentro da necessidade. O

---

<sup>137</sup> Grifos do original. Ver Anexo III.

destaque aos incisos IX, XV e XVI<sup>138</sup> do art. 5º da Constituição Federal dispõe, ainda que implicitamente, que: (1) o crime de desordem não fere a liberdade de expressão nem constitui censura ou licença; (2) o fechamento de vias públicas durante atos de protesto significaria o impedimento da liberdade de locomoção no território nacional; (3) o exercício da liberdade de reunião é legítimo desde que, e apenas se, pacífico e sem armas.

O argumento apresentado, portanto, se utiliza do próprio direito à liberdade de expressão e de reunião para o funcionamento do Estado Democrático de Direito como justificativa para o endurecimento penal e a regulação dos termos deste direito. Os crimes ocorridos por ocasião de manifestações e protestos sociais, seguindo a justificativa, mereceriam outra medida punitiva, maior e mais rígida justamente por ofender “o livre exercício pelos cidadãos de bem dos seus direitos de expressão e reunião”. Ou seja, o texto pressupõe a existência de “cidadãos de bem” cujos direitos devem ser garantidos, e, em oposição àqueles que recorrem à “prática reiterada de atos de vandalismo”, sobre os quais deveriam incidir normas, direitos e punições diferenciadas.

Além disso, os “motivos” da minuta tomam o “noticiário recente” como um dado suficiente para afirmar “a prática reiterada” do que chama de “atos de vandalismo”. Os “atos de vandalismo”, segundo o texto, causariam “consideráveis danos” a bens públicos e particulares, constituindo “ameaças graves” e “ofensas diretas” à integridade física de “pessoas inocentes”. Se observarmos cuidadosamente, a pressuposição da existência de certas pessoas que se aproveitam de “manifestações legítimas” para causar danos e ofender pessoas inocentes também se ancora apenas no “noticiário recente”.

Embora não seja meu foco aqui, é interessante acrescentar que especialmente desde junho de 2013, uma série de trabalhos<sup>139</sup> vem analisando o

<sup>138</sup> São eles, respectivamente: “IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; “XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”; “XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente” (BRASIL, 1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 10/08/2016.

<sup>139</sup> Embora com enfoques distintos, é possível notar, sobretudo, duas questões recorrentes: (1) as práticas e efeitos da cobertura dos meios televisivos e impressos tradicionais, e (2) as relações entre os antagonismos nas ruas e os antagonismos nas representações discursivas e/ou midiáticas. Neste sentido, ver: *O ativismo político no portal de notícias G1: um discurso criminalizante*, de Silva (2015); *Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013*, de Enne (2013); *Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013*, de Becker e

tratamento da cobertura da grande imprensa brasileira aos protestos recentes no Brasil. Destaco aqui o argumento de Mendonça e Daemon (2014, p. 51-52) que aponta regularidades discursivas no tratamento das manifestações pela mídia como uma instância informativa, que (re)atualiza interpretações anteriores e usuais às coberturas de episódios de violência urbana. Estas regularidades criam, segundo os autores, condições discursivas para legitimação da repressão, uma vez que mesmo quando as forças do Estado são criticadas pela imprensa, a repreensão vem “pela ‘constatação’ do que parecerão, aos jornais, a tolerância e o pouco uso da força no cumprimento da função de ‘coibir’ os protestos” (Mendonça; Daemon, 2014, p. 51). O processo de (re)atualização descrito por eles nos recorda das discussões do primeiro capítulo sobre o transbordamento das práticas sistemáticas de violência policial que caracterizam o contexto das favelas para as repressões aos protestos ‘na avenida’:

O fato de a ação policial nas favelas se basear, usualmente, na sujeição criminal<sup>140</sup> e, com isso, materializar, mais uma vez, o ambíguo sistema jurídico brasileiro, que trata de modos distintos cidadãos que deveriam ser iguais perante a lei, mas que se reconhecem em seus papéis (de subalternidade e de repressão autoritária), permite a generalização dos culpáveis e a cristalização dos sentidos que “evidenciam” a existência de classes perigosas. Esse mesmo ambiente de prejulgamento, habitual nos confrontos violentos nas comunidades da cidade, é transposto discursivamente, de modo quase automático, para as páginas dos jornais dedicadas às manifestações (Mendonça e Daemon, 2014, p. 52).

É impressionante ainda notar o modo como o texto da minuta (re)conta uma estória marcadamente hobbesiana sobre a necessidade que deve ser afirmada como condição para a realização de qualquer liberdade. Conforme observamos nas duas primeiras considerações, os direitos “só podem ser exercidos na forma da lei”, que supostamente resguardaria “à integridade física de pessoas” de “ameaças graves”, “ofensas diretas”, “consideráveis danos” e “graves temores” ao próprio exercício pleno dos direitos. Já as ofensas e a “ameaça” da “desordem” e dos “atos de vandalismo”, enfatizadas pela terceira e quarta considerações, lembram aquela impossível condição de uma anarquia generalizada, de um ‘estado de natureza’, “de um passado impossível, a negação projetada do presente como o ponto de origem a partir do qual o

---

Machado (2014); *Batalha nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações*, de Bezerra e Grillo (2014); e *Conversações televisivas sobre as manifestações de 2013: o ator social emudecido*, de Neto (2015).

<sup>140</sup> Ao usar o conceito de “sujeição criminal”, os autores se referem aqui à formulação proposta por Michel Misse (2015), como vimos anteriormente. A partir de um entendimento de como este processo de sujeição criminal opera nas favelas, Mendonça e Daemon sugerem que este modo de sujeição se transpõe discursivamente ao tratamento das manifestações e dos manifestantes, ou ‘vândalos’, na cobertura midiática. Algo que, como vimos no primeiro capítulo, o próprio dossiê parece argumentar implicitamente em relação à violência policial nos protestos.

presente deve ter se desenvolvido, [que] retorna como o ponto de autoridade soberana de definir todas as condições de necessidade e liberdade” (Walker, 2010, p. 141-142). Esta é efetivamente, segundo Walker (2010, p. 144), a narrativa embrionária do ‘mundo’ espaçotemporal dentro do qual as relações internacionais – e a política estatal – devem ocorrer: uma estória que continua a ser contada, em diferentes versões, para afirmar mais uma necessidade, autorizar mais uma violência, declarar mais uma exceção. Assim, a ambiguidade da tipificação no texto da lei, da primeira parte da minuta, é complementada por uma “exposição de motivos” cujas considerações sobre ‘desordem’ operam como “referencial negativo”<sup>141</sup> (Fitzpatrick, 2013, p. 47-48) para afirmar a necessidade da ‘ordem’ implícita no “Estado Democrático de Direito” e na “Paz Pública”, mas sempre já mantendo a demarcação da fronteira desta relação mutuamente constitutiva subordinada a práticas de excepcionalismo no triplo limite do indivíduo, do Estado e do sistema de Estados (Walker, 2004, p. 248).

Neste sentido, talvez não seja tão surpreendente a referência da justificativa do documento a uma “codificação similar” que poderia ser encontrada “inclusive na codificação europeia” e que parece contar apenas uma outra versão da mesma estória. Segundo a análise jurídica feita por Garrell e Silva (2014), a codificação que o projeto faz alusão, se refere a dispositivos jurídicos atrelados a legislações de períodos antidemocráticos, como é o caso de uma tipificação espanhola que repetiu no Art. 557 do Código Penal um crime previsto no Código de 1973, editado em pleno regime ditatorial comandado pelo General Francisco Franco. Os autores concluem que a minuta deve ser observada sob a ótica da necessidade:

Final, uma série de crimes já tipificam as condutas que ela pretende evitar, tal como os delitos de dano, ameaça, lesão corporal, associação criminosa, apologia ao crime, rixa, incêndio, explosão, homicídio, além do crime de tumulto previsto no artigo 41-B do Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2010). Contudo, provocar uma hiperinflação criminal e atentar contra a racionalidade normativa não parece ser a preocupação do “Projeto Beltrame” que, na sua exposição de motivos, manifesta sua inspiração na codificação europeia para justificar seu propósito, esquecendo-se de dizer que as origens para a criminalização da desordem no velho continente estão atreladas a regimes autoritários, como no caso da Espanha, cujo artigo 557 do seu Código Penal é uma repetição do crime previsto no Código de 1973, editado em plena ditadura comandada pelo General Francisco Franco (BOTTINI, 2014)<sup>142</sup>. Paradoxalmente, o crime da ditadura espanhola tem uma pena bem inferior àquele do Projeto Beltrame, criado em plena democracia, pois enquanto no primeiro a pena privativa de liberdade é a

<sup>141</sup> Ou ainda, como “fundação negativa” (Fitzpatrick, 2001, p. 43), conforme discutirei no próximo capítulo.

<sup>142</sup> BOTTINI, Pierpaolo Cruz. “Proposta de punição por desordem cria situações de arbítrio”. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-fev-14/pierpaolo-bottini-proposta-punicaodesordem-cria-situacoes-arbitrio>. Acesso em 02/04/2014.

de 6 meses a 3 anos, no caso brasileiro a sanção criminal é a de 2 a 6 anos (Garrell e Silva, 2014, p. 16).

Por fim, é extremamente significativo como a argumentação presente na minuta se fundamenta na afirmação do próprio direito à liberdade de expressão e reunião, para legitimar a restrição, o monitoramento e a violação do mesmo direito. Tal qual a fala de Beltrame bem sintetiza, o argumento é por “leis mais rígidas para conter violência em protestos” e não para conter “os protestos em si”. No entendimento do dossiê, no entanto, a forma como as tipificações voltadas à regulação dos protestos vêm se dando em âmbito interno, com textos vagos que poderiam vir a ser aplicados de formas arbitrárias e com o intuito de reprimir o exercício do direito ao protesto, mas também o caráter e o contexto no qual estão inseridos estes pacotes legislativos evidenciarão o “claro intuito de impedir que as manifestações prossigam e de criminalizar os manifestantes” (Dossiê, p. 117). Na narrativa do dossiê:

O Estado brasileiro buscou desde o início das manifestações uma criminalização destas através da aplicação irregular de tipos penais já existentes em nossa legislação, como associação criminosa, Lei de Segurança Nacional e dano ao patrimônio, além da utilização massiva da tipificação de desacato. Simultaneamente, em nível estadual, começou a se criar legislações que limitam, por exemplo, o uso de máscaras alargando em muito a utilização do já ilegal instituto da prisão para averiguação. Percebemos assim o pacote legislativo voltado especificamente para manifestantes, tanto através da lei antiterror, quanto, e principalmente, a da desordem pública, como sinais preocupantes de retrocessos no campo da livre reunião e expressão no país (Dossiê, p. 117).

É possível identificar, portanto, duas concepções muito diferentes de ordem. A minuta ao tipificar a desordem como crime produz por oposição uma definição de ordem como algo que é supostamente limitado pelo direito. A ordem para a minuta é a ordem legal, é o que está no arcabouço legal. O anteprotejo produz um movimento de correlação entre desordem e crime e entre ordem e direito. Neste sentido, se o direito é a expressão da legitimidade da ‘ordem’, o limite da ordem corresponderia ao limite do direito, mas não só, pois a ‘ordem’ também se demarca nas práticas de condenação moral, de regulação das condutas e, sobretudo, na referência negativa de ‘desordem’ (Fitzpatrick, 2013, p. 47). A proposta de criação do crime de desordem serve como um exemplo significativo disto. Através das tantas iniciativas de leis para regular os protestos é possível notar como o caráter pacífico e sem armas deixa de ser a única condição para o exercício do direito de reunião e passa a ser, o que é ainda mais emblemático no caso da minuta, a condição mínima necessária, embora não mais suficiente, para garantia da ordem.



Em contraposição, no dossiê há uma concepção implícita de ordem que faz o movimento inverso. As denúncias revelam que o direito pode ser instrumentalizado para legitimar e expandir os limites de uma ordem violadora de direitos. A narrativa das organizações, portanto, acusa o uso do direito para legitimar a *Violência Institucional* e a *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*. A própria ideia de *Legislações de exceção* sugere a institucionalização das violações de direitos. Ao contrário da minuta, no dossiê há uma tripla correlação entre ordem, direito e legitimidade. As denúncias oferecem rastros do questionamento da legitimidade da ordem, diante da *sistematicidade* de violações de direitos humanos que constitui esta ordem. Para o dossiê, a ordem de que a minuta se refere é uma ordem violenta, que se funda e se reproduz nas violações.

As contradições e os dissensos que surgem da contraposição entre a narrativa do dossiê e a narrativa da minuta, portanto, revelam rastros das entranhas da institucionalização do direito e da sua autoridade. A partir destes embates é possível observar o direito como um efeito do poder, um mecanismo de legitimação da ordem, mas também de resistência<sup>143</sup>. Se no argumento da minuta a desordem é ilegítima porque fere princípios legais, nas denúncias do dossiê se as leis podem ser usadas para legitimar a exceção, o direito pode ser usado para legitimar uma ordem ilegítima, uma ordem violadora dos direitos. Assim, linguagem dos direitos se sobrepõe no dossiê a linguagem do direito, tal como propunha Santos (2013, p.9)<sup>144</sup>.

Novamente estão em jogo os limites do monopólio legítimo da violência pelo Estado, bem como, a definição do que é a ação política legítima. O dossiê questiona a arbitrariedade das ações de repressão policial, o excesso e a desproporcionalidade da violência, argumentando que existem limites na legitimidade da ação policial. A minuta propõe criminalizar práticas históricas de protesto como a obstrução de vias públicas ou a tentativa de entrar em “locais não abertos ao público”, em uma evidente tentativa de minimizar os “incômodos” que os protestos causam ao criminalizar a “desordem”. O dossiê defende que

<sup>143</sup> O tema do direito como resistência será aprofundado no próximo capítulo através das leituras de Costas Douzinas (2000, 2013), Peter Fitzpatrick (2001) e Ben Golder (2015).

<sup>144</sup> Segundo Boaventura de Souza Santos (2013) há um caráter utópico dos direitos humanos, que exige que sua utopia se traduza em um cotidiano diferente. Neste sentido, o dossiê parece se alinhar ao “trajeto inverso” proposto por Santos (2013, p. 9): “O projeto de modernidade sacralizou o direito e trivializou os direitos. Temos agora de fazer o trajeto inverso: trivializar o direito e sacralizar os direitos”.

um dos intuitos em um protesto é justamente causar uma ruptura com a “normalidade” para chamar a atenção para um determinado tema<sup>145</sup>.

O fato da justificativa da minuta reconhecer a desordem como uma “ameaça” não deixa de ser considerável. Em certo sentido, as manifestações realmente provocam “desordem” se colocam a ordem em questão ao contestar seus autoritarismos, hierarquias e arbitrariedades fundadas na violência e na manutenção de privilégios étnico raciais, de gênero e de classe. Segundo Douzinas (2013, p. 87), “[o]s protestos em grande parte desafiam a violência conservadora da lei, quebrando os regulamentos de ordem pública, a fim de acentuar injustiças maiores”. Assim, as manifestações efetivamente tornam problemáticos os limites entre ‘ordem’ e ‘desordem’, legal e ilegal, pois muitas vezes, disputam justamente a legitimidade do que é tido como legal ou como ‘ordem’.

Por fim, a minuta do projeto de lei que tipifica o crime de desordem pode ser (des)lida enquanto um artefato de governo que se utiliza de uma “referencia negativa” (Fitzpatrick, 2013, p. 47-48) de ordem, a ‘desordem’, para (re)afirmar as condições, as normas e a verdade do que é (ou do que deve ser) entendido, reconhecido, institucionalizado como ‘ordem’. A tipificação da ‘desordem’ normatiza a ordem, produzindo um artefato de governo da ordem a partir de tudo aquilo que é dela excluído, posto para fora, deslegitimado, banido, e por fim, condenado e punido de “forma exemplar”. Seus alvos principais são os sujeitos ‘desordeiros’, traduzidos e representados, sobretudo, pela figura dos ‘vândalos’ enquanto sujeitos diferentes dos ‘manifestantes’.

## 2.3

### Entre o manifestante e o vândalo

Uma das características mais marcantes do cenário vivido durante as intensas mobilizações que tomaram as ruas de todo o país a partir de junho de 2013 foi a potente mobilização da oposição entre ‘manifestantes’ e ‘vândalos’. A figura do ‘vândalo’ que conquistou tantas capas de jornais se reproduzia nas justificativas de representantes do Estado e das forças de segurança pública e

<sup>145</sup> Isto pode ser observado na discussão sobre o artigo 233 do Código Penal, que dispõe sobre “Ato Obsceno”. Segundo o dossiê: “Em alguns protestos, pessoas foram detidas por praticar ato obsceno nas ruas. Contudo, provocar o choque cultural é um dos elementos genuínos de determinadas manifestações. Esta provocação geralmente é feita através de performances que fogem a normalidade do cotidiano e servem para propor uma reflexão sobre o assunto” (Ibid., p. 145, 146).

se massificava entre os principais veículos de comunicação da imprensa comercial. A mobilização desta categoria foi extremamente significativa para responder às críticas em relação à violência excessiva e sistemática da abordagem policial aos protestos. O ‘combate ao vandalismo’ ou a ‘perseguição aos vândalos’ configuraram elementos fundamentais para viabilizar a continuidade e o avanço da repressão policial. A ‘ameaça’ ou o ‘perigo’ que os vândalos supostamente representavam serviu de justificativa para disparar inúmeras ações de regulação e/ou criminalização prévia de manifestantes e de formas de manifestação, conforme extensamente abordado pelo dossiê.

A configuração de um “discurso do perigo”, tal como observou David Campbell (1996, p. 169) em relação a ameaças ‘internas’ e ‘externas’ à identidade e segurança da nação, neste caso parece ter contribuído muito para a produção das fronteiras que vem distinguindo o ‘cidadão comum’ do ‘vândalo’<sup>146</sup>. Essas práticas de diferenciação ou modos de exclusão, segundo Campbell (1996, p. 170) além de erguerem fronteiras e demarcarem espaços, possibilitam de forma problemática a instituição de “cartografias morais”, que legitimam a vigilância e a repressão de um novo inventário (e imaginário) de “subversivos internos”.

As partes seguintes desta seção procuram desfiar algumas das pontas deste emaranhado complexo e instável que envolve a produção da distinção entre o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’, bem como, seus significados e efeitos. Na primeira, parto de quatro episódios que mobilizaram a categoria dos ‘vândalos’ para justificar a criação de leis e respaldar decisões legais, que podem ser entendidas como instâncias de materialização dos efeitos constitutivos do negativo. Na segunda, retomo através de duas capas de jornais da época o debate sobre o potencial das imagens na disputa e na estabilização do significado do ‘vandalismo’ e da ‘baderna’, que então surgem como definições negativas de ‘democracia’. Na terceira, por fim, adentro o decreto que criou a CEIV, por considerá-la uma peça controversa e potente dos efeitos desta distinção.

---

<sup>146</sup> A reflexão de David Campbell que chamo atenção aqui está relacionada a uma preocupação com as transformações após o fim da Guerra Fria do problema da responsabilidade e da produção de identidades, associadas a certas práticas discursivas e performances violentas, e também com seus efeitos na produção de uma cartografia moral que localizava a “responsabilidade do mal” no outro e a “responsabilidade de combatê-lo” no eu (*self*) (Campbell, 1996, p. 163). Neste sentido, o autor interroga as fontes (e fundações) de autoridade a partir das quais se mobilizam certos discursos e performances envolvidos na produção de uma “cartografia moral”, de uma oposição entre o bem e o mal articulada a uma oposição entre nós e eles, amigos e inimigos.

### 2.3.1

#### A deputada, o senador, a juíza e o ministro

[...] a deputada diz que os protestos mostraram uma face pujante e ativa do povo brasileiro, mas que por outro lado “mostraram também que existem **pessoas oportunistas e baderneiros** que se aproveitam da boa fé dos manifestantes pacíficos para cometerem toda sorte de delitos e enfrentarem as forças de segurança pública” (Dossiê, p. 110, grifos meus).

[...] o senador afirma que a liberdade de reunião e manifestação do pensamento não são absolutos, encontrando limites em outros direitos e que podem ser restringidos também com o objetivo de proteger “outros bens constitucionalmente relevantes, como a segurança e a saúde públicas”. Além disso o senador aponta que a própria constituição só garante o direito de reunião se esta for pacífica e sem armas, e ainda ressalta que “**a beleza cívica** desses eventos, no entanto, **foi prejudicada pela ação minoritária de grupos de vândalos**, que, infiltrando-se no meio da multidão e utilizando máscaras para dificultar sua identificação, promoveram quebra-quebras, depredação do patrimônio público e privado, e até mesmo saques”. O senador vincula o uso de máscaras ou elementos que cubram o rosto, necessariamente a prática de atos de vandalismo pelo que ele chama de “ganguês” (Dossiê, p. 112, grifos meus).

A Juíza [...] declarou no Auto de Prisão em flagrante que “[o] **cidadão** que participa das manifestações **bem intencionado** não se esconde, ao contrário, se mostra, pois se sente orgulhoso de fazer parte dessa história que está sendo escrita, infelizmente manchada por atitudes tão reprováveis quanto as que aqui se imputam aos autuados” (Dossiê, p. 148, grifos meus).

O ministro [...] considerou serem “legítimas as manifestações populares realizadas **sem vandalismo**, preservado o poder de polícia estatal na repressão de eventuais abusos” e ainda que “[a] insatisfação popular com as questões centrais da vida pública, inicialmente veiculada apenas em redes sociais na internet - e que, por isso, já permeava o debate público em um espaço no qual não podia ser notada fisicamente -, tomou corpo e se transmutou em passeatas propositalmente realizadas em locais de grande significação e especial simbolismo, onde essas vozes, antes ocultas, podem ser percebidas com clareza pelos seus alvos, mercê de contribuírem para a edificação de um ambiente patriótico de reflexão sobre os rumos da nação” (Dossiê, p. 149-150, grifos meus).

O episódio da deputada, do senador, da juíza e do ministro constituem alguns dos rastros fornecidos pelo dossiê que expressam a (re)produção e disseminação das categorias do ‘vândalo’ em oposição ao ‘cidadão bem intencionado’. A proliferação de discursos sobre o ‘vandalismo’, conforme podemos observar, operacionaliza uma política da linguagem que produz ordenamentos normativos e autoriza técnicas e procedimentos de abordagem, investigação e regulação dos manifestantes e das manifestações. Além de servir para justificar a intensificação dos investimentos em aparatos e tecnologias de repressão policial e em dispositivos de vigilância e controle, estes discursos têm mobilizado práticas soberanas de autorização de autoridade (Walker, 2010),

como podemos observar pela criação das figuras institucionais controversas da CEIV no Rio de Janeiro e dos tribunais relâmpagos em São Paulo.

Em relação à noção de uma política da linguagem, podemos analisar nos discursos, por exemplo, como a deputada, o senador, a juíza e o ministro opõem, respectivamente, os ‘baderneiros’ aos ‘manifestantes pacíficos de boa fé’, a minoria de ‘vândalos mascarados’ à ‘beleza cívica’ da ‘multidão’, o ‘cidadão bem intencionado’ aos ‘autuados’ de ‘atitudes reprováveis’, o ‘vandalismo’ ao ‘patriotismo’. Em cada caso, notamos o uso de uma “linguagem normativa” (Koskeniemi, 2005, p. 570 *apud* Johns, 2013, p. 8-9) que pretende moldar entendimentos sobre os limites da ordem, do direito e da política, ao invocar – e simultaneamente produzir – justamente aquilo que corresponde ao seu negativo. Portanto, se a ‘desordem’ e o ‘vândalo’ podem ser, de algum modo, entendidos como este “referencial negativo” (Fitzpatrick, 2013, p. 47-48) constitutivo da ordem, então é também importante explorar alguns dos aspectos de sua produção. Esta ideia, inspirada nas considerações de Fleur Johns (2013, p. 1-14) sobre a produção de “não-legalidades” nos fazeres do direito internacional<sup>147</sup>, nos permite refletir aqui sobre como deputados, senadores, juízes, ministros, policiais, e outros ‘agentes da ordem’ produzem, através de seus próprios discursos e práticas normativas, a ‘des-ordem’.

A categoria do ‘vândalo’ e a identificação de determinadas ações, estéticas ou performances como ‘vandalismo’ ou até ‘terrorismo’ vem (re)produzindo e (re)autorizando o ordenamento de um tipo específico de ‘normalidade’ – os ‘manifestantes pacíficos’, o ‘cidadão bem intencionado’ – e, de outro lado (diametralmente oposto), de ‘desvio’ – os ‘oportunistas’, ‘baderneiros’, ‘vândalos’. Esta produção e identificação não só discursiva e normativa, mas estética, viabilizou a condenação moral e a criminalização judicial de determinadas condutas, atitudes e performances. Isto pode ser observado principalmente através dos diversos projetos de lei que tramitaram desde o ano de 2013 em âmbitos municipais e estaduais criminalizando o uso de

<sup>147</sup> Uma outra provocação possível aqui seria pensar sobre como os fazeres do direito internacional investigados por Fleur Johns (2013) sempre já estão envolvidos na produção do que Walker (2010) chama de internacional moderno, uma vez que eles serviram historicamente à expansão do sistema de Estados. De certo modo, tanto Walker como Johns, em diferentes registros, demonstram uma profunda preocupação quanto ao problema do ‘fora’ e da relação constitutiva entre o ‘dentro’ e o ‘fora’, ou ainda, da construção de entendimentos particulares sobre o que se opõe a, ou está fora do, internacional moderno ou do direito internacional, respectivamente. Neste sentido, uma das formas que os autores encontram de abordar este problema, cada um a sua maneira, é explorar como determinadas estórias operam de modo a afirmar as condições espaçotemporais necessárias onde a vida política moderna (no caso de Walker, 2010, p. 136-146) ou o direito internacional (no caso de Johns, 2013, p. 8) pode ou deve ocorrer: os limites definidos em relação ao que vem (ou deve vir) antes ou depois, abaixo ou acima, contra ou apesar de.

máscaras, tintas ou quaisquer peças que cubram o rosto ou dificultem a identificação.

A categoria do ‘vândalo’ também foi crucial para legitimar o acionamento de práticas consideradas excepcionais pelo ordenamento jurídico brasileiro, como a infiltração de agentes policiais em manifestações, a quebra de sigilo telefônico sem devida autorização judicial ou detenções para averiguação. Segundo as denúncias do dossiê, no entanto, episódios como estes aconteceram não só com aqueles identificados com uma estética ‘vândala’, como é o caso com a tática *black block*<sup>148</sup>, mas com qualquer um que tivesse “cara de manifestante”. Conforme relatado sobre o dia 13 de junho de 2013, por exemplo, em que mais de 240 pessoas foram detidas em São Paulo<sup>149</sup>:

Logo na chegada, notou-se a presença de um grande efetivo policial, dividido em vários grupos, andando a pé pelas ruas, abordando e revistando, sem qualquer critério transeuntes. Tal fato foi amplamente noticiado pela imprensa. Aparentemente, não havia qualquer motivo para que a grande maioria daquelas pessoas fossem abordadas. (...) Os Defensores Públicos foram relatar o fato ao Comandante da operação, Tenente Coronel Ben-Hur, tendo ele dito expressamente que **a ordem era para que os policiais abordassem todos aqueles que tivessem “cara de manifestante”, o que seria constatado por elementos como idade, trajes, ou se portavam ou não mochilas** (Dossiê, p. 129, grifos meus).

Esta atenção, controle e regulação das ações dos indivíduos e dos seus padrões de comportamento pela polícia, de acordo com Foucault (2008b), expressa a operação de um biopoder que normaliza ao mesmo tempo as condutas e os corpos, e que tem no dispositivo policial o principal mecanismo de governo da população. Segundo Foucault, o biopoder regula a população enquanto um “corpo múltiplo”, uma vez que as normas incidem tanto disciplinando os corpos individualmente, como regulando a população como um todo (Foucault, 2005, p. 302). As normas são para Foucault, portanto, formas de governo que ao criar o ‘desvio’, o ‘anormal’, ou o ‘vândalo’ como no caso

<sup>148</sup> O termo ‘*black bloc*’ costuma ser usado para se referir ao uso de máscaras e vestimentas pretas, porém diz respeito especialmente a uma oposicionalidade tática em resposta à violência policial. Assim, política oposicional *black bloc* expressa uma variedade de características que variam de acordo com o contexto. Por exemplo, podem ser percebidos diferentes usos de táticas de confronto ou incitação ao confronto direto com a polícia, bem como de táticas de proteção e solidariedade, envolvendo práticas de ‘escudo humano’, ou seja, o enfileiramento de corpos à frente e/ou atrás do grupo de manifestantes, colocando-se na linha de frente da violência policial. Para discussões mais abrangentes sobre as táticas e políticas dos ‘*black blocs*’, ver *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global* (Ludd, 2002), *The Black Bloc Papers* (Van Deusen; Massot, 2002), *Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent* (Thompson, 2010) e *Who’s Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action Around the World* (Dupuis-Déri, 2014).

<sup>149</sup> Ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>. Acesso em 05/06/2013.

observado, reforçam a ‘normalidade’, produzindo também ‘o cidadão bem intencionado’:

[...] a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. [...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (Foucault, 2001, p.62).

Partindo desta definição de norma, considero relevante pensar como o poder normativo, ou o biopoder, se articula no caso estudado a tecnologias disciplinares e a instrumentos legais (seja através das leis, projetos de lei e códigos legais, seja da Constituição ou até de decretos do executivo).

Para refletir sobre a articulação entre o poder normativo e os instrumentos legais, recorro a discussão sobre “direito de morte e poder sobre a vida” desenvolvida por Foucault (1999) no primeiro volume da História da Sexualidade. De acordo com Foucault (1999, p. 130, grifos do autor) o desenvolvimento a partir do século XVII desta modalidade de poder alterou o antigo paradigma do poder soberano ou do poder monárquico, formulado como direito “de vida e morte” e relacionado ao “velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver”, para um poder de “*causar* a vida ou *devolver* à morte”. O desenvolvimento deste “poder sobre a vida” traria como consequência, segundo Foucault, uma importância crescente da “atuação da norma” em detrimento do “sistema jurídico da lei”. De tal forma que o poder não mais trataria de “pôr a morte em ação”, mas de “distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade”, através de instrumentos de medição, qualificação, avaliação, hierarquização, regulação e correção contínuos (Foucault, 1999, p. 135). Foucault esclarece, no entanto, que isto não significa “que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (...) cujas funções são, sobretudo, reguladoras” (Foucault, 1999, p. 135).

O biopoder, sob esta perspectiva, se sobrepõe a um modo de governo jurídico-soberano tradicional, caracterizado pelo “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” (Foucault, 1999a, p. 128), por uma modalidade de poder cuja função maior já não é mais matar, mas

exercer uma influência positiva, uma “gestão calculista da vida”, administrando os corpos e controlando as populações através da imposição de um sistema de regulações e de inspeções precisas (Foucault, 1999a, p. 131). Neste sentido, podemos entender a crescente proliferação de legislações e “instrumentos legais” no caso dos protestos no Brasil como expressão de um poder normativo, ou de um biopoder, cuja reivindicação é estabelecer uma norma, um padrão comum de regulação e de limitação do comportamento dos sujeitos em protestos.

O aparato policial, como a instituição estatal que controla os mecanismos disciplinares por excelência (Foucault, 1999b, p. 236), traz exemplos diversos da operacionalização do poder disciplinar, através de um arsenal de técnicas e tecnologias de controle, coerção, vigilância e punição (como vimos, nem sempre legais). Para Foucault (1999, p. 245) a polícia é a instituição que indica de forma mais exemplar a “generalização dos dispositivos disciplinares”. A ordem de abordar todos que tivessem “cara de manifestante” é apenas mais um exemplo das diversas práticas de controle e vigilância que a polícia militar desempenhou no contexto dos protestos enquanto dispositivo de um poder disciplinar.

É importante considerar ainda, como faz Johnson (2014), o “efeito fragmentador” (“*splintering-effect*”) das modalidades de poder. Ao percorrer os escritos sobre a polícia presentes em diversas obras de Foucault, Johnson (2014, p.17) ressalta como suas modalidades de poder “são melhor entendidas como tecnologias políticas ao invés de como épocas históricas” (tradução minha). Assim, o poder jurídico-soberano, o poder disciplinar e o biopoder não são paradigmas em competição, pois:

[...] as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p.142,143).

Esta compreensão triangular e fragmentária das modalidades de poder nos permite ler o tratamento dado ao ‘vandalismo’ de outra forma. O ‘vandalismo’ enquanto um dano que ameaça o poder soberano do Estado de deter do monopólio do exercício legítimo da violência, remonta aos moldes da distinção entre a noção de crime e a noção de infração. Segundo Foucault (2002, p.66), a infração foi uma das grandes invenções do pensamento medieval, que deslocou a noção do dano enquanto ofensa de um indivíduo ao outro, pela noção de infração: “A infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é



uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano” (2002, p.66). A infração, portanto, é entendida como uma falta moral. Foucault identifica por volta do século XII uma curiosa conjunção entre a lesão à lei e a falta religiosa: “Lesar o soberano e cometer um pecado são duas coisas que começam a se reunir” (Foucault, 2002, p. 74). De modo que o inquérito surge enquanto uma forma regular de administração, uma modalidade de gestão ou um processo de governo que procurava saber “a verdade” a partir do “olhar tanto sobre os bens e as riquezas, quanto sobre os corações, os atos, as intenções” (Foucault, 2002, p. 71). Sob esta perspectiva, a condenação do ‘vandalismo’ pode ser vislumbrada também como uma condenação moral, que, justamente por isso, merece tratamentos especiais: seja através de tipificações penais específicas com punições mais rígidas, seja de instrumentos jurídicos próprios que assegurem a “primazia de investigação” e o “caráter de urgência”. Não à toa identificamos no capítulo anterior um investimento tremendo do dossiê em mobilizar uma “limpeza moral” das vítimas da repressão policial. Ademais, a especificidade e urgência atribuída ao ‘problema do vândalo’ expõe a operação de práticas de julgamento e discriminação entre o que é urgente ou secundário, e sua relação a processos de autorização, inclusive quando uma exceção é autorizada como necessidade, uma vez que:

[...] a política moderna não está preocupada apenas com o que autoridades podem fazer sobre este ou aquele problema, mas acima de tudo, com o que conta como autorização, e com as condições sob as quais o que conta como autorização é em si mesmo autorizado [*authoritative*]; ou não. O que é frequentemente enquadrado como o realístico ou o responsável, como uma questão de política [*policy*] ou governança urgente, é muitas vezes simplesmente uma evasão da política neste sentido, uma prática de despolitização (Walker, 2010, p. 129, tradução minha).

Assim, o policiamento do ‘vandalismo’ ou dos ‘vândalos’ não se dá apenas na repressão sob a forma da polícia institucional, como se articula a outras instituições e práticas de controle e de vigilância. Esta ordem policial (Rancière, 1996) se manifesta na abordagem das forças de segurança pública às mobilizações nas ruas quando definem o trajeto dos atos, quando disparam contra a multidão, dispersando para liberar o trânsito dos veículos ou quando detém centenas de pessoas removendo literalmente seus corpos do espaço e silenciando suas vozes com a aplicação de golpes de imobilização física e de estrangulamento. Mas não só. A ordem policial está no projeto de lei que regula a liberdade de expressão, na decisão do juiz que define ‘o que pode’ e ‘o que não pode’, o que é ‘manifestação legítima’ e o que é ‘vandalismo’. Está nas

capas, editoriais e reportagens sobre os protestos dos jornais e de tantos outros veículos de comunicação de massa. Assim como nas declarações de representantes das forças da segurança pública e em tantos outros discursos capilares que debatem e disputam o significado dos protestos no cotidiano da vida nas cidades. Está também nas próprias disposições dos corpos dos sujeitos, na aceitação do seu lugar e função, na naturalização dos seus ritmos e coreografias cotidianas, e na correspondente “falta de tempo” para “fazer política”, ou, por exemplo, para participar de uma manifestação (Rancière, 2006).

Há, portanto, uma complexa relação de micropoderes que se articulam na produção desta distinção gerindo os sujeitos que são por elas sujeitados. Através dos discursos da deputada, do senador, da juíza e do ministro, podemos observar como a categoria e concepção do ‘vândalo’ vem produzindo uma série de práticas de gestão destes sujeitos e das suas condutas. Esta categoria serve para justificar a criação de novas tecnologias jurídicas, como é o caso nos episódios da deputada e do senador, mas também, incide nas decisões judiciais propriamente ditas sobre as liberdades, as vidas e os destinos destes sujeitos, como é caso nos episódios da juíza e do ministro.

As práticas ‘subversivas’, nomeadas ‘vandalismos’ e estes sujeitos ‘insurgentes’ denominados ‘vândalos’, portanto, vêm sendo reprimidos e policiados não apenas pelas práticas e tecnologias policiais, como por uma série de alterações institucionais que produzem novos aparatos de vigilância e controle. As ações do executivo, legislativo e judiciário, amparadas na distinção entre ‘vândalos’ e ‘manifestantes’, indicam uma contínua (re)produção da ‘norma’ e do ‘desvio’, do ‘direito’ e do ‘crime’, e fundamentalmente, a naturalização da necessidade constante de remodelar e ajustar as próprias normas, leis, condutas, procedimentos, burocracias, tecnologias e saberes para reafirmar a manutenção da normalização e o controle dos sujeitos. No limite, uma das implicações mais graves desta distinção é a autorização de violências em nome de uma necessidade (neste caso, especialmente, em nome da ordem), e seu correspondente obscurecimento por “práticas de despolitização” (Walker, 2010, p. 70-71, 256), lembrando que “Estados encorajam afirmações sobre liberdades dentro de seu território porque estar dentro de um território é estar sob a lei, sob necessidade e sempre sujeito à exceção que habilita a regra” (Walker, 2010, p. 71).

A oposição entre o ‘manifestante’ e o ‘vândalo’ emana, portanto, como uma linguagem que estrutura os modos de entendimento sobre os protestos. É com base nesta distinção que os protestos passam a ser lidos e que os

discursos em torno deles passam a gravitar. A exploração da figura do ‘vândalo’ propiciou um apagamento dos temas que motivavam às ações nas ruas, reduzindo os debates de forma predominante à questão da presença ou ausência de ‘vandalismo’ ou de outros ‘distúrbios’ à vida cotidiana.

### 2.3.2

“Isto é democracia. Isto é vandalismo.”



Figura 9. Isto é democracia. Isto é vandalismo.

A oposição entre ‘democracia’ e ‘vandalismo’ ou entre ‘democracia’ e ‘baderna’, nos remete tanto à discussão anterior sobre ‘ordem’ e ‘desordem’, como ao debate do primeiro capítulo sobre a disputa visual em torno do que os protestos ‘terão sido’. Através das capas destes jornais observamos uma concepção de ‘ordem democrática’ cujos limites excluem a ‘desordem’ e com ela, os ‘desordeiros’, ‘baderneiros’ ou ‘vândalos’.

Estas capas fornecem indícios de uma estratégia visual de fixar uma definição ‘do que é democracia’. A representação da oposição entre “democracia” e “vandalismo” ou “baderna” faz ecoar argumentos como os do

coronel Benedito Meirana entrevista ao *El País*<sup>150</sup>, quando ele afirma que a democracia tem “limites” e estes “limites” condizem com uma concepção clássica do Estado enquanto detentor do monopólio da legitimidade do uso da violência (Weber, 1921, p. 1). As capas tentam estampar de forma literal “o que é” e “o que não é” democracia, mobilizando uma ontologia a partir da qual a democracia corresponde a algo como uma jovem (branca) enrolada na bandeira do Brasil escrevendo um cartaz. Ou a duas jovens (brancas) com os rostos pintados com as cores da bandeira erguendo seus cartazes e gritando. Ou ainda a uma senhora sorridente (também branca) que faz pose com um cartaz na mão. Estas três imagens juntas, assim como a fotografia da multidão que levanta uma enorme bandeira do Brasil ilustrariam e representariam com cenas alegres, patrióticas e pacíficas e “o que é” a “democracia”. Mas não só isso, a contraposição destas cenas às imagens hostis, sombrias e flamejantes de explosões, de homens encapuzados e sem camisa, erguendo ou arrancando grades de contenção, reproduz uma concepção bastante específica também do que “não é democracia”. Do que está ‘fora’ e deve ser mantido ‘fora’. Do que ‘ameaça’ a ordem democrática, como argumenta a justificativa da minuta do projeto de lei do crime de desordem e, por isso, deve ser banido com rigor, ou “punido de forma exemplar”.

A figura do ‘vândalo’ construída e representada como aquilo que está ‘fora’ pode ser pensada em termos da evocação de um imaginário de “bárbaros”, conforme analisado por Foucault (2005, p. 231-236). Ao distinguir o “selvagem” do “bárbaro”, Foucault examina como o imaginário do “selvagem”, associado ao “homem natural”, e, portanto, “anterior” à sociedade, é incorporado enquanto um elemento fundador, um pressuposto, uma condição de possibilidade a partir da qual o corpo social vem a se constituir, enquanto o “bárbaro”, apesar de ser um personagem tão elementar quanto: “diferentemente do selvagem, não repousa contra um pano de fundo de natureza ao qual pertence (...). Ele não entra na história fundando uma sociedade, mas penetrando, incendiando e destruindo uma civilização” (Foucault, 2005, p. 233). Então:

[...] o selvagem é sempre selvagem na selvageria, com outros selvagens; assim que está numa relação de tipo social, o selvagem deixa de ser selvagem. Em compensação, o bárbaro é alguém que só se compreende e que só se caracteriza, que só pode ser definido em comparação a uma civilização, fora da qual ele se encontra. Não há bárbaro, se não há em algum lugar um ponto de civilização em comparação ao qual o bárbaro é exterior e contra o qual ele vem lutar (Foucault, 2005, p. 233).

<sup>150</sup> Disponível em :<[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/26/politica/1390768544\\_802083.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/26/politica/1390768544_802083.html)>. Acesso em: 31/08/2015. Grifos meus.

Partindo desta distinção entre o selvagem e o bárbaro, Prozorov (2006, p. 92, tradução minha) argumenta que a emergência do que ele chama de “uma ultrapolítica do amigo-inimigo [*foe*] nas democracias liberais ocidentais contemporâneas”, e que no caso aqui estudado se expressa na oposição entre o ‘vândalo’ e o ‘manifestante’, pode ser entendida como fruto da “combinação de um ethos universalista, em operação no uso da categoria de humanidade, com uma ontologia política naturalista” do modo liberal de governo. Para chamar atenção ao que Prozorov (2006), a partir de Foucault, entende ser o efeito desta ontologia política naturalista do governo liberal, podemos observar a seguinte passagem:

Dentro do reino ‘natural’ do social, o governo liberal tem identificado historicamente múltiplas categorias da população, cujas propriedades ou atos eram ‘contrários à natureza’ e precisavam ser retificados através de intervenção governamental, que historicamente tem tomado múltiplas formas, do confinamento dos loucos à correção dos delinquentes juvenis. É nesta possibilidade de ‘re-naturalização’ governamental, que nós descrevemos em outro lugar em termos da ‘tecnologia pedagógica’ do liberalismo que podemos localizar a condição de emergência da figura do inimigo [*foe*] como o ‘inimigo do liberalismo’ [...] O que une todos os objetos de correções liberais, independentemente de eles serem considerados maus, mentalmente incapacitados, moralmente deficientes ou simplesmente ‘irracionais’, é seu funcionamento no discurso liberal como seres cuja existência é considerada contrária à natureza. [...] O Outro, que foi tão generosamente permitido entrar na ‘terra natal’ liberal global, é dotado de liberdade apenas sob condição de sua sujeição às intervenções corretivas para erradicar sua alteridade (Prozorov, 2006, p. 93, tradução minha).

Neste sentido, podemos entender o ‘*foe*’, definido por Prozorov, como um termo de difícil tradução, correspondente a algo que excede o ‘inimigo’ [*enemy*]. Ou seja, ele seria tanto “um Outro transcendental que é intrinsecamente perigoso no sentido de alteridade radical de Schmitt, como um Outro empírico, cuja periculosidade é estabelecida por sua resistência efetiva aos esforços do governo liberal de purgar esta alteridade” (Prozorov, 2006, p. 95, tradução minha). Em contraste com a idealização do ‘inimigo justo’, o autor equipara a construção deste *foe* à caracterização do ‘bárbaro’ de Foucault que, “ao contrário do selvagem (...), é um sujeito ativo desde o início, porém unicamente um sujeito negativo de recusa, resistência e destruição” (Prozorov, 2006, p. 95, tradução minha). Retornando às imagens, vemos então como a construção discursiva do ‘vândalo’ se aproxima deste bárbaro ou *foe*, nos termos de Foucault e Prozorov – mas não só. Afinal, a justaposição das imagens também nos permite visualizar, de certo modo, o rastro do ‘vândalo’ como “referencial negativo” que, ao mesmo

tempo em que se distingue, sempre já está potencialmente presente em todo e qualquer ‘manifestante’ ou ‘cidadão’ (Fitzpatrick, 2013, p. 48).

Se considerarmos, ainda, como sugere Derrida (1985), que as delimitações “onto-lógicas” carecem de pertinência, já que não há como regredir nenhum predicado, nem conceito, nem nenhuma significação relativa ao léxico a uma “origem indecomponível”<sup>151</sup>. Podemos desviar o olhar para além do que a capa de jornal “Isto é democracia. Isto é vandalismo” tenta ‘fixar’. Ou seja, àquilo que ela ao tentar fixar, coloca em movimento, desloca ou silencia. Neste caso, mais do que “o que é” democracia, as capas de jornal colocam em jogo a definição dos termos do debate sobre as manifestações. As reivindicações que levaram os manifestantes às ruas tendem a ser invisibilizadas, cedendo lugar a uma condenação moral dos protestos. Esvaziado o significado da revolta e qualquer mensagem que o enfrentamento à ‘ordem’ poderia significar, se discute apenas (e à exaustão) a ilegitimidade das ações das ‘minorias de vândalos infiltrados’. Não à toa, ainda que reconhecidos como ‘minorias’, os ‘vândalos’ se tornaram os mais célebres personagens dos protestos. Eles ganham as capas dos jornais não pelo o quê protestam, mas por uma ‘urgência’ em pressionar e impulsionar a tomada de ‘providências’ que impeçam, neutralizem e punam suas (manifest)ações.

Assim como as capas destes jornais revelam alguns efeitos significativos da distinção entre as ‘manifestações democráticas’ ou a ‘democracia’ e o ‘vandalismo’, outro exemplo instigante dos efeitos que esta distinção vem produzindo foi um extenso e intenso debate ocorrido entre mídias sociais passados quase três anos dos protestos de 2013. No dia 12 janeiro de 2016, após mais uma manifestação contra o aumento da passagem em São Paulo que terminou com a repressão violenta da polícia, um policial postou no perfil do Twitter da Polícia Militar de São Paulo<sup>152</sup>:

<sup>151</sup> Indecomponível, porque, não sendo possível – naturalmente – identificar o ponto de partida ou origem, e assim, uma fundação segura para fundações, o “é” ontológico é sempre um mistério, uma questão e um problema (Derrida, 1985). O “onto-lógico” é, justamente, o problema da desconstrução (Derrida, 1985). Assim, entre algo que não é (necessariamente) e algo que é: há construção, e, portanto, política e violência. (Derrida, 2007).

<sup>152</sup> Disponível em: <[https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&\\_ft\\_=top\\_level\\_post\\_id.1008338492556356%3Atl\\_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392](https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&_ft_=top_level_post_id.1008338492556356%3Atl_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392)>. Acesso em 17/12/2016.



Figura 10. @PMESP #podeconfiar que vai ter abuso de poder e repressão.

A postagem foi denunciada pela ONG Anistia Internacional no seu perfil institucional na rede social do Facebook, mobilizando centenas de comentários contrários à denúncia e em apoio à ação da Polícia Militar. Entre os apoiadores muitos se declaravam “cidadãos de bem” e defendiam a repressão, o abuso de poder e a violência policial com comentários como: “Obrigado PM, nós cidadãos de bem contamos com vcs, pode baixar a porrada se preciso”; “É pau nos baderneiros, protesto sem bagunça não tem borracha”; “Pode arrebentar PM’s”; “Se protestar é violar o direito das demais pessoas de ir e vir, depredar patrimônio público e espalhar violência.....tem que apanhar mesmo!!!”; “Tem que descer o cacete nesses vândalos mesmo! Viva a PM!!”<sup>153</sup>.

Estes exemplos fornecem rastros de uma “engrenagem”, no sentido abordado por Farias (2007)<sup>154</sup>, que articula biopoder a um complexo de micropoderes capilares, e que, no nosso caso, vêm a tornar possível a legitimação de um tratamento policial e jurídico ao ‘vândalo’ distinto até mesmo do previsto para o ‘criminoso comum’.

Parafraseando Farias (2007, p.165, 166), podemos observar parte de um intrincado “processo que vem sendo desempenhado por alguns, legitimado por outros, deixado de lado por muitos e denunciado por poucos”. No caso estudado, enquanto policiais reprimem com truculência um protesto de rua, deixando centenas de feridos, jornais estampam suas capas com as imagens do ‘vandalismo’ que ‘assombra o país’. Enquanto outros policiais estão na delegacia

<sup>153</sup> Disponível em: <[https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&\\_ft\\_=top\\_level\\_post\\_id.1008338492556356%3Atl\\_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392](https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&_ft_=top_level_post_id.1008338492556356%3Atl_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392)>. Acesso em 17/12/2016. Ver imagens destes comentários no Anexo VII.

<sup>154</sup> Conforme abordei no capítulo anterior, na subseção sobre as *narrativas da violência*, ao estudar os mecanismos e práticas de gestão das mortes em favelas, Farias (2007) identifica um processo que articula biopoder a um complexo de micro-poderes, entendido como uma “engrenagem” que veio transformar, ao longo do tempo, o “conjunto dos favelados em uma população matável” (Farias, 2007, p. 140).

efetivando prisões para averiguação, um Secretário de Segurança Pública entrega a minuta do projeto de lei que propõe tipificar o crime de desordem e de associação para a prática da desordem ao Ministro da Justiça e ao Senado. Enquanto uma deputada justifica uma proposta de lei que criminaliza o uso de máscaras afirmando a ação de “oportunistas e baderneiros”, uma juíza declara no Auto de Prisão em flagrante que “[o] cidadão que participa das manifestações bem intencionado não se esconde”. Enquanto um senador afirma a “ação minoritária de grupos vândalos” para justificar outra proposta de lei que regula os protestos, um ministro do Supremo Tribunal Federal reafirma serem legítimas as manifestações populares realizadas “sem vandalismo”. E, finalmente, enquanto um policial publica no perfil da Polícia Militar de uma mídia social: “Se cumprir a LEI é abuso de poder e repressão, continuaremos realizando”; alguns ‘cidadãos de bem’ respondem à postagem do policial com comentários como: “Polícia Militar, os cidadão de bem estão no seu apoio. Continuem com esse EXCELENTE trabalho!”; “Senta o Cassete PM”; “MUITO BOMMMMM... Enquanto houver VAGABUNDO nos protestos legítimos... TODOS merecem porrada. Até que aprendam a tirar aqueles lixos do meio da sociedade”; “Parabéns à polícia militar pelo cumprimento da lei e da ordem”<sup>155</sup>.

Ao observar às múltiplas peças dessa “engrenagem” complexa é possível perceber como a violência policial é apenas uma das extremidades de um processo de patrulhamento desempenhado por muitos e que se reproduz bem além da ação da polícia enquanto instituição. Passemos agora para outro vértice desta engrenagem através de uma observação mais atenta ao decreto executivo que criou a CEIV.

### 2.3.3

#### **Da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas**

Conforme descrito na introdução deste capítulo, o controverso Decreto N° 44.302 de 19 de julho de 2013 que criou no âmbito do Estado do Rio de Janeiro a *Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas – CEIV* foi publicado em Diário Oficial no dia 22 de julho de 2013, revogado dois dias depois e substituído pelo Decreto N° 44.305 após inúmeras críticas e algumas alterações ao texto original. Vindo a ser extinto, por fim, cerca

<sup>155</sup> Disponível em: <[https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&\\_ft\\_=top\\_level\\_post\\_id.1008338492556356%3Atl\\_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392](https://mobile.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.190326041012125.46733.187970114581051/1195508143827238/?type=3&p=40&_ft_=top_level_post_id.1008338492556356%3Atl_objid.1008338492556356%3Athid.585401508183392)>. Acesso em 17/12/2016. Ver imagens destes comentários no Anexo VII.



de dois meses após sua criação, no dia 26 de setembro do mesmo ano pelo Decreto N° 44.409<sup>156</sup>. A curta duração da CEIV é sintomática do amplo debate e das controvérsias que este artefato foi capaz de gerar desde sua publicação. Apesar da sua extinção, os inquéritos por ela abertos seguem em curso, vinculados particularmente à DRCI.

Do mesmo modo que ponderei em relação à minuta do projeto de lei, a descrição seguinte não tem a pretensão de esgotar o documento. Ao invés disso, enfatizarei alguns rastros dos efeitos que a distinção entre os ‘manifestantes’ e os ‘vândalos’ produz. O objetivo é dar continuidade ao exercício de uma (des)leitura, agora, do decreto enquanto um artefato de governo da população de modo mais amplo e dos ‘vândalos’ ou do ‘vandalismo’ em particular.

A estrutura formal do decreto corresponde também a um padrão específico de documentos do executivo. De forma análoga ao que verificamos no formato da minuta, é possível identificar no decreto duas partes centrais, sendo a primeira referente a uma espécie de justificativa e a segunda ao que ele propriamente ‘cria’ ao decretar. O texto é organizado por um formato positivado, em que os títulos, numerações, datas, a assinatura, assim como os destaques de negrito e caixa alta ou os verbos imperativos acentuam, novamente, um caráter e potencial ‘criador’ ou ‘ordenador’.

Não por acaso, o Diário Oficial o apresenta como um documento que se refere aos **“ATOS DO PODER EXECUTIVO”**. Uma barra horizontal separa este título em negrito e caixa alta da designação do gênero, numeração e a data do documento: **“DECRETO N° 44.302 DE 19 DE JULHO DE 2013”**. Logo abaixo, de forma recuada, uma sentença imperativa resume seu conteúdo, estabelecendo uma espécie de título: **“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DE ATOS DE VANDALISMO EM MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS – CEIV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**. Então, é identificado, ainda em negrito e caixa alta, o representante da instância federativa responsável, **“O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”**, pela “criação” ou pela institucionalização através da mobilização deste poder de decretar: “no uso de suas atribuições constitucionais e legais” (ou supostamente no uso de suas atribuições constitucionais e legais, já que grande parte das críticas ao decreto contestavam justamente a extrapolação destas prerrogativas constitucionais e legais pelo governador). Estes elementos mais uma vez

<sup>156</sup> Os três decretos na íntegra constam nos Anexos IV, V e VI respectivamente.

oferecem pistas dos interstícios de um processo de autorização de autoridades (Walker, 2010, 2016) que, neste caso, sinalizam inclusive às entranhas da aferição da autoridade aos documentos, mediante sua autorização e assinatura pela “autoridade competente”.

O corpo textual do decreto é formalmente dividido em duas partes, demarcadas por verbos em caixa alta e em negrito que introduzem: primeiro a justificativa, depois os quatro artigos numerados e seus respectivos parágrafos. A justificativa traz o verbo “**CONSIDERANDO**”, no gerúndio, assim como fazia a “Exposição de Motivos” da minuta observada na seção anterior deste capítulo. Já a segunda parte do decreto se inicia com verbo “**DECRETA**” no imperativo afirmativo. A partir dele são dispostos em quatro artigos a composição, estrutura, finalidade, atribuição e as determinações que instituem a comissão, ao serem autorizadas pelo governador uma vez assinado o decreto.

A justificativa, conforme reproduzo no trecho abaixo, se ancora nos “recentes e reiterados acontecimentos envolvendo atos de vandalismo” e na “necessidade” de “maior eficiência na investigação e na tomada de providência”:

#### **CONSIDERANDO**

- os recentes e reiterados acontecimentos envolvendo atos de vandalismo perpetrados por grupos organizados, causadores de danos à incolumidade física de pessoas e destruição do patrimônio público e privado; e
- a necessidade de as instituições públicas incumbidas da defesa do Estado Democrático de Direito se organizarem para promover uma para a prevenção da ocorrência de novos atos de vandalismo e punição das práticas criminais já perpetradas<sup>157</sup>.

Assim, o primeiro preâmbulo se refere aos acontecimentos entendidos como um problema a ser respondido. Enquanto o segundo insiste na necessidade de ação preventiva e organizada por parte de instituições públicas. Diferente da minuta do projeto de lei onde a “Exposição de Motivos” aparece como um *post scriptum*, aqui as considerações são parte constitutiva do documento, estando muito mais próximas do ato que “decreta”. Esta proximidade ressoa com o que Latour (2010, p. 88), em sua etnografia sobre os procedimentos do fazer do direito administrativo francês, chama de “metáfora da ponte”: o conteúdo das considerações preliminares se justapõe, pela força do documento, ao momento crítico que dará lugar a uma decisão e um desfecho.

Tal como nos exemplos observados anteriormente, o decreto pode ser lido como um efeito da distinção entre o manifestante e o vândalo. Um efeito deste modo específico de entender os protestos que se articula à produção e

---

<sup>157</sup> Ver Anexo IV.

readequação de práticas de vigilância, normas e medidas da punição, por um lado, e a práticas de autorização de autoridades, fundações e violências, por outro. Este documento mais uma vez mobiliza um discurso da ameaça e da correspondente defesa do Estado para autorizar práticas que fogem às prerrogativas já definidas legal e constitucionalmente. Isto se torna especialmente evidente no segundo e no terceiro artigos do decreto:

**Art. 2º** - Caberá à CEIV tomar todas as providências necessárias à realização da investigação da prática de atos de vandalismo, podendo requisitar informações, realizar diligências e praticar quaisquer atos necessários à instrução de procedimentos criminais com a finalidade de punição de atos ilícitos praticados no âmbito de manifestações públicas.

**Art. 3º** - As solicitações e determinações da CEIV encaminhadas a todos os órgãos públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro terão prioridade absoluta em relação a quaisquer outras atividades da sua competência ou atribuição.

**Parágrafo único** - As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet terão prazo máximo de 24 horas para atendimento dos pedidos de informações da CEIV<sup>158</sup>.

Entre as principais críticas ao documento está a inferência direta do poder executivo em expedientes que deveriam ocorrer de forma independente. Argumentos de diversos juristas<sup>159</sup> reclamavam que as atribuições constitucionais e legais do Governador se restringem aos órgãos da administração estadual, como a gestão das polícias e da secretaria de segurança pública. O Ministério Público, por exemplo, chamado a compor a Comissão, enquanto um órgão autônomo, não responderia a ordens do Governador, ao contrário, deveria funcionar de forma independente. Não por acaso a realização de investigação criminal é considerada responsabilidade exclusiva das autoridades policiais, só expansíveis para as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) por intermédio de autorização constitucional<sup>160</sup>. Também as entidades privadas respondem aos preceitos legais e não a ordens do Governador. De modo que a quebra do direito de sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, só é prevista constitucionalmente por ordem judicial, não por determinação do executivo, nem mesmo do Ministério Público<sup>161</sup>.

<sup>158</sup> A publicação do decreto está disponível em: < <http://s.conjur.com.br/dl/decreto-comissao-cabral.pdf>>. Acesso em 27/08/2016 (grifos do original).

<sup>159</sup> Podemos observar parte deste debate noticiado em: <<http://consultorjuridico.jusbrasil.com.br/noticias/100618006/poderes-de-comissao-antivandalismo-no-rj-sao-ilegais>>. Acesso em 27/08/2016.

<sup>160</sup> Ainda que isto seja alvo de controvérsias, sobre estes debates ver Zauli (2011).

<sup>161</sup> Segundo o inciso XII do Art. 5 da Constituição Federal: "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso,

Neste sentido, crimes praticados durante manifestações públicas deveriam ser tratados, investigados e punidos como se tivessem sido praticados fora de um contexto de contestação política precisamente para evitar perseguições de opositores. Ou seja, na contramão do entendimento dos projetos de leis que vêm propondo regulações aos protestos, o fato de um crime ser praticado em uma manifestação não deveria qualificar, nem desqualificar o crime<sup>162</sup>.

Outro aspecto que acendeu debates foi a imprecisão de construções como “todas as medidas necessárias à realização da investigação” ou “quaisquer atos necessários à instrução de procedimentos criminais”, considerados alarmantes por deixarem em aberto em que consistem “todas as medidas” e “atos necessários”. Estas construções levantaram questionamentos em relação ao quê efetivamente o decreto estaria autorizando. Providências extralegis como a obtenção de provas ilicitamente? Atos criminosos como confissões mediante tortura<sup>163</sup>?

A “prioridade absoluta” das solicitações e determinações da CEIV em relação “a quaisquer outras atividades da sua competência ou atribuição” foi igualmente acusada de inconstitucionalidade, já que a prioridade da investigação criminal deveria se referir à gravidade do crime de acordo com a legislação vigente, não ao interesse do chefe do poder executivo<sup>164</sup>.

A revogação e substituição deste documento dois dias após sua publicação por uma versão alterada indica o peso que divergências e críticas como estas tiveram, além de sinalizar um recuo do próprio Governador. O Decreto N° 44.305 de 24 de junho de 2013 substituiu o anterior suprimindo o prazo de 24 horas para que as operadoras de telefonia e provedores de internet atendessem às solicitações da comissão e acrescentando um parágrafo único ao Art. 2º corrigindo que: “Observa-se-á a reserva de jurisdição exigida para os casos que envolvam quebra de sigilo” (sic)<sup>165</sup>. Bem como, alterando a redação do parágrafo único do Art. 3º pela seguinte: “As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet darão prioridade para o atendimento dos

---

por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal” (BRASIL, 1988).

<sup>162</sup> Conforme argumenta Santoro em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/cabral-e-seu-doi-codi-particular-o-ceiv/>>. Acesso em 27/08/2016.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/57004979/doerj-poder-executivo-25-07-2013-pg-1>>. Acesso em 27/08/2016. Ver Anexo V.

pedidos de informações formulados pela CEIV ou decorrentes de ordem judicial nos casos de sigilo previstos na legislação”<sup>166</sup>.

Apesar disso, a repetição das reivindicações por “maior eficiência”, “otimização”, “todas as providências”, “quaisquer atos” ou “prioridade absoluta” demonstram a instrumentalização do tempo pelo Governador enquanto um recurso que mobiliza a ‘exceção’ por meio da imposição de um rearranjo de prioridades que atropelam prerrogativas legais. O decreto ilustra que o caráter de urgência exigido nestas respostas às mobilizações das ruas configura uma estratégia, ou uma tecnologia de poder, que se apropria do tempo para alterar o ordenamento legal, as práticas de vigilância e o controle da população em nome da “defesa do Estado Democrático de Direito”.

Para o dossiê a criação desta comissão é uma das ações do Estado brasileiro que expressa “um exercício de exceção” em relação aos protestos. As organizações que assinam o documento consideram que:

A Comissão foi criada com poderes investigativos, que foram estabelecidos ao arrepio das normas constitucionais e infraconstitucionais, funcionando como um órgão com poderes exorbitantes, como o de impor a quebra de sigilo telefônico, e com primazia de investigação sobre outros órgãos, decorrente da urgência em que se projeta (Dossiê, p. 151-152).

Segundo o dossiê ainda que alguns delitos possam ser ou até tenham sido cometidos durante as manifestações, eles não configuram uma ameaça ao Estado. Para sustentar este argumento, são citados cinco documentos<sup>167</sup> de organismos internacionais de direitos humanos para demonstrar a desproporcionalidade tanto da necessidade concreta de intervenção, quanto, e especialmente, da sua extensão e das suas aparentes motivações:

O Estado ainda deve demonstrar de forma individualizada a natureza da ameaça e provar a necessidade da intervenção concretamente proposta, não podendo a restrição ser uma forma velada de negar o direito. Necessidade significa que deve haver uma necessidade social real e proporcionalidade que deve haver um balanço entre extensão da interferência e sua motivação, devendo ser o menos intrusiva possível (Dossiê, p. 11).

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Respectivamente: (1) o Comentário Geral No. 34, par. 35 (“demonstrate in specific and individualized fashion the precise nature of the threat, and the necessity and proportionality of the specific action taken”); (2) o Informe sobre a Situação das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos nas Américas da CIDH, par.60 n.65, OEA/Ser.L/V/II.124, doc. 5 rev. 1 (Mar. 7, 2006); (3) o Julgamento (Mérito e Reparação) do CEDH, Feldek v. Slovakia,, App. No. 29032/95 par. 73 (12 de Jul. de 2001); (4) o Guidelines on Freedom of Peaceful Assembly, 38-39, par. 39 (2d ed. 2010) da OSCE, Office for Democratic Institutions and Human Rights e (5) Comentário Geral No. 34, par. 34 da OSCE, Benchmarks for Laws Related to Freedom of Assembly and List of International Standards, par. 11 (2004); OSCE, Office for Democratic Institutions and Human Rights, Guidelines on Freedom of Peaceful Assembly, 38-39, par. 39 (2d ed. 2010).

Neste sentido, para o dossiê as respostas que têm sido acionadas pelo Estado brasileiro estão claramente em desacordo com as recomendações internacionais para abordagem aos protestos cabíveis no cenário de um ‘ordenamento democrático’. Além disso, o dossiê pontua também uma problemática ligada à violação do acesso à informação. A CEIV e os inquéritos por ela gerados, não só promoveram “uma intervenção massiva da polícia civil sobre as redes sociais como forma de mapear os integrantes de movimentos sociais, sejam esses organizados ou não, buscando desvelar sua composição e formação ideológica” (Dossiê, p. 152), como tem “negado acesso ao conteúdo amplo destas investigações tanto aos advogados, quanto aos próprios manifestantes” (Dossiê, p. 152).

A disparidade entre as concepções de democracia que podem ser percebidas entre a leitura do decreto e a leitura do dossiê evidenciam a emergência de uma controvérsia, sobretudo, em relação ao significado dos direitos. Para o dossiê, os dispositivos legais e as figuras institucionais, como a CEIV, criados sob a justificativa de “promover maior eficiência” e “otimizar” a prevenção e punição do vandalismo, servem na realidade para institucionalizar o exercício da exceção como resposta aos pleitos sociais. O contraste entre as acusações do dossiê e as justificativas do decreto nos fazem lembrar brevemente de como as “formas modernas de política dentro de Estados soberanos foram constituídas através de um presumido *trade off* entre as reivindicações de segurança e as reivindicações de liberdade” (Walker, 2010, p. 120, tradução minha). Neste sentido, ao considerar os efeitos da formulação de Schmitt sobre a lógica da decisão soberana, Walker alerta que a possibilidade da exceção aparece “não apenas em relação à identificação de um inimigo fora, mas também à identificação de um inimigo dentro” e que, não é difícil, portanto, entender a atração que esta possibilidade provoca em “todos os Estados modernos buscando afirmar sua autonomia, sua soberania, sua liberdade, sua comunidade, sua nação” (2010, p. 120, tradução minha).

A categoria do ‘vândalo’ cumpre um papel substancial neste processo, principalmente na medida em que é mobilizada para justificar novas tipificações penais, figuras institucionais, alterar competências legais, decretar prioridades, quebrar o direito ao sigilo e, ao mesmo tempo, impor sigilo às investigações. Através de ações, decisões e alterações como estas, o vândalo se distancia do ‘criminoso comum’. Mesmo porque, ainda que em grande medida os crimes que caracterizam o ‘vandalismo’ já se encontrem dispostos nas codificações legais, eles deixam de ser reconhecidos como ‘suficientes’, o que nos remete, como

comentamos anteriormente e veremos no capítulo a seguir, a contínua reatualização que sugere a contingência do direito.

O ‘vandalismo’ e os ‘vândalos’ como determinadas condutas e sujeitos condenados jurídica e moralmente ao se afastarem das concepções de crimes e de ‘criminosos comuns’ se aproximam de um lugar instável e indefinido, que evoca associações de imaginários sobre sujeitos irracionais, bárbaros ou pré-modernos. Este lugar, ou limite, nos remete às reflexões de Walker (2006, p. 59; 2010, p. 228-229; 2016, p. 254-255) em relação às questões sobre fronteiras que se configuram enquanto questões sobre autoridade política e capacidades soberanas de autorizar discriminações e fazer julgamentos sobre a legitimidade de fazer uma exceção. Ou seja, sobre as capacidades soberanas de traçar as demarcações entre o que é tido como interno e externo, político e apolítico, inteligível e ininteligível, normal e excepcional. A problemática categoria do vândalo nos faz pensar sobre os modos pelos quais o “duplo fora” do internacional (e do Estado), ao qual Walker (2006, p. 59) se refere, gera lógicas de excepcionalismo, ou lógicas de política no limite do que é tido como normal ou legal. A ideia de um “duplo fora” do Estado (e do internacional) moderno segundo Walker (2006, p. 60) se refere às presunções de internalidade e exterioridade próprias da fundação da modernidade, que mesmo afirmando trazer todo o mundo “para dentro” do mundo moderno, no limite produzem um “um enquadramento específico entre as formas de vida especificamente modernas e todos os seus supostos outros”. Este “duplo fora” que diz respeito não só às fronteiras do Estado moderno, grosso modo articuladas em termos de amigos e inimigos, mas também, às fronteiras do internacional moderno, afinal:

Algumas pessoas, sabemos tão bem, não são tratadas como propriamente modernas, ou mesmo como propriamente humanas. Neste contexto, podemos pensar sobre aqueles povos indígenas que são levados a buscar soberania sobre o território, mas encorajados a buscar o tipo de soberania expressa pelo Estado moderno que opera precisamente enquanto uma demanda de inclusão em um sistema especificamente moderno de inclusões/exclusões; ou sobre comunidades culturais, étnicas e de outros tipos que são encorajadas seja a emular o Estado nação enquanto a única expressão política séria de politização cultural ou a encontrar algum status subordinado dentro de um padrão aceitável de nacionalismos estatais; ou sobre aqueles que são efetivamente marginalizados enquanto meros objetos de poder estatal ao invés de tratados como cidadãos de Estados em virtude de sua pobreza e irrelevância para as formas capitalistas modernas de produção, distribuição e troca; ou *sobre aqueles que são efetivamente marginalizados enquanto negações do ideal oficialmente sancionado de cidadão moderno entendido como o homem universalmente racional* (Walker, 2006, p. 66, tradução e grifos meus).

Os ‘vândalos’ como sujeitos distintos dos ‘cidadãos de bem’ e até dos ‘criminosos comuns’ que negam o “ideal oficialmente sancionado do cidadão

moderno” (Walker, 2006, p. 66), são alvo de outro tratamento, outras normas, leis e até direitos diferenciados. Enquanto sujeitos unicamente negativos “de recusa, resistência e destruição” (Prozorov, 2006, p. 95, tradução minha), diferentemente dos “selvagens” e tais como os “bárbaros”, os ‘vândalos’ não são os sujeitos do contrato social ou do contrato econômico (Foucault, 2005, p. 232-233). A eles é designado outro tratamento e outra “medida da punição” em relação aos ‘criminosos comuns’, também por não agirem orientados por necessidades ou interesses egoístas, contrariando, assim, “o desenvolvimento natural do interesse” (Foucault, 2001, p. 113). Além disso, ao contrário dos “selvagens”, os ‘vândalos’ não deixam de ser ‘vândalos’ ao serem trazidos ‘para dentro’ de uma “relação de tipo social”, mas justamente surgem ‘de dentro’ desafiando uma determinada ordem, resistindo ou visando uma “destruição interna do poder central” (Foucault, 2005, p. 241). Seu caráter excepcional serve, por fim, para reafirmar o “sujeito político autêntico”, bem como seus limites de agência, necessidade e possibilidade. A condenação moral e jurídica do vândalo evidencia novamente uma ordem policial que, nos termos de Rancière (1996) dispõe quem é e quem não é autorizado como sujeito político.

O ‘vândalo’ é ao mesmo tempo o pretexto para a repressão generalizada, mas também o próprio texto de um discurso que se materializa no tratamento dos corpos, um “modo de produzir facticidade” (Shapiro, 1989, p. 13-14). Ele é o argumento mobilizado para a “punição exemplar” que atinge todos os envolvidos. O incapaz de fazer parte da comunidade política, o irracional, o bárbaro que deve ser neutralizado, controlado, contido, suprimido pelos (re)arranjos jurídico-legais institucionais (Foucault, 2005, p. 231-236; Prozorov, 2006, p. 92-96). Ele é deslegitimado politicamente e moralmente e a partir dele se move uma engrenagem de dupla “despolitização” dos protestos (Walker, 2010, p. 70-71). Desqualificam-se condutas chamadas violentas, mas também qualquer conduta que possa ser lida como um ‘distúrbio’ da ‘ordem pública’, até porque, no limite, qualquer conduta pode ser lida como ‘distúrbio’ da ‘ordem pública’ (Fitzpatrick, 2013, p. 47-48). Intensificam-se as penas para crimes cometidos por ocasião de manifestações ou aglomerações populares e se criminalizam condutas como o porte de vinagre, o uso de máscaras, a obstrução de vias públicas, a entrada ou tentativa de entrada em locais públicos ainda que “não abertos ao público”.

A ‘desordem’ e o ‘vandalismo’ trazem à tona a heterogeneidade, o dissenso, o conflito imanente que desafia a distribuição dos lugares e das funções, as divisões sensíveis da ordem policial (Rancière, 1996, p. 42). Como dizia um muro anônimo em Maio de 68: “As barricadas fecham a rua, mas abrem



o caminho”. Ao desordenar a ordem os vândalos incidem sobre as divisões sensíveis do espaço público. As manifestações nas ruas literalizam como “público” mesmo o “não aberto ao público”. Traduzem as vias de circulação como vias de comunicação. Negam a propriedade e desautorizam a autoridade (policial e soberana do Estado) ao infringir a lei como forma de protesto. De certa forma, elas visibilizam uma parcela dos sem-parcela e projetam a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (Rancière, 1996, p. 42).

Enquanto efeitos de práticas e disputas, portanto, os referenciais negativos de ‘desordem’ e do ‘vândalo’ produzem a positividade da ‘ordem’ e do sujeito reconhecido como ‘propriamente político’, como cidadão, como humano (Fitzpatrick, 2013, p. 47-48). A ‘desordem’ e o ‘vandalismo’ aparecem conectados e expressam as linhas nas quais se articulam os limites do sujeito, do Estado, do internacional (Walker, 2004, p. 248). O ‘vândalo’ é uma figura que excede e torna problemática a aporia entre o cidadão e o humano, pois, inserido mais ou menos nos limites do “fora constitutivo” do Estado (e do internacional), a partir dele se inscreve a necessidade de afirmar uma violência como condição de possibilidade para a liberdade (Walker, 2010, p. 233, 234).

Seguindo os rastros de pimentas e vinagres nas leis e práticas da legalidade, pudemos observar um emaranhado de versões, significados e verdades em disputa através de documentos diversos, dentre os quais o próprio dossiê é apenas uma parte. O próximo capítulo seguirá rastreando de forma mais específica o que acontece no ‘entre’ pimentas ‘e’ vinagres. As controvérsias serão exploradas então adentrando e desafiando o labirinto de aporias, de ambiguidades da paradoxal e necessária impossibilidade que (des)faz continuamente os significados, saberes e verdades sobre a ‘ordem’, a ‘violência’, os ‘direitos’, e através deles, os ‘direitos humanos’, o ‘humano’, e até, a ‘humanidade’.

*A única saída é a erva.*  
*(...) A erva existe exclusivamente entre os grandes espaços não-cultivados.*  
*Ela preenche os vazios. Ela cresce entre, e no meio de outras coisas.*  
*A flor é bela, o repolho é útil, a papoula enlouquece.*  
*Mas a erva é transbordamento, ela é uma lição de moral.*  
Henry Miller

*Não se trata mais de partir nem de chegar.*  
*A questão era antes:*  
*o que se passa “entre”?*  
Gilles Deleuze

### 3

## A política no entre, desafiando o labirinto

*De um lado, há a atitude hoje necessária para enfrentar a complexidade da realidade, recusando-se às visões simplistas que só fazem confirmar nossos hábitos de representação do mundo; hoje, nós precisamos é do mapa do labirinto, o mais detalhado possível. Do outro lado há o fascínio pelo labirinto como tal, por perder-se nele, por apresentar a falta de saída como a verdadeira condição do homem. Desejamos voltar nossa atenção crítica para a diferenciação dessas duas posturas, embora mantendo em mente que nem sempre elas são distinguíveis com um corte nítido (no impulso pela busca de uma saída sempre há também uma parte de amor pelos labirintos em si, e do jogo de perder-se nos labirintos também faz parte certa obstinação em encontrar a saída).*

*Fica de fora quem acredita que pode vencer os labirintos fugindo a sua dificuldade; portanto, é um pedido pouco pertinente aquele que, no labirinto, fazemos à literatura: que ela própria forneça a chave para podermos sair dele. **O que a literatura pode fazer é definir a melhor atitude para encontrar o caminho de um labirinto para outro. E o desafio ao labirinto que desejamos salvar é uma literatura do desafio ao labirinto que desejamos evidenciar e distinguir da literatura da rendição ao labirinto*** (Ítalo Calvino, 2009, p. 115, 116, grifos meus).

O desafio ao labirinto proposto por Calvino em suas reflexões sobre a literatura e o que a literatura “pode fazer” para enfrentar a complexidade da realidade, recusando as visões simplistas dos nossos velhos hábitos de representação do mundo, produz uma imagem potente sobre os desafios de pensar, escrever e viver na contemporaneidade. Uma imagem semelhante é mobilizada por Derrida quando responde a Henri Ronse que toda sua obra nada mais faria do que revelar um “labirinto de inscrições” que se somam indefinidamente:

Todos esses textos, que são, provavelmente, o prefácio interminável a um outro texto que eu gostaria de ter, um dia, a força de escrever, ou ainda a epígrafe a um outro que eu não teria nunca a audácia de escrever, nada mais fazem, na verdade, do que comentar aquela frase, sobre um labirinto de inscrições, que está na epígrafe de *A voz e o fenômeno* (Derrida, 2001, p. 11,12).

Nesta epígrafe, Derrida (1994, p. 7) se recorda da labiríntica descrição de Husserl sobre a tela de Téniers exibida na galeria de Dresde que representaria uma galeria de quadros, cujos quadros revelariam novas inscrições “passíveis de serem decifradas” e assim sucessivamente:

Um nome pronunciado diante de nós transporta-nos à galeria de Dresde e à última visita que fizemos a ela: erramos pelas salas e detemo-nos diante de uma tela de Téniers que representa uma galeria de quadros. Supomos, ademais, que os quadros dessa galeria representam, por sua vez quadros que revelam inscrições passíveis de ser decifradas etc. (Husserl apud. Derrida, 1994, p. 7).

A atenção crítica que Calvino se refere como “a atitude necessária hoje” propõe resistir ao impulso (e ao amor) de perder-se no labirinto na obstinação de encontrar uma saída. Ao invés disso, deveríamos *desafiar o labirinto* percorrendo

os caminhos que ligam um labirinto a outro. O desafio é mover-se através do labirinto ao invés de se render a ele. Do mesmo modo, na epígrafe a galeria revela um labirinto de inscrições que compreende em si mesmo “suas saídas”. Ainda que estas não signifiquem nunca uma saída “total”, mas a possibilidade de mover-se, de transportar-se, de navegar, de atravessar de um labirinto a outro. Como o próprio Derrida (1994, p. 117) nos adverte nas últimas frases de *A voz e o fenômeno*:

Certamente, nada procedeu nessa situação. Seguramente, nada a suspenderá. Ela não está *compreendida*, como o desejaria Husserl, entre as intuições ou apresentações. ***Da plena luz da presença, fora da galeria, nenhuma percepção nos é dada, nem, certamente, prometida. A galeria é o labirinto que compreende em si suas saídas:*** nunca se cai ali como em um caso particular da experiência, aquele que Husserl acreditava descrever então.

***Então, resta falar, fazer ressoar a voz nos corredores***, para suprir o brilho da presença. O fonema, a akumene é o *fenômeno do labirinto*. Esse é o caso da *phonè*. Elevando-se em direção ao sol da presença, ela é o caminho de Ícaro.

E, ao contrário do que a fenomenologia – que é sempre fenomenologia da percepção – tentou nos fazer acreditar, ao contrário do que nosso desejo não pode deixar de ser tentado a crer, ***a própria coisa se esquia sempre***.

Ao contrário da segurança que Husserl nos dá um pouco depois, ***“o olhar” não pode “permanecer”*** (grifos em itálico do original, grifos em negrito meus).

A metáfora do “labirinto” é eleita por Haddock-Lobo (2008) para dar nome a um dos livros que resultou da sua tese sobre “a filosofia a partir de Jacques Derrida”. A tese foi inicialmente batizada como um convite *Para um pensamento úmido*<sup>168</sup> e posteriormente se dividiu em dois livros: um manteve o título original, o outro trouxe o *Labirinto de inscrições* e, através dele, o desafio (ou seriam os des(a)fios<sup>169</sup>) de “... não se orientar conscientemente no pensamento”<sup>170</sup>. Haddock-Lobo (2008) entra no jogo, como havia sugerido Derrida (2001, p. 21), de “arriscar-se nada-querer-dizer”.

De acordo com Haddock-Lobo (2008, p. 11, 12) a única chance que resta diante das infinitas portas de entrada e saída e do assombramento da desconstrução é “deixar que o labirinto seja ao mesmo tempo o caminho (sem chão) e guia (sem direção)”. A epígrafe de *A voz e o fenômeno* é, segundo o autor, “epígrafe para um novo pensamento que não pretende mais sair do

<sup>168</sup> A ideia de um “pensamento úmido” trabalhada por Haddock-Lobo (2011) retoma os significados atribuídos ao termo por Francis Bacon em seu *Novum Organum*. A palavra “úmido” é usada por Bacon para rechaçar os equívocos produzidos pela imprecisão, indeterminação e inconsistência da linguagem. Haddock-Lobo (2011) recorre à metáfora baconiana associando-a ao pensamento de Derrida no seu esforço por não oferecer nenhuma definição precisa, nenhuma conceituação possível. A “desconstrução”, enquanto um pensamento “contaminado e disseminado” em muito se assemelharia à ideia do úmido como aquilo que é ao mesmo tempo irreduzível e disperso.

<sup>169</sup> O plural e os parênteses revelam que o desafio, assim como, o ato de desafiar trazem dentro de si também o desfiar dos fios, o des- a-fiar, ou, os des(a)fios.

<sup>170</sup> Esta ideia é trazida por Haddock-Lobo (2007) como título da primeira parte da sua tese e se torna subtítulo também da primeira parte, do “pré-texto” como ele mesmo coloca ao livro “Derrida e o Labirinto de Inscrições”.

labirinto e, ao contrário, ir cada vez mais alargando as dimensões labirínticas do pensamento” (Haddock-Lobo, 2008, p.13).

O pensamento da desconstrução, enquanto um “pensamento-que-nada-quer-dizer, que excede”, é anunciado por Derrida (2001, p. 19) como “o pensamento que não está nada certo quanto à oposição entre o fora e o dentro”. Por isso, é “algo que sempre se situa às *margens*: impossibilitado e impossibilizante de qualquer situação fundamental ou centralizadora, sempre marginal” (Haddock-Lobo, 2008, p. 24, grifos do autor). Este pensamento que procura deter-se no limite do “querer-dizer” e que “frente à metafísica oposicional, caracterizada pelo binarismo (...) se acha situado no ‘entre’ das oposições” (Cragnolini, 2003 apud. Haddock-Lobo, 2008, p. 38), só pode operar por meio de “indecidíveis”. Posto que, está na linha. Está na impossibilidade, na aporia.

Os rastros, que serviram de inspiração para este trabalho, enquanto “indecidíveis”, “quase-conceitos”, possuem um status espectral uma vez que não são “nem um fundo, nem um fundamento, nem uma origem”, mas aquilo que escapa, que “se esquia sempre” (Derrida, 2001, p. 59). Por não ser “presença em si”, o rastro não é: “pode-se dizer que não existe o *rastro* e que ele apenas produz e é, ele mesmo, efeito” (Haddock-Lobo, 2008, p. 67, grifos do autor). Ou ainda, segundo Derrida (1973, p. 92, grifos do autor): “O rastro *não é nada*, não é um ente, excede a questão *o que é* e eventualmente a possibilita”.

Neste estudo, os casos de violações de direitos humanos e as linhas de demarcação que disputavam os significados, por exemplo, de ordem e desordem, do manifestante e do vândalo, ou do direito e do crime emergiam enquanto efeitos do *conflito*, do *dissenso*, daquilo que acontecia *entre* pimentas e vinagres. E deste modo, ofereciam rastros da trama de diferencialidades que possibilitava e que produzia este mesmo conflito.

Ainda que distante (buscando me aproximar) e reconhecidamente infiel (mesmo que amante) ao pensamento da desconstrução, o exercício que arrisquei nesta investigação procurou se (des)orientar ao navegar por entre parte da intrincada trama de rastros do labiríntico universo dos protestos. Ao tentar seguir os rastros de pimentas e vinagres especialmente a partir de uma (des)leitura do dossiê produzido para a audiência de 2014 na CIDH sobre a abordagem do Estado aos protestos no Brasil, pudemos perceber como um

rastró leva a outro. Cada inscrição, traço, linha do labirinto leva a outra. E por fim um labirinto leva a outro. Os “caminhos se bifurcam”<sup>171</sup>.

Os casos de violações de direitos humanos nos protestos e as disputas entre pimentas e vinagres que se expandem da materialidade das ruas e dos corpos dos manifestantes, por labirínticas ruas de papel, leis e práticas da legalidade, conforme procurei desfiar nos últimos dois capítulos, são efeitos, rastros de disputas ‘maiores’. Não só dos limites da ‘ordem’ e da ‘desordem’, do ‘manifestante’ e do ‘vândalo’, do ‘direito’ e do ‘crime’, mas de profundas questões político-filosóficas como as concepções de violência, direitos humanos e ‘humanidade’.

Ao navegar por entre textualidades controversas e contraditórias a partir do dossiê e do labirinto de inscrições que dele emergia pude rastrear em parte como as linhas de diferenciações que marcam os debates em torno dos protestos são efeitos da (des)construibilidade dos direitos e dos seus significados<sup>172</sup>. Esta perspectiva desconstrutivista, aliada a uma leitura pós-fundacional, será mais desenvolvida ao longo deste capítulo no intuito de problematizar o paradoxal lugar do ‘entre’.

A ênfase que Derrida (1999, 2007) atribui a conjunção ‘e’ tanto no início da conferência sobre “A desconstrução e a possibilidade da justiça”, como extensamente no ensaio “Et cetera...” muito nos ajuda a pensar sobre o ‘entre’ e o ‘e’ que formam o título desta dissertação. Segundo Derrida (2007, p. 3. Grifo no original): “(...) a conjunção e associa palavras, conceitos, talvez coisas que não pertencem à mesma categoria. Tal conjunção ousa desafiar a ordem, a taxinomia, a lógica classificatória”. Este desafio à ordem a que Derrida se refere, relaciona-se ao deslocamento que a conjunção ‘e’ possibilita nas estruturas dicotômicas (e, com elas, no logocentrismo<sup>173</sup>) que caracterizam o pensamento ocidental. Ou seja, o ‘e’ desafia a lógica ocidental de binarismos hierarquizados de identidades e diferenças distintas, autônomas e mutuamente excludentes marcadas pelo ‘ou’ isto, ‘ou’ aquilo: ou sim, ou não; ou presente, ou ausente; ou

<sup>171</sup> Como desorienta Haddock-Lobo (2007, p. 116) em uma nota de rodapé.

<sup>172</sup> Uma vez que procurei conceber o direito, a partir da concepção de Derrida (2007), ou seja, como “(...) essencialmente desconstruível, ou porque ele é fundado, isto é, construído sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis (...) ou porque seu fundamento último, por definição, não é fundado” (2007, p. 26).

<sup>173</sup> O logocentrismo se refere a um procedimento que ao diferenciar um termo de outro, privilegia um, subordinando o outro, configurando um arranjo dicotômico e hierarquizado. Em Derrida o logocentrismo é articulado à metafísica da presença, ou seja, a busca constante por basear o pensamento ou o conhecimento em fundações, origens, em um centro ou uma essência. Para o filósofo, o pensamento logocêntrico ocidental privilegia a razão, o discurso e, assim, a presença (Yamato, 2011, p. 62). Em “Gramatologia” ele identifica o logocentrismo e a metafísica da presença ao “desejo exigente, potente, sistemático e irreprimível” por um significado transcendental, ou por um significado que signifique um fim tranquilizante (Derrida, 1973, p. 59,60).

eu, ou outro. Em “Et cetera”, Derrida (1999) sugere que “a desconstrução introduz um ‘e’ de associação e de dissociação no próprio coração de cada coisa” (Derrida, 1999, p. 23, tradução minha). Ao longo do ensaio, Derrida evoca o paradoxo da conjunção ‘e’, que conjuga ao disjuntar, liga ao dissociar, sem a qual: “nada sucederia, nem a conjunção, nem a disjunção, nem a conexão, nem a oposição, nem a aliança estratégica, nem a justaposição, nem o ser-com, o ser-sem, o ser-junto, o ser-salvo, o não-ser, etc.” (1999, p. 23, tradução minha). A conjunção ‘e’ desloca o ‘ou’ das dicotomias típicas do pensamento moderno, abrindo um espaçamento *entre* o sim e o não, o presente e o ausente, o eu e o outro, etc.

Este espaçamento é o ‘lugar-momento’ em que ocorrem as disputas, as resistências, as desestabilizações, as rupturas. É deste ‘entre’ que rompem as transformações, o colapso dos velhos significados e a abertura a outras formas de ser, de entender e de viver o ‘mundo’. No fio do pensamento pós-fundacional de Marchart (2007, p. 28), o colapso dos significados é não só um resultado possível, mas uma precondição necessária para que qualquer significação seja possível. De modo que a disputa, o dissenso, a aporia, aquilo que acontece no ‘entre’ cria as condições de possibilidade para a emergência dos significados. Seguindo o marco pós-fundacionista, portanto, principalmente a partir das leituras de Marchart (2007) e Derrida (1999, 2007), seria possível dizer que é na diferencialidade das diferenças, no interior das diferencialidades, dentro do labirinto ou ‘entre’ os labirintos de significados que surgem simultaneamente as condições de possibilidade e as condições de impossibilidade para os sistemas de significação e para os significados. Ou, como colocaria Marchart (2007) “a coincidência paradoxal das condições de possibilidade e condições de impossibilidade pertence a todos os sistemas e a toda significação” (2007, p. 28, tradução minha).

O objetivo deste capítulo é imergir nos labirintos de inscrições *entre ruas e papéis* e *entre pimentas e vinagres*. Para isso, me lanço em um mergulho duplo, que ao mesmo tempo, procura se desorientar com o pensamento da desconstrução<sup>174</sup> e aprofundar os debates teóricos sobre o conceito de direitos humanos<sup>175</sup>. Acompanha este mergulho um esforço por resgatar fios da trama que venho des(a)fiando desde o primeiro capítulo, mas também a interface com

<sup>174</sup> Este mergulho se ancora (ainda que não haja ancoramento possível) especialmente em *Força de Lei*, de Jacques Derrida (2007) e em uma interlocução com a leitura de Derrida que Haddock-lobo (2008, 2011) nos brinda.

<sup>175</sup> Já este mergulho navega através de mais autores, entre eles, destaco: Costas Douzinas (2000, 2005, 2007, 2013), Peter Fritzpatrick (2001, 2013) e Ben Golder (2015)

algumas pistas importantes que surgiram nas duas entrevistas que realizei com Natália Damazio.

E, assim, este capítulo se divide em três movimentos. O primeiro movimento se propõe a explorar a aporia (3.1) *entre ruas e papéis*, rastreando em especial certo ‘embaralhamento’ entre a violência nas ruas e a violência nos papéis. Para isso, adiciono alguns apontamentos sobre os conceitos de “intertextualidade” (Shapiro, 1989) e de “intertextualidade radical” (Lundborg e Vaughan-Williams, 2014), que, muito próximos da textualidade geral e jogo de rastros derridianos nos ajudam a problematizar as distinções entre linguagem e matéria, representação e realidade, bem como a vislumbrar como as ruas se convertem em textos e os textos em ruas.

Já o segundo movimento, (3.2) *entre pimentas e vinagres* percorre diversos temas/problemas apresentados principalmente Costas Douzinas (2000), Peter Fritzpatrick (2001) e Ben Golder (2015) sobre a ambiguidade constitutiva dos direitos humanos e sua necessária abertura, responsividade e rebeldia. Divido-o em seis subseções ou artifícios de incursão e navegação na aporia entre pimentas e vinagres: (3.2.1) a força aporética dos direitos humanos; (3.2.2) a exigência da decisão; (3.2.3) entre determinação e responsividade; (3.2.4) a morte dos direitos humanos; (3.2.5) “*se a gente tentar esticar a corda e pautar para além, você vai perder o todo*” e (3.2.6) táticas e estratégias de contraconduta.

A terceira e última seção, (3.3). *Entre: um espaço-tempo de resistência, política e desconstrução*, procura revelar imbricações e contaminações desta trama de materialidades e diferencialidades, adiamentos e suspensões que atravessam a política no ‘entre’.

### 3.1 Entre ruas e papéis

Os rastros da complexa trama que emerge entre pimentas e vinagres, que se expandem através de ruas de papel e disputam o significado, ou o papel das ruas, sinalizam ainda para outra dimensão em tensão: a da aporia entre ruas e papéis.

Por um lado, os efeitos das ruas mobilizam a produção de uma série de papéis que registram diferentes versões dos ‘acontecimentos’, ativando discursos, saberes, poderes e burocracias. Por outro, os fazeres dos papéis



produzem efeitos nas ruas seja autorizando os usos e técnicas e tecnologias de repressão, delimitando percursos e performances dos protestos, seja transformando manifestantes em ‘vândalos’ ou ‘vítimas’ da violência policial e as manifestações em baderna ou em exercício da liberdade de expressão. A partir das narrativas e decisões de papéis, mobilizam-se também contranarrativas que desafiam versões, regulações e ordenamentos ‘oficiais’. As ruas respondem às decisões dos papéis, escapando ou reafirmando os significados, os limites e as determinações das ‘autoridades competentes’.

No próprio dossiê há alguns rastros destes escapamentos, por exemplo, quando mesmo diante das iniciativas de diversas instituições e aparatos estatais de conter, neutralizar e criminalizar manifestantes e movimentos sociais<sup>176</sup>, as mobilizações nas ruas prosseguiram e novos casos de violações surgiam. Em meio ao gás e à pimenta, às rajadas de balas de borracha, às centenas de detidos, os corpos (muitas vezes já feridos) de tantos manifestantes (ainda que não de todos) resistiam. Corpos que não se intimidavam em se colocar literalmente *entre* as pimentas e os vinagres, nem de sofrer os seus efeitos, e (re)ocupavam as ruas. Estes corpos desafiavam não só as forças policiais e as ameaças da violência institucional, mas a legitimidade destas forças, dos seus procedimentos, das suas ordens. Desafiavam, assim, a própria autoridade destas instituições estatais e, por fim, do próprio Estado.

Além de tudo isso, como as ruas são também principalmente as zonas de circulação da cidade, o lugar do encontro, da realização da contingência: os protestos nas ruas transformam a rua em protesto. Afinal onde começa ou termina uma manifestação? Nas ruas em protesto, há manifestantes e há passantes, há quem observa de ‘fora’, há quem está ali por motivos diferentes ou por motivo algum, há aqueles que saindo de um lugar para outro, de repente, se percebem no meio da multidão. Ou que ao dobrar a esquina se deparam com a tropa de choque. Ou com os gritos de manifestantes. Ou com as nuvens de pimenta e gás. Ou com os efeitos das bombas de efeito moral. Com um tiro de bala de borracha. As ruas em protesto são o lugar da indignação e da esperança, da apreensão e da incerteza, da ansiedade e do medo. Mas, são também o lugar da resistência, da re-existência. As ruas são efeitos da própria ação da desconstrução, em seus movimentos de deferir e diferir. As ‘ruas’ assombram.

---

<sup>176</sup> Como vimos especialmente no capítulo anterior através de diversos projetos de leis, decisões do judiciário e até decretos do Executivo que buscavam regular os protestos, fosse proibindo o uso de máscaras, o fechamento de vias e estradas, a entrada em “locais não abertos ao público”, etc.

Apesar das ruas de papéis tentarem fixar o papel das ruas ou a ‘verdade’ do que as ruas ‘terão sido’, a captura das ruas pelos papeis é impossível. Algo sempre escapa; se perde no labirinto. As ruas são intransponíveis, intraduzíveis, incomensuráveis. Os ‘mundos’ que os papéis fazem surgir, também. Não há síntese possível. Não há saída. Ainda que haja caminhos que levam de um labirinto a outro, a travessia nunca se dá completamente. Algo é sempre adiado e diferido. Algo de *différance*<sup>177</sup>.

Entre as ruas e os papéis, uma multiplicidade e simultaneidade de eventos e de narrativas se imbricam em um emaranhado labiríntico de associações que abriga em seu interior a impossibilidade de origem, mapeamento ou (re)solução final. E ainda, que nos confronta com as distinções entre linguagem e matéria, representação e realidade por meio das quais o ‘mundo’ veio a ser definido em torno de subjetividades e objetividades (Walker, 2010, p. 221). Neste sentido, para questionar os modos de impor significado e valor ao ‘mundo’ em disputa, podemos textualizar, nos termos de Shapiro (1989, p. 12), este emaranhado de associações. Segundo Shapiro (1989):

Textualizar um domínio de análise é reconhecer, primeiramente, que qualquer ‘realidade’ é mediada por um modo de representação e, segundo, que representações não são descrições de um mundo de facticidade, mas modos de fazer facticidade (1989, p. 13-14, tradução minha).

Shapiro (1989, p. 13), portanto, entende a “textualidade” não como mera instância de expressão linguística, mas enquanto práticas políticas de produção de significado. De modo que as “relações intertextuais” não só carregariam representações da realidade, mas seriam elas mesmas, criadoras destas representações e através delas da própria ‘realidade’.

Lundborg e Vaughan-Williams (2014, p. 25), por sua vez, procuram articular as implicações da intertextualidade para um pensamento que exceda a representação e se lance sobre a matéria, ainda que em sua relação inseparável

<sup>177</sup> A *différance* entre os ‘quase conceitos’ dos textos derridianos, é aquele que chega a ser apresentado por Haddock-Lobo (2008, p. 27) como: “talvez um dos indecíveis mais importantes para que se compreenda o que é a proposta desconstrutiva”. Ainda que em logo em seguida ele volte atrás: “Na verdade, não se pode compreender o que é a desconstrução nem o que significa ‘*différance*’, uma vez que ‘*différance*’ não significa” (idem). Apesar de não significar, o termo remete a uma “invenção e infração” dos dois significados da palavra francesa *différer*: o da diferença como diferencialidade e o da diferença como diferimento. Haddock-Lobo (2008, p. 31,32) ao percorrer diversos textos de Derrida e de outros autores que se debruçam sobre sua filosofia, identifica um movimento quádruplo na ‘*différance*’: aquele que consiste em diferir (ativamente e passivamente) por retardo, adiamento, reserva; aquele que diferencia, produz os diferentes e, assim, seria a raiz comum de todas as oposições de conceitos e logocentrismos; aquele que ao produzir essas diferenças, torna o próprio conceito de *différance* um efeito da *différance* e, por fim, aquele que se abre a uma *différance* ainda não determinada. Ou, como tão bem resume Yamato (2011) a *différance* refere-se “de um lado, a algo que *não* é idêntico a si mesmo, ou seja, que é espacialmente outro, e, de outro lado, a um adiamento, a uma mediação temporal ou suspensão da realização da vontade ou desejo” (Yamato, 2011, p. 63, grifos do autor).

com a linguagem. Assim, estes autores empreendem uma desconstrução do binário linguagem/materialidade, ao mesmo tempo em que mantêm os termos em uma relação de complexa e radical intertextualidade (Ibid., p.7). Em Lundborg e Vaughan-Williams (2014, p. 5), a perspectiva pós-estrutural é aliada à virada dos chamados “Novos Materialismos”, ou seja, é revestida por um engajamento direto com a força política da materialidade, fornecendo mais recursos para investigar a produção incessante e o caráter instável, sempre aberto dos significados. A partir dos “Novos Materialismos” é possível reconsiderar a matéria e seu status político para além dos limites da representação:

[...] não como algo intrinsecamente inerte, nada ‘em si mesmo’, e sem qualquer função ou implicação; nem, tampouco como algo cuja significação política só pode surgir através de formas linguísticas de construções de identidade; mas, ao invés disso, como um conjunto de forças ativas, efetivas e politicamente significativas em si mesmas (Lundborg e Vaughan-Williams, 2014, p. 12, tradução minha).

Conforme procurei abordar através da materialidade dos acontecimentos e seus efeitos tanto nas ruas, como nos papéis, há uma disputa constante entre uma multiplicidade de corpos, objetos, documentos, instituições, imagens, discursos, tecnologias que interagem e funcionam como condição de possibilidade para as negociações políticas, influenciando os comportamentos e seus resultados. A materialidade age regulando, distribuindo, controlando, (re)afirmando, e até, desafiando autoridades. Nos dois capítulos anteriores, busquei seguir alguns rastros destas associações especialmente ao indagar os efeitos das ruas de papel e do papel das leis e práticas da legalidade.

Por meio deste exercício de “seguir os papéis” (Hull, 2012b, p. 22), ou de seguir a trama de rastros dos seus rastros, foi possível perceber como as disputas nas ruas se materializavam em disputas nos papéis e faziam surgir ruas de papéis entre burocracias, protocolos, projetos de lei, decretos, assinaturas e carimbos. Discutia-se, então, na ‘letra da lei’ a legitimidade e a autorização (ou não) da violência policial e da abordagem do Estado aos protestos. As ruas de papel reclamavam (e resistiam às) regulações, ordenamentos e limites às manifestações. Demarcações que, por um lado, definiam a circunscrição da sua legalidade e ‘legitimidade’ enquanto, por outro, autorizavam e produziam mecanismos de controle, de vigilância e de punição das manifestações ‘ilegítimas’ e dos ‘cidadãos mal intencionados’. Seguindo os rastros de pimentas e vinagres nas leis e práticas da legalidade, vimos exemplos concretos destas disputas, tais como: as iniciativas de restringir ou tentar restringir do uso de

máscaras, o porte de vinagre, o fechamento de vias, rodovias e estradas, a entrada em locais “não abertos ao público” ou as ocupações de praças, ruas e prédios. Em meio a estas disputas, os papéis produziam uma série de narrativas sobre as ruas no ímpeto de explicar, traduzir, fixar uma versão daquilo que ‘teria acontecido’. As *ruas de papel*, sobretudo, disputavam o *papel das ruas*, que serviria para justificar e autorizar a tomada de “todas as providências necessárias”<sup>178</sup>.

Informada mais uma vez pela filosofia de Derrida (2007, p. 22), permito-me pensar estes processos que tentam se valer de “ficções legítimas” para justificar e autorizar a legalidade da lei e dos procedimentos enquanto ação de uma violência, de uma “força performativa”. Isto porque, segundo Derrida, na impossibilidade de uma origem externa ou de um princípio transcendental, teleológico: “a origem da autoridade, a fundação ou o fundamento, a instauração da lei não podem, por definição, apoiar-se finalmente senão sobre elas mesmas, elas mesmas são uma violência sem fundamento” (Derrida, 2007, p. 26). Por esta perspectiva, “o direito é sempre uma força autorizada” e ainda que justificado por uma ficção de legitimidade, o direito sempre pode ter sua força julgada como injusta<sup>179</sup> ou injustificável (Derrida, 2007, p. 8). Já que é a própria autoridade autorizante ou autorizada do direito, a “força de lei”, que vai precisamente obter “os meios para decidir entre a violência legal e a violência ilegal” (Derrida, 2007, p. 78). Neste sentido, a violência pode ser percebida como exercício do direito, mas também o direito como exercício da violência (Derrida, 2007, p. 81). Ou seja, há tanto a violência da própria fundação do direito, que o inaugura, que o instaura, que decreta o direito, como a violência que reafirma a violência da fundação ao assegurar sua aplicação, sua manutenção, sua conservação<sup>180</sup>.

<sup>178</sup> Vide Decreto da CEIV, disponível no Anexo IV.

<sup>179</sup> Retornarei a complexa relação entre direito e justiça no próximo item deste capítulo.

<sup>180</sup> Este ponto é parte de um debate mais amplo que Derrida (2007) faz com Walter Benjamin (1986) em *Prenome de Benjamin*. Ainda que não pretenda entrar aqui a fundo neste tema, considere pertinente trazer, a partir dele, ideia de *iterabilidade* que Derrida desenvolve ao desconstruir a distinção entre instauração e a conservação. Faço isto pois creio que auxiliará a compreensão do conceito de “fundação negativa do direito” que abordarei mais a frente através da leitura de Fitzpatrick (2001). Segundo Derrida (2007, p. 90): “a própria violência da fundação do direito deve envolver a violência da conservação do direito e não pode romper com ela. É próprio da violência fundadora solicitar sua própria repetição e fundar o que deve ser conservado, conservável, destinado à herança e à tradição, à partilha. Uma fundação é uma promessa. Todo estabelecimento permite e pro-mete, instala-se pondo e prometendo. E, mesmo que, de fato, uma promessa não seja mantida, a *iterabilidade* inscreve a promessa de salvaguarda no instante mais irruptivo da fundação. Ela *inscreve*, assim, a *possibilidade da repetição no coração do originário*. Melhor, ou pior, ela está inscrita nessa lei de iterabilidade, mantém-se sob sua lei ou diante de sua lei. Consequentemente, *não há fundação pura ou instauração pura do direito, portanto pura violência fundadora, assim como não há violência puramente conservadora. A instauração já é*

Dito isto, do mesmo modo que as disputas das ruas se materializam em disputas nos papéis, as violências nas ruas também se (re)produziam através dos papéis e dos seus efeitos. Os papéis, portanto, ao (tentarem) definir os termos do debate e as “ficções de legitimidade” sobre as manifestações, que determinariam os limites entre o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, a ‘ordem’ e a ‘desordem’, respaldavam as abordagens abusivas e a violência dos policiais nas ruas e autorizavam a exceção como norma. Os papéis não apenas incidiam na (re)produção da violência policial e na supressão de direitos civis e políticos, eles se convertiam, diante da produção de legitimações e de autorizações, em violências nos papéis.

Este ‘embaralhamento’ entre a violência nas ruas e a violência nos papéis traz elementos significativos para pensarmos a relação entre as categorias que produzem a “divisão nuclear” do dossiê<sup>181</sup> em duas partes: a de *Violência Institucional* e a de *Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais*. Afinal, como demarcar esta distinção entre o que é chamado de a “violência institucional” e o que é chamado de “criminalização de manifestantes e movimentos sociais”? Não seria a “criminalização” uma forma de “violência institucional”? Não seria a “violência institucional” uma forma de “criminalização”? Vamos a um momento da entrevista com Natália Damazio, quando conversamos especificamente sobre a definição destas duas categorias. Segundo Natália:

*São duas categorias de fato muito separadas porque uma envolve direito à vida e a outra é devido processo. (...) Violência institucional a gente trabalha mais direito à integridade física e direito à vida, e aí esse segundo bloco você trabalha mais pela perspectiva de justiça criminal (...) e aí, o foco principal é sempre legislativo e judiciário e polícia civil, que é a polícia judiciária, mas que é do ramo do executivo, mas é isso. (...) Basicamente a decisão foi essa, é que um pega mais determinados artigos, determinados direitos, e o outro pega mais outros, são categorias muito diferentes e que então, elas seriam trabalhadas em dois pontos muito diferentes também. (...) É uma definição muito clara, que ficou muito clara em protesto, mas eu não acho que no campo de violência institucional seja tão claro. (...) as coisas são um pouco mais cruzadas do que numa repressão, mas eu não acho que sejam categorias tão separadas não, eu acho que se tornaram separadas no caso dos protestos, na análise dos protestos especificamente, mas são pontos que por mais que a gente trate separado, você tem que voltar porque elas tem muito mais conexão do que ela tinha aqui. (Entrevista 02/ 1:08:26 – 1:11:18).*

---

*iterabilidade, apelo à repetição auto-conservadora. A conservação, por sua vez, é ainda re-fundadora para poder conservar o que pretende fundar” (grifos meus).*

<sup>181</sup> Conforme adverti no primeiro capítulo, havia guardado esta análise para este capítulo, justamente tendo em vista enriquecer o estranhamento desta “distinção” e, assim, melhor problematizar o que esta distinção vem a produzir.

Nota-se que muito embora Natália afirme que no caso dos protestos estas categorias “se tornaram separadas”, ela também reconhece o entrecruzamento entre elas. Ainda que distinguidas em termos processuais legais, “uma envolve direito à vida e a outra é devido processo”, em uma tentativa de adequar os ‘tipos de violações’ de direitos humanos aos ‘tipos jurídicos’ instituídos no direito penal, é bastante interessante como esta fala evidencia o esforço em tratar as categorias separadamente, por mais que se reconheça sua interconexão. Ou, ao menos, que elas “tem muito mais conexão” e são “mais cruzadas” do que no caso de uma repressão a protestos. Este esforço se torna particularmente curioso se observarmos que no dossiê, apesar de discriminados por estas categorias, muitos casos as atravessam e se repetem entre a primeira e a segunda parte do documento. Não são poucos os manifestantes que foram feridos por balas de borracha, bombas ou estilhaços de bombas, atingidos por spray de pimenta ou agredidos por policiais e que foram (por vezes, inclusive, concomitantemente) também alvo de prisões para averiguação, flagrantes forjados, detenção por porte de vinagre entre outras formas de prisões e detenções arbitrárias. De certa forma, então, a “violência institucional” enquanto violação à integridade física e ao direito à vida poderia ser associada à violência que ‘acontece’ nas ruas, já a “criminalização de manifestantes e movimentos sociais” estaria mais associada à violência que se materializa em papéis e que age através dos boletins de ocorrência, mandados de prisão, depoimentos, pedidos de liberdade, alvarás de soltura, inquéritos, processos criminais, liminares, medidas cautelares, decisões judiciais, além de tipos penais, projetos de leis e decretos executivos. E, se os casos das ruas viram casos de papéis, as lutas nas ruas se prolongam em lutas nos papéis que tornam a se expandir e mobilizar lutas nas ruas<sup>182</sup>. As ruas se convertem em textos e os textos em ruas.

Logo, assim como as violências se somam de múltiplas formas em um mesmo caso, na história de uma única ‘vítima’, também as ações de criminalização afetam centenas de pessoas e tornam a ‘embaralhar’, sobrepor ou intercalar violações à integridade física e ao direito à vida, às violações ao direito de defesa e acesso à justiça. Embora o dossiê faça o esforço por separar a materialidade dos casos e dos corpos torna a juntar as ocorrências de “violência institucional” com as de “criminalização de manifestantes e

<sup>182</sup> Como foi, emblematicamente, o caso do inquérito dos 23 ativistas e também do caso de Rafael Braga, que originaram respectivamente os movimentos: “#eu apoio os 23” e a campanha pela “Libertem Rafael Braga” Ver: <<http://www.apoieos23.org/>> e <<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/>>. Acesso em 26/11/2016.

movimentos sociais”. Em meio a este ‘embaralhamento’ de violações, a violência institucional se converte em criminalização ao passo que a criminalização legitima e autoriza a violência institucional.

Por fim, a disputa por determinados significados corporificada tanto nas ruas, como nos papéis, aponta para um embate pelo reconhecimento de certas violências como violações de direitos humanos. Em um retorno às questões que apresentei através de Shapiro (1989) e Lundborg e Vaughan-Williams (2014), podemos inferir que não apenas as diferentes versões sobre os ‘acontecimentos’ nas ruas produzem facticidade, como fazem parte de um conjunto de materialidades que agem legitimando ou enfrentando determinadas violências. Entre elas, estava em jogo de modo emblemático a autorização de determinadas técnicas e tecnologias de repressão e a criação de instrumentos legais de contenção e investigação dos ‘vândalos’, ancoradas na ‘necessidade’ de garantia da ‘ordem pública’ frente à ‘desordem’.

O papel das versões ou discursos sobre os ‘vândalos’ e sobre o combate ao ‘vandalismo’ ressoam com a interpretação de Fortin (1989) sobre o significado político da “linguagem do antiterrorismo”<sup>183</sup>. Fortin (1989) chama a atenção que desafiar os discursos sobre indivíduos e atos particulares de violência política “é engajar-se em um ato de resistência contra tentativas de aprisionar ou fixar nossas noções do político àqueles atos aprovados e perpetrados no interior do quadro restritivo das instituições estatais” (1989, p. 190, tradução minha). Este apontamento nos permite pensar as ‘contranarrativas’ das organizações de direitos humanos em relação à criminalização de manifestantes e movimentos sociais enquanto atos de resistência política tanto em relação às ‘narrativas oficiais’ dos representantes do Estado e de grande parte da mídia corporativa, como ao próprio entendimento do que é o político, o espaço político, os sujeitos políticos e as formas de fazer política. Neste sentido, há um conflito que para além simplesmente das ‘versões’ em disputa, se refere também a capacidade de designar certos espaços, objetos ou causas como algo “comum” e discutir sobre eles (Rancière, 2006).

Os dissensos, portanto, entre a narrativa do dossiê de uma “sistematicidade da repressão” e as respostas ‘oficiais’ de que “eventuais abusos serão apurados”; entre a “limpeza moral das vítimas” e a autorização da violência para conter os ‘oportunistas, baderneiros e vândalos’, entre a “medida

<sup>183</sup> O que ele chama de “a linguagem do antiterrorismo” é trabalhado no artigo através da análise de alguns trechos de um discurso de um representante dos Estados Unidos, que veio a ser publicado na revista norte-americana *Harpers* em uma edição de outubro de 1984.

do direito” e a “medida da violência legítima” do Estado são alguns dos rastros de rastros da política no ‘entre’. Segundo Rancière (1996, p. 44-45), a política suscita este “encontro dos heterogêneos” entre a “lógica policial”, como a distribuição desigual da autorização e da medida da violência ou a designação de certos sujeitos como políticos próprios e outros como impróprios, e a “lógica igualitária”, sempre incomensurável, que traz à tona a “pura contingência de toda ordem” (1996, p. 31), o deslocamento que faz ver o que não cabia ser visto, como a sistematicidade da repressão, que faz ouvir um discurso onde só havia ruído, como no caso da limpeza moral das vítimas. É este ‘entre’ que “suspende os efeitos da aritmética no corpo social” e introduz uma “matemática dos incomensuráveis” (Rancière, 1996, p. 30), (re)definindo as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer (Rancière, 1996, p. 42). A política como o encontro ‘entre’ essas duas lógicas, ao atualizar a contingência da igualdade, desfaz as divisões sensíveis da “ordem policial”<sup>184</sup>, construindo uma relação entre coisas que “não têm relação” e produzindo “inscrições novas da igualdade em liberdade”, da visibilidade na invisibilidade (Rancière, 1996, p. 40-53). A próxima seção segue rastreando este ‘entre’ que é lugar e tempo, verbo e acontecimento, travessia, movimento, no seu possível im-possível.

### 3.2 Entre pimentas e vinagres

*[...] a política em si não é o exercício do poder ou a luta pelo poder. A política é, em primeiro lugar, a configuração de um espaço como político, o enquadramento de uma esfera específica de experiência, o estabelecimento de objetos colocados como “comuns” e de sujeitos a quem a capacidade é reconhecida de designar estes objetos e discutir sobre eles. A política primeiro é o conflito sobre a própria existência dessa esfera da experiência, a realidade desses objetos comuns e a capacidade desses sujeitos*  
(Rancière, 2006, tradução minha).

Os rastros de pimentas e vinagres nos levaram a percorrer o corpo de um dossiê. Produzido como uma “*compilação de mais fôlego*” ele apresentava uma (contra)narrativa sobre os protestos no Brasil, em especial os de 2013. Este documento resultou de (e entre) uma série de outros documentos, informes, comunicados, relatórios, boletins e notícias que já denunciavam as violações de direitos humanos que irrompiam nas ruas e se expandiam em papéis. O dossiê

<sup>184</sup> Conforme debati em especial no primeiro capítulo no interior das seções (1.21) imagens da violência; (1.2.2) narrativas da violência e (1.2.3) episódios emblemáticos.



era uma tática. Um caminho para fornecer “*provas*”, reforçar a veracidade e gravidade dos fatos nele relatados, ou seja, um esforço de “produzir facticidade” (Shapiro, 1989, p. 13-14). A audiência, uma estratégia. Uma tentativa de “*pautar*” os protestos como “*um tema em si*” de direitos humanos<sup>185</sup>. Ao seguir os rastros do dossiê, foi possível identificar como as violações de direitos humanos e, através delas, os próprios direitos humanos, se materializam entre tantos espaços, objetos, instituições, procedimentos, discursos, saberes, significados, ‘verdades’, corpos e destinos. Se lembrarmos do que Rancière (2006) nos fala sobre a política, talvez, seja possível dizer que os direitos humanos se materializavam, sobretudo, na disputa, no conflito pela configuração de certos espaços como políticos, de certos objetos como “comuns”, de certa capacidade de certos sujeitos de designar estes espaços e objetos e instituições e procedimentos e discursos e saberes e significados e ‘verdades’ e ocorrências e corpos e destinos e neles in-ter-agir. A trama de rastros e de rastros de rastros que emergiam entre pimentas e vinagres através do dossiê, me permite arriscar situar os direitos humanos e a política de direitos humanos no ‘entre’, no espaço-tempo de in-distinção, de im-possibilidade ou in-decidibilidade.

Nossas incursões na aporia ‘entre’ pimentas ‘e’ vinagres (Derrida, 1999, 2007) nos fizeram atravessar diversos temas e problemas inscritos no universo dos protestos, que, de certa forma, materializavam a ambiguidade dos usos dos direitos e, com eles, dos direitos humanos. Fossem os usos dos direitos como violências, imposições de determinadas ordens de visibilidades e invisibilidades, de discursos e silêncios (Rancière, 2006), fossem os usos dos direitos como cenas de dissenso, experiências de contestação, estratégias de subversão, táticas de comunicação, espaços de resistência e de transformação.

Esta ambiguidade entre o direito como medida, ordenamento, distribuição, governo, dominação e o direito como resistência, controvérsia, dissenso, transgressão, nos convidam aos debates que os estudos críticos do direito<sup>186</sup> vêm desenvolvendo principalmente a partir do pensamento de filósofos como Jacques Derrida e de Michel Foucault. No seio destes debates e à luz especialmente das contribuições de Costas Douzinas (2000, 2005, 2007, 2013), mas também de Peter Fitzpatrick (2001, 2013) e Ben Golder (2015), o objetivo

<sup>185</sup> A ideia do dossiê como tática e da audiência como estratégia se relaciona à leitura de Golder (2015) sobre o potencial dos direitos humanos serem usados como formas de resistências, de *contracondutas críticas*. Voltaremos a este debate na subseção 3.2.6. *Táticas e Estratégias de Contraconduta*.

<sup>186</sup> Aqui me refiro aos estudos que se iniciaram com o movimento conhecido como *Critical Legal Studies*, ver Unger (1983). Mais especificamente naquilo que tange seus desdobramentos e produções mais recentes, ver Stone et al. (2013).

desta seção é pensar o caráter aporético, aberto, radical dos direitos humanos. E, com eles, a relação entre o emaranhado de rastros dos casos (e das resistências) às violações de direitos humanos nos protestos recentes no Brasil e a materialidade da ambiguidade constitutiva da energia dos direitos humanos.

### 3.2.1.

#### A força aporética dos direitos humanos

Douzinas (2000, p. 19), seguindo os rastros desconstrutivistas do pensamento de Derrida, reconhece que “os direitos humanos são tanto criação como criadores da modernidade” e, por serem construídos e construtores, podem ser desconstruídos, rastreados em todas as suas características, fundamentações e mobilizações discursivas. Neste sentido, para Douzinas (2000, p. 370) os direitos humanos produzem não apenas determinados direitos, mas, os próprios humanos, na medida em que, ao mobilizarem determinadas concepções de ‘humano’, fazem com que outros passem a reconhecê-los enquanto tais. De modo que a questão “não é tanto os humanos têm direitos, mas os direitos os fazem humanos” (Douzinas, 2000, p. 372, tradução minha.).

Diante das problemáticas fissuras e dos inúmeros paradoxos que caracterizam os direitos humanos entre universalismos e particularismos, dominação e proteção, Douzinas (2000, p. 21) defende que sua energia vem justamente da sua “natureza aporética”. Ele apresenta uma concepção de direito (na minha percepção) profundamente embebida pela filosofia de Derrida, sobretudo, em relação a difícil e instável distinção problematizada pelo filósofo entre direito e justiça. Douzinas (2000) traz à tona o que chamei na introdução deste trabalho de uma *necessária impossibilidade dos direitos humanos* (2000, p. 175) inscrita em sua dupla habilidade de emancipar e dominar, proteger e disciplinar. Mas em que consiste a instável e difícil distinção entre direito e justiça?<sup>187</sup>

A filosofia de Derrida (2007, p. 49-55), nos permite pensar a justiça como ação do próprio movimento da desconstrução no direito e na história, um movimento que “abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política” (Derrida, 2007, p. 55). A justiça tão necessária quanto improvável é possível como uma experiência do impossível, do imprevisível, do

---

<sup>187</sup> Para uma leitura de Douzinas especificamente sobre este debate ver o artigo “Violence, Justice, Deconstruction” em *German Law Journal*, 6, 2005, p. 171-178. Disponível em: <<http://www.germanlawjournal.com/index.php?pageID=11&artID=546>>. Acesso em 10/11/2016.

acontecimento, é “infinita, incalculável, rebelde às regras, estranha à simetria, heterogênea e heterotrópica” (Derrida, 2007, p. 41). O direito, ou o exercício da justiça como direito, legitimidade ou legalidade, por sua vez, é essencialmente desconstruível. Constituído sobre camadas diversas de significados interpretáveis e mutáveis, o direito é de-sedimentável: um “dispositivo estabilizável, estatutário e calculável”, um “sistema de prescrições regulamentadas e codificadas” (Derrida, 2007, p. 41). E aí está o paradoxo: o direito não é a justiça, o direito é o elemento do cálculo que pretende se exercer em nome da justiça, ao passo que a justiça é incalculável, mas, ao mesmo tempo, ela exige que se calcule o incalculável. A justiça é o “transbordamento do inapresentável sobre o determinável” (Derrida, 2007, p. 55), que, no entanto, exige sua instalação em um direito a ser posto em ação, ou seja, a ser construído e aplicado pela força, (*‘enforced’*). (Derrida, 2007, p. 43). Por isso, segundo Derrida (2007):

*‘Talvez’*, é preciso sempre dizer *talvez* quanto à justiça. Há um porvir para a justiça, e só há justiça na medida em que seja possível o acontecimento que, como acontecimento, excede o cálculo, às regras, aos programas, às antecipações etc. A justiça, como experiência da alteridade absoluta, é inapresentável, mas é a chance do acontecimento e a condição da história (2007, p. 55, grifos do autor).

Para que haja justiça, para que uma decisão seja justa e responsável é preciso, portanto, que ela seja livre de uma aplicação programável ou calculável ao mesmo tempo em que leve em conta o cálculo, o direito e a regra:

[...] é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo regrada e sem regra, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reinventá-la a cada caso, re-justificá-la, reinventá-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio. Cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única (Derrida, 2007, p. 44).

Assim, a justiça exige a aporia da desconstrução de toda presunção à certeza ou à verdade determinante de uma justiça presente que se move “a partir de uma ‘ideia de justiça’ infinita, infinita porque irreduzível, irreduzível porque devida ao outro – devida ao outro, antes de qualquer contrato, porque ela é vinda, a vinda do outro como singularidade sempre outra” (Derrida, 2007, p. 49).

A irreduzibilidade da justiça, seu caráter infinito e aberto devido, vindo e a vinda do outro podem ser lidos como uma chave importante para o entendimento do potencial utópico e transformador dos direitos humanos conforme recuperado no pensamento político de Douzinas (2000, 2005, 2007). Para Douzinas (2000,

p. 380): “Os direitos humanos são a necessária e impossível exigência ao direito por justiça” e, como tal, sempre abertos ao (e) por vir. De tal modo que:

Quando a lei tenta deter a abertura do social e fixar a identidade, os direitos humanos a denunciam por injustiça. Quando a lei esquece o sofrimento da pessoa que vem diante dela, em nome da coerência racional e da igualdade formal, os direitos humanos denunciam sua imoralidade. A justiça como direitos humanos não é crítica apenas às tentativas totalitárias ou ditatoriais de negá-los; ainda mais importante é o seu desafio e superação dos limites do eu (*self*) e do direito. Sua importância simbólica é que eles inscrevem a futuridade na lei. Sua importância ética é a exigência de que cada pessoa seja tratada como única encarnação da humanidade e sua necessidade como responsabilidade primeira minha e depois da lei. Apreendida entre o simbólico e o ético, paradoxalmente enlaçada na indeterminação do futuro e na concretude do presente, está a aporia pós-moderna da justiça. Os direitos humanos nunca podem triunfar; eles podem sofrer e até mesmo ser temporariamente destruídos. Mas a sua vitória e a sua justiça estarão sempre num futuro aberto e num presente fugaz, mas urgente. É neste sentido que os direitos humanos são o nosso princípio utópico: um princípio negativo que coloca a energia da liberdade a serviço da nossa responsabilidade ética pelo outro (Douzinas 2000, p. 369, tradução minha).

Como podemos perceber a ideia de uma ética da alteridade, que segue também da filosofia de Emmanuel Levinas, muito contribui para sua defesa do não-essencialismo e não-fundacionismo dos direitos humanos. Para Douzinas (2000, p. 348) o outro é sempre único e sua existência diante da minha me compromete eticamente. O reconhecimento da singularidade do outro é o que abre caminho para a necessidade de dar lugar à multiplicidade, aos muitos outros (Douzinas, 2000, p. 353). É esta responsabilidade moral, é esta abertura ao outro que se mantém como uma essência não essencial (nem essencializante), como um princípio utópico dos direitos humanos que pode ser traduzido em políticas e direitos.

Se há algo verdadeiramente ‘universal’ no discurso dos direitos humanos, se um traço metafísico sobrevive a sua desconstrução, talvez possa ser o reconhecimento absoluto da singularidade da outra pessoa e do meu dever moral de salvá-la e protegê-la (Douzinas, 2000, p. 348, tradução minha).

O reconhecimento da singularidade do outro coloca, portanto, a necessidade lógica e a inevitabilidade ética de uma falta de definição e de estabilização do significado dos direitos humanos (Douzinas, 2000, p. 368). Esta contingência radical aliada a uma forte obrigação ética faz com que a defesa dos direitos deva se basear nas necessidades concretas do outro que vem diante da lei (Douzinas, 2000, p. 369).

Por isso também, Douzinas (2000, p. 145) entende que a energia necessária para a proteção, proliferação e expansão dos direitos humanos vem sempre de baixo, daqueles que clamam por justiça frente à violência, à exclusão

e à opressão. Dos que exigem o reconhecimento da própria ‘humanidade’, dignidade e integridade que lhes é negada. Apesar de haver neste movimento de exigência ao direito por justiça sempre a possibilidade do retrocesso ao papel reacionário e violento dos direitos, seja pela (re)fundação em versões institucionalizadas e instrumentalizadas, seja por sua apropriação e uso para legitimar as injustiças que deveria combater. Neste sentido, os direitos humanos são e devem ser um princípio negativo, a promessa de uma utopia aberta, contingente e urgente a enfrentar “o medo da incerteza e as certezas inautênticas do presente” (Douzinas, 2000, p. 380, tradução minha).

Os direitos humanos encontram um lugar desconfortável no texto do direito, nacional ou internacional. Na medida em que são positivados no discurso jurídico e se associam ao cálculo, à tematização e à sincronização do direito, eles compartilham a busca por sujeitar a sociedade a uma lógica única e dominante que viola necessariamente a exigência da justiça. Mas, ao mesmo tempo, eles são *a promessa de uma justiça sempre ainda por vir: são a figura do negativo e do indeterminado na pessoa e no Estado, e da proximidade do eu e do outro*, sobre a qual o universal e o abstrato surgem. [...] Os direitos humanos não podem ser reduzidos à categorização e classificação, seu conteúdo não é dado à apresentação categórica. Temos a sensação de estar rodeados de injustiça sem saber onde está a justiça. *Os direitos humanos representam esta denúncia da injustiça e permanecem necessariamente e radicalmente negativos tanto na sua essência como na sua ação.* (Douzinas, 2000, p. 368, tradução e grifos meus).

Quando esta “natureza aporética”, este fim utópico, radical, aberto ao porvir se perde, é o “fim dos direitos humanos” (Douzinas, 2000, p. 380). Pois, é neste intervalo de incerteza, de imprecisão, de tensão entre o direito e a justiça, entre a urgência dos direitos humanos por justiça e os procedimentos legais, institucionalizados e burocratizados do direito que reside (e que resiste) a força e a rebeldia dos direitos humanos. É este ‘entre’ que possibilita a expansão dos limites e das fronteiras do direito, permite que outras vozes sejam ouvidas, possibilita, por fim, “trazer novos tipos de direitos e formas de existência contra a sabedoria e o direito reconhecidos” (Douzinas, 2000, p. 344).

Se pensarmos o ‘entre’ voltando aos rastros de Derrida (2007), lembramos que: “a desconstrução ocorre no *intervalo* que separa a indeseconstrutibilidade da justiça e a desconstrutibilidade do direito” (Derrida, 2007, p. 27. Grifos meus). Também que, segundo Derrida, no momento em que um limite do direito sofre o movimento da desconstrução, ou, é suspenso pela desconstrução, esse momento de suspensão abre “o *intervalo* do espaçamento em que as transformações, ou as revoluções jurídico-políticas, acontecem (...) na exigência de um aumento ou de um suplemento de justiça” (Derrida, 2007, p. 38, 39. Grifos meus). De modo que é a experiência de uma inadequação, de uma

desproporção, de uma injustiça que move a desconstrução. Como Derrida acrescenta: “afinal, onde a desconstrução encontraria sua força, seu movimento ou sua motivação, senão nesse apelo sempre insatisfeito, para além das determinações dadas daquilo que chamamos de justiça, de possibilidade de justiça?” (Derrida, 2007, p. 39).

A força da desconstrução a que Derrida (2007) se refere nos recorda a força aporética dos direitos humanos que discutimos a partir de Douzinas (2000). Uma força que abre aos acontecimentos porvir, que é por-vir, que tem por vir, que permanece porvir (Derrida, 2007, p. 54). Uma força rebelde às regras, estranha à simetria, heterogênea e heterotrópica, incalculável e infinita (Derrida, 2007, p. 41) porque é devida ao outro, porque é vinda a vinda do outro como singularidade sempre outra (Derrida, 2007, p. 49). Os direitos humanos, como o apelo ao direito por justiça (Douzinas, 2000, p. 380), demandam o posicionamento, a “tomada de uma posição” (Boltanski, 2004, p. 30, 31); exigem uma decisão e uma decisão justa (Derrida, 2007, p. 51).

### 3.2.2.

#### A exigência da decisão

Derrida (2007, p. 51, 52) coloca a decisão como um “momento infinito de urgência e de precipitação”. Diferente de um horizonte a ser buscado, seja por uma ideia de progresso, seja por uma espera; a justiça ou a decisão justa é requerida sempre imediatamente. Ela marca uma interrupção, ela deve “rasgar o tempo e desafiar as dialéticas” (Derrida, 2007, p. 51, 52). O momento da decisão é para Derrida o momento do imprevisível, do incalculável, da fortuna que rompe; que pode ser aproximado à leitura de Marchart (2007) do “momento maquiavélico”.

Segundo Marchart (2007, p. 6-8), se nós aceitarmos a hipótese da impossibilidade de estabelecer uma fundação sólida e definitiva para a sociedade, as fundações se tornam um paradoxo constante e contingente. Pois a busca por fundações não é negada (como pressupõem os *anti-fundacionistas*<sup>188</sup>), nem abandonada. Ela segue sendo necessária, mas se

<sup>188</sup> Marchart (2007) distingue fundacionalismo, anti-fundacionalismo, e pós-fundacionalismo enfatizando que o “enfraquecimento ontológico das fundações” proposto pelo pós-fundacionalismo não leva, como pressupõe o anti-fundacionalismo, à “ausência total de todos os fundamentos”, ou a um “vale-tudo” do pós-modernismo “vulgar”, mas sim: “à suposição da impossibilidade de um fundamento *final*, que é algo completamente diferente, uma vez que implica uma maior consciência, por um lado, da contingência e, por outro lado, do político como o momento do fundamento parcial e sempre, em última instância, sem sucesso” (2007, p. 2, tradução minha). Neste sentido, o anti-fundacionismo ao propor a mera negação ou inversão do fundacionalismo,

coloca na ambiguidade de ser ao mesmo tempo impossível e indispensável, dividida entre uma fundação puramente negativa (a impossibilidade de uma fundação final, que, inclusive, abre as condições de possibilidade para multiplicidade) e a disputa contínua por fundações sempre parciais. Neste bojo, o “momento maquiavélico”<sup>189</sup> ou “o momento do político” é o acontecimento da fortuna, a realização da contingência, do evento, da “funda-ação” (*ground-ing*), do acontecimento que provoca ruptura com a normalidade e que ao romper, reatualiza as fundações (*grounds and un-grounds*) (Marchart, 2007, p. 21-31). Ainda que esta reatualização escape a uma atualização total, que é sempre adiada, ela é também sempre parcialmente atingida (Marchart, 2007, p. 6). Este momento da “funda-ação”, do evento da ruptura/reatualização é também apontado como o momento do “entre” (*that ‘moment’ of the in-between*) (Marchart, 2007, p. 21), como uma condição “quase-transcendente” que torna “a experiência da crise (da ausência de uma fundação) e a realização desta crise como uma contingência necessária que é sempre histórica e contextualmente localizada e localizável” (Marchart, 2007, p. 29).

De modo tal que a percepção da ausência de fundação (*groundlessness*), deste vazio de fundações definitivas, de uma essência, de um centro só podem ser percebidos dentro de contextos e condições históricas específicas. Ou seja, nos discursos, embates, antagonismos, confrontos, disputas ‘entre’ termos localizados e localizáveis, disponíveis histórica e contextualmente (Marchart, 2007, p. 30).

O que nos leva de volta às disputas entre pimentas e vinagres no dossiê. As diferentes concepções sobre as abordagens policiais aos protestos – sejam as ‘narrativas oficiais’ que enfatizavam a ‘desordem’, a ação de ‘vândalos’ ou de outras práticas criminosas, sejam as ‘contranarrativas’ que apontavam o caráter desproporcional, arbitrário e até grotesco (Mbembe, 1992) das abordagens – fornecem exemplos materiais (ainda que imensuráveis) das disputas, ambiguidades, do dissenso no ‘entre’. Quando o resultado dessas disputas é

---

acaba servindo para a própria defesa e instrumentalização do fundacionalismo (Marchart, 2007, p. 13). O prefixo “pós”, por sua vez, seja no pós-modernismo, pós-estruturalismo ou pós-fundacionalismo, fugiria a essa lógica dicotômica, possibilitando no pós-fundacionalismo a suposição de uma presença ausente, ou do fundamento como uma dimensão ao mesmo tempo impossível e indispensável (Marchart, 2007, p. 9-26).

<sup>189</sup> Partindo da referência de J. G. A. Pocock (1975), Marchart (2007, p. 8) entende o “momento maquiavélico” como o momento do encontro com a contingência, o momento em que o fundamento ausente (que não é “meramente ausente”) da sociedade (re)aparece e é suplementado. Assim, o “momento maquiavélico”, como o “momento do político” se refere ao “momento” no qual o político, como cálculo estratégico, jogo estratégico com a contingência, ou com a fortuna, como colocaria Maquiavel, “foi feito a fonte de valores substantivos (e não ao contrário)” (Marchart, 2007, p. 51).

uma “ordem policial”, uma atualização no seio da “ordem policial”, nos termos de Rancière (1996, p. 44), ou despolitização e “política”, nos termos de Marchart (2007, p. 7), seja pela instituição de uma ‘verdade’, de normas e práticas políticas convencionais, seja pela a refundação (arbitrária e violenta) do direito, novamente se estabelece um limite, uma fronteira, uma linha que demarca e reafirma a dicotomia do ‘e’ como ‘ou’, ou do ‘e’ como ‘o’ ou ‘a’ (Derrida, 1999). De modo que é possível associar também a relação que Rancière (1996, p. 43-54) estabelece entre a política e a polícia, da diferenciação interna entre a política e o político proposta por Marchart (2007, p. 7). Segundo Marchart:

Por um lado, a política – numa dimensão ôntica - continua a ser um regime discursivo específico, um sistema social particular, uma determinada forma de ação; enquanto, por outro lado – numa dimensão ontológica - o político assume o papel de algo de natureza inteiramente diversa: o princípio da autonomia da política ou o momento da instituição da sociedade. Diferenciada da política, a noção do político não pode ser assimilada às diferenças sociais, à repetição, à tradição, à sedimentação ou à burocracia (Marchart, 2007, p. 7).

O “político” em Marchart (2007), assim como a “política” em Rancière (1996) se relacionam, ao “encontro dos heterogêneos”, “paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem social” (Rancière, 1996, p. 31), ou, ao “encontro com a contingência” (Marchart, 2007, p. 30), ao acontecimento da fortuna, a “funda-ação” (Marchart, 2007, p. 30). A política para Rancière (1996, p. 11) “acolhe a aporia” e introduz um “dano” incomensurável no seio da distribuição da “ordem policial” (1996, p. 33). A “natureza *diferencial* da diferença do político”, para Marchart indica uma ausência, ou uma “causa ausente”, que só se faz presente através dos seus efeitos: “algo cuja ‘existência’ temos que presumir por causa das falhas e lacunas dentro da significação política e social” (Marchart, 2007, p. 6, tradução minha). Assim, o “político”, como algo “*sempre já estando lá*” (*always already been there*) consiste na realização da contingência como necessária (Marchart, 2007, p. 16, tradução minha) e indica o momento em que “a significação se rompe e a ausência de fundamento da significação - e, portanto, da sociedade como a (impossível) totalidade de toda significação - é experimentada” (Marchart, 2007, p. 28, tradução minha). Portanto, o “momento do político” ou o “momento do maquiavélico” como o momento que desloca, perturba, ou até desmorona as fundações é o “momento da crise do horizonte fundacionalista que começa a se expandir para um novo horizonte, a partir das lacunas e das fissuras dos antigos fundamentos” (Marchart, 2007, p. 33, tradução minha). Configurando, assim, um jogo estratégico com a contingência, ou com a fortuna:



Tal jogo interminável entre fundamento e abismo sugere também aceitar a necessidade da *decisão* (baseada na indecidibilidade ontológica) e estar consciente da *divisão*, da *discórdia* e do *antagonismo*, já que toda decisão - uma vez que não pode ser baseada em um fundamento estável, nem será tomada no vácuo solitário da completa falta de fundamento - será sempre confrontada com reivindicações e forças concorrentes (Marchart, 2007, p. 3, tradução minha, grifos do autor).

Neste sentido, há no “momento maquiavélico”, tal como no “momento da decisão” em Derrida (2007), ao mesmo tempo atividade e autonomia e, também, passividade e hetero-nomia, já que há “decisão”, mas a decisão “vem do outro”, vem do confronto com reivindicações e forças concorrentes, que se apresenta como o evento da fortuna e clama por decisão. Por isso, segundo Derrida a decisão é uma “loucura”, pois é “superativa e sofrida” (Derrida, 2007, p. 52, grifo do autor). Ela conserva “algo de passivo”, uma “heteronomia”: “como se aquele que decide só tivesse a liberdade de se deixar afetar por sua própria decisão e como se ela lhe viesse do outro” (Derrida, 2007, p. 52).

Ademais, se recordarmos o final do primeiro capítulo deste trabalho, é possível traçar ainda, um paralelo entre o “momento maquiavélico” (Marchart, 2007), o “momento da decisão” (Derrida, 2007) e a demanda pela “tomada de uma posição” (Boltanski, 2004). Ao dialogar minhas reflexões sobre o dossiê, com a análise sobre do sofrimento à distância de Boltanski (2004), as denúncias das violações de direitos humanos puderam ser percebidas como mobilizações de um apelo a uma “causa coletiva”. Uma vez que o caráter “imparcial” e o acúmulo dos casos apresentados no dossiê produzia a possibilidade de generalização das ocorrências, enquanto o investimento em emoções “subjetivas”, através da representação do sofrimento, da mobilização de testemunhos das vítimas e de imagens e narrativas da violência, contribuía para impor um caráter de urgência e a demandar a “tomada de posição”. Ou seja, a “decisão” de acatar ou não as denúncias, de se envolver ou não com o caso, de defender ou não à causa denunciada (Boltanski, 2004, p. 33). Este momento da “tomada de posição” significa também na visão de Boltanski (2004, p. xv) o “momento político por excelência”, por ser um momento que produz comprometimento, que motiva, que move, que produz ações, transforma-ações, por-vir, a partir de um ‘encontro’ com o ‘outro’.

Assim, a exigência de uma “tomada de posição” em relação ao reconhecimento de certas violências como violações (sistemáticas) de direitos humanos denunciadas pelo dossiê pode ser pensada como um exemplo

concreto de um apelo ao direito por justiça<sup>190</sup>. Como também, das disputas em torno dos limites do arcabouço normativo do sistema internacional de direitos humanos (via CIDH), ou da pressão pela expansão dos direitos na aceitação de um ‘novo tema’, da possibilidade de dar força a uma contranarrativa, a outra ‘verdade’ sobre o que os protestos ‘terão sido’, e, por fim, a abertura do significado dos direitos humanos em si.

De modo que é no conflito, no dissenso, no ‘entre’, nas controvérsias às certezas de fundações estáveis, de significados finais ou total(izantes) que os significados dos direitos humanos se (des)constroem. Através das literaturas de Douzinas (2000), Derrida (2007) e Marchart (2007) foi possível rastrear um pouco deste lugar espaço-temporal do ‘entre’, da aporia, da indecidibilidade, da imprevisibilidade de uma fortuna que rompe, como no “momento maquiavélico” (Marchart, 2007), no “momento da decisão” (Derrida, 2007)) ou, até mesmo, na “tomada de posição” (Boltanski, 2004). É esta ambiguidade da exigência impossível e urgente por justiça que garante a possibilidade de mudança, que assegura a vinda, o reconhecimento, a escuta do outro (Douzinas, 2000). A abordagem pós-fundacional (Marchart, 2007) nos ajuda a compreender os direitos humanos enquanto uma necessária afirmação radical da contingência, o que não significa a ausência total de qualquer significado ou de fundação, mas, o reconhecimento das permanentes e necessárias disputas em torno dos seus significados. O paradoxo dos direitos humanos é o de ter e não-ter fundação, de ser e não-ser uma verdade, uma (re)solução final.

### 3.2.3.

#### Entre determinação e responsividade

Este paradoxo é explorado também por Fitzpatrick na elaboração de sua definição pós-estrutural do direito. Segundo Fitzpatrick (2001), o direito precisa ter a capacidade de responder ao outro, ao mesmo tempo em que é determinado, definido, codificado, tipificado, tem que ser aberto ao contingente, aos acontecimentos, às transformações, à possibilidade de responder aquilo que está além da “determinação”. Neste sentido, é sempre uma “quase-ontologia”, que se move dentro e entre “determinação” e “responsividade” (*responsiveness*) (Ibid., p. 70).

<sup>190</sup> É importante recordar aqui a distinção entre o que Derrida (2007) assinala como justiça infinita, incalculável, ou seja, como aporia, e o que Boltanski (2004) se refere enquanto “justiça”, ou seja, as instituições jurídico-burocráticas de um ‘sistema de Justiça’ que opera sob os limites do direito.

Em *Modernism and the Grounds of Law*, Fitzpatrick (2001) usa a análise freudiana do mito do parricídio apresentada em *Totem e Tabu* como uma alegoria da modernidade e das suas buscas por “origens” ou por “fundações” para o direito. Ao contrário da análise proposta por Freud, para quem a proibição totêmica marcaria o banimento do parricídio e com ele a passagem de um estado de “selvageria” (de uma horda patriarcal) para um estado de maior “civildade” (de um clã fraterno), na leitura de Fitzpatrick (2001) este mito serve para mostrar como o direito não é fundado pela força positiva de um acontecimento, no caso, o parricídio, mas, justamente, por uma apropriação daquilo que é banido pelo direito. De modo que a proibição totêmica não corresponderia a uma vitória absoluta do regime patriarcal anterior, uma vez que se este fosse tão absoluto e vitorioso, o pai jamais teria sido assassinado. Tampouco corresponderia a uma rejeição ou derrota total do poder do pai, pois, se assim fosse, o ato do parricídio não teria sido banido. Seguindo Fitzpatrick (2001), a proibição do parricídio não deve ser entendida nem como uma completa ruptura, nem como o ponto de “origem”, mas, como um movimento de iterabilidade, de repetição e re-fundação auto-conservadora (Derrida, 2007, p. 90). Ou seja, como um contexto que produziu a imbricação, a interrelação e a contaminação mútua entre os ordenamentos de antes e depois do crime. Esta combinação se efetua no que poderia ser chamada de uma “referência universal negativa” <sup>191</sup> (Fitzpatrick, 2013, p.47). Uma vez que, para Fitzpatrick (2001): “como a modernidade não pode ser limitada positivamente na origem, ela se origina negativamente ao opor constitutivamente aquele que é ilimitavelmente o seu ‘outro’” (2001, p.43, tradução minha).

Portanto, na impossibilidade de uma significação ‘total’, ‘definitiva’ ou ‘original’, o significado (e a conservação) do direito se constitui em virtude da sua iterabilidade: “pela possibilidade de ser repetido na ausência não apenas do seu ‘referente’, o que é auto-evidente, mas na ausência de um significado

<sup>191</sup> O conceito de uma “referência negativa universal” (*negative universal reference*) é pensado a partir daquilo que Foucault (2005) analisa como um “racismo de Estado”. Segundo Fitzpatrick (2013) é “o racismo que dota o biopoder e seu aliado poder de normalização com a habilidade de ‘matar’ e ostensivamente ultrapassar e conter aquilo cujo ‘objetivo...essencial era fazer viver” (2013, p. 47, tradução minha). Esta referência é o que teria permitido tal combinação, sem que fosse preciso assumir um conteúdo essencialmente positivo ou delimitado, que seria incompatível com as reivindicações universalistas dos cientificismos sustentados pelo biopoder e pelo poder disciplinar (idem). Fitzpatrick (2013, p.47,48) coloca ainda que a “referência negativa universal” se funde em quatro estágios: (1) a “unidade da espécie” que torna possível a comparação entre um “elemento superior” e um “inferior”; (2) a distinção entre uma individualidade conhecida como “normal” e outra como “anormal”, em que o “anormal” tem um conteúdo positivo na negação do qual se constitui o conteúdo do “normal” (3) o “completo excluído” que entretanto já é “convidado” (*bidden to*) ao progresso ou a algum modo de alcançar a inclusão, e (4) a antítese que reside sempre potencialmente dentro dos “portadores do universal”, como na equação do outro “selvagem” que está sempre dentro de nós “civilizados”.

determinado ou da intenção de um significado real” (Derrida, p. 1988, p. 10, tradução minha). A iterabilidade como o movimento que abre os significantes ao contingente, ao ‘outro’, como a “lógica que liga a repetição à alteridade” (1988, p. 7, tradução minha), inscreve nos significados por um lado a “determinação” de fundamentos (sempre parciais) e por outro a “responsividade”. A necessidade auto-conservadora de responder ao ‘outro’, aos eventos, à realização da contingência, ao acontecimento da “fortuna” (Marchart, 2007) e se re-fundar. Por uma perspectiva pós-fundacional, então, a (re)fundação do direito (e dos significados de modo mais geral) “é sempre adiada, ainda que sempre parcialmente atingida” (Marchart, 2007, p. 6, tradução minha) e se concebe como negatividade, indicando ao mesmo tempo a “impossibilidade de um encerramento final”, mas também, de se “tornar idêntico a si mesmo” (Marchart, 2007, p. 5, tradução minha). Assim, retomando o ponto anterior, o direito, como coloca Fitzpatrick (2001, p. 43), “se origina negativamente” ao se opor aquele que é ilimitavelmente (e constitutivamente) seu ‘outro’, ou o seu “fora constitutivo” nos termos de Walker (2010).

No caso dos protestos, a oposição entre ‘manifestantes’ e ‘vândalos’ assumiu um papel fundamental não só de identificar este ‘outro’ que servia de negatividade para a fundação e justificativa de tantos projetos de lei<sup>192</sup> e novas tipificações penais<sup>193</sup>, mas também para legitimar uma série de outros aparatos institucionais<sup>194</sup> e tecnologias de vigilância, repressão, controle, regulação e governo dos manifestantes. Além disso, podemos pensar que, do mesmo modo que a proibição totêmica do parricídio não significa uma vitória absoluta do regime de poder do pai, porque o crime de parricídio marca justamente a fraqueza, as fraturas deste regime de poder; os projetos de lei, legislações e aparatos estatais que buscavam criminalizar os protestos podem ser lidos justamente como ‘fraturas expostas’ na nossa ordem jurídico-democrática. Ou seja, como admissões da sua fragilidade frente à presença de um ‘outro’ que (de)marca negativamente os limites da sua efetividade. A figura do ‘vândalo’, que é virtualmente qualquer manifestante em potencial, pode ser percebida a partir da leitura de Fitzpatrick (2001), como o ilimitavelmente outro que (re)constitui e (re)funda negativamente a ordem e o direito. Por fim, as considerações de

<sup>192</sup> Tal como observamos atentamente no capítulo anterior com base na minuta do projeto de lei que propunha tipificar o crime de desordem e de associação para a prática de desordem.

<sup>193</sup> Como por exemplo a tipificação do crime de desordem e de associação para a prática de desordem, a controversa tipificação do crime de terrorismo e a tipificação do crime de atentado contra a segurança do transporte rodoviário.

<sup>194</sup> Conforme vimos emblematicamente no capítulo anterior através do decreto de criação da CEIV (ver Anexo IV).

Fitzpatrick me fazem recordar a discussão sobre o desvanecimento da jurisdição e sua contínua refundação através da (não tão mítica) apropriação da justiça e da violência pelo Estado (Das e Poole, 2004, p. 14).

Estas ideias fornecem mais indícios sobre o quê estava em jogo quando as organizações da sociedade civil se mobilizaram para solicitar conjuntamente a audiência pública na CIDH/OEA e redigir coletivamente o dossiê reunindo tantos casos graves de violações ocorridas durante os protestos de 2013 em todo o Brasil. Tratava-se não apenas de disputar o direito à livre manifestação, ou até mesmo o direito ao protesto, mas de um investimento em incidir/resistir neste mecanismo de (re)afirmação e de (re)fundação da ordem jurídico-democrática, ou seja, intervir em sua iterabilidade.

Isto porque, se, de um lado, o movimento de fundação do direito moderno, por meio da “referência universal negativa”, pode ser lido como o procedimento político, violento e logocêntrico que traça uma linha discriminatória e ‘funda’ o direito através da negatividade, ao mesmo tempo, de outro lado, o direito tem que – sempre já (*always already*) e iteravelmente – responder ao outro, à contingência, à fortuna: daí sua constitutiva responsividade. É na iterabilidade, no momento da decisão (Derrida, 2007) ou no momento maquiavélico (Marchart, 2007) da contínua ‘determinação do determinado’ e re-fundação do direito que a responsividade abre ao por-vir, à justiça, ao outro – e, portanto, à resistência no (ou intrínseca ao) direito. A estrutura da iterabilidade, assim, suscita uma leitura do direito que identifica o momento maquiavélico como constitutivo do direito em sua abertura, em sua necessária responsividade ao contingente, à fortuna. E, talvez, seja ‘nesta fronteira’ em que direito e justiça se co-constituem e se contaminam mutuamente, des-dobrando o direito para o por-vir. O direito, por esta chave desconstrucionista, portanto, desloca a concepção da dicotomia direito/justiça, e possibilita (talvez) conceber um direito ‘do’ ou ‘no’ ‘entre’ (do) direito ‘e’ (da) justiça. O fechamento dessa energia rebelde, contestatória e responsiva é o que Douzinas chama (2000, p. 380) do “fim dos direitos humanos”. A partir da leitura de Fitzpatrick (2001, 2013), o fim dos direitos humanos poderia ser entendido como a ‘morte do direito’, ou a morte do direito como responsividade, a morte do direito como apelo à justiça infinita, ou ainda, como a morte dos direitos humanos.

### 3.2.4

#### A morte dos direitos humanos

Como Douzinas (2000, p. 380) nos lembraria, a força contestatória (e a responsividade) dos direitos humanos está sempre sujeita a ser cooptada. Ou seja, no lugar de uma abertura e reconhecimento de quem está sendo posto para ‘fora’, tendo seus direitos violados, sendo ‘vítima’ de violência ou até de extermínio, pode haver, ao contrário, um novo enrijecimento. Mais uma institucionalização em parâmetros e critérios que ao fixar uma normatividade acabam por (re)produzir (de)limitações, fronteiras de (re)afirmação e legitimação de práticas de exclusão. Há, nas palavras de Natália Damazio, “*sempre alguns riscos destes posicionamentos levarem a gente mais pra trás do que pra frente*”. O ‘risco’ da morte dos direitos humanos.

*E uma das brigas que se tenta desde aquele ano [2013], até hoje é justamente isto virar um tema. Enquanto tema. Protesto ser um tema de... relativo a direitos humanos e você começar a criar posicionamentos relativos especificamente a protestos e não de desdobramentos do que ocorre dentro de protestos. E a ideia é protestos e o quê está em torno destes protestos, que são, a maioria deles, direitos políticos ou direitos sociais, né? Mais amplos. Direito à vida. Desmilitarização. É estes temas também tarem incluídos, assim, dentro do protesto, **mas, ainda assim, que exista um posicionamento da CIDH enquanto protestos se avaliando sempre alguns riscos destes posicionamentos levarem a gente mais pra trás do que pra frente, assim, que é um risco. Você pode ampliar, por exemplo, se você cria standards básicos na Comissão pra protestos, que não é o que ninguém quer no momento. É standard pra uso de força, mas não pra... pra o protesto em si. Você pode criar um marco regulatório maior pra protesto do que você tem hoje, então, você pode dar passos atrás, então, você tem que ir com muita delicadeza na hora de tratar, ir com muito cuidado na hora de... levar novos temas pra estes espaços, mas ainda assim, tem que ser um mecanismo de pauta permanente na Comissão** (Entrevista 01/ 12:13-13:30. Grifos meus).*

Considero este momento da entrevista particularmente significativo no sentido de dar concretude ao paradoxo dos direitos humanos, a sua necessária impossibilidade e vitalidade aporética. Ouso dizer que esta fala traz um exemplo que ilustra a ambiguidade constitutiva dos direitos humanos (Douzinas, 2000). Quando Natália coloca que, apesar das organizações “*brigarem*” desde 2013 para “*protesto*” ser reconhecido como um “*tema*” de direitos humanos “*em si*”, que possa vir a incluir “*o quê está em torno destes protestos*”, como direito à vida e desmilitarização, ela enfatiza também a necessidade de “*avaliação*” constante dos “*riscos destes posicionamentos levarem a gente mais pra trás do que pra frente*”. Ou seja, observamos as entranhas dos tão diversos quanto contraditórios usos que podem ser feitos dos direitos humanos. Já que a criação

de “*standards básicos na Comissão*” pode servir tanto para ‘ampliar’ a legitimidade do discurso de proteção a manifestantes e manifestações, como para deslegitimar determinadas formas de manifestação e de protesto. Natália compartilha conosco essa preocupação: “*é standard para uso de força, mas não para o protesto em si*”, além da consideração de que é preciso “*ir com muita delicadeza*”, “*com muito cuidado na hora de levar novos temas para esses espaços*”. Nesta frase notamos ainda a ambiguidade também do papel “*desses espaços*” que são as instituições e os mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Vemos que, por um lado, há uma “*briga*” para que protesto se torne “*um mecanismo de pauta permanente na Comissão*”, e por outro, uma atenção para evitar que os posicionamentos “*relativos especificamente a protestos*” venham a se tornar julgamentos morais, regulações normativas, institucionalizações ou instrumentalizações de limites aos protestos, re-instaurando e re-legitimando as exclusões, as autorizações para a violência e levando, assim, à morte dos direitos humanos.

A conversão da tentativa de dar visibilidade, ou politizar, o tema dos protestos no seu aprisionamento ainda maior em estruturas de invisibilidades, ou despolitizações, nos remete a uma advertência de Rancière (1996, p. 45) que nos lembra: “Um mesmo conceito — a opinião ou o direito, por exemplo — pode designar uma estrutura do agir político ou uma estrutura da ordem policial”. A partir de Marchart (2007, p. 57), esta passagem da política para a polícia, poderia ser pensada ainda em termos da “relação mutuamente contraditória e ainda inseparável” (2007, p. 37) entre “o político”, enquanto o momento desestabilizador, de instituição/destituição dos significados (ligado a uma dimensão ontológica), para “a política”, enquanto as práticas convencionais (ligadas a uma dimensão ôntica).

Além disso, a atenção de Natália em relação aos “*riscos*” e ao “*cuidado na hora de levar novos temas para esses espaços*” reflete também a percepção da cumplicidade que o direito internacional e os advogados internacionais acabam tendo na constituição e/ou consolidação justamente daquilo que eles pretendiam se contrapor (Johns, 2013, p. 9). Diante deste jogo de paradoxos, podemos notar as disputas constantes por significados, valores, legitimações e reconhecimentos que, como Douzinas (2000, p. 343) salienta, marcam a “história dos direitos humanos”. A ambiguidade dos direitos humanos se inscreve, portanto, por um lado, na possibilidade sempre aberta de ser instrumento de resistência e de transformação (Douzinas, 2013), de abertura ao dissenso, à contestação (Rancière, 1996), e, por outro, em sua captura pela

operacionalização de uma determinada ordem policial (Rancière, 1996) ou legitimação (mas também limitação) de um poder disciplinar/governamental<sup>195</sup> (Golder e Fitzpatrick, 2013).

Ademais, este momento da entrevista elucida para o quanto tanto o dossiê, como até mesmo o momento de realização da audiência na CIDH/OEA, podem ser lidos nos termos do “dissenso” nas estruturas da “ordem policial”, ou até de uma “partilha do sensível” (Rancière, 1996). Observo isto tanto na “*briga*” por pleitear o tema dos protestos enquanto um “*tema em si*”, como nas múltiplas estratégias sensíveis de visibilidade das vozes, histórias, corpos e imagens que vinham sendo maciçamente invisibilizados fosse pelas versões forjadas por grande parte das mídias comerciais e fosse pelos representantes do Estado brasileiro. Sobre isto, mobilizo mais comentário de Natália que serve para sinalizar que o “dissenso” não tangia apenas as relações entre as organizações de direitos humanos e as instituições estatais ou os mecanismos internacionais, mas, se inscrevia inclusive em disputas no interior das relações entre as próprias organizações de direitos humanos.

### 3.2.5

**“se a gente tentar esticar a corda e pautar para além, você vai perder o todo”**

*Isso foi antes da criação, quando você tá num momento embrionário anterior, foi por volta de 2013 eu acho, começo de 2014, você tá criando, você traz a ideia de criar esta relatoria pra manifestações pacíficas na ONU<sup>196</sup> e começa uma disputa. Até porque existe uma disputa no terceiro setor por isso também. O terceiro setor não apoia indiscriminadamente manifestação, algumas organizações apoiam. Claro, Conectas, Cels e Justiça Global, que a gente tem mais próximos, é aberto que a gente não, não vai incidir entre manifestação pacífica e não pacífica, o direito é à manifestação. Ponto. Mas isso não é, não é unânime no setor. Existem organizações que acham que é, grande parte delas por verem nisso, por acharem que se a gente tentar esticar a corda e pautar para além, você vai perder o todo. Então, nesta época, foi uma época do*

<sup>195</sup> Este ponto será desenvolvido mais à frente através da linha de argumentação desenvolvida por Golder (2015).

<sup>196</sup> Aqui ela se refere ao processo de construção da Resolução 25/38 aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos sobre “A promoção e proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos” aprovada em 28 de março de 2014. Esta proposta de resolução apresentada pela Turquia, Costa Rica e Suíça no Conselho de Direitos Humanos da ONU foi criticada por organizações como a Conectas e a CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), da Argentina, que enfatizaram a necessidade da resolução refletir que “todas as proteções aos direitos humanos permanecem diretamente aplicáveis a todas as formas de protesto social, sendo eles classificados ou não como pacíficos”. Como tentativa de alterar a proposta antes da votação, foi elaborada uma carta aos Estados membros do Conselho. O documento, que recebeu apoio de outras 15 entidades, demandava que a resolução explicitasse a ideia de que um ato de violência não equivale a uma manifestação violenta - e que, portanto, governos e forças policiais devem garantir direitos mesmo quando ocorram distúrbios. Ver: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/15035-protestos-sociais>>. Ver também: <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CDH%20ONU%2025-38\\_Portugu%C3%AAs.pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CDH%20ONU%2025-38_Portugu%C3%AAs.pdf)>. Acesso em 26/12/2016.



***acirramento desta disputa do conceito de protesto pacífico e não pacífico, na época da criação da relatoria justamente pra garantir de que não fosse “ser pacífica”, teve no final, a criação dela não vem com essa separação, isso tá no título, mas não tá tão presente na sua formulação, enquanto inicialmente alguns países queriam. Países mais repressores na verdade. Então eu acho que foi positivo, assim*** (Entrevista 01 /17:20-18:44. Grifos meus).

A oposição entre ‘manifestação pacífica e não pacífica’, ou ‘manifestação e vandalismo’, atravessou este trabalho como uma das práticas políticas de distinção e discriminação (Walker, 2010, p. 32) mais significativas para a produção da desqualificação, da condenação moral e legal e da autorização da violência e perseguição policial-judicial dos ‘vândalos’. Esta disputa no “*terceiro setor*” aponta para a inscrição das ambiguidades nas ações das próprias organizações que se propõem a monitorar e denunciar as violações nos protestos. Uma vez que, quando as organizações incorporam esta distinção e trabalham nos termos do direito à manifestação ‘pacífica’, elas reproduzem as práticas discursivas e normativas que asseguram a desqualificação, condenação e autorização da violência que justamente pretendem questionar. Não só isso. Ao reafirmarem esta distinção, fazem ecoar precisamente os discursos que essencializam o ‘vandalismo’ e os ‘vândalos’ a partir dos quais se justifica grande parte das iniciativas de criminalização dos protestos (conforme analisei no capítulo anterior). De certa forma, eu diria que estas organizações ao ‘aceitarem’ os termos de uma ordem policial (Rancière, 1996) que limita os debates do direito de manifestação àquelas ‘pacíficas’ por “*acharem que se tentar esticar a corda e pautar para além, você vai perder o todo*”, não percebem que ao fazê-lo, elas já perdem o “*tudo*” antes mesmo de “*esticar a corda*”. Ou seja, ao defenderem uma solução supostamente ‘pragmática’, elas reproduzem a despolitização do direito à manifestação e o fechamento do potencial responsivo e radical dos direitos humanos.

Por outro lado, apesar das disputas e da tentativa de não restringir os debates sobre protestos na ONU ao caráter ‘pacífico’, de acordo com Natália, houve uma espécie de vitória parcial. Afinal: “*a criação dela não vem com essa separação, isso tá no título, mas não tá tão presente na sua formulação*”. Ou seja, paradoxalmente a formulação da resolução procurou abrir brechas na fronteira entre o ‘pacífico/não pacífico’. Este exemplo permite identificar uma espécie de fusão, ou profunda contaminação entre determinação e responsividade (Fitzpatrick, 2001) na formulação da resolução.

### 3.2.6

#### Táticas e estratégias de *contraconduta*

Antes de encerrar este debate sobre os paradoxos dos direitos humanos proponho um breve retorno ao universo epistemológico de Foucault tendo em vista apresentar alguns caminhos e possibilidades que se abrem nos rastros do seu pensamento. Para isto, recorro à leitura que Golder (2015) desenvolve em *Foucault and the Politics of Rights*. Ao longo deste livro, Golder (2015) propõe uma ressignificação do que é identificado por muitos comentadores de Foucault como uma “virada aos direitos” nos últimos anos e escritos de sua vida. Golder (2015) produz esta ressignificação em meio à mobilização de diferentes obras do filósofo, abordando, em especial, textos (e posicionamentos) frequentemente desconsiderados, que incluem declarações, entrevistas e intervenções jornalísticas de autoria coletiva ou colaborativamente assinadas. Contrário a perspectivas simplórias que tendem a reduzir esta “virada” de Foucault a uma aceitação direta do “discurso liberal individualista” ou aos apelos (à época correntes<sup>197</sup>) por direitos humanos e que, assim, enxergam uma ruptura, rejeição ou incoerência em relação aos seus métodos e paradigmas teórico-políticos, para Golder (2015), Foucault estaria atento aos modos pelos quais os direitos podem servir ao mesmo tempo para contestar e rearranjar relações de poder. E não teria perdido de vista, inclusive, suas constantes e paradoxais limitações.

Não apenas podemos conectar a leitura de Golder (2015) aos debates teóricos que venho trazendo ao enfatizar o potencial aporético e aberto dos direitos humanos (Douzinas, 2000; Fitzpatrick, 2001), como ela adiciona mais relevos e aprimora algumas questões. Segundo Golder (2015), os direitos, especialmente nos textos mais tardios de Foucault, aparecem de forma potencialmente útil como táticas e estratégias. Táticas no sentido de uma apropriação dos direitos para propósitos que os subvertem politicamente. Estratégias no sentido do uso dos direitos como forma de desafiar estruturas e relações de poder. Golder (2015) argumenta, por fim, que os direitos podem ser instrumentalizados nos termos de uma *contraconduta crítica*<sup>198</sup>. Enquanto

<sup>197</sup> No caso, esta “virada aos direitos” corresponde ao período da segunda metade dos anos 70, ou seja, uma fase imediatamente posterior à enorme efervescência dos movimentos sociais e políticos do final dos anos 60 e início dos anos 70.

<sup>198</sup> Para elaborar o conceito de *contraconduta crítica*, Golder (2015) aproxima o que Foucault chama de *contraconduta* daquilo que o filósofo entende por *crítica*. Na sua leitura, estas duas concepções estariam implicadas uma na outra na medida em que ambas trazem concepções de resistência ao poder como governo de condutas. Não enquanto negação total a todo e qualquer governo, mas como rejeições de certa forma de governo, de quem o exerce, de como é exercido. Uma resistência que, como crítica, desafia, subverte, desorganiza, desobedece, transgride por dentro, permeando e permeada por relações de poder.

instrumentos eles seriam reversíveis, conversíveis em táticas e estratégias que possibilitariam desafiar, limitar, transformar ou, ao menos, deslocar, o poder enquanto modo de governo das condutas das populações, de determinados grupos, ou mesmo, em uma dimensão mais disciplinar, de si. Sem que isso signifique, no entanto, uma adesão acrítica de Foucault ao “poder” e ao “valor” dos direitos, ao invés disso, configuraria uma concepção cheia de nuances, permeabilidades, mutabilidades, ambivalências e limites no entendimento deste potencial político transformador.

No capítulo anterior, ao analisar as denúncias do dossiê em relação ao tema da “medida do uso da violência” do Estado, cheguei a interpretar a ação dossiê e da audiência como formas de *contracondutas*. O debate da ‘medida do uso da violência’<sup>199</sup> envolvia certas concepções e definições acerca da ‘necessidade’, ‘proporcionalidade’, ‘legitimidade’, bem como sobre os ‘critérios’ e os ‘limites’ do uso da força ou outras formas de restrições do Estado aos protestos. Através dele, analisei que as organizações que solicitaram a audiência e redigiram o dossiê apesar de denunciarem as violações do Estado brasileiro, não negavam, nem questionavam propriamente a legitimidade (e legalidade) do governo da população pela instituição do Estado. Ou seja, que as denúncias consistiam precisamente em ações que operavam por dentro dos regimes, das instituições, das práticas e das normas estabelecidas pelos Estados e pelo sistema de Estados. Ao mesmo tempo em que desafiam ‘certa forma de governo’ pelo Estado, não contradiziam a centralidade do papel do Estado como garantidor dos direitos ou como detentor do monopólio do uso legítimo da força. Neste sentido, a peça do dossiê e também, o pedido e a realização da audiência na CIDH, aparecem como táticas, como estratégias, como formas de usar os direitos. Formas de se apropriar dos discursos e das práticas relativas à proteção dos direitos para enfrentar, subverter ou tensionar estruturas e relações de poder. Por esta perspectiva, o dossiê e a audiência seriam exemplos de uma atitude *crítica* ou de uma *contraconduta crítica* que (re)age por dentro do corpo institucional e normativo dos direitos humanos rejeitando e resistindo ao governo de uma determinada forma de exercício da violência pelo Estado.

Finalmente, sobre o dossiê e a audiência como táticas e estratégias, cabe ainda reproduzir mais um ponto discutido com Natália. Quando perguntei se havia expectativas de transformações concretas a partir da audiência ou o

---

<sup>199</sup> Conforme aparece nas páginas: 9, 10, 29, 135, 136, 153 a 155 do dossiê.

atendimento do Estado brasileiro de alguma das recomendações finais que constam no dossiê, ela respondeu o seguinte:

*Pontualmente não. É muito raro ter qualquer instrumento internacional, pelo menos a nível de sistema interamericano que eu atuo com mais permanência, é **muito difícil uma estratégia funcionar sozinha**, isolada de outras estratégias, então você fazer uma audiência pública, não atualizar, não manter informada a Comissão sobre a situação das coisas, não tentar fazer um acompanhamento num período seguinte com uma reunião de trabalho, uma reunião informal, você não vai... vai morrer ali. A tendência é morrer ali. **Eu acho que é um mecanismo... tem uma eficácia pontual de você conseguir pautar a mídia e dar uma outra, né? Que a gente conversou no outro dia, uma outra versão**, mas ainda assim, não age como mecanismo pra atuação em sistema e aí, pensando assim, saindo do plano interno e indo para um plano internacional você não vai conseguir um reposicionamento, porque, assim, **é uma briga você conseguir que a Comissão, que o Sistema Interamericano aborde protestos**. É uma briga, o sistema não quer. Eles tratam como um tema e eles deixam isso bem claro, pelo menos por enquanto, eles tratam como um tema transversal. (Entrevista 01/ 10:21-12:10. Grifos meus).*

Este rastro nos leva a pensar novamente sobre a importância que havia em pautar ‘outra versão’ sobre a violência nos protestos, inclusive na mídia. Considerando as literaturas críticas do direito que abordei ao longo deste capítulo a disputa por pautar ‘outra versão’, assim como a ‘briga’ para que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos abordasse o tema dos protestos “*em si*”, para além de um tema transversal, apontam para indícios concretos da materialidade de alguns dos problemas teóricos apresentados anteriormente através da leitura de Costas Douzinas (2000, 2005, 2007, 2013), Peter Fitzpatrick (2001, 2013) Marchart (2007) e Ben Golder (2015). Em especial naquilo que se refere à necessidade dos direitos humanos serem um significante sempre aberto porque aberto ao outro (Douzinas, 2000), porque aberto à possibilidade de responder aquilo que está além da determinação (Fitzpatrick, 2001), porque sem fundação última (ou primeira) é político, disputável (Marchart, 2007), aberto a desafiar, limitar, transformar ou deslocar relações de poder (Golder, 2015).

### 3.3.

#### Entre: um espaço-tempo de resistência, política e desconstrução

O posicionamento político e estratégico pós-fundacionalista expressa o 'entre' como um espaço-tempo de e na resistência do direito e dos direitos humanos. O dossiê, assim como tantos outros relatos, informes, relatórios que denunciavam as violações crescentes nas ruas consistia em uma tática de resistência que disputava 'outra versão' diante das tantas matérias nas mídias, capas de jornais, projetos de lei, decretos do executivo, boletins de ocorrência, inquéritos que, cada vez mais, inscreviam uma 'versão oficial' que legitimava as violências na repetição incansável da narrativa de que "o gás é pra dispersar os vândalos"<sup>200</sup>. Ou, de que a versão de uma 'minoridade de vândalos infiltrados' nos protestos, munidos de artefatos 'suspeitos' e 'perigosos' que iam de máscaras, instrumentos de percussão, bandeiras, megafones, tintas guache, rolinhos de tinta, bolas de gude até audaciosas garrafas de vinagres<sup>201</sup>, para promover a 'desordem', a 'baderna', a 'depredação' poderia ser a resposta final, a narrativa oficial, a justificativa definitiva que autorizaria a tomada de "todas as providências necessárias"<sup>202</sup>.

Entre o paradoxo dos direitos humanos de ter e não-ter fundação, de ser e não-ser uma 'verdade', da im-possibilidade de uma (re)solução final e as disputas entre pimentas e vinagres, o significado dos direitos humanos se des-(re)-construía. O dossiê, assim, além de um documento de denúncia, é um efeito das disputas entre pimentas e vinagres nas ruas e nos papeis, mas é também uma tática de construção de 'outra versão', de outra 'verdade', de outro 'significado' dos protestos. E com eles, das 'violações de direitos humanos' nos

<sup>200</sup> Conforme a já citada fala do comandante coronel Erir Ribeiro. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AaOq8U01Wa4>>. Acesso em 20/11/2016.

<sup>201</sup> A lista de itens descrita por mim resulta da fusão entre um trecho do dossiê que se refere aos objetos que vem justificando detenções para averiguação, com uma parte da apresentação do caso no início da audiência na CIDH/OEA, quando Camila Marques se refere ao mesmo problema. Reproduzo ambos a seguir: "Pessoas vêm sendo detidas por portarem garrafas de vinagre, máscaras e instrumentos de percussão, sem estarem associadas a práticas delitivas" (Dossiê, 2014, p. 120) e "[...] no cenário dos protestos, cerca de 1.700 manifestantes foram detidos nas delegacias sem que houvesse qualquer indício de crime. É necessário dizer que a polícia militar fez uso massivo da extinta figura de prisão para averiguação [...] muitas pessoas foram alvo dessa ilegalidade apenas por portar, por exemplo: bandeira, megafone, tinta guache, rolinho de tinta, bola de gude, vinagre, mas eu posso afirmar aqui que a maioria das pessoas realmente foi detida simplesmente por aparentar ser manifestante" (Vídeo da Audiência Pública na CIDH/OEA sobre a abordagem do Brasil aos protestos realizada em 28/03/2014. 12:42-13:21. Disponível em: <<https://youtu.be/93mLQXXN5w0>>. Acesso em: 26/11/2016).

<sup>202</sup> Conforme o decreto de criação da CEIV (ver Anexo IV).

protestos, e, através delas, dos 'direitos humanos', dos 'humanos', e, quem sabe até, de certas ideias sobre a 'humanidade'.

As disputas entre pimentas e vinagres em torno das 'versões' do que as ruas 'terão sido' são urgentes porque é nelas que o "acontecimento da desconstrução" acontece (Derrida, 1985). Porque é no 'entre' que se constroem e que, portanto, se desconstroem os significados que legitimam certas violências contra certos sujeitos, mas também que se legitimam os direitos desses mesmos sujeitos contra estas mesmas violências. É no 'entre' que se des-constroem os direitos, os sujeitos e seus destinos.

## Considerações finais: *Amar a trama mais que o desenlace*

Diante das tensões e apesar das múltiplas tentativas de silenciamento, as violações de direitos humanos nos ‘falam’. Em meio à batalha das narrativas sobre as verdades daquilo que os protestos ‘terão sido’, procurei seguir, ao longo deste trabalho, alguns dos rastros do que é produzido, desestabilizado e disputado entre as pimentas da repressão e os vinagres da resistência.

As disputas em torno do *papel das ruas*, ou da ‘verdade’ do que as ruas ‘terão sido’, como vimos, foi motivadora e motivo de uma proliferação de discursos, práticas e outros dispositivos institucionais e legais que procuravam fixar através de *ruas de papel* o *papel das ruas*. De modo emblemático, estas disputas evidenciavam o caráter político dos (e nos) limites entre ‘ordem’ e ‘desordem’, ‘manifestantes’ e ‘vândalos’, cujas inscrições nos papéis apontavam para um labirinto de aporias e dissensos sobre violência, cidadania, direitos humanos e humanidade.

Nos dois primeiros capítulos, observei a tessitura de uma ‘contranarrativa’ que os movimentos sociais e ONGs mobilizam por meio do dossiê e da primeira audiência sobre protestos junto à CIDH em resposta às ‘narrativas oficiais’ dos discursos e práticas de representantes das forças de segurança pública, bem como do executivo, legislativo e judiciário, que se reproduziam nos principais veículos de comunicação do país. Ao analisar o dossiê, então, explorei disputas ontológicas que constituem as violações de direitos humanos no contexto dos protestos, percorrendo um labirinto de embates que se dão nas linhas de distinção ou nos limites dos fundamentos e das fundações do direito. Esta expansão das pimentas e dos vinagres através das leis e práticas da legalidade forneceram pistas, portanto, não apenas dos embates de pimentas e vinagres, mas também dos mecanismos da (re)fundação da ‘ordem’, da lei e das suas práticas de autorização de autoridades.

Nestes limites, a figura do ‘vândalo’, em contraposição ao ‘manifestante pacífico’ ou o ‘cidadão de bem’, emergiu como um negativo que produz a positividade do direito. Mais do que isso, o ‘vândalo’ se revelou como uma figura que perturba a oposição constitutiva da vida política moderna entre o ‘cidadão’ e o ‘humano’, excedendo e embaralhando as distinções espaciais entre ‘amigos e inimigos’ e as distinções temporais entre ‘civilizados e bárbaros’. Ao seguir estes

outros rastros, desorientando-me pelo labirinto, o conceito de direitos humanos assumiu uma outra dimensão.

Entre pimentas e vinagres, entre ruas e papéis, o reconhecimento de certas violências como violações de direitos humanos se (des)construía. Diante das possibilidades de se render ou desafiar o labirinto, explorei um posicionamento em defesa da politização das práticas de autorização de autoridades e o engajamento com uma dimensão radical dos direitos humanos enquanto contracondutas críticas, táticas de subversão e estratégias de resistência.

A partir dos escritos de Douzinas (2000), Fitzpatrick (2001,2013) e Golder (2015), empenhei-me tanto em não perder de vista as ambiguidades constitutivas dos direitos humanos, como em abraçar sua potência transgressora, utópica, desestabilizadora, radical. E também, como nos alerta Derrida, que “(...) cada avanço da politização obriga a reconsiderar, portanto, a reinterpretar, os próprios fundamentos do direito, tais como eles haviam sido previamente calculados ou delimitados” (Derrida, 2007, p. 56). Este movimento de politização é entendido por Illan Rua Wall (2012, p. 141) como um “repensar” ou um “recuar” ao polo radical dos direitos, uma tentativa de tomá-los como algo em processo, ou, mais especificamente, como um “processo de criação” em constante tensão, contaminação, oscilação ou vibração – como um “tremor”:

É a diferença e a constante tensão entre os polos dos direitos humanos que os tornam uma parte tão crucial da política e do direito modernos. Há constante contaminação entre eles. Então, não pode haver uma essência própria dada e estática dos direitos humanos. Ao contrário, há uma constante *oscilação ou vibração* entre os polos de limitação e criação, um certo *tremor* entre decisão e demanda. Não é nenhum dos polos que define os direitos humanos, mas a oscilação, o tremor ou a vibração em si. (Wall, 2012, p. 4, grifos do autor, tradução minha).

É este “tremor” que desestabiliza as ‘certezas’, que desloca as lógicas de identidades e diferenças, que rasga as dialéticas. O tremor *entre* os polos de limitação e criação, entre a determinação e a responsividade (Fitzpatrick, 2001), entre o acontecimento ou a fortuna que rompe (Marchart, 2007) e a exigência da decisão (Derrida, 2007). É este *tremor* do (e no) *entre* que torna os direitos humanos algo tão crucial e politicamente produtivo (Wall, 2012, p. 3-4).

Esta dissertação procurou ser um convite a entrar nesse lugar do encontro das controvérsias, das ambiguidades, da desconstrução: um convite ao “entre”. A navegar (e desafiar) a aporia dos direitos humanos em sua abertura radical. E procurou fazê-lo partindo da materialidade de um documento



denúncia, o dossiê, cujos rastros desafiavam e resistiam aos fazeres do direito, do Estado (e do internacional) nas suas práticas concretas de autorização de autoridades, nos seus artefatos de gestão e produção dos sujeitos, narrativas e verdades. Assim, este trabalho se arriscou a traçar um diálogo com diferentes disciplinas e a abrir possibilidades *entre* elas. Aproximando debates das relações internacionais aos da antropologia, do direito aos dos novos materialismos, da filosofia aos da ciência política.

Através dos capítulos, o problema da soberania, tão caro para a disciplina de relações internacionais, entrou em cena como o problema da discriminação e julgamento do que é incluído (e excluído), reconhecido ou não enquanto violação de direitos humanos, como um jogo de múltiplas renegociações de afirmações concorrentes (Walker, 2010). A partir da (des)leitura do dossiê, em especial, mas também do decreto e da minuta do projeto de lei que compõe (a ainda que singela) “aldeia arquivo” desta pesquisa foi possível observar algumas faces deste arranjo.

Por um lado, observamos as reivindicações de soberania da CIDH/OEA de definir, de delimitar um determinado entendimento do que são os direitos humanos e, assim, de uma determinada concepção de humanidade. Concepção esta, que como vimos, é mobilizada pelos movimentos sociais e ONGs em suas referências a tratados, decisões e normativas ‘internacionais’ que servem para ancorar os argumentos das denúncias de violações de direitos humanos. Ao fazê-lo, por sua vez, também os movimentos sociais e ONGs reivindicam a soberania de dizer o que é violação, o que é cidadania, direito, direito humano. Ao mesmo tempo legitimando e desafiando a soberania da CIDH/OEA – na negociação da discussão de novos temas, como é o caso dos protestos – bem como a soberania do Estado, ao denunciá-lo como violador de direitos e ao confrontar a ‘narrativa oficial’ de que ‘eventuais abusos’ serão apurados e punidos individualmente. Os movimentos sociais e ONGs projetam uma ‘contranarrativa’ que responsabiliza o Estado pela condução, sistematicidade, orquestramento e investimento em tecnologias e técnicas de repressão em massa, além de acusarem as diversas iniciativas de criminalização de manifestantes e movimentos sociais corporificadas em dispositivos não só repressivos, mas punitivos na ‘letra da lei’.

Por outro lado, de forma ainda mais visível (e violenta), observamos a reivindicação da soberania do Estado brasileiro (nas vozes daqueles que se dizem seus representantes) que se arroga o lugar privilegiado (e definitivo) da definição do que é o exercício da cidadania, o que é ser cidadão (“o cidadão

bem intencionado”), o que é abuso de poder, o que é direito, o que é crime, o que é manifestante, o que é vândalo, o que é ordem, o que é desordem. Mais ainda, os representantes do Estado alegam oferecer todos os instrumentos, legislações e mecanismos democráticos, legítimos e necessários para ‘resolver’ os “possíveis abusos” no caso dos protestos, argumentando que esta não seria uma questão pertinente ao âmbito internacional, mas um problema doméstico a ser tratado no âmbito das instituições e poderes nacionais.

Os esforços da denúncia em busca do reconhecimento de variadas práticas estatais como violações de direitos humanos podem ser entendidos, na perspectiva de Walker (2010), como parte de insistentes renegociações de afirmações concorrentes sobre a primazia do direito do Estado ou do direito internacional.

As narrativas enraizadas nos pressupostos de um dualismo radical - de uma teoria política dividida de uma teoria das relações internacionais, de uma justiça cosmopolita ou global, lida como a grande alternativa à lei do Estado soberano - começaram a funcionar muito eficazmente para minimizar compromissos sustentados com o caráter contraditório e aporético dessa dupla legitimação, encorajando a reprodução constante de uma filosofia linear da história e discursos sobre a presença/ausência do Estado soberano. Ainda assim, enquanto tais narrativas encorajam leituras de muitas tendências contemporâneas em termos de reivindicações sobre o primado de um sobre o outro (intervenção humanitária sobre a soberania do Estado, direitos humanos internacionais sobre a lei estatal, demandas de solidariedade em uma ‘guerra contra o terror’ sobre as minúcias do Estado de Direito e da diplomacia multilateral, e assim por diante), continua sendo necessário compreender muitas dessas tendências, como renegociações e ainda mais renegociações de reivindicações concorrentes entre um e outro (Walker, 2010, p.221, tradução minha).

Entretanto, os rastros da análise do dossiê complicam tal renegociação ao expor o momento em que esse dualismo radical é lançado contra si próprio: se o recurso a um arcabouço de direito internacional de direitos humanos talvez pareça corresponder a uma aspiração por um conceito de justiça global extra-legal como grande alternativa ao direito estatal, as estórias e histórias contadas no dossiê e nas entrevistas expressam o esforço por dar voz a contranarrativas específicas, diante das impossibilidades colocadas pela aporia entre o direito do Estado e o direito internacional.

Por fim, seguindo o dossiê, a trama dos rastros e dos rastros de rastros das disputas *entre* pimentas e vinagres, me levou a percorrer um labirinto de inscrições entre ruas e papéis que disputam a ‘verdade’ do que as ruas terão (ou teriam) sido. Diante das infinitas portas de entrada e saída e do assombramento da impossibilidade de uma origem ou (re)solução final, procurei manter o verso

de Jorge Drexler em mente e “*amar a trama mais que o desenlace*”. Entre o fascínio pelo labirinto e a obstinação em encontrar um caminho, tentei (ainda que de forma infiel) aceitar o jogo da desorientação e des(a)fiar o labirinto de aporias e dissensos sobre violência, cidadania, direitos humanos e humanidade. As lutas em (trans)formação, resistência, re-existência dos direitos humanos materializada na trama dos rastros de pimentas e vinagres, nas ruas, nos papéis e nas ruas de papel segue muito além do que este papel pode vir a problematizar. Talvez, seria mais honesto ao invés de colocar o ponto ‘final’ permitir o ‘etc.’, reconhecer que ainda que aqui e agora a trama adormeça, basta o ‘e’ para que o movimento aconteça, deslocando, umidificando, revertendo, subvertendo e abrindo-se ao porvir...

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- ALFLEN, P. R. *Teoria do domínio do fato*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ARAÚJO, L. A. *O Direito À Liberdade de Expressão Crítica ao Estado e seus Representantes em uma Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro, 2012. 117p. Monografia (Graduação em Direito) – Departamento de Direito, PUC-Rio.
- BARBOSA, A. R. 'Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro'. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, 2012, p. 256-265.
- BAXI, U. *The Future of Human Rights*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2006.
- BECKER, B.; MACHADO, M. 'Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013'. *Discursos fotográficos*, v. 10, n. 17, 2014, p. 39-60.
- BENJAMIN, W. 'Critique of Violence'. In: DEMETZ, P. (Ed.). *Walter Benjamin Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*. Nova York: Schocken Books, 1986, p. 277-300.
- BEZERRA, A. C.; GRILLO, C. C. 'Batalha nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações'. *Liinc em Revista*, v. 10, n. 1, 2014, p. 195-210.
- BOLTANSKI, L. La Denonciation. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, v. 51, 1984, p. 3-40.
- \_\_\_\_\_. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Trad. Graham Burchell. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BRYSK, A. 'Human Rights and National Security'. In: BRYSK, A.; SHAFIR, G. (Eds.), *National Insecurity and Human Rights: democracies debate counterterrorism*. Londres: University of California Press, 2007.
- CALVINO, I. *Assunto Encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução de Roberto Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMPBELL, D. 'Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility'. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (Eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 163-180.

\_\_\_\_\_. Cultural governance and pictorial resistance: reflections on imaging of war. *Review of International Studies*, v. 29, 2003, p. 57-73.

CANO, I. *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Os Donos do Morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CANTÚ RIVERA, H. F. “Empresas y derechos humanos: ¿hacia una regulación jurídica efectiva, o el mantenimiento del *status quo*?”. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, v. 13, 2013, p. 313-354.

CARRARA, S. *Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. São Paulo: Edusp, 1998.

CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, R.; SOUZA LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

COCCO, G. Entrevista: cientista político fala sobre o cenário sociopolítico das manifestações. *Dissertação sobre divulgação científica*, out. 2013. Disponível em: <<http://dissertacaosobredecb.blogspot.com.br/2013/10/entrevista-cientista-politico-fala.html?m=1>>. Acesso em: 15 out. 2013.

CONNOLLY, W. E. “Identity and Difference in Global Politics”. In: DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. (Ed.), *International/intertextual relations: Postmodern Readings of World Politics*. Toronto: Lexington Books, 1989, p.323-342.

DAS, V.; POOLE, D. “State and Its Margins: Comparative Ethnographies”. In: \_\_\_\_\_ (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 3-33.

DAUPHINEE, E. “The Ethics of Autobiography”. *Review of International Studies*, v. 36, 2010, p. 799-818.

DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. ‘The Method of Dramatization’. In: LAPOUJADE, D. (ed.) *Desert Islands and Other Texts, 1953-1974*. Nova York: Semiotext(e), 2004, p. 94-116.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- \_\_\_\_\_. 'Letter to a Japanese Friend'. In: WOOD, D.; BERNASCONI, R. (Eds.) *Derrida and Différance*. Warwick: Parousia Press. 1985, p.1-5.
- \_\_\_\_\_. 'Signature Event Context'. In: \_\_\_\_\_. *Limited Inc.* Evanston: Northwestern University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Voz e o Fenômeno*: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. *The Gift of Death*. (trad. David Wills). Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Monolingualism of the Other*, or The Prosthesis of Origin. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. 'Et cetera... (and so on, und so weiter, and so forth, y así sucesivamente, und so überall, etc.)'. *Daimon: Revista de Filosofia*, n. 19, 1999, p. 9-25.
- \_\_\_\_\_. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Força de lei – o "fundamento místico da autoridade"*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DORNELLES, J. R. W. 'Direitos Humanos, violência e barbárie no Brasil: uma ponte entre o passado e o presente'. *Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- DOUZINAS, C. *The End of Human Rights*: Critical legal thought at the turn of the century. Oxford: Hart Publishing, 2000.
- \_\_\_\_\_. Violence, Justice, Deconstruction. *German Law Journal*, v. 6, 2005, p. 171-178.
- \_\_\_\_\_. *Human Rights and Empire*: The Political Philosophy of Cosmopolitanism. Nova York: Routledge, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Philosophy and Resistance in the Crisis*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- DUPUIS-DÉRI, F. *Who's Afraid of the Black Blocs?* Anarchy in Action Around the World. Oakland: PM Press, 2014.
- ENNE, A. L. 'Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria "vândalos" no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013'. *Revista História e Cultura*, v. 2, n. 2, 2013, p. 174-196.
- FARIAS, J. 'Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta por sobrevivência'. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 15, n. 2, p. 138-171, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Governo de Mortes*: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 248p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.

FERREIRA, L. *Dos Autos da Cova Rasa: A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro, 2007. 185p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ.

\_\_\_\_\_. *Uma Etnografia para Muitas Ausências: O Desaparecimento de Pessoas como Ocorrência Policial e Problema Social*. Rio de Janeiro, 2011. 308p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant* (Florianópolis), v. 11, p. 76-112, 2014.

FITZPATRICK, P. *Modernism and the Grounds of Law*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. 'Foucault's Other Law'. In: GOLDER, B. (Ed.) *Re-reading Foucault: On Law, Power and Rights*. Oxford: Routledge, 2013, p. 39-63.

FLORES, J. *Los derechos humanos como productos culturales: Crítica del humanismo abstrato*. Madrid: Catarata, 2005.

FOUCAULT, M. ¿Qué es la crítica? [Crítica y Aufklärung]. *Δαίμων, Revista de Filosofia*, nº 11, 1995, p. 5-25. Disponível em <<http://revistas.um.es/daimon/article/view/7261/7021>>. Acesso em 30 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FORTIN, A. J. 'Notes on a Terrorist Text: A Critical Use of Roland Barthes' Textual Analysis in the Interpretation of Political Meaning'. In: SHAPIRO, M. J.;

DER DERIAN, J. (Eds.) *International/Intertextual Relations*. Ontario: Lexington Books, 1989, p. 189-206.

DORNELLES, J. R. W. 'Direitos Humanos, violência e barbárie no Brasil: uma ponte entre o passado e o presente'. *Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, 435-450.

GARRELL, R. M.; SILVA, E. O. 'Manifestações Populares e os recentes Projetos de Lei "Antiterrorismo: expansão do Estado de Exceção?"'. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANDHEP: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 8. Grupo de Trabalho 3: Constituição, Democracia e Direitos Humanos. 2014, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: USP, 2014, p. 1-22. Disponível em: < [http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1398278225\\_ARQUIVO\\_ANDHEP2014-ARTIGO-ManifestacoesPopulareseosrecentesProjetosdeLeiAntiTerror.pdf](http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1398278225_ARQUIVO_ANDHEP2014-ARTIGO-ManifestacoesPopulareseosrecentesProjetosdeLeiAntiTerror.pdf) >. Acesso em: 11 dez. 2016.

GOLDER, B. (Ed.) *Re-reading Foucault: On Law, Power and Rights*. Londres: Routledge, 2013.

\_\_\_\_\_. *Foucault and the Politics of Rights*. Stanford: Stanford University Press, 2015.

GOLDER, B.; FITZPATRICK, P. *Foucault's Law*. Londres: Routledge, 2013.

GREAR, A.; WESTON, B. H. "The Betrayal of Human Rights and the Urgency of Universal Corporate Accountability: Reflections on a Post-Kiobel Lawscape", *Human Rights Law Review*, 15, Oxford University Press, 2015, p. 21–44.

HADDOCK-LOBO, 2007. *Para um pensamento úmido – A filosofia a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro, 2007. 2v. 453p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, PUC-Rio.

\_\_\_\_\_. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *Para um pensamento úmido: a filosofia a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: NAU, 2011.

HAFNER-BURTON, E. M. 'Sticks and Stones: Naming and Shaming the Human Rights Enforcement Problem'. *International Organization*, v. 62, 2008, p. 689-716.

\_\_\_\_\_. 'International Regimes for Human Rights'. *Annual Review of Political Science*, Laboratory on International Law and Regulation - ILAR Working Paper, n. 11, 2011, p. 1-51.

HÖHN, S. 'The Object of Activism: Documents and Daily Life in Namibian NGOs'. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 36, Number 1., 2013, p. 99–117.



HULL, M. 'Documents and bureaucracy'. *The Annual Reviews of Anthropology*. n. 41, 2012a, p. 251-267.

\_\_\_\_\_. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press, 2012b.

HUMAN RIGHTS WATCH. *In the Name of Security: Counterterrorism Laws since September 11*. Nova York: HRW, 2012. Disponível em: < <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/global0612ForUploadFinal.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2016.

INAYATULLAH, N. 'Falling and Flying: An Introduction'. In: \_\_\_\_\_ (Ed.), *Autobiographical International Relations: I, IR*. Nova York: Routledge, 2011, p. 1-12.

JIMENO, M. ' Emoções e Política: a vítima e a construção de comunidades emocionais'. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v. 16, n. 1, 2010, p. 99-121.

JOHNS, F. *Non-Legality in International Law: Unruly Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

JOHNSON, A. *Foucault: Critical Theory of the Police in a Neoliberal Age*, *Theoria*, Issue 141, v. 61, n. 4, 2014, p. 5-29.

KALECK, W.; SAAGE-MAAB, M.. 'Corporate Accountability for Human Rights Violations Amounting to International Crimes: The Status quo and its Challenges', *Journal of International Criminal Justice*, v. 8, 2010, p.699-794.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Nova York: Cornell University, 1998.

KYRIAKAKIS, J. 'Australian Prosecution of Corporations for International Crimes: The Potential of the Commonwealth Criminal Code'. *Journal of International Criminal Justice*, v. 5, 2007, p. 809-826.

KOSKENNIEMI, M. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LATOUR, B. *Resseambling the Social: An introduction to Actor-Network-Theory*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *The Making of Law: An ethnography of the Conseil d'État*. Cambridge: Polity Press, 2010.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

\_\_\_\_\_. *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LEITE, M. 'Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000, p. 73-90.

\_\_\_\_\_. 'Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas'. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115-141.

\_\_\_\_\_. 'Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro'. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, 2012, p. 374-389.

\_\_\_\_\_. 'La favela et la ville: de la production des "marges" à Rio de Janeiro'. *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales*, v. 3, 2013, p. 109-128.

LEMOS, A. P. *Afasta de mim esse cale-se: pelo fim do crime de desacato*. Curitiba, 2014. 99p. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.

LUDD, N. (Org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad, 2002.

LUNDBORG, T.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. 'New Materialisms, discourse analysis, and International Relations: a radical intertextual approach'. *Review of International Studies*, v. 41, 2014, p. 3-25.

MACHADO DA SILVA, L. A. Afinal qual é a das UPPs? *Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010a.

\_\_\_\_\_. *As várias faces das UPPs*. *Revista Ciência Hoje*, n. 276, 2010b.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Machado da Silva, L. A. (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

MARCHART, O. *Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2007.

MBEMBE, A. 'The Banality of Power and the Aesthetics of Vulgarly in the Postcolony'. *Public Culture*, v. 4, n. 2, 1992, p. 1-30.

MENDONÇA, K.; DAEMON, F. 'Os "outros" da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013'. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 11, n. 30, 2014, p. 37-55.

MENDONÇA, T. *Batan: Tráfico, Milícia e "Pacificação" na Zona Oeste do Rio da Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014. 169p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ.

MENEZES, P. *Entre o "Fogo Cruzado" e o "Campo Minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP, UERJ.

- MIAGUSKO, E. "Chatuba não é favela": os sentidos das políticas de pacificação na Baixada Fluminense. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2013.
- MISSE, M. 'Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito'. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 77-91.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. 'Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo'. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 13-18.
- MUSSAWIR, E. *Jurisdiction in Deleuze: the expression and representation of law*. Nova York: Routledge, 2011.
- NETO, A. F. 'Conversações televisivas sobre as manifestações de 2013: o ator social emudecido'. *Rizoma*, v. 3, n. 1, 2015, p. 7-22.
- NYERS, P. 'Moving Borders: the politics of dirt'. *Radical Philosophy*, n. 147, 2012, p. 2-6.
- OLIVEIRA, A. V.; SOARES DE OLIVEIRA, S. T. 'Abolitio Criminis do Desacato: um olhar sobre a relação entre autoridade pública e o particular na América Latina'. *Revista do CAAP*, Número Especial: I Jornada de Estudos Jurídicos da UFMG, 2010, p. 15-35.
- PARKER, N.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. (Eds.). *Critical Border Studies: broadening and deepening the 'lines in the Sand' Agenda*. Londres: Routledge, 2014.
- PASSOS, P.; FRANCO, M. 'A Paz nas favelas cariocas: reflexões sobre a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro (2008-2013)'. *Anais do XXIX Congresso de Sociologia – ALAS*, 2013.
- POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- PROENÇA, G. A. Teoria do Domínio do Fato. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT*, n. 5, 2014. Não paginado. Disponível em <[http://www.fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/nkS05egs8i3Gkrx\\_2015-1-29-21-28-2.pdf](http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nkS05egs8i3Gkrx_2015-1-29-21-28-2.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.
- PROZOROV, S. 'Liberal Enmity: The Figure of the Foe in the Political Ontology of Liberalism'. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 35, n. 1, 2006, p. 75-99.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento - política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Who is the Subject of the Rights of Man*, in: "South Atlantic Quarterly" 103:2/3, Spring/Summer 2004.

\_\_\_\_\_. 'The Politics of Aesthetics. *Mute*, Berlim, 14 set. 2006. Disponível em: <<http://www.metamute.org/editorial/articles/politics-aesthetics>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Espectador Emancipado*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REIS, R. R. Os direitos humanos e a política internacional. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, 2006, p. 13-29.

RILES, A. 'Infinity within the Brackets'. *American Ethnologist*, v. 25, n. 3, 1998, p. 378-398.

\_\_\_\_\_. 'Introduction: A Response'. In:\_\_\_\_\_. (Ed.) *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

ROCHA, L. Notas sobre experiências de "Pacificação" em favelas do Rio de Janeiro – Brasil (mimeo). *Conferência Internacional Violência em Barrios de América Latina*, 2011.

RODRIGUES, A.; CASANOVA, C.; SIQUEIRA, R.; MENDONÇA, T.; GUARIENTO, S. Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. In: RODRIGUES, A; SIQUEIRA, R; LISSOVISKY, M. *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Comunicações do ISER, n. 67, ano 31, 2012.

ROSA, S. O. 'Eles não podiam bater em mim? "Doge" e a banalização da tortura'. *Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 575-593.

SANTOS, B. S. Os direitos humanos na pós-modernidade. *Oficina do Centro de Estudos Sociais* (Coimbra), n. 10, 1989, p. 1-14. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10919/1/Os%20direitos%20humanos%20na%20p%C3%B3s-modernidade.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SCHMITT, C. *The Concept of the Political*. Trad. George Schwab. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

SILVA, M. C. A. "Rio em forma olímpica: a construção social da pacificação na cidade do Rio de Janeiro". In: MISSE, M; WERNECK, A. (Orgs.). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, A. F. A. 'Desacato: proteção ao exercício regular da função pública ou de suas arbitrariedades?'. *Revista Transgressões: ciências criminais em debate*,

2014, p. 48-61. Disponível em < <http://www.incubadora.ufrn.br/index.php/revista-transgressoes/article/view/970>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SILVA, R. B. 'O ativismo político no portal de notícias G1: um discurso criminalizante', *Verso e Reverso*, v. 29, n. 70, 2015, p. 14-23.

SHAPIRO, M. J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. (eds.). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Nova York: Lexington Books, 1989, p. 12-22.

\_\_\_\_\_. *War Crimes, Atrocity and Justice*. Cambridge: Polity Press, 2015.

SOUZA LIMA, A. C. (Org.) *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

STONE, M.; WALL, I. R.; DOUZINAS, C. *New Critical Legal Thinking: Law and the Political*. Londres: Routledge, 2013.

THOMPSON, A. K. *Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent*. Oakland: AK Press, 2010.

UNGER, R. M. *The Critical Legal Studies Movement*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

VAN DEUSEN, D.; MASSOT, X. (Eds.) *The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts from the North American Anarchist Black Bloc 1999-2001*. Oakland: AK Press, 2002.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, R. R.; SOUZA LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C., *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014, p. 43-70.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, 2011.

WALL, I. R. *Human Rights and Constituent Power: Without Model or Warranty*. Nova York: Routledge, 2012.

WALKER, R. B. J. 'Conclusion: Sovereignties, Exceptions, Worlds'. In: EDKINS, J.; PIN-FAT, V.; SHAPIRO, M. (Eds.), *Sovereign Lives: power in global politics*. Nova York: Routledge, 2004, p. 239-249.

\_\_\_\_\_. 'The Double Outside of the Modern International'. *Ephemera*, v. 6, n. 1, 2006, p. 56-69.

\_\_\_\_\_. *After the Globe, Before the World*. Nova York: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. *Inside/Outside: Relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Apicuri, 2013.

\_\_\_\_\_. *Out of Line: Essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics*. Nova York: Routledge, 2016.

WEBER, M. 'Politics as Vocation' (1921). In: BESTEMAN, C. (Ed.) *Violence a Reader*. Nova York: New York University Press, 2002.

YAMATO, R. V. *Rastreado o Fora-da-Lei da Humanidade: Um estudo sobre a Política Internacional de Banimento a partir de Memorandos Norte-Americanos da 'Guerra Contra o Terror'*. Rio de Janeiro, 2011. 2v., 476p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio.

ZAULI, E. M. 'Judicialização da Política, Poder Judiciário e Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil'. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, 2011, p. 195-209.

ZERK, J. *Multinationals and Corporate Social Responsibility: Limitations and Opportunities in International Law*. Cambridge University Press, 2006.

ŽIŽEK, S. 'Problemas no Paraíso'. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 101-108.

#### **Fontes Documentais:**

Código Penal. Decreto-Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Consultado em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Consultada em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

## Anexos

### Anexo I – Versão original do sumário

#### Sumário

|   |      |
|---|------|
| 1. Contexto .....   | 1    |
| 2. Violência Institucional.....   | 144  |
| 2.1. Protocolos de Segurança e Uso de Armamento Letal e Menos Letal:..... | 14   |
| 2.2. Violência Contra Jornalistas .....                                   | 88   |
| 3. Criminalização de Manifestantes e Movimentos Sociais .....             | 9999 |
| 3.1. Legislação de Exceção.....   | 99   |
| 3.2 Prisões e Detenções Arbitrárias: .....                                | 120  |
| 3.3. Direito a Defesa e Acesso à Justiça; .....                           | 146  |
| 4. Recomendações: .....   | 150  |

## Anexo II – Infográficos: Legislação de Exceção





## SAIBA MAIS O QUE DIZ CADA UM DESTES PROJETOS DE LEI

### PL 451/2013

ALTERA O CRIME DE **LESÃO CORPORAL E CONSTRANGIMENTO ILEGAL**

**PENA:** PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL, QUE É DE 3 MESES À 1 ANO, OCORRENDO DURANTE UM PROTESTO, TEM ADICIONADO A SUA SANÇÃO O TEMPO CORRESPONDENTE A METADE DA PENA QUE SERIA APLICADA FORA DE UMA MANIFESTAÇÃO. TAL ACRÉSCIMO TAMBÉM É FEITO NO CASO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, QUE POR SUA VEZ, PASSA A ABRANGER EM SUA TIPIFICAÇÃO O IMPEDIMENTO DA CIRCULAÇÃO DE PESSOAS OU VEÍCULOS EM VIAS PÚBLICAS.

### PL 728/2011

CRIA O CRIME DE **TERRORISMO**

**PENA:** DE 15 A 30 QUANDO PRATICADA CONTRA PESSOA, E DE 8 A 20 ANOS CASO SEJA PRATICADA CONTRA UMA COISA.

### PL 762/2011

CRIA O CRIME DE **TERRORISMO**

**PENA:** RECLUSÃO DE 15 A 30 ANOS. SE RESULTAR EM MORTE RECLUSÃO DE 24 A 30 ANOS.

### ALTERA OU CRIA NOVOS CRIMES



### PL 5531/2013

CRIA O CRIME DE **ATENTADO CONTRA O SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

**PENA:** DE 2 A 4 ANOS PARA QUEM IMPEDIR OU PERTURBAR O TRÂNSITO EM RODOVIA, DURANTE PROTESTOS.

### PL 499/2013

LEI **ANTI-TERRORISMO**

**PENA:** DE 15 A 30 ANOS PARA ATO TERRORISTA PRATICADO CONTRA PESSOA, E DE 8 A 20 ANOS CASO SEJA PRATICADA CONTRA UMA COISA. E CASO RESULTE EM MORTE A PENA É DE 24 A 30 ANOS. "PROVOCAR OU INFUNDIR TERROR OU PÂNICO GENERALIZADO MEDIANTE OFENSA OU TENTATIVA DE OFENSA À VIDA, À INTEGRIDADE FÍSICA OU À SAUDE OU A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE DE PESSOA".

### PL 5773/2013

CRIA O CRIME DE **TERRORISMO**

**PENA:** RECLUSÃO DE 6 A 12 ANOS. SE RESULTAR EM MORTE RECLUSÃO DE 24 A 30 ANOS.

### PL 6307/2013

ALTERA O CRIME DE **DANO AO PATRIMÔNIO**

**PENA:** AUMENTA A PENA PARA DE 8 A 12 ANOS CASO SEJA PRATICADO EM PROTESTO.

### REGULA DE FORMA GERAL OS PROTESTOS



### PL 6500/2013

- FICA PROIBIDO O USO DE ARMAS LETAIS E DE ALGUMAS ARMAS DE BAIXA LETALIDADE EM PROTESTOS.
- DEVE HAVER PROTEÇÃO ESPECIAL PARA FOTÓGRAFOS, JORNALISTAS, CIDADÃOS NÃO PROFISSIONAIS EXERCENDO ESSAS ATIVIDADES, OBSERVADORES DE DIREITOS HUMANOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

- A ATUAÇÃO DA POLÍCIA EM MANIFESTAÇÕES E REINTEGRAÇÕES DE POSSE DEVERÁ SE PAUTAR PELA NÃO-VIOLENCIA, PELO DIÁLOGO E PELA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS. ALÉM DE HAVER AGENTES DESARMADOS ESPECIALIZADOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

### PL 717/2013

O PL 717/2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, DEFINE QUE ALÉM DE COMUNICAR O EXECUTIVO E A POLÍCIA MILITAR, QUEM FOR ORGANIZAR UMA MANIFESTAÇÃO DEVE COMUNICAR TAMBÉM A BHTRANS, A SECRETARIA REGIONAL LOCAL E A GUARDA MUNICIPAL, INFORMANDO AINDA OS NOMES DOS ORGANIZADORES, TRAJETO E PONTOS DE PARADA, HORÁRIO, FINALIDADE E EXPECTATIVA DE PÚBLICO. O PROJETO AINDA RESTRINGE O ESPAÇO OCUPADO DA MANIFESTAÇÃO, QUE PODERÁ SER DE NO MÁXIMO 1/3 DA LARGURA DA VIA DESTINADA AOS VEÍCULOS.

PRODUZIDO POR:  
ARTIGO 19

**Anexo III – Minuta do Projeto de Lei que Tipifica os Crimes de Desordem e o de Associação para Prática de Desordem e dá outras providências.**

**LEI Nº , DE DE 2013.**

**TIPIFICA OS CRIMES DE DESORDEM E O DE ASSOCIAÇÃO PARA PRÁTICA DE DESORDEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Os artigos 287-A e 288-B, ambos do Código Penal, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 287-A – Praticar ato que possa causar desordem em lugar público ou acessível ao público, agredindo ou cometendo qualquer ato de violência física ou grave ameaça à pessoa; destruindo, danificando, deteriorando ou inutilizando bem público ou particular; invadindo ou tentando invadir prédios ou locais não abertos ao público; obstruindo vias públicas de forma a causar perigo aos usuários e transeuntes; a qualquer título ou pretexto ou com o intuito de protestar ou manifestar desaprovação ou descontentamento com relação a fatos, atos ou situações com os quais não concorde.

Pena – reclusão de 2 a 6 anos e multa, além e sem prejuízo das penas correspondentes à violência.

§ 1º – Nas mesmas penas incorre quem incitar, publicamente, às praticas descritas no caput.

**Formas qualificadas**

§ 2º – Se o crime é cometido:

I – Por ocasião de reuniões ou manifestações públicas;

II – com emprego de substância inflamável ou explosiva, além e sem prejuízo das penas aplicáveis por crimes mais graves que a posse e o uso de tais substâncias possam caracterizar.

III – ocorrendo saques, subtração ou apropriação de bens, públicos ou privados, sem prejuízo das penas aplicáveis aos autores de tais atos, quando identificados.

IV – Se a incitação é praticada utilizando meios eletroeletrônicos que facilitem a divulgação da incitação, tais como rádio difusão, televisão, internet, sistema de alto-falantes ou congêneres.

V – atingindo bens de interesse histórico, artístico ou paisagístico.

Pena – reclusão de 3 a 8 anos e multa, além e sem prejuízo das penas correspondentes à violência e ao mencionado nos incisos II e III acima.

§ 3º – Se resulta lesão corporal de natureza grave

Pena – reclusão de 4 a 10 anos e multa, pela simples participação nos atos de desordem, sem prejuízo das penas cabíveis aos autores dos atos que tenham causado as lesões, quando possível identificá-los.

§ 4º – Se resulta morte

Pena – reclusão de 6 a 12 anos e multa, pela simples participação nos atos de desordem, sem prejuízo das penas cabíveis aos autores dos atos que tenham causado a morte, quando possível identificá-los.

(...)

Art. 288-B – Associarem-se três ou mais pessoas, em caráter eventual ou permanente, para a incitação ou a prática de atos de desordem, vandalismo ou qualquer forma de violência, a serem cometidos durante a realização de concentrações populares, seja a título de manifestações ou de eventos de qualquer natureza, onde tais concentrações sejam previamente agendadas ou estiverem ocorrendo.

Pena – reclusão de 3 a 6 anos e multa

Art. 163-B – Associarem-se, três ou mais pessoas, em caráter eventual ou permanente, para a prática de atos de vandalismo.

Pena: Reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa, além e sem prejuízo das penas cominadas no art. 163-A e seus parágrafos acima”.

**Art. 2º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em        de        de 2013.

**DILMA ROUSSEFF**

### **Exposição de Motivos**

**Considerando** que dentre os princípios que regem e garantem o funcionamento do Estado Democrático de Direito ganha especial destaque a liberdade de

expressão e de reunião e que, em consequência, são de vital importância as medidas assecuratórias ao exercício pleno de tal liberdade.

**Considerando** que tais direitos, para que possam contribuir na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária, só podem ser exercidos com integral obediência aos cânones da Paz Pública, insculpidos na Carta Constitucional, com destaque, entre outros, para os incisos IX, XV e XVI do seu art. 5º, ou seja, na forma da lei, de forma pacífica e sem armas.

**Considerando** o amplo noticiário recente, evidenciando a prática reiterada de atos de vandalismo, com consideráveis danos a bens públicos e particulares, bem como ameaças graves e ofensas diretas à integridade física de pessoas inocentes, civis e policiais, aproveitando-se tais pessoas, para a prática dessas ações, de manifestações legítimas e pacíficas, acabando por causar graves temores aos manifestantes ordeiros e assim prejudicando o direito da maioria de exercer plena e livremente seus direitos de expressão e reunião pacíficas.

**Considerando** que tais condutas ofendem, simultaneamente, vários bens jurídicos relevantes, tais como a paz e a incolumidade públicas, o patrimônio público e particular, o livre exercício pelos cidadãos de bem dos seus direitos de expressão e reunião, como destacado acima, dentre outros.

**Considerando**, por fim, que tais ações vêm sendo promovidas por grupos de pessoas que se organizam previamente, ainda que eventualmente ou em caráter permanente, o que torna maior a ameaça de tais condutas à paz e à ordem desejadas.

**Toma-se a iniciativa** de apresentar o presente projeto de Lei, propondo a alteração do Código Penal, para nele introduzir a tipificação de **DESORDEM** e atividades correlatas, ressaltando que tal iniciativa já encontra similar no direito comparado, inclusive na codificação européia.

**Anexo IV – Decreto Nº 44302 de 19/07/2013****Decreto Nº 44302 DE 19/07/2013**

---

Publicado no DOE em 22 jul 2013

*Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências.*

**(Revogado pelo Decreto Nº 44305 DE 24/07/2013):**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando:

- os recentes e reiterados acontecimentos envolvendo atos de vandalismo perpetrados por grupos organizados, causadores de danos à incolumidade física de pessoas e destruição do patrimônio público e privado; e
- a necessidade de as instituições públicas incumbidas da defesa do Estado Democrático de Direito se organizarem para promover uma maior eficiência na investigação e na tomada de providência para a prevenção da ocorrência de novos atos de vandalismo e punição das práticas criminais já perpetradas.

Decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV, a ser composta por representantes das seguintes instituições:

- a) Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;
- c) Polícia Civil;
- d) Polícia Militar.

§ 1º Os Chefes das Instituições mencionadas neste artigo indicarão os integrantes da Comissão, composta por tantos membros quantos por elas considerados necessários.

§ 2º A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º A Comissão contará com a estrutura administrativa necessária para o seu funcionamento, devendo as suas requisições de pessoal e infraestrutura serem atendidas com prioridade.

§ 4º O Secretário Chefe da Casa Civil acompanhará os trabalhos da Comissão, podendo solicitar informações necessárias para a tomada de decisões por parte do Governador do Estado.

§ 5º A Comissão tem por finalidade a otimização dos trabalhos de investigação, não importando na alteração das competências e prerrogativas legais das Instituições dela integrantes.

**Art. 2º** Caberá à CEIV tomar todas as providências necessárias à realização da investigação da prática de atos de vandalismo, podendo requisitar informações, realizar diligências e praticar quaisquer atos necessários à instrução de procedimentos criminais com a finalidade de punição de atos ilícitos praticados no âmbito de manifestações públicas.

**Art. 3º** As solicitações e determinações da CEIV encaminhadas a todos os órgãos públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro terão prioridade absoluta em relação a quaisquer outras atividades da sua competência ou atribuição.

Parágrafo único. As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet terão prazo máximo de 24 horas para atendimento dos pedidos de informações da CEIV.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2013.

SÉRGIO CABRAL

**Anexo V – Decreto Nº 44305 DE 24/07/2013*****Decreto Nº 44305 DE 24/07/2013***

---

**Publicado no DOE em 25 jul 2013**

*Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências.*

**(Revogado pelo Decreto Nº 44409 DE 26/09/2013):**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV, a ser composta por representantes das seguintes instituições:

- a) Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;
- c) Polícia Civil;
- d) Polícia Militar.

§ 1º Os Chefes das Instituições mencionadas neste artigo indicarão os integrantes da Comissão, composta por tantos membros quantos por elas considerados necessários.

§ 2º A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º A Comissão contará com a estrutura administrativa necessária para o seu funcionamento, devendo as suas requisições de pessoal e infraestrutura serem atendidas com prioridade.

§ 4º O Secretário Chefe da Casa Civil acompanhará os trabalhos da Comissão, podendo solicitar informações necessárias para a tomada de decisões por parte do Governador do Estado.

§ 5º A Comissão tem por finalidade a otimização dos trabalhos de investigação, não importando na alteração das competências e prerrogativas legais das Instituições dela integrantes.

**Art. 2º** Caberá à CEIV tomar todas as providências necessárias à realização da investigação da prática de atos de vandalismo, podendo requisitar informações, realizar diligências e praticar quaisquer atos necessários à instrução de procedimentos criminais com a finalidade de punição de atos ilícitos praticados no âmbito de manifestações públicas.

Parágrafo único. Observa-se-á a reserva de jurisdição exigida para os casos que envolvam quebra de sigilo.

**Art. 3º** As solicitações e determinações da CEIV encaminhadas a todos os órgãos públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro terão prioridade absoluta em relação a quaisquer outras atividades da sua competência ou atribuição.

Parágrafo único. As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet darão prioridade para o atendimento dos pedidos de informações formulados pela CEIV ou decorrentes de ordem judicial nos casos de sigilo previstos na legislação.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 44.302, de 19 de julho de 2013.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2013

SÉRGIO CABRAL



**Anexo VI – Decreto Nº 44409 DE 26/09/2013*****Decreto Nº 44409 DE 26/09/2013***

---

Publicado no DOE em 27 set 2013

*Revoga o Decreto nº 44.305, de 24 de julho de 2013*

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ter a Comissão criada pelo Decreto nº 44.305/2013, atingido as suas finalidades; e

Considerando a proposta do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de revogação do Decreto nº 44.305/2013, objeto do Ofício GPGJ nº 593/2013.

Decreta:



**Art. 1º** Fica revogado o Decreto nº 44.305, de 24 de julho de 2013, publicado no DO de 25.07.2013.



**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.


Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2013.



SÉRGIO CABRAL

## Anexo VII – Imagens dos comentários

 Obrigado PM, nós cidadãos de bem contamos com vcs, pode baixar a porrada se preciso.  
Curtir ·  11 · Responder · Mais · 14 de janeiro



 Se protestar é violar o direito das demais de pessoas de ir e vir, depredar patrimônio público e espalhar violência.....tem que apanhar mesmo!!!  
Curtir ·  2 · Responder · Mais · 14 de janeiro


 Tem que descer o cacete nesses vândalos mesmo! Viva a pm!!  
Curtir ·  8 · Responder · Mais · 14 de janeiro



 Polícia Militar, os cidadãos de bem estão no seu apoio! Continuem com esse EXCELENTE trabalho!  
Curtir ·  8 · Responder · Mais · 15 de janeiro

 #pmapoiada  
Curtir ·  4 · Responder · Mais · 15 de janeiro

 Senta o Cassete PM.  
Curtir ·  6 · Responder · Mais · 15 de janeiro

 Se cumprir a LEI é repressão, continuaremos realizando.  
MUITO BOMMMMM...  
Enquanto houver VAGABUNDO nos protestos legítimos... TODOS merecem porrada. Até que aprendam a tirar aqueles lixos do meio da sociedade. esquerdopatas... As bandeiras vermelhas estavam todas lá 😊  
Editado · Curtir ·  8 · Responder · Mais · 15 de janeiro

 Parabéns a polícia militar pelo o cumprimento da lei e da ordem!

 É pau nos baderneiros, protesto sem bagunça não tem borracha.  
Curtir ·  9 · Responder · Mais · 15 de janeiro

 Pode arrebentar PM's  
Curtir · Responder · Mais · 15 de janeiro